

VIDA E OBRA DE
EULÁLIA LOBO
UMA ARTESÃ DE CLIQ

VIDA E OBRA DE
EULÁLIA LOBO
UMA ARTESÃ DE CLIO

ORGANIZAÇÃO
ISMÊNIA DE LIMA MARTINS | BERNARDO KOCHER

© Direitos autorais, 2024,
da organização de Ismênia de Lima Martins & Bernardo Kocher

© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP
55 11 3892-7772
lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial
Mariana Nada

Produção editorial
Kátia Reis

Assessoria editorial
Mariana Terra

Assessoria de comunicação
Diogo Uchiyama Satyro

Circulação
Elvio Tezza

1.^a edição: dezembro/2024



NEMIC

POLIS

Cabe registrar o agradecimento dos organizadores e autores ao Arquivo Nacional, especialmente às equipes do Setor de Arquivos Privados, da Sala de Consulta e da Movimentação de Acervo e das divisões de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais e Sonoros e de Documentos Iconográficos e Cartográficos. A realização deste livro exigiu, em curto tempo, o manuseio do arquivo privado de Eulália Lobo, que tem dimensões consideráveis, além de cópias fotográficas de numerosos documentos (textuais, iconográficos, sonoros e cartográficos), concedidas graciosamente. Acreditamos que essa colaboração contribui para a preservação e acesso do acervo utilizado, doado pela família em 2012, mas também comprova o importante papel do Arquivo Nacional na preservação e acesso à documentação de origem privada que integra o patrimônio arquivístico brasileiro.

F138 Vida e obra de Eulália Lobo : uma artesã de clio / Ismênia de Lima Martins,
Bernardo Kocher (organizadores). – 1^a ed. – São Paulo : Hucitec , 2024. – 266 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8404-496-2

1. História - Brasil. 2. Lobo, Eulália, 1924-2011. I. Martins, Ismênia de Lima. II. Kocher, Bernardo. III. Título.

CDD 330.981

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida CRB-7/7400

SUMÁRIO

- 7 EULÁLIA LOBO E SEU TEMPO**
ANDRÉA TELO DA CÔRTE
- 49 EULÁLIA LOBO, TEMPOS E ESPAÇOS:**
A AMÉRICA LATINA DE CHAVÍN AO TRATADO DE MONTEVIDEO
(1959-1992)
CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI
- 75 O TERCEIRO MUNDO E A CONSTRUÇÃO ANALÍTICA DA ÁSIA,**
ÁFRICA E AMÉRICA LATINA NA OBRA DE EULÁLIA MARIA
LAHMEYER LOBO
BERNARDO KOCHER
- 124 EULÁLIA LOBO: DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA**
DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (FNF/UB) AO INSTITUTO DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (IFCS) UFRJ
ANDRÉA CRISTINA DE BARROS QUEIROZ
MARIETA DE MORAES FERREIRA

- 152 HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO: DO CAPITAL COMERCIAL AO CAPITAL FINANCEIRO – UMA OBRA SEMINAL**
LUIZ CARLOS SOARES
CEZAR HONORATO
- 176 CONJUNTURA E MOVIMENTO OPERÁRIO: ESTUDOS NA OFICINA DA HISTORIADORA (NOTAS DE PESQUISA ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DE EULÁLIA LOBO À HISTÓRIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO)**
EDUARDO STOTZ
- 201 OS COMBATES PELA HISTÓRIA DE EULÁLIA LOBO**
JOÃO ANTONIO DE PAULA
- 214 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO E A HISTÓRIA EMPRESARIAL BRASILEIRA**
MAURÍCIO LUIZ BERTOLA
- 245 EULÁLIA LOBO: VIDA, HISTÓRIA E ARQUIVO**
VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

EULÁLIA LOBO E SEU TEMPO

ANDRÉA TELO DA CÔRTE¹

Eulália Maria Lahmeyer Lobo, sem lisonja nem hipérbole, é uma das personalidades mais importantes da vida universitária brasileira do século XX. Professora dos professores, mestre de várias gerações, sua obra ainda vibra de potência como mostra a reedição de sua monumental *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro, 1760-1945* (vol. 2).

Neste ano em que completaria seu centenário, colegas, amigos, ex-alunos e admiradores envidaram esforços para prestar-lhe a justa homenagem, organizando uma programação que fizesse jus à sua memória. À professora Ismênia de Lima Martins, decana do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e que foi sua amiga, coube o papel de promotora das celebrações. Do seu esforço e do apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), do PPGH-UFF e da Editora Hucitec, deu-se a reedição fac-similada do mencionado livro, acrescido de três capítulos. O primeiro sobre a trajetória da Professora Eulália, de autoria da própria Ismênia; o segundo sobre a

¹ Doutora em História pelo PPGH-UFF: andreatelodacorte@gmail.com

“revolução historiográfica” promovida pela autora na obra em questão, escrito pelos professores Luiz Fernando Sarai-va e Carlos Gabriel Guimarães; ainda, um capítulo sobre o protagonismo que a vida cotidiana dos trabalhadores as- sumiria no referido livro, o que na época do lançamento não era uma questão, e hoje se destaca como um dos temas centrais da historiografia brasileira, elaborado por Matheus Sinder e Guilherme Giesta.

A grandeza historiográfica de Eulália, entretanto, não se encerra na obra reeditada, uma vez que a autora, mo- vida por vívida inquietação intelectual, abraçou diversos temas, merecendo, portanto, outros livros que abordassem tais questões. Nesse sentido, Ismênia de Lima Martins e Bernardo Kocher, este último também seu ex-aluno e cola- borador fraterno, contribuíram para preencher parte dessas lacunas ao organizar o presente livro, em cujos capítulos alguns dos múltiplos objetos que Eulália abordou serão visitados. Mas antes, é preciso dizer que todos os envolvi- dos neste livro tiveram alguma relação com Eulália: ami- gos, companheiros de trabalho na UFF, alunos, alunos de alunos marcados por esse relacionamento. Ela trabalhava e articulava projetos com enorme prazer, mesmo fora da universidade; escrevia com seus alunos, vasculhava arqui- vos, participava de congressos, era empreendedora e criati- va, e principalmente, distribuía afeto. É nesse sentido que esse livro, muito além de ser uma contribuição à obra da autora, é um reconhecimento, um tributo entretecido pela afeição que nos une em homenagem à grande mestra.

SOB O SIGNO DA TRANSFORMAÇÃO

Eulália nasceu na tumultuada década de 1920, período em que a república brasileira, que mal completara trinta anos, já estava em crise. A chamada política dos governadores², um

² Não se trata aqui de explicar em minúcias o que foi a política dos governadores pensada, também, para afastar os militares do poder. Trata-se de um jogo político que tem merecido

complexo jogo político entre elites oligárquicas, que visava, sobretudo, garantir a estabilidade do poder executivo federal em face do Legislativo e que se reproduzia em várias escalas, havia colapsado. Naquela conjuntura, emergiu o descontentamento das oposições negligenciadas pela “situação”, tornando evidente os problemas do federalismo brasileiro (FERREIRA; SARMENTO *in* GOMES; PANDOLFI; ALBERTI, p. 456). A insatisfação popular com o regime se traduzia pela demanda de maior participação dos setores populares, cansados da exclusão perpetuada pelas fraudes eleitorais. Recrudesceria, também, o desejo dos militares por participação política, embalado por um discurso de moralização dos costumes e de modernização do país. Toda essa mobilização refletiu-se em um pleito presidencial acirrado, com a chapa perdedora, a da Reação Republicana³, questionando na justiça a derrota eleitoral e a revolta da oficialidade do Exército, os chamados Tenentes. Alguns deram origem, no ano de nascimento de Eulália, à novos levantes e, em decorrência, à Coluna Miguel Costa-Prestes⁴, que a partir de abril de 1925, percorreria o país propagando um ideal de regeneração política da República. Nos anos trinta, Luís Carlos Prestes iria aderir ao comunismo, ligando-se ao PCB, partido que surgira no Brasil em 1922.

Em meio à tormenta política, a discussão sobre a identidade nacional brasileira, em questão desde a década anterior, e que envolveria intelectuais e artistas de diferentes origens, provocaria um mergulho no interior do país em busca de suas raízes culturais, ora rejeitando tudo o que viera antes, ora ressignificando o passado em busca de uma síntese que desse conta do povo brasileiro. Agudizariam-se as tensões

periodicamente revisão. Remeto o leitor para os seguintes textos: Viscardi, Cláudia M. R., *O Federalismo como Experiência: Campos Sales e as Tentativas de Estabilização da República*, disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/K6bpZDp5TLbm3KHqwx97NTj/?format=pdf&lang=pt> e o verbete *Política dos Governadores*, <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>.

3 Sobre o tema, ver Ferreira, Marieta de Moraes, *A reação republicana e a crise política dos anos 20*. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1953>.

4 Sobre a Coluna Miguel Costa-Prestes, consultar o verbete: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COLUNA%20PRESTES.pdf>.

entre o Brasil arcaico e o Brasil moderno (OLIVEIRA *in* GOMES; PANDOLFI; ALBERTI, p. 350).

Enquanto as disputas políticas se intensificavam, Artur Bernardes, eleito presidente naquele ano, assumiria seu mandato decretando estado de sítio, perseguindo opositores e o movimento operário que crescia nas cidades. Foi em meio a esse contexto que Eulália Lobo nasceu.

Mesmo que nenhuma dessas crises tenha abalado o cotidiano da casa em Botafogo, à Rua Visconde de Ouro Preto, 36⁵, onde Eulália, nascida em 17 de julho de 1924, vivia, certamente cravou-lhe na pele a marca de um tempo de grandes transformações sociais, no Brasil e no mundo, transformações ininterruptas e que a acompanhariam pela vida afora, como já foi dito.

Seus pais eram Antônio Dias Leite, comerciante português que emigrou para o Brasil em 1893, e Georgeta Furquim Lahmeyer, descendente, por um lado, da família do Barão de Vassouras, e por outro, de imigrantes alemães e franceses bem-sucedidos como comerciantes. A família do lado materno preocupava a historiadora pela possibilidade de ter um parente negreiro (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, p. 84). Não tinha, mas para certificar-se, Eulália foi ao Almanaque Laemmert pesquisar, demonstrando desde cedo sua preocupação com as fontes. Eulália acreditava, sobretudo, em uma história com documentos.

Antônio e Georgeta casaram-se em 1905, não sem antes sofrerem toda sorte de obstáculos, afinal Antônio – que



FIGURA 1. CAPA DO LIVRO CARTAS DE ANTÔNIO DIAS LEITE-1870-1952, ACERVO PESSOAL FUNDO EULÁLIA LOBO, ARQUIVO NACIONAL, 2005.

⁵ A casa ainda está de pé e no lugar funciona o IBEU. Segundo a família, está um tanto descaracterizada, sem os jardins que lhe davam vida, a marquise original e as paredes da fachada que eram em pó de pedra.

na altura do casamento era sócio minoritário da firma em que trabalhava, a Costa Pacheco & Cia., importante casa atacadista de armarinhos, modas e anexos – era mal visto pela família da noiva, que mesmo empobrecida com a crise do café, reivindicava um casamento aristocrático para Georgeta. Além disso, os sócios de Antônio, como explicaria Ismênia Martins (MARTINS, 2006 p. 20), também não queriam o enlace, uma vez que não estimulavam o casamento de seus empregados ou, quando sócios, incentivavam as bodas entre famílias de compartes, a fim de concentrar e ampliar o capital das empresas.

Antônio Dias Leite, seu pai e tema de um dos seus últimos livros, *Cartas de Antônio Dias Leite-1870-1952* (LOBO, 2005), foi autodidata. Antes de emigrar para o Brasil, trabalhou numa casa bancária em Londres, voltou para Portugal para prestar o serviço militar obrigatório do qual foi dispensado e conseguiu emprego na livraria Gomes, em Lisboa, onde conviveu com a elite intelectual portuguesa: Marcelino de Mesquita, Elvino de Brito, Fialho de Almeida, Sousa Martins e Eça de Queiroz, entre outros (MARTINS, 2006, p. 17). Em 1918, no Rio de Janeiro, Dias Leite fundaria sua própria casa comercial, a Casa Siqueira Leite, e proveria a família de todo o conforto, assim como colaboraria com as instituições da colônia portuguesa no Rio de Janeiro e enviaria recursos para Portugal.

No final de sua vida, Eulália, de posse de vasta correspondência do pai guardada pela irmã Laura, e também cadernetas de anotações e diários de viagens, dedicaria-se no referido livro a destrinchar o olhar do pai sobre o mundo em que vivera, situando-o duplamente como ator e observador das transformações de sua época, particularmente da cultura dos países que visitou entre o final do século XIX e 1952, ano de sua morte. De acordo com a autora, o material dava conta da radical transformação da economia, “de agrária à urbana, de artesanal à industrial, do trabalho manual ao tecnicamente avançado”. Assim como, assinalaria a secularização do pensamento “a superação do tempo sazonal quase estático à imposição de um tempo dinâmico, de produção

moderna, à concorrência destrutiva com o meio ambiente”⁶ (Lobo, 2015).

Estas referências sobre Antônio são importantes, não apenas porque ele se constituiu em objeto de estudo da autora, numa concessão dela à renovação temática da Nova História, mas porque a visão diferenciada de Dias Leite proporcionaria à filha uma educação distinta daquela da época. Leite contrataria uma preceptora que dava aulas de biologia no Jardim Botânico, fazia os alunos refletirem sobre as condições de vida dos operários levando-os a fábricas, ensinava através do teatro, viajava com eles pelos mapas, cartas e cartões postais que tinham que escrever como parte das lições (LOBO in VAINFAS; GOMES, 1992, p. 85).

Essa metodologia particular da preceptora, em conjunto com a larga visão de mundo de seu pai, certamente influenciou Eulália na escolha do bacharelado em Geografia e História e sua atividade de docência.

Além de estudar com a preceptora, estudava línguas por conta própria, dominando diversas, como o francês, o inglês, o espanhol e o alemão, o que se mostraria providencial, tanto para sua carreira internacional como para sua própria sobrevivência após a aposentadoria compulsória, quando a atividade de tradutora se intercalaria com a de professora e pesquisadora.

Importante destacar que Dias Leite, em que pese a centralidade que o casamento tinha para vida das mulheres naquela época, incentivaria as quatro filhas a ingressarem no ensino superior. Além de Eulália, suas irmãs Valentina (1906), Laura (1908), e Luiza (1910) estudaram respectivamente letras anglo-saxônicas, belas-artes, filosofia e psicologia. O filho homem, Antônio (1920), diferentemente da maior parte da segunda geração de filhos de portugueses, não assumiria os negócios do pai, cursaria economia e engenharia (MARTINS, 2006, p. 21), faria carreira acadêmica, assumiria a presidência de importantes estatais e seria mi-

⁶ Disponível em: <https://phl.iciet.fiocruz.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl8/003.xis&ci-par=phl8.cip&bool=exp&opc=decorado&exp=CORRESPONDENCIA/HISTORIA&code=&lang=> Acessado em 10/11/2024.

nistro das Minas e Energias de 1969 a 1974,⁷ nos primeiros anos da aposentadoria compulsória de Eulália.

O ensino secundário realizado no Colégio Jacobina, que ficava próximo à sua residência, à Rua São Clemente, 117, em Botafogo, parece ter fortalecido o desejo da autora pela história. Foi marcante seu encontro com o professor e historiador Américo Jacobina Lacombe, que ao final a preparou para os exames de ingresso na Universidade do Brasil, em 1941, uma época em que as provas eram feitas em francês.



FIGURA 2. CADERNO DE ESTUDOS DE EULÁLIA LOBO, ACERVO PESSOAL FUNDO EULÁLIA LOBO ARQUIVO NACIONAL, 1933.

NA TRILHA POR UMA HISTÓRIA COM FONTES PRIMÁRIAS

Deve-se assinalar que Eulália, que entraria na universidade do Brasil em 1941, aos dezessete anos, não desconhecias a realidade do que acontecia no país. As transformações em

⁷ Disponível em <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/1309/antonio-dias-leite-junior>. Acessado em 4/11/2024.

curso na década de trinta, particularmente no que se refere à política, atingiram a família Dias Leite com força. A filha mais velha de Antônio e Georgeta, Valentina, e seu marido Adolpho, ligados ao Partido Comunista, foram presos durante a Insurreição Comunista de 1935⁸, assim como seu primo Américo Dias Leite, preso em 1937 por suas ligações com o PCB⁹. Os avós tiveram que levar os netos para a casa de Botafogo e criá-los por um tempo. A percepção da violência política, a dimensão da luta ideológica em curso, associadas às ações modernizantes de Vargas na administração pública e na economia, e não se pode esquecer, as questões ligadas à identidade nacional brasileira, devem tê-la motivado a buscar compreender o Brasil, conforme ela própria explicaria mais tarde: “acho que escolhi estudar história, afinal, para poder entender a evolução do Brasil, compreender a formação da cultura brasileira e da América Latina em geral” (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, p. 85).

Às questões políticas, acrescente-se o movimento ascendente das mulheres que em 1932 conquistariam o direito ao voto no Brasil. Embora Eulália em nenhuma das suas entrevistas tenha sido abordada sobre feminismo, é impossível pensar sua profissionalização sem relacioná-la à luta das mulheres por direitos naquele período. Verdade que o movimento feminista ganharia maior densidade no Brasil nas décadas seguintes, mas as mulheres que entraram na universidade nos anos 30 e 40 e que começaram a ocupar lugares antes exclusivamente masculinos abririam portas para as demais. Nesse sentido, Eulália Lobo é uma pioneira. No decorrer de sua carreira, lutaria contra toda sorte de obstáculos impostos às mulheres, e a universidade se mostraria um ambiente muito hostil.

Ainda no início do bacharelado, casou-se com o professor de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Bruno Alípio Lobo, seu com-

8 Detalhes da prisão de Valentina foram contados em *Memória do Cárcere* de Graciliano Ramos. Valentina ficou presa junto com Nise da Silveira.

9 No arquivo de Eulália consta a carteirinha que a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) forneceu à sua mãe, Georgeta, para visitar o sobrinho do marido na prisão. Cx58

panheiro por toda a vida e, segundo suas filhas, incansável no apoio à mulher e admirador de sua inteligência.

Na faculdade, foi aluna de alguns professores franceses, da leva que veio para o Brasil contribuir para a fundação da Universidade de São Paulo. Lembrava-se com carinho da excelência do professor Francis Ruellan, que dava aulas de Geografia, introduzindo os alunos no trabalho de campo. O também francês Antoine Bon destacava-se pela visão de conjunto que oferecia em suas aulas sobre a Grécia antiga¹⁰. Havia o professor Tapié, de História Moderna, cujas aulas Eulália definia como “belas aulas cartesianas”. Ela fez uma disciplina optativa sobre literatura com o professor Pourier. Dos professores brasileiros, teve aulas com Victor Leuzinger, Hélio Viana, Josué de Castro – que em 1946 lançaria *Geografia da fome*, livro fundamental no período –, Delgado de Carvalho, Othon Leonardos, Artur Ramos, Marina São Paulo Vasconcelos, Eremildo Viana, este, no futuro, promotor de perseguições a diversos professores da Universidade, incluindo ela mesma, e Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, da cadeira de História da América Latina, posteriormente seu orientador de doutorado. À exceção de Delgado de Carvalho, Eulália caracterizaria os docentes brasileiros ora pela falta de método ora pelo empirismo excessivo. Sobre Sílvio Julio, afirmava ser de grande erudição, dono de extraordinária biblioteca, repleta de fontes, mas de temperamento exaltado, lusófono radical e sem método (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, pp. 86-7). Sílvio Júlio criaria obstáculos para Eulália e outros concorrentes disputarem a cátedra. Mas, apesar dele, ela foi adiante.

O método foi, desde o bacharelado, uma preocupação da autora. Em seu arquivo, conforme levantamento de Victor Manoel Marques da Fonseca, há inúmeras caixas com referências à produção de material metodológico, sejam livros, fichamentos, a estrutura de cursos sempre com ênfase na metodologia. Durante sua graduação, foi com um colega alemão, Carlos Otts, que leu os primeiros livros sobre o

10 Curiosamente, no arquivo de Eulália, encontram-se inúmeros fichamentos sobre Grécia. A autora era muito dedicada, fichava os textos como aprendemos com nossos mestres e ainda tentamos ensinar às novas gerações.

método científico. Fora isso, foi com José Honório Rodrigues, que seria futuramente seu supervisor, que pode discutir e aprender sobre o assunto.

A universidade do tempo da sua graduação era absolutamente regida por Cronos, uma narrativa política, feita por heróis, e citações, professores com muita erudição, mas sem reflexão teórica-metodológica. Foi a leitura da obra de Caio Prado Jr., para ela um divisor de águas, que forneceria as bases para um novo tipo de produção de história que Eulália praticaria. Sobre esse autor, encontramos em seu arquivo o seguinte registro:

“É um livro muito interessante porque procura analisar a evolução econômica do Brasil, dando grande importância ao fator geográfico que é geralmente posto de lado pelos historiadores brasileiros. O autor é conciso e encara o assunto de maneira imparcial, principalmente a respeito do valor da colonização portuguesa que não elogia nem critica exageradamente. O seu método de estudar a história é o mais interessante; não procura se deter demais nos detalhes, mas através do estudo dos documentos, interpretar as causas dos fatos históricos. É justamente deste tipo de historiadores que necessitamos, pois a maioria deles são apenas cronistas. O plano do seu trabalho está perfeitamente definido no seguinte trecho: ‘todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo sentido. Isto se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num período de tempo [...]’.”¹¹

Nota-se que a leitura de Caio Prado Jr. foi alvissareira para Eulália, porque ao romper com a história narrativa e empírica e abrir-se para a história econômica e para pesquisa em fontes primárias, o autor marxista mostrou que era pos-

¹¹ Arquivo E.M.L.L., cx 12, Arquivo Nacional.

sível escrever um tipo de história interpretativa, indicando-lhe a existência de um novo caminho. Entretanto, diferente do autor paulista que trabalhava com fontes publicadas, Eulália, vasculharia arquivos, então mal organizados, com poucos instrumentos de pesquisa, e sem o apoio de seus professores.

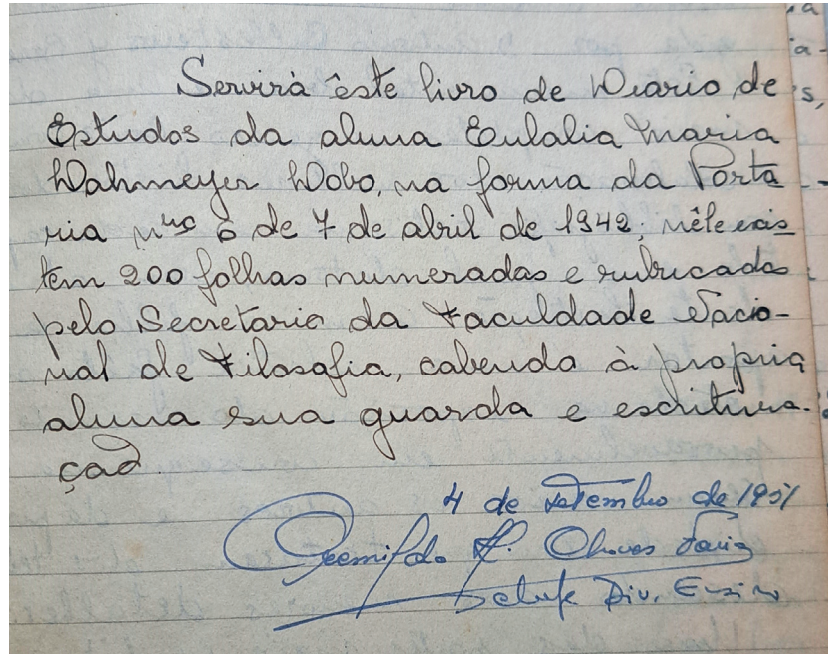


FIGURA 3. CADERNO DE ESTUDOS DE EULÁLIA LOBO, ACERVO PESSOAL FUNDO EULÁLIA LOBO, ARQUIVO NACIONAL, 1942.

Em 1944, Eulália concluiria o bacharelado em Geografia e História na Universidade do Brasil¹². O ano de 1944 foi também o do nascimento do primeiro filho do casal, André Bruno. Em 1945, viajaria para os Estados Unidos com o marido, que recebera uma bolsa para estudar na Columbia University. Na oportunidade, realizaria um curso sobre História Colonial Americana na Universidade da Carolina do Norte e o seminário de Pós-Graduação *Problemas do Hemisfério Ocidental* na Columbia University. Retornaria em 1946. Entre 1946 e 1952, ela se dedicaria à pesquisa da sua tese de doutorado, publicada em 1953 e intitulada *Administração colonial luso-espanhola nas Américas*.

¹² Diploma expedido em 11/5/1945, conforme encontrado em seu arquivo.

Embora em muitas publicações Eulália apareça como a primeira mulher doutora em História da universidade brasileira, não parece ter sido assim. Na verdade, até quanto apuramos, esse título é de Alice Canabrava, que em 1935 ingressou no bacharelado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e em 1942 defendeu seu doutorado com a tese *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*. Em 1946, Alice concorreria para a cátedra de História da América da USP e mesmo tendo obtido médias maiores do que o concorrente, foi reprovada pela banca em favor de um candidato do sexo masculino. Em 1951, transferiu-se para a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da mesma Universidade, concorrendo e sendo aprovada para a cátedra de História Econômica Geral do Brasil¹³.

No doutorado da época de Eulália, não havia disciplinas a serem cursadas, era um trabalho dos alunos com o orientador. De acordo com a autora:

“O regime do doutorado era o seguinte: a pessoa escolhia um orientador, que era aprovado pelo departamento, e a partir daí seguia a sua orientação quanto às leituras. Você tinha que manter um diário, registrando o que lia, o que pensava etc., e esse diário era controlado pelo departamento no fim do ano. Meu orientador foi o Sílvio Júlio, mesmo porque não havia outra escolha. E foi uma loucura total” (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, p. 88).

Vitor Manoel Marques da Fonseca, em sua pesquisa sobre o arquivo da autora, constatou que tais anotações se iniciam no ano de 1945, conforme portaria da UB de 1942. Eulália registrava em diários intelectuais as leituras e reflexões realizadas, material regularmente vistoriado por Sílvio Júlio Albuquerque Lima e Antônio Carneiro Leão, professores da instituição.

¹³ Disponível em https://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/livro_pioneiras.pdf. Acessado em 8/11/2024.

Tais registros estendem-se até 4/12/1951¹⁴. Sabe-se que Sílvio Júlio Albuquerque Lima não foi o orientador dos sonhos de Eulália, que buscava a pesquisa em fontes primárias e reflexão metodológica, mas a biblioteca do professor era rica em fontes sobre seu tema. Embora se sentisse isolada, encontrou apoio no professor lusitano Jaime Cortesão, que instalaria uma escrivaninha em sua casa para que ela consultasse as coleções de documentos que possuía.

A escolha pela história administrativa luso-espanhola no período colonial poderia até ser considerada tradicional, no entanto, ela buscava, através do método comparativo, conforme apontou na introdução da tese, “na medida do possível, uma visão unitária e evolutiva da história, entrosando o aspecto administrativo com o econômico e social, sempre com um sentido dinâmico” (LOBO, 1962), refletindo, em parte, a influência de Caio Prado Jr. De outra parte, a priorização do econômico e social reflete-se na bibliografia utilizada, na qual encontram-se os títulos clássicos de Fernand Braudel e Pierre Chaunu. Mais tarde, a tese seria publicada pela Biblioteca do Exército (Bibliex) com o título: *Processo Administrativo Ibero-americano* (LOBO, 1962)¹⁵.

A escolha do tema considerava, naquela conjuntura, tanto transformações que ocorriam na historiografia internacional, como no ambiente político nacional. De um lado, Eulália estava atenta com as mudanças em curso na historiografia, particularmente em torno da revista acadêmica francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, cujos fundadores, desde 1929, romperiam com a narrativa da história política tradicional, positivista, a que chamavam também de velha história. A nova corrente promoveu uma revolução historiográfica baseada na incorporação do método científico e do diálogo entre as ciências, firmando as bases para uma história interpretativa, social e econômica. Mais do que isso,

14 O Diploma foi expedido em 11/7/1955. A última anotação é de dezembro de 1951, mas a tese em suas partes pré-textuais indica o ano de 1952 como ano da obtenção do grau de doutor. A publicação é de 1953. Em um currículo encontrado no arquivo, o ano indicado por ela é de 1953.

15 Nessa edição, ela dedicaria o livro à sua tia: “À minha tia Lúcia Furquin Lahmeyer, uma vida dedicada ao estudo da História”. Lúcia foi bibliotecária do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e tradutora.

os *annalistes* trabalhavam com nova concepção de tempo histórico.¹⁶

Por seu turno, os ventos soprados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Cepal, um comitê regional das Nações Unidas, fundado em 1948 no contexto da Guerra Fria, com objetivo de transformar os países periféricos da América e Caribe em potências emergentes, devem ter estimulado a visão terceiro mundista de Eulália de que a “América Latina tinha uma história nova, diferente, original [...] uma região rica de possibilidades de transformar o mundo, que ela teria um papel na formação de um (novo) mundo”. (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, p. 88).

Ainda, Eulália considerava que na América Latina “o tempo era diferente do tempo europeu, o ritmo da evolução e as alternativas eram outras”. (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, p. 88), portanto, a autora participava da grande transformação que a disciplina histórica experimentava no período.

Outra inovação da autora em sua tese e que já foi referida foi a utilização do método comparativo para estabelecer as diferenças e semelhanças entre a colonização portuguesa e a espanhola. Dizemos inovação porque era algo raro, como a própria Eulália assinalaria, apontando a orientação do Conselho Interamericano de Geografia para o uso de tal método. (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, p. 88). A autora mergulharia, então, na pesquisa em fontes primárias utilizando a legislação das Índias, o Real Cedulário, o Código Felipino, as atas das câmaras, tendo ido pesquisar no Archivo General de Índias em Sevilha e no Archivo General de Madrid. É importante assinalar para as novas gerações, acostumadas já na graduação à pesquisa em fontes, que o comum na época de Eulália eram compilações de informações. Portanto, quando vai à prática, a autora dá curso a um movimento que alteraria nas décadas seguintes a pesquisa da história no Brasil. Ela não estava sozinha nesse processo,

16 Disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1716/957>. Acessado em 10/11/2024.p.435

Maria Yedda Leite Linhares e a já citada Alice Canabrava, entre outras mulheres, estariam juntas nessa transformação.

O tempo da pesquisa, entretanto, foi também o tempo de maternidade. Enquanto trabalhava na tese, Eulália, que já era mãe de André, teve Luiza, em 1948, e Lucia, em 1951.

Sobre a sua opção pelo estudo da América Latina, vale ainda ressaltar que essa visão terceiro mundista que Eulália assumiria, ao mesmo tempo em que lutaria por sua profissionalização, se daria em um contexto de grandes transformações sociais e políticas. Se os anos do bacharelado se caracterizariam pelo céu plúmbeo do Estado Novo e pela percepção lenta das mudanças implementadas por Vargas na economia, nos anos de 1950, os efeitos do novo modelo econômico, baseado na substituição de importações e no estabelecimento de uma indústria de base subsidiada pelo Estado e sediada no eixo Rio-São Paulo já se fariam sentir. Tal movimento viria inserir o país no mercado internacional e promoveria um maciço deslocamento de mão de obra de regiões como o Nordeste e Sul para os eixos do novo desenvolvimento econômico, o que ficaria conhecido como êxodo rural do período 1940-1980 (FERREIRA; VELOSO, 2015).

Naquela quadra histórica, o Brasil experimentaria um novo projeto de país, baseado em um processo acelerado de desenvolvimento econômico, manutenção do regime democrático e relativa estabilidade política, após os oito anos da ditadura do Estado Novo (1937-1945), do pendular governo Dutra (1945-1950), do traumático 2.º governo Vargas e das duas tentativas de golpe contra o próprio JK. Em novembro de 1956, o presidente debelaria os últimos focos de oposição militar ao seu mandato e o país mergulharia em uma maré de prosperidade.

Juscelino Kubitschek, eleito para um mandato de cinco anos entre 1955 e 1961, diferentemente de Getúlio, basearia-se na associação entre capital estatal, para prover a infraestrutura e a indústria de base, capital privado nacional, para instalar a indústria de bens de consumo não duráveis, e na abertura para o capital privado estrangeiro, a fim de atrair investimentos para a indústria de bens de consumo. Dessa forma, inscreveria o Brasil na ordem mundial do pós-guerra.

Eleito com base em um plano de metas que abrangia os campos da energia, dos transportes, da alimentação, da indústria de base, da educação e da construção da nova capital do país no Centro-Oeste, Brasília, o Brasil cresceria 7,9% ao ano no período. A abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro levaria à entrada de mais de dois bilhões de dólares para irrigar o desenvolvimento brasileiro naqueles anos, acompanhada de uma inédita oferta de crédito ao consumidor. Novos bens, novas ideias!

A indústria automobilística, ao lado da construção de rodovias, alavancaria o crescimento econômico e viabilizaria o povoamento do Centro-Oeste e do Norte, promovendo a integração nacional. Mas o ápice desse projeto seria a construção da nova capital federal, Brasília, no coração do Planalto Central, onde mais de 60 mil operários trabalhariam ininterruptamente, na edificação de uma cidade monumental, ícone do processo de modernização e industrialização do Brasil daquele período histórico.

O clima democrático, o acelerado processo de industrialização e urbanização e a abertura às importações deixariam para trás, ao menos em parte, o passado rural e provinciano brasileiro, combinando-se para afirmar as potencialidades nacionais. É nessa conjuntura que Eulália lutaria não apenas para se profissionalizar, mas para tornar-se uma historiadora econômica. E não à toa o tema do desenvolvimento econômico – do Brasil e da América Latina – impunha-se como questão também para ela. Afinal, como os historiadores dos *Annales* diziam, são as questões do presente que levam o historiador a interrogar o passado.

Nesse sentido, foram inúmeros os textos que escreveu e publicou sobre o tema do desenvolvimento econômico latino-americano e brasileiro. Ainda, no início dos anos 1960, conforme registrado em seu arquivo, faria um curso na Cepal, travando contato com Carlos Lessa, e embora não possa ser chamada de cepalina, em 1970, lançaria o livro *América Latina Contemporânea: Modernização, Desenvolvimento, Dependência*, que começaria a escrever na prisão, em 1969, e seria publicado pela Zahar.

PROFISSIONALIZAÇÃO, REFORMA UNIVERSITÁRIA E A LUTA PELA E CONTRA A CÁTEDRA

No quadro da sua profissionalização, ainda em 1952, Eulália se tornaria auxiliar de ensino do professor Silvio na FNFI até o ano de 1959. Entre abril de 1955 e outubro de 1956, trabalharia também como assessora política da embaixada da Indonésia para assuntos da América Latina nas Nações Unidas. Nesse período, a autora, às suas expensas, editaria sua tese de doutorado, colocando-a à disposição do mercado, um traço do empreendedorismo que será recorrente na sua vida.

Em 1957, Eulália obteve uma bolsa de estudos da Capes, sob supervisão de José Honório Rodrigues, renovada em 1958 e 1959¹⁷. Trata-se de um feito da autora por ser, ao que tudo indica, a primeira ou uma das primeiras bolsas concedidas na área de História para uma mulher no Brasil. O projeto visava sua tese de livre docência, realizando levantamento de fontes sobre América Latina no Arquivo Nacional e, também, sobre colonização holandesa. Em decorrência da bolsa, ministraria um curso no Instituto Rio Branco e visitaria as missões jesuíticas na Bolívia, refazendo o caminho de Chiquitos. Tal pesquisa seria apresentada à Faculdade Nacional de Filosofia a 22 de setembro de 1958, sob o título *Caminhos de Chiquitos às missões Guaranis de 1690 a 1718*, a fim de obter o título de docente livre da cadeira de História da América.¹⁸

Eulália utilizaria os arquivos da *Coleção De Angelis*, parte na Biblioteca Nacional, parte no Itamaraty. O Caminho era uma tentativa de romper o bloqueio e abastecer o Paraguai via Bolívia e Peru. Eulália acreditava que a documentação revelaria aspectos inéditos da guerra do Paraguai. O historiador Paulo Knauss destacaria que um dos pontos mais importantes desta tese e que acentuaria o caráter pioneiro da obra de Eulália foi trazer para superfície os povos originários

¹⁷ Arquivo E.M.L.L. Cx.49.

¹⁸ Diploma expedido em 18 de fevereiro de 1959.

reduzidos nas missões de Chiquitos e nas missões guaranis¹⁹. O olhar para os povos subalternos é algo comum na historiografia atual, mas raro na época. A tese seria publicada em quatro volumes da *Revista Brasileira de História*, entre 1959 e 1960, em outro empreendimento particular da autora.

Mas Eulália não parava e queria avançar. Ainda em 1957, tomaria posse como docente concursada do Colégio Pedro II, de onde também seria aposentada compulsoriamente em decorrência do AI-5. A fim de prover seus alunos de material de qualidade, Eulália e seus colegas Maria Yedda Leite Linhares, Eugenia D. Vieira Prado e Francisco Falcon publicariam, em 1960, o livro *História Contemporânea*, destinado à 3ª série do curso colegial e exames vestibulares e cursos superiores.

Em 1960, o professor Sílvio Júlio se aposenta da cátedra de História da América da FNFI, e o contrato de Eulália como assistente de ensino do professor é rescindido. Seu prestígio, no entanto, é ascendente, e nesse mesmo ano vai para os Estados Unidos como *visiting lecturer* de História do Brasil na Universidade do Texas, onde ficaria até o final do primeiro semestre de 1961 e realizaria diversas conferências em universidades como a Hardin-Simmons University e a Abilene Christian College, em Los Angeles.²⁰ A estada na Universidade do Texas foi financiada pela bolsa John Hay Whitney por meio da Comissão Fulbright do Brasil.

Em 1962, foi requisitada ao Colégio Pedro II pela Universidade do Brasil para atuar junto à Reitoria como secretária executiva da Comissão de Planejamento da Reforma Universitária. Em 1963 e 64, em seu currículo, apresenta-se como regente da Cátedra de História da América na FNFI e a partir de setembro de 1964, catedrática interina da cadeira de História da América Latina na vaga deixada pela aposentadoria do professor Sílvio Júlio Albuquerque Lima. Nesse mesmo ano vai a Londres e País de Gales para estudos de pós-graduação e temas ligados à reforma universitária.

19 Disponível no canal do LABHOI UFF-Mesa de Encerramento-Homenagem aos 100 anos da professora Eulália Lobo, 8/11/2024.
20 Arquivo E.M.L.L. Cx 49.

O início da década de 1960 até o golpe civil militar de 1964 foi um período de intensas disputas políticas e ideológicas entre o campo da direita e o da esquerda. Pensadas no plural – direitas e esquerdas –, havia uma diversidade infinita de tendências ideológicas refletindo sobre que tipo de modernização seria ideal para o país, daí que o tema do momento fossem as reformas de base, a reforma agrária, administrativa, constitucional, eleitoral, bancária, tributária e educacional. No que se refere à educação, havia a joia da coroa, segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, “a demanda por reforma da universidade foi incorporada pela União Nacional dos Estudantes às reformas de base anunciadas por João Goulart” (MOTTA, 2014, p. 9).

Nesse sentido, docentes e estudantes debateriam com entusiasmo como deveria ser a universidade. Eulália, secretária executiva da Comissão de Planejamento da Reforma na Universidade do Brasil, alcançaria ainda mais projeção. Mas de olho na reforma universitária também estavam os Estados Unidos, que segundo Motta “desde a Guerra Fria se propuseram a desempenhar o papel de coordenação na guerra contra o perigo vermelho” (MOTTA, 2002, p. XXI). Surpreendidos pelo sucesso da Revolução cubana e preocupados com o possível avanço do comunismo na América Latina, os norte-americanos investiram vultosas somas na modernização dos países periféricos:

“Para certos teóricos da linha democrata, a modernização de países pobres deveria ir além do progresso econômico e do desenvolvimento [...] Tratava-se de forjar uma mística, uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo. Daí o papel central conferido pelas agências do governo americano – com destaque na Usaid mas também em instituições privadas como Ford e Rockefeller – à modernização das instituições educacionais brasileiras. Nesse sentido foram investidos vultosos recursos, parcela significativa do dinheiro doado ou emprestado

pela Usaid ao Brasil entre 1961-1974. Escolas e universidades eram o lócus de treinamento de mão de obra qualificada e de líderes, mas também espaço fundamental para o debate de ideias e a formação de opiniões” (MOTTA, 2014, p. 10).

A reforma universitária, entretanto, foi interrompida pelo golpe de 1964, que menos do que antirreformista, foi sobretudo anticomunista (Motta, 2014, p. 9). Segundo esse autor, o período entre 1961-1964 corresponderia a uma terceira onda anticomunista (Motta, 2002, p. XXIV) no Brasil que atingiria em cheio sindicatos, organizações de trabalhadores rurais, a administração pública e as universidades (Motta, 2014, p. 23).

De acordo com Motta, as universidades eram vistas como ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas (idem). Todavia, até 1964, os meios acadêmicos eram bastante heterogêneos, com fortes laços conservadores e até de extrema-direita, como no caso das faculdades de Direito e Medicina. Havia docentes que pendiam para o centro e jovens professores que compartilhavam os ideais dos estudantes da UNE. No Rio de Janeiro, os estudantes da FNFfi e do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, estes muito ligados ao PCB, eram odiados pelos militares pela sua forte militância de esquerda. Na primeira hora da repressão, os militares desencadearam a Operação Gaiola, que visava afastar do cenário político os adversários recém derrotados, o que incluiria além dos expurgos, depredações de bibliotecas, o incêndio do prédio da UNE e a invasão da FNFfi. Segundo Motta, nessa fase foram raros os expurgos de professores no Rio.

O autor reitera o apoio de parte expressiva da comunidade acadêmica brasileira à derrubada de Goulart por razões diversas. Tanto que foram várias as moções de apoio aos militares aprovadas pelas congregações universitárias. No Rio, Eremildo Vianna²¹, então diretor da FNFfi chegaria “a lide-

21 Eremildo Vianna foi diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil entre 1957 e 1963, quando tentou a reeleição mas foi derrotado pelo movimento estudantil. Com a reforma universitária, a partir de 1965, voltaria ao poder passando a di-

rar operações revolucionárias com a colaboração da polícia carioca, ao comandar, à frente de civis armados, a ocupação das instalações da Rádio Mec, órgão dirigido pela sua desafiada, a professora Maria Yedda Leite Linhares (idem, p. 35).

A Operação Limpeza nas universidades não apenas expurgaria professores, mas retiraria reitores, Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e sindicâncias seriam abertos, causando muitos danos. Na FNF, Eremildo Vianna denunciaria dezenas de colegas subversivos e criaria intrigas envolvendo diversos professores, como Eulália relata nas entrevistas que deu. Nessa fase, entretanto, apenas cinco professores foram expurgados, entre eles Darcy Ribeiro e Álvaro Vieira Pinto. Mas o próprio Eremildo foi denunciado pelo general responsável pelas sindicâncias, tanto por corrupção como por ter permitido, em seu tempo de reitoria, a infiltração comunista na Universidade. Mesmo assim, Eremildo teria apoio para continuar e não ser expurgado (idem, p. 59).

Em 1965, o governo federal padronizaria o nome das instituições universitárias federais ao sancionar a lei n.º 4.759 de 20 de agosto. A Universidade do Brasil passaria a ser denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a Faculdade Nacional de Filosofia seria desmembrada e dividida em vários institutos. Eulália passaria a pertencer ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, que hoje situa-se no Largo de São Francisco, Centro do Rio. Naquela época, entretanto, estava instalado num casarão na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo.

Foi em meio a esse quadro tenso que Eulália tentaria, finalmente, concorrer à vaga deixada por Sílvio Júlio em 1960, contra a vontade do professor, que tudo fez para impedir. Após muitas idas e vindas e um jogo de liminares, Eremildo Vianna, que viria a ser chamado por alguns como o “professor dedo duro” e por outros como “o idiota”, abriria concurso para a cátedra de História da América. A prova didática se daria em 20 de dezembro de 1966. Eulália teria como concorrente Guy José Paulo de Holanda.

rigir o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aliado incondicional da ditadura militar, denunciou, perseguiu e expulsou professores e estudantes.

Francisco Falcon, em recente depoimento à *Revista Acervo*, exemplar em homenagem ao centenário da professora Eulália, diria algo bastante revelador do que foi a luta pela cátedra para Eulália:

“Temos uma lembrança da professora Eulália, muito jovem, lecionando em uma das salas do quinto andar da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Era elogiada pelos alunos por sua competência e diria mesmo pelo entusiasmo, porém, seu catedrático só se referia à nova assistente com reticências e expressões pejorativas. Mas, felizmente, a professora Eulália não deu importância a essas hostilidades e foi em frente na carreira” (FALCON, *Acervo*, 2024, p. 17).

Misoginia, por um lado, fazer uma história diferente, com metodologia e fontes primárias, por outro, e também o jogo político dentro da instituição. Eulália conta em entrevista o que Falcon dá a entrever:

“Na antiga faculdade o poder dele era muito grande, pois havia muita manipulação. Se um professor não queria fazer concurso, por exemplo, com receio de perder para alguém de fora, Eremildo adiava, não realizava o concurso, garantindo o voto dessa pessoa na sua eleição para diretor. Esse fato era muito comum, porque a congregação da Filosofia tinha sido constituída inicialmente por professores nomeados, e não concursados. Eu, por exemplo, entrei como auxiliar de ensino e fiz provas para doutor e livre docente e concurso para titular ou catedrática. Foi uma luta para marcar o concurso para a cátedra. E mesmo tendo conseguido, eu era a favor da derrubada do monopólio do catedrático” (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, p. 91).

A tese para o concurso de Cátedra intitulou-se *Aspectos da atuação dos consulados de Sevilha, Cádiz e da América His-*

pânico na evolução econômica do século XVIII. Segundo Eulália, a ideia foi estudar a expansão dos comerciantes espanhóis e o surgimento dos comerciantes locais. Nesse momento, ela já era completamente uma historiadora econômica, com bastante prestígio no exterior. Apesar de aprovada, apenas em 29 de maio de 1968 tomaria posse. Não sem antes Guy José de Paulo Holanda entrar com liminares para suspender o concurso.

Enquanto o concurso se desenrolava, e a Operação Limpeza aparentemente se abrandava, permitindo a volta para o Brasil de alguns quadros universitários que haviam partido para o exterior, intensificavam-se as discussões sobre a reforma universitária. De acordo com Motta, “a unidade básica das faculdades eram os catedráticos, professores poderosos que entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis hierárquicos inferiores.” (MOTTA, 2014, p. 9). Nas discussões levadas à cabo no IFCS, de acordo com a autora, a reforma acabaria com os poderes imperiais do reitor. Propunha sua substituição por uma comissão formada pelos decanos dos centros responsáveis por cada área de conhecimento. Em cada um desses centros, uma câmara de estudos brasileiros seria criada para estimular a comunicação da universidade com a sociedade, que não poderia mais ser uma torre de marfim. Todavia, essas propostas contrariavam muitos interesses. Muita gente estava encastelada e não queria que ela se dissolvesse e o poder fosse dado ao departamento. Havia institutos que possuíam mais votos que outros. Entretanto, muitos queriam ser reitor e não desejavam que o poder desse cargo fosse destruído. Muitos interesses estavam em jogo, e criou-se um antagonismo contra o IFCS (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, p. 91). Muitos dos seus professores seriam rotulados como subversivos.

Com o recrudescimento do movimento estudantil em 1968, as atividades de grupos armados de esquerda, e a captura revolucionária do embaixador americano, intensificaria-se também o fantasma do comunismo. Muito além

disso, havia um desgaste do governo criticado pelo seu próprio partido, a Arena, e mesmo perda de prestígio junto à opinião pública. O conjunto desses fatores levaria a ala radical do regime militar exigir uma resposta à altura, o que corresponderia à edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968 (MOTTA, 2014, p. 148).

Embora a repressão estivesse mais interessada em pegar os estudantes, os docentes das federais não foram esquecidos e os primeiros expurgos começariam em abril de 1969. De acordo com Motta, a direita militar ligada à Operação Limpeza aproveitaria a oportunidade para “acertar contas com os antigos inimigos e vários professores que escaparam da degola em 1964 desta feita foram atingidos” Motta assinala que “a justiça revolucionária se deu de cima para baixo e sob controle central”, todavia não significa que “as punições tenham sido decididas exclusivamente pelos generais, houve gestões moderadas e negociações para salvar nomes” (MOTTA, 2014, p. 164).

Motta calcula que de 120 a 168 professores tenham sido atingidos pelo AI-5. A UFRJ foi uma das mais impactadas. Eulália, que havia tomado posse em maio de 1968, seria aposentada compulsoriamente em 17 de julho de 1969, conforme publicado no Diário Oficial da União.

Eulália, como é do conhecimento geral, não foi a única cassada; a UFRJ teve quarenta e quatro professores aposentados compulsoriamente. O departamento de História, particularmente, foi devastado com a aposentadoria abrupta de seus principais quadros, como Guy José Paulo de Holanda, Manoel Maurício de Albuquerque, Maria Yedda Leite Linhares, Marina São Paulo de Vasconcellos, além, claro, da própria Eulália. Em outros setores da Universidade, nomes importantes como Carlos Nelson Coutinho, Evaristo de Moraes Filho, Heleno Cláudio Fragoso, Hermes Lima, José Américo da Mota Pessanha, Moema Eulália de Oliveira Toscano, Quirino Campofiorito da Rocha, Victor Nunes Leal, Wanderley Guilherme dos Santos também seriam defenestrados (QUEIROZ, 2021).

Após a cassação, ela ainda seria submetida ao constrangimento de ser presa na chamada Operação Gaiola, que visava impedir que intelectuais e professores se avistassem com Nelson Rockefeller, quando passaria uma semana presa. Esse episódio, que foi contado em diversas entrevistas por Eulália, ganharia ainda mais sabor ao ser recontado pela professora Ismênia Martins em seus textos em homenagem à grande amiga. Ismênia, além de seus méritos acadêmicos possui extraordinária capacidade narrativa, tornando uma história dramática numa bem-humorada sátira ao regime:

“Em 1968, Eulália, Yedda, Maurício de Albuquerque, José Américo Mota Peçanha, entre outros ilustres professores da Faculdade Nacional de Filosofia, foram atingidos pelo AI-5 e aposentados compulsoriamente. No ano seguinte, 1969, Eulália foi presa, passagem que em diversas ocasiões ela própria contou e que eu recontei nas homenagens que fiz, pela força de sua autoridade moral e pelo constrangimento que provocou no militar que a interrogava, perguntando se ele, como representante do Exército brasileiro, de tantas glórias, não se sentia envergonhado: “O Exército que combateu a caça aos escravos, que proclamou a República vem agora prender os cidadãos que não estão armados... O Exército que tem tantas tradições gloriosas, está reduzido a isso?” (Martins, 2007). E a ordem se inverteu: o comandante se defendendo e Eulália atacando” (MARTINS, 2024).²²

Eulália, nas entrevistas que concedeu, contou um pouco do que viveu naquela quadra da história, mas no intuito de apreender melhor o processo, sua filha Luiza Lobo narra como entendeu o processo de aposentadoria da mãe:

“Um dos prováveis motivos para a aposentadoria da minha mãe foi a perseguição reacionária por

²² Disponível em <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2346/2050>. Acessado em 22/11/2024.

parte de “pessoas” como Eremildo Luís Viana, que andava armado com um revólver na cintura, em pleno IFCS, já então no Largo de São Francisco; era cunhado do chefe do SNI. Foi um dos que a incluiu na lista de aposentados devido a seu ódio por ela ter participado e ter sido a principal articuladora da reforma universitária. Mamãe, inclusive, viajou a Londres, para estudar o sistema de ensino lá. A reforma acabou com a farra dos catedráticos, que ficavam viajando e lecionando na Europa enquanto seus assistentes – a maioria nem sequer concursados, apenas substitutos numa folha separada – davam aulas em seu lugar. Assim, a partir da reforma de ensino, todos na universidade, independentemente da hierarquia, passaram a ter um número mínimo determinado de aulas por semana, sem poder se furtar a lecionar, também, na graduação.”²³

A fala de Luiza corrobora a ideia de que havia um ambiente de caça às bruxas, retomando a análise de Motta de que realmente os envolvidos na Operação Limpeza aproveitaram a oportunidade para acertar contas com professores que escaparam da degola em 1964, particularmente aqueles que protagonizaram a reforma universitária, como Eulália.

Não é possível apreender completamente os impactos da violência de Estado que atingiria Eulália, e deixaria, certamente, muitas marcas na família. Em outra fala, Luiza Lobo, novamente, nos permite entrever algumas dessas marcas:

“Havia um ambiente pesado, pois meu pai queria passar de decano a reitor, antes de haver eleição, quando o governo escolhia um nome na lista tríplice que era levada a Brasília, e no fundo culpava a aposentadoria compulsória de minha mãe por não vencer. No entanto, quando se abriram os arquivos da ditadura, anos depois, eles descobriram

²³ Entrevista escrita de Luiza Lobo à autora por email de 30 de outubro de 2024.

que meu pai não era escolhido por ter protegido os estudantes da Faculdade de Medicina, quando saíram da ocupação do prédio, para que não sofressem outras penalidades além de apanharem de cassete no “corredor polonês” que os policiais formaram ali. Foi por esse ato isolado que sua ficha no DOPS ficou “suja”, com acusações de ser comunista! Até esse ponto de ridículo chegava a ditadura militar no Brasil!” (Idem).

Bruno Lobo, como já foi dito, era professor de Histologia e Embriologia na UFRJ, foi docente também da UFRRJ e da Escola de Medicina e Cirurgia, posteriormente integrada à UERJ. Na UFRJ, foi pesquisador e decano da Faculdade de Medicina por muitos anos. Segundo sua filha, anualmente “era eleito paraninfo por seus alunos que não esqueciam suas aulas”. Faleceu um mês após sua posse na Academia Nacional de Medicina, em 1995²⁴. A ditadura não apenas desfez seu sonho de ser reitor, como impôs, ao menos por um tempo, a dúvida no seio da família.

Ainda de acordo com Luiza, Eulália ainda teve que lidar com outro fato desagradável no ambiente familiar:

“Quando ocorreu a aposentadoria pelo AI-5, foi que o irmão de minha mãe, Antônio Dias Leite, companheiro de discussões sobre história econômica a vida toda (muito jovem, ele deu a ela um anel de brilhantes, ao ganhar na loteria), tinha aceitado, contra a vontade dos alunos da escola de Engenharia, onde era titular, o cargo de ministro do governo Geisel. Portanto, embora não tenha comparecido à reunião, lá estava sua assinatura na lista de aposentados pelo AI-5.”²⁵

²⁴ Bruno Alípio Lobo (1913-1995) também foi diretor da Cesgranrio, e assim como Eulália, foi distinguido com o título de professor emérito por diversas universidades. Dr. Bruno é muito lembrado pelos orientando de Eulália pela amabilidade, pelos jantares que oferecia e pela forma como contribuía para o trabalho da mulher, inclusive, datilografando seus originais. As filhas recordam os jantares que o casal oferecia aos professores estrangeiros e brasileiros na sua residência no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

²⁵ Entrevista escrita de Luiza Lobo à autora por email de 30 de outubro de 2024.

Todavia, não era do temperamento de Eulália esmorecer, desistir, nem se deixar levar por constrangimentos. Importante lembrar que a aposentadoria lhe tirou suas fontes de renda, a Universidade e o Colégio Pedro II.

IV. A aposentadoria compulsória, resistência e ampliação do campo de trabalho do historiador

Eulália foi à luta imediatamente. Antes disso, em 1967, tinha sido visitante na University South Carolina. Em 1968, na época em que tomou posse na cátedra, publicaria na prestigiosa *Encyclopédie de la Pléiade* o artigo *Les indiens du nord et du centre de l'Amérique du Sud*. (LOBO, *Ethnologie Regionale II*, pp. 1449-547). Nesse artigo, mais uma vez, demonstraria a amplitude de seus interesses ao associar história e etnologia, campo que se mostraria fértil no Brasil a partir dos anos 1980 e 1990.

Com contatos diversos, inclusive com embaixadas, e particularmente com a dos Estados Unidos, ela se inseriu definitivamente no mundo universitário norte-americano. Luiza Lobo conta com detalhes essa história:

“A convite de seu grande amigo Ashley Brown minha mãe passou a lecionar na University of South Carolina, por nove anos, sendo um semestre meses por ano, tendo sempre contado com o apoio do meu pai (um homem ‘feminista’, que sempre esteve a seu lado, em todas as circunstâncias). Mais um ano e poderia ter se aposentado nos Estados Unidos. Mas declarou-se cansada daquela vida solitária, longe da família (embora passasse apenas um semestre por ano nos EUA), e perdeu uma ótima aposentadoria vitalícia” (Idem).

Por nove anos, Eulália deu aula no início do semestre letivo de diversas universidades, como a já citada South Carolina University e também a University of Texas (1975). Nessas instituições, lecionaria Metodologia, História Colonial Latino-Americana e História Moderna do Brasil, incluindo

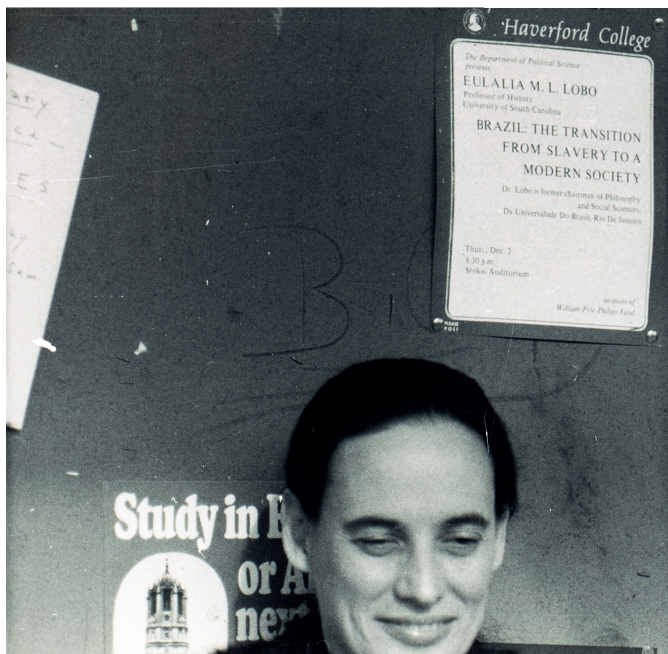


FIGURA 4. EULÁLIA LOBO NA SOUTH CAROLINE UNIVERSITY, ACERVO PESSOAL FUNDO EULÁLIA LOBO (IMAGENS), ARQUIVO NACIONAL, 1968.

os temas da modernização e dependência. Conferências, palestras e participação em simpósios e encontros regionais também estão devidamente registradas em seu arquivo, mostrando o prestígio da autora. Seu arquivo revela, também, o tamanho do seu fôlego intelectual ao registrar palestras sobre temas diversos – da economia colonial latino-americana à escravidão no Brasil, aos estudos comparativos entre comerciantes do

Rio de Janeiro no século XVIII e os de Charleston²⁶, aos nacionalismos²⁷, ao Brasil pós-30²⁸, à história da industrialização, ao movimento operário,²⁹ entre outros tantos. Importante dizer que em seu arquivo encontram-se, também, os programas de cursos dados nas universidades americanas, assim como os ministrados na pós-graduação da UFF, quando do seu retorno.

Quando voltava ao Brasil, corria para as fontes, articulando recursos e bolsas para realizar seu grande trabalho: *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro, 1760-1945*, em que História Econômica, História Quantitativa, longa duração e computadores se encontrariam. Ressalta-se que sua capacidade de articu-

26 Fonte: Levantamento da PRODUÇÃO INTELECTUAL NO ARQUIVO DE EULÁLIA por Vitor Manoel Marques da Fonseca, disponibilizado à autora.

27 Por exemplo, veja-se esta palestra: LOBO, E M L. *Nationalism in Brazil* no *Brazil: titan in transition* em 19/5/1971, UCLA. Fonte: Levantamento da PRODUÇÃO INTELECTUAL NO ARQUIVO DE EULÁLIA por Vitor Manoel Marques da Fonseca, disponibilizado à autora.

28 Outro exemplo: LOBO, E M L. *Brazil: from slavery to a modern society*, 19/5/1971, UCLA. Fonte: Levantamento da PRODUÇÃO INTELECTUAL NO ARQUIVO DE EULÁLIA por Vitor Manoel Marques da Fonseca, disponibilizado à autora.

29 Palestra: LOBO, E M L. *Living standards of workers during the Brazilian Economic Miracle*. UCLA, 1974. Fonte: idem.

lar auxílios financeiros era impressionante, considerando-se principalmente que a partir de maio de 1969 ela deixaria de ter vínculo acadêmico, o que até o presente é um problema para os pesquisadores no Brasil.

Ainda como professora da UFRJ, havia começado a elaborar uma proposta de organização do curso de mestrado em História na instituição, inclusive escrevendo seu plano de regulamentação como se aferiu na caixa 47 de seu arquivo, onde se verifica também um memorando de Eulália à diretora do IFCS sobre bolsistas de pós-graduação para o projeto “História dos preços na área do Rio de Janeiro de 1800-1930”, o que significa dizer que a gênese do História do Rio de Janeiro começaria ainda na UFRJ.

De volta a seu arquivo, conforme apurado por Fonseca, encontramos uma solicitação de bolsas e financiamento para o projeto de pesquisa sobre preços e salários datado de 1969/1970: *The evolution of prices and salaries in Rio de Janeiro from 1800 to 1930* e *Rio de Janeiro - money, prices and wages (1763-1930)*, submetido em co-autoria com o professor Harold Johnson, ao Social Science Research Council, dos Estados Unidos. A pesquisa usaria como fontes documentos da Candelária, Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, Santa Casa da Misericórdia e Moinho da Luz. Consta, ainda, anotações de curso para elaboração de gráficos e estatísticas; fichas (mimeografadas) para coleta de dados do projeto, anotações sobre o envio de recursos do Social Science Research Council para o trabalho, além de uma reportagem publicada na *Revista da Santa Casa*³⁰, ou seja de quando ela já estava cassada, sobre jovens estudantes trabalhando no Arquivo Geral da Santa Casa: eram os bachareis de Eulália pesquisando em fontes primárias. A historiadora, dando lugar ao sentimento que a tocou ao ler Caio Prado Jr, não permitiria que seus alunos reproduzissem a História da sua graduação, e como diria Ismênia de Lima Martins, foi uma musa que devolveria o brilho a Clio:

30 Ano 2, n. 14, de junho de 1969.

“Não há, portanto, como dimensionar a influência da historiadora Eulália Lobo em minha geração acadêmica, que conheceu, nos bancos universitários, uma história acrítica, aprisionada no passado e na erudição ornamento. Enfim, gosto de dizer que fomos apresentadas em nossas graduações a uma Clio empoeirada, e Eulália, ao lado de outras pioneiras, entre as quais destaco Alice Piffer Canabrava, Emília Viotti e Nícia Vilela Luz, conferiram-lhe o brilho devido” (MARTINS, Acervo, 2024).

Também em seu arquivo encontram-se planilhas impressas em computador para montagem de banco de dados e troca de correspondência com o professor W. J. Eccles, da University of South Caroline, em 1970, sobre o uso de computadores na pesquisa histórica. Eulália estava atenta com seu tempo e mais historiadora econômica do que nunca envolveria-se completamente com a história serial e quantitativa, mal vista no Brasil durante muito tempo.

Em 1973, Eulália chegaria ao Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais, IBMEC, com apoio de Maria Bárbara Levy³¹, então jovem doutora e uma de suas grandes parceiras de trabalho, e de João Regis Ricardo dos Santos, para dar continuidade ao projeto sobre o Rio de Janeiro. A instituição merece ser destacada, uma vez que naquela conjuntura de censura e arbítrio, apoiaria a pesquisa de uma historiadora cassada, representando um espaço de ampliação do trabalho do historiador. Na ocasião, ela mantinha o apoio do Social Science Research Council e o inédito suporte financeiro para um pesquisador sem vínculo institucional, da Ford Foundation. Há registros também de que tenha solicitado recursos para a Russel Sage Foundation.

Daí em diante, a história é bem conhecida; Eulália ia para os EUA lecionar e seus bolsistas cumpriam as tarefas

31 Maria Bárbara Levy era então uma jovem doutora trabalhando no Ibmecc. Ela assinou vários capítulos do livro sobre o Rio de Janeiro com Eulália e juntas, ao longo de vinte anos, publicaram vários artigos. Barbara faleceu precocemente em 1992. Em 1999, Eulália publicou um texto em sua homenagem: LOBO, Eulália M. L.; *Maria Bárbara Levy, seu papel na historiografia econômica no Brasil. História econômica & história de empresas* II.2 (1999), pp. 63-82.

pré-determinadas por elas. O resultado foi o levantamento maciço de dados sobre demografia, preços e salários dos arquivos da Brahma, da América Fabril, da Fábrica Corcovado, Bangu, e do Moinho da Luz. Segundo Martins, tais dados lhe permitiriam investigar informações sobre os processos econômicos e a qualidade de vida dos trabalhadores: “pesquisar alimentação, mobilidade, habitação, salários e transformações da mão de obra, uma vez que o recorte temporal abrigava todo o longuíssimo século XIX e início do XX, período de grandes transformações estruturais” (MARTINS, Acervo, 2024).

Quando voltava dos Estados Unidos, além de tabular os dados e fazer as análises, encontrava tempo para realizar palestras, conferências e implementar cursos em outras instituições e cenários. Em 1977, formulou o projeto de pesquisa *História da administração da agricultura no Brasil, da colônia à atualidade*, apresentado ao Convênio entre o Ministério da Agricultura (SUPLAN), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Fundação Getúlio Vargas, por meio da Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP). Desse projeto resultaria o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola da EIAP, que contaria com a colaboração de Eliane Lezan na disciplina de Planejamento e políticas econômicas no Brasil e Maria Yedda L. Linhares na de História da Agricultura Brasileira I. Em função do convênio, Eulália publicaria o livro *História Política Administrativa da Agricultura Brasileira: 1808-1889*³². Chama atenção que uma professora aposentada compulsoriamente pela Ditadura participasse de um convênio com órgãos da administração pública.

Em 1978, como já foi referido, foi publicada a *História do Rio de Janeiro*, mas antes de comentar sua recepção, é importante marcar a faceta empreendedorista da autora. Em 1979, conforme aponta o levantamento de Fonseca, encontramos em seu arquivo anotações para um curso sobre teatro com estudos sobre peças de Dario Fo e Oduvaldo Viana filho (*Papa Highirte* e *Rasga Coração*), e ainda Lauro

32 Arquivo EMLL, Cx40.

Muniz Sodré (*Sinal de vida*). Eulália não parava de trabalhar e usou todos os espaços que lhe foram permitidos para fazê-lo. Trabalhou, inclusive como tradutora, como informa Luiza Lobo: “No retorno ao Brasil, foi tradutora simultânea, creio que por dois anos, chegando a traduzir diretamente do inglês ao francês, ou vice-versa, não me lembro bem, até que passou a sofrer de ecolalia, e eu recomendei que largasse aquela atividade.”³³

Eulália trabalhava, e quando achou que ainda não era suficiente, fundou uma empresa, a Efemérides, em sociedade com Maria Bárbara Levy. O ano foi 1987 e Eulália tinha 63 anos. A historiadora não estava cansada, ao contrário; queria mais! Segundo o contrato social da empresa, tinha como objetivo:

“a organização de arquivos públicos e privados, pesquisas históricas, publicações de livros, relatórios, revistas e folhetos, organizar cursos, conferências, simpósios, reuniões culturais, seminários e exposições, promoções e difusões de eventos nos meios de comunicação, gravações de disco e vídeos sobre temas históricos e culturais, realizar entrevistas com objetivo de preservar depoimentos de história oral, dar pareceres sobre pesquisas e publicações ligadas à história.”³⁴

Entre as propostas apresentadas pela empresa, destacam-se a edição de livro comemorativo do cinquentenário do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), proposta de pesquisa para organização de documentos visuais e sonoros da Mesbla, sinopse para uma agenda comemorativa do V Centenário da Descoberta da América, em 1992, e pesquisa sobre a história do BANERJ; esta última não foi concretizada.

Eulália era uma trabalhadora da história. Incansável! Empreendedora, no melhor sentido da palavra: criava espaços institucionais para a existência de laboratórios,

³³ Entrevista de Luiza Lobo à autora.

³⁴ Arquivo E.M.L.L., cx. 25

programas de mestrado, linhas de pesquisa em instituições públicas e privadas, articulava recursos e ampliava no setor privado os espaços do historiador. Ela foi sempre, e sem dúvida, uma mulher muito moderna.

Ismênia Martins, em artigos e conferências, detalhou a importância da atuação da professora Eulália no Programa de Pós-graduação em História da UFF e seu desempenho decisivo para a obtenção de financiamento inédito para um projeto de Ciências Sociais na Financiadora de Estudos e Projetos, a Finep, em 1980, o que se daria por meio do projeto Cidade-Campo no Complexo Regional Fluminense 1890-1930 (MARTINS, Acervo, 2024). São detalhes que mostram sua engenhosidade e seu espírito colaborativo.

Integrada à UFF em 1978, no contexto pré-anistia, até hoje a professora Ismênia não sabe dizer como a coordenadora da pós, à época a Professora Aydil de Carvalho Preiss, conseguiu fazê-lo. Eulália voltaria à universidade pública, sem deixar de elaborar propostas de trabalho para instituições privadas. Em 1980 seria reintegrada à UFRJ³⁵. Sobre seu retorno para casa, disse:

“Foi constrangedora, aflitiva. Não houve uma satisfação, uma euforia. Entramos lá, eu, Darcy Ribeiro, mais um grupo, e aquilo era tão triste, cadeiras quebradas, tudo sujo. [...] Foi muito triste. [...] A primeira coisa que fiz lá, como já contei, foi mexer na biblioteca. Depois consegui uns caminhões para levar os móveis velhos para consertar no Centro das Ciências de Saúde. Ninguém queria dar um tostão de verba para o IFCS, de modo que mandei arrumar o que tinha, de quatro cadeiras fazia-se uma. Depois consegui mais tinta, pintamos as paredes. No princípio foi um trabalho braçal. Voltei a dar aula, não mais especificamente sobre história da América, mas sobre vários assuntos: operariado, história das cidades, vários

35 De acordo com o apurado, o processo de reintegração de Eulália a UFRJ foi aberto em 22/11/1979, processo 16308/80 REINTEGRAÇÃO – portaria revertida pelo reitor em 28/5/1980. Arquivo E.M.L.L. Cx.44.

temas que abrangiam o Brasil e a América Latina” (LOBO *in* VAINFAS; GOMES, 1992, p. 94).

O sabor amargo experimentado por Eulália relaciona-se inequivocamente à forma como a anistia se realizou. Em seu arquivo, encontra-se um recorte de jornal com uma crônica de Carlos Drummond de Andrade, de 1979, sobre a anistia, intitulada *Como Vens, Como te Imaginava*:

“Anistia, teu nome é perdão, começa a primeira estrofe. Mas como perdoar a quem não cometeu falta ou delito, e, não os cometendo, foi castigado? Se teu nome é perdão, deve este ser pedido às vítimas da injustiça e do arbítrio? Em vez de compaixão, neste caso, a anistia precisava ser um ato de arrependimento seguido de reconhecimento público e proclamação da injustiça.”

Como sabemos, os torturadores foram anistiados, não houve reparações, e as universidades não contaram com um tostão para se reequiparem, quadro que a crise econômica das décadas seguintes agravaria. Reintegrada à UFRJ, Eulália e Maria Yeda Leite Linhares teriam importantes papéis na renovação e re-institucionalização da pós-graduação³⁶. Ironicamente, Eulália substituiria Eremildo Vianna na coordenação do mestrado a partir de 30 de janeiro de 1981.

Nas décadas seguintes, a professora dos professores, já então um ícone, continuaria renovando seus temas, sempre dentro da perspectiva da história social e economia, iluminando questões como o movimento operário e a história da imigração portuguesa no Brasil.

O fato de *A História do Rio de Janeiro* não ter tido uma recepção calorosa não incomodou Eulália. Havia, naquela conjuntura, como já foi dito, uma certa má vontade com a história quantitativa que depois, nos anos 1980, seria uma febre nos cursos de pós-graduação; havia ainda, a preferência

³⁶ Para uma melhor compreensão da trajetória da FNFi ao IFCS, remeto o leitor para o seguinte artigo: Ferreira, Marieta de Moraes. *Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ*. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400012. Acessado em 21/11/2024.

pelas grandes sínteses, e Eulália, naquele momento, já diminuía a escala para analisar como questões que se davam ao nível do capitalismo internacional eram respondidas e experimentadas na escala local, enfatizando a cidade e dando curso à temática do movimento operário.

Na verdade, a trajetória do *História do Rio de Janeiro* é paradoxal! O livro rapidamente se transformaria em um clássico sobre a história da cidade, citado obrigatoriamente em todas as pesquisas posteriores ao seu lançamento, todavia sem alarde. Nas últimas décadas, entretanto, as novas formas de refletir teórico-metodologicamente sobre o espaço urbano, o cotidiano e o mundo do trabalho levariam a uma nova leitura do livro por jovens historiadores impactados pelo impressionante volume de dados que aporta.

Os temas da cidade, do cotidiano e do movimento operário mobilizariam Eulália nos anos 80. Na década seguinte, entre seus focos de pesquisa, estaria a imigração portuguesa para o Brasil, particularmente para a cidade do Rio de Janeiro, tema até então pouco estudado. Um rápido olhar por seu arquivo mostra que tal temática sempre esteve ali, o que se relaciona, claro, com suas origens. O fato é que o livro *Portugueses no Brasil*, lançado em 1994 pela Fundação MAPFRE, na Espanha e apenas em 2001 no Brasil (LOBO, Hucitec), se não foi uma obra pioneira, alavancou uma série de novos estudos sobre os portugueses no Rio de Janeiro, que permitiriam ultrapassar as questões até então tradicionais – o papel do imigrante na economia e na sociedade, a rivalidade entre nacionais e lusos. No livro, obedecendo ao impulso originário de pensar o movimento dinâmico da história, a autora procuraria:

“englobar a perspectiva econômica, social, política e cultural, usando dados quantitativos e qualitativos, fontes estatísticas sobre migração, comércio, produção, alfabetização, etc., jornais da colônia portuguesa no Brasil, textos literários, ensaios, revistas especializadas, documentos oficiais, leis, processos criminais envolvendo portugueses e

brasileiros, declarações de autoridades, discursos, tratados depoimentos, fotografias, catálogos de exposições de arte, programas de teatro, imagens de artes plásticas” (LOBO, 2001).

Eulália produziria um perfil detalhado dos imigrantes nos períodos de ascensão, descenso e retomada da imigração portuguesa para o Brasil, entre 1888 e 1950, – “sua identidade e suas interrelações com o brasileiro”, a partir de um conjunto amplo de fontes, muitas das quais então pouco conhecidas e exploradas e sugerindo novas linhas de pesquisa. Mais importante é a forma como a autora alinhava as questões levantadas: dando à cultura o lugar central para a explicar as bases nas quais a influência portuguesa se projeta pelo espaço urbano do Rio de Janeiro.

Essa apresentação poderia se alongar porque há ainda muito a se dizer sobre a autora, mas é tempo de encerrá-la. Importa destacar que nascida sob o signo da transformação, Eulália não se furtou a viver as frenéticas mudanças de seu tempo, nadar na contracorrente dos catedráticos, ocupar espaços masculinos, ser pioneira em temas então inéditos, lutar pelos arquivos, enfim, viver a vida intensamente, numa adesão existencial ao seu ofício. São famosas suas esticadas em congressos tão bem narradas por Ismênia Martins, seu talento para a dança e os vinhos, sua amizade com historiadores importantes como Charles Boxer e Eric Hobsbawm, mas também seu afeto pelos alunos que se transformariam em parceiros de trabalho. Se aparentemente, nossa homenageada parecia uma *workaholic*, essa impressão é desfeita por Luiza Lobo:

“Tal definição não se adequa de forma alguma à personalidade de minha mãe. Ela não era de todo obsessiva! Era mais para easy going, relax. Raramente encontrei uma pessoa que apreciasse mais viver do que ela. Ela possuía o que os franceses chamam de “savoir vivre”. Nunca se irritava ou perdia a paciência, apreciava viagens e passeios.

Teve uma infância feliz, convivendo com primos e tias maternas. Viajava sempre, nas férias, com meu pai a Paris, e diversas vezes a Portugal, para pesquisar na Torre do Tombo, e à Espanha, para pesquisar no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha.[...]. Enfim, escrevia e lecionava porque gostava do que fazia, nunca reclamando do trabalho, que para ela era um prazer.”³⁷

Easy going, savoir vivre, bem humorada, afetuosa, paciente, a autora era, sobretudo, uma mulher independente e destemida. Viajou pelo mundo todo a fim de conferir aquilo que os livros falavam, aprender com a população local e de quebra visitar arquivos. Deixou vários volumes de CD-ROM com as fotos das viagens acrescidas de entrevistas realizadas por Pedro Tórtima e Eduardo Stotz. Para ela, a história estava em arguição permanente.

O reconhecimento ao seu trabalho se revelaria sob diversas formas. No âmbito acadêmico, receberia o título de professora emérita nas duas universidades que trabalhou, na UFRJ (1985) e na UFF (2002). Em termos mais amplos, pelo amor, carinho e respeito de seus orientandos, colegas e pesquisadores mais próximos como se depreende nesse livro, que contribuem para a construção de sua memória. Por fim, pelo respeito de novas e novíssimas gerações de historiadores que, em várias áreas exploradas por Eulália, tem nela uma referência sólida e contemporânea dos estudos do campo. É assim na História Econômica, em particular no Rio de Janeiro, na História Empresarial, na História da América, sobretudo nos estudos comparativos.

As novas gerações poderão contar ainda com a fabulosa biblioteca que Eulália reuniu em vida. Com cerca de trinta mil livros, foi doada por sua família à UFF. Já no Arquivo Nacional, encontra-se seu arquivo pessoal, de grandes proporções e que permitirá não apenas refazer os passos da autora, como partir de suas anotações e de seu material de

37 Entrevista de Luiza Lobo à autora por email.

pesquisa para, com as interrogações do presente, revisitar temas já conhecidos, adensando a compreensão da história.

Eulália Lobo, como assinalado no início, sem lisonja nem hipérbole, é uma das personalidades mais importantes da vida universitária brasileira do século XX. Se comemoramos hoje o seu centenário, não é apenas por um dever de memória, o que por si já justificaria esse livro, mas é também porque sua obra continua relevante para nós, ensinando e apontando caminhos de pesquisa. Mesmo que o tempo e o espaço de hoje caibam numa tela de computador, Eulália, seu trabalho, seu exemplo e seu *savoir vivre* continuam inspirando as novas gerações.

Os capítulos que seguem esta apresentação abordam alguns dos temas da autora, assim como seu arquivo e sua relação com a FNNi/UFRJ. No primeiro, *Os Combates pela História de Eulália Lobo*, João Antônio de Paula, professor titular do Departamento de Ciências Econômicas e do Ce-deplar, examina com emoção e a moda de Lucien Febvre, os diversos combates pela história enfrentados pela nossa autora, além de indicar como a pesquisa em História Econômica foi sedimentada por seus esforços. No capítulo 2, intitulado *Eulália Lobo, tempos e espaços, a América Latina de Chavin ao Tratado de Montevideo (1959-1992)*, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em texto emocionado, compartilha sua experiência como orientando de Eulália, e mostra, por meio da análise de alguns de seus trabalhos, particularmente suas teses, porque ela ainda é uma referência no estudo da América Latina.

Já no capítulo 3, retomamos ao infinito *História do Rio de Janeiro*, escrito por Luís Carlos Soares e Cesar Honorato, ambos professores titulares aposentados do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, e que conviveram com ela na pós-graduação da UFF nos anos de 1980. Os autores que definem a obra como seminal apresentam a

conjuntura em que o livro foi elaborado e a polêmica que seguiu-se à sua publicação. Com esmero, comentam capítulo a capítulo, indicando os méritos e também algumas contradições, sobretudo destacando a inovadora “análise das fontes primárias” e como a autora mostra pioneiramente a:

“formação de um grupo mercantil baseado no Rio de Janeiro e que acumulou muito capital nos “interstícios” do sistema colonial, comprovando empiricamente que a visão de domínio total da metrópole sobre as atividades coloniais não se sustentava – pelo menos para o caso do RJ – onde um grupo forte, inclusive politicamente, se firmou no comércio de escravos, de abastecimento”.

Conjuntura e movimento operário: estudos na oficina da historiadora, escrito por Eduardo Stotz, pesquisador titular aposentado da Fiocruz, ex-aluno, colaborador e amigo pessoal de Eulália, constitui-se no capítulo 4 da obra. Stotz examina a conjuntura historiográfica da época e como a autora se posicionava. Analisa, também, artigos de Eulália sobre o movimento operário e como seu trabalho foi importante para refutar a pretensão dos historiadores paulistas de generalizar seus resultados locais para o Brasil; seu questionamento sobre a tese do atraso operário e da sua proveniência rural.

O capítulo 5, *A trajetória da Professora Eulália Maria Leite Lobo e a História empresarial brasileira*, ficou por conta de Mauricio Bertola, doutor em História pelo PPGH-UFF, que muito orgulhosamente se diz um herdeiro de Eulália, embora não tenha sido seu aluno. O autor destaca seu pioneirismo e criatividade em um tema que, durante muito tempo, permaneceu invisível para a comunidade dos historiadores.

Marieta de Moraes Ferreira, professora emérita da UFRJ, em conjunto com Andrea Cristina de Barros Queiroz, sua pós-doutoranda e também diretora da Divisão Institucional do Sistema de Bibliotecas da UFRJ, contemplam no capítulo 6, a relação de Eulália com a Universidade que foi sua alma mater. No texto intitulado *Eulália Lobo: da Faculdade Nacional*

de Filosofia ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, analisam a sua trajetória na instituição, considerando as conjunturas que transformaram UFRJ e seu papel no reerguimento do Departamento de História e da Pós-Graduação.

Em *Eulália Lobo: vida, História e arquivo*, capítulo 7, Victor Manoel Marques da Fonseca, ex-aluno e orientando, servidor aposentado do Arquivo Nacional e professor aposentado do Departamento de Ciência da Informação da UFF, nos introduz ao arquivo pessoal de Eulália. De grandes proporções, contém 112 caixas, material em mapoteca, encontrando-se no Arquivo Nacional. Fonseca aborda a questão tanto do ponto de vista da História como da Arquivologia, mostrando de um lado a vontade de guardar de Eulália e, de outro, a relevância das suas atividades profissionais no acervo que acumulou.

Finalmente, no capítulo 8, Bernardo Kocher, professor de História Contemporânea do Departamento de História da UFF e de seu Programa de Pós-graduação, outro ex-aluno de Eulália, e também seu parceiro em artigos, apresenta o texto *O Terceiro Mundo e a construção analítica da Ásia, África, e América Latina na obra de Eulália Maria Lahmeyer Lobo*. Bernardo insere o pensamento e obra da professora Eulália no cenário do mundo pós-2ª Guerra, na emergência do terceiro mundismo e mostra, utilizando como fontes as viagens da autora, pelos quatro cantos do planeta, como ela articulava seus conhecimentos com aquilo que via.

Haveria, ainda, mais capítulos a serem escritos porque, como vimos, muitos eram os temas de Eulália. Mas a contribuição deste livro visa destacar sua obra, fixar seu legado e apresentá-las às novas gerações.

REFERÊNCIA

- Entrevista de Eulália Lobo a Ronaldo Vainfas e Angela de Castro Gomes. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, d. 9, 1992, pp. 84-9.
- Entrevista de Francisco Falcon à *Revista Acervo*. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/93024>. Acessado em 10/11/2024.

- Entrevista de Ismênia de Lima Martins à *Revista Acervo*. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/93024>. Acessado em 10/11/2024.
- Entrevista de Luiza Lobo à autora por email, em 30/10/2024.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Levantamento do arquivo de Eulália Maria Lahmeyer Lobo no Arquivo Nacional (documento preliminar disponibilizado à autora).
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Levantamento da PRODUÇÃO INTELECTUAL NO ARQUIVO DE EULÁLIA Maria Lahmeyer Lobo no Arquivo Nacional (documento preliminar disponibilizado à autora).
- FERREIRA, Marieta de M.; SARMENTO, Carlos E.; A República brasileira: pactos e rupturas, *In*: GOMES, Angela C.; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Org.); *A República no Brasil*. RJ, Nova Fronteira, CPDOC, 2002.
- FERREIRA, Pedro Cavalcanti; VELOSO, Fernando. *O Desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra*. Disponível em: <https://crescimento.fgv.br/sites/crescimento.fgv.br/files/desenvolvimentobrasil.pdf>. Acessado em 10/10/2024.
- HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. RJ, DP&A, 2005.
- LOBO, Eulália M. L. *Processo Administrativo Ibero-Americano (Aspectos Sócio-Econômicos - Período Colonial)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962. vol. 15.
- LOBO, Eulália M. L. *Imigração Portuguesa para o Brasil*. SP, Hucitec, 2001.
- LOBO, Eulália M. L. *Imigração e História de vida (Trajetória de seu pai, o imigrante Antonio Dias Leite)*. Disponível em: <https://www.snh2015.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Eulalia%20Maria%20Lahmeyer%20Lobo.pdf>. Acessado em 10/11/2024.
- LOBO, Eulália M. L. ; MAIA, Laura L. Leite. *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952): um olhar sobre uma época de transformação*. Rio de Janeiro, Lidador editora, 2005.
- LOBO, Eulália M. L. ; LINHARES, Maria Yedda L.; PRADO, Eugenia D. Vieira; FALCON, Francisco J. C. História Contemporânea - 3a série do Curso Colegial e Exames vestibulares a cursos superiores. Rio de Janeiro, F. Briguët & Cia, 1960.
- LOBO, Eulália M. L. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. *In*: REVISTA DE HISTÓRIA. jan-mar, vol. LI, n. 101, 1975.
- MARTINS, Ismênia de Lima. O imigrante e a historiadora. *In*: Martins, Ismênia de Lima; Souza, Fernando de. *Portugueses no Brasil Migrantes em dois atos*. RJ, Cepese/Faperj, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o regime militar*. RJ, Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anti-comunismo no Brasil*. SP, Perspectiva, 2002.
- QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros . A Universidade nos anos 70. Disponível em: <https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/ufrj-decadas/anos-1970>. Acessado em 10/10/2024.

EULÁLIA LOBO, TEMPOS E ESPAÇOS: A AMÉRICA LATINA DE CHAVÍN AO TRATADO DE MONTEVIDEO (1959–1992)¹

CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI²

1 Agradeço aos professores Luiz Fernando Saraiva e Vitor Manoel Marques da Fonseca pelo convite para participar desta coletânea de textos comemorativa ao centenário da professora Eulália Maria Lahmeiyer Lobo e pela colaboração com a realização deste texto.

2 Professor Titular do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A orientadora da tese tem de ser Eulália Lobo.
José Luiz Werneck da Silva, dezembro de 1992

¿La directora de la tesis fue Eulalia?
(José Carlos Chiaramonte, maio de 1999)

Conheci a professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo em março de 1993 quando fiz minha seleção para o Doutorado em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Claro que sua fama a precedia desde meus primeiros tempos como estudante de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde ora sou docente. Defendi minha tese de Doutorado em 1998, e nestes cinco anos, Eulália Lobo foi minha grande referência profissional, além do convívio pessoal muito afetivo que criamos nesses tempos em que vivi no Rio de Janeiro.

As epígrafes que iniciam este texto correspondem ao “antes” da tese e ao “depois” dela. Meu projeto dizia respeito às relações estabelecidas entre os caudilhos do Rio Grande do Sul e aqueles da Argentina e do Uruguai durante a Guerra dos Farrapos, de 1835 a 1845 (GUAZZELLI, 1998). Minha dissertação de mestrado (GUAZZELLI, 1990) abordara o caudilhismo platino do século XIX, e me trouxera a convicção de que as questões relativas ao tema não se limitavam aos recortes espaciais definidos pelas fronteiras políticas; assim, enquanto amadurecia o projeto de doutorado, pensava na necessidade de uma orientação que vislumbasse com a mesma erudição e profundidade a História do Brasil e também a da América Latina.

Em 1992 eu era então Chefe do Departamento de História da UFRGS. Nestae tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o professor José Luiz Werneck da Silva, do

Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ, convidado para uma banca de concurso para Professor Assistente em dezembro. Tive então a ocasião de apresentar-lhe genericamente minhas ideias para uma eventual tese de doutorado; o professor Werneck, um profundo conhecedor das relações internacionais do Império do Brasil com os países do rio da Prata, mostrou muito interesse pelo tema, recomendando firmemente que desenvolvesse um projeto de pesquisa e prestasse seleção para o Programa de Pós-Graduação da UFRJ. E foi então peremptório ao dizer: *“A orientadora da tese tem de ser Eulália Lobo.”* E assim o fiz.

Tempos depois, em maio de 1999, de volta às minhas funções como professor da UFRGS, cumprindo de uma “missão trabalho” relativa a um convênio firmado entre nosso curso de Pós-Graduação em História com aquele da Universidad de Buenos Aires (UBA), estabeleci com o Instituto de História Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” daquela universidade um convívio diário durante minha permanência na Argentina. Num dos seminários que lá tinham lugar semanalmente, apresentei minha tese de doutorado para os pesquisadores do instituto. Foi quando seu diretor, professor José Carlos Chiamonte, então o mais destacado entre os historiadores argentinos, fez a pergunta: *“¿La directora de la tesis fue Eulalia?”* Na indagação estava implícita uma admiração, mais pela orientadora, que ele conhecia demais, que por um trabalho do qual recém estava tomando ciência. Ou seja, uma tese em que um autor brasileiro lidava com temas da que também abordavam a História Argentina ganhava foros de legitimidade a partir do prestígio da professora Eulália Lobo.

Durante meu curso de doutorado, mantive com a professora Eulália Lobo encontros periódicos, quase sempre em sua própria casa, recebido com muita cordialmente. Nestas jornadas, ela me apresentava orgulhosamente seus livros e documentos primários de sua portentosa biblioteca, discutíamos o andamento da tese, as disciplinas que cursava na UFRJ, os colegas que estudavam temas latino-americanos. Tinha eu clara noção de sua grande erudição na História da

América, Latina e Anglo-Saxônica, História do Brasil, com vieses mais peculiares voltados para estudos sobre instituições burocráticas e financeiras, funcionários e negociantes, além de um grande interesse pelo movimento operário. Também nessa época, mesmo já professora aposentada, era muito presente nos encontros do Núcleo de Estudos Americanos da UFRJ. Também em encontros e simpósios sobre as relações internacionais do Império organizados pelo professor Werneck, sempre contaram com sua presença.

Eulália Lobo teve uma trajetória produtiva muito rica. Isto impossibilita a feitura de uma abordagem tão ampla como mereceria, o que me remete a uma escolha de alguns dos seus tantos textos sobre a América Latina. Assim, enumero sete deles, que tratarei em ordem cronológica da sua produção: o artigo *Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718. Ensaio interpretativo* (LOBO, 1959, pp. 67-79); o livro *Processo Administrativo Ibero-Americano* (LOBO, 1962); o livro datilografado *Aspectos da Influência dos Homens de Negócio na Política Comercial Ibero-Americana – Século XVII* (LOBO, 1963); o livro *Aspectos da Atuação dos Consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica na Evolução Econômica do Século XVIII* (LOBO, 1965); o livro *América Latina Contemporânea. Modernização – Desenvolvimento – Dependência* (LOBO, 1970); o capítulo *El papel comercial y financiero de las ciudades en la América de los siglos XVIII y XIX* (LOBO, 1978); e o capítulo *Bartolomé de Las Casas e a lenda negra* (LOBO, 1992).

Já numa primeira vista pode-se ver a profusão de tempos e espaços manejados por Eulália Lobo: o primeiro texto lida com os séculos XVII e XVIII, no Chaco; o segundo com a todo o subcontinente dos séculos XV ao XVIII; o terceiro também abrangendo a América Hispânica no século XVIII; o quarto, igualmente abrangente, voltado ao século XVIII; o quinto mostra uma virada temporal para o século XX; no sexto volta aos séculos XVIII e XIX; no sétimo trata da obra singular de um autor do XVI. Todos estes amplos recortes espaço-temporais tratados com profundidade e segurança. Mas não posso seguir sem fazer uma referência, não a um texto publicado, mas um esquema gráfico preparado para

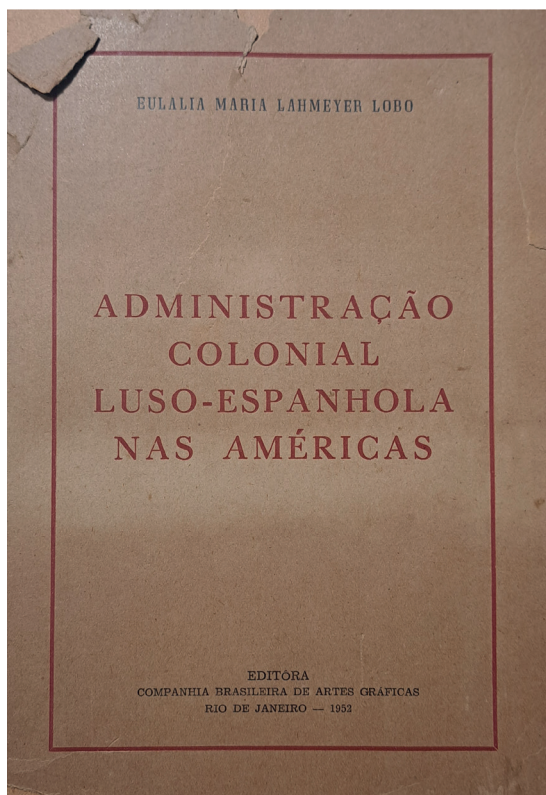


FIGURA 5. LIVRO PROCESSO ADMINISTRATIVO IBERO-AMERICANO, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 1962.

uma aula, intitulado “*Cuadro Evolutivo Tentativo y Esquemático del Peru Prehispanico*”! Nele estão mapeadas as distintas “Eras Iniciais”, das tribos caçadoras-coletoras e das primeiras agrícolas-ceramistas, e “Eras Avançadas”, das civilizações *Chavin*, *Mochicas*, *Chimus*, *Wari* etc. Ou seja, a professora Eulália também mergulhou na América Pré-Colombiana, ou seja, quando a América ainda não era América! De *Chavin* ao *Tratado de Montevideo*, do Norte ao Sul do continente.

Fui o último orientando de doutorado da professora Eulália Lobo. Quando defendi minha tese em 13 de maio

de 1998, ela tinha 72 anos, a mesma idade que tenho agora. Esta coincidência talvez me conceda uma reflexão mais – acurada da sua importância como docente e pesquisadora!

CAMINHO DE CHIQUITOS ÀS MISSÕES GUARANIS DE 1690 A 1718. ENSAIO INTERPRETATIVO

Este artigo é uma das mais antigas produções da professora Eulália Lobo.³ A primeira parte deste trabalho foi publicada

3 No Currículo Lattes de Eulália Maria Lahmeyer Lobo (consulta feita em 10 de novembro de 2024), estão relacionadas quatro publicações anteriores sobre América Latina: *Administração Colonial Luso-Espanhola nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira das Artes Gráficas, 1952, p. 445; *Análise do Panorama Político da América Latina [Argentina, Chile, Peru]*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1956, p. 86; *Análise do Panorama Político de 1956 [Colômbia, Equador, Venezuela]*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1957, p. 42; *Análise do Panorama Político de 1956 [Bolívia, Paraguai, Uruguai]*.

pela *Revista de História* vol. 19, n. 39, em 1959. O pé-de-página do início do texto esclarece que o original se trata de “*Tese apresentada à Faculdade Nacional de Filosofia a fim de obter o título de Docente Livre da XXVI Cadeira – História da América (1957)*”. A revista em tela publicou o texto em quatro partes, das quais no arquivo da professora Eulália constam a segunda e a quarta, respectivamente no n. 40, também de 1959, e no n. 42, 1960.⁴

Esta primeira parte da tese foi intitulada *Antecedentes*, e na introdução do ensaio, a autora observa as dificuldades em consultar documentação primária dispersa em arquivos de diferentes lugares, mas tais penas seriam compensadas pela importância de estudar as vias de comunicações entre as Missões de Chiquitos e aquelas dos Guaranis. Para ela, problemas nas relações do Brasil com a Bolívia no passado e no presente teriam lá suas origens. Eulália Lobo destaca ainda a importância para a disputa entre portugueses e espanhóis no século XVIII pelo controle do rio Paraguai tinha seus começos ainda nos séculos XVI e XVII. A ideia de encontrar uma montanha de prata, que mais tarde seria identificada com as minas de Potosi, trouxera a crença de que pelos rios de bacia do Prata haveria um acesso delas com o Atlântico.

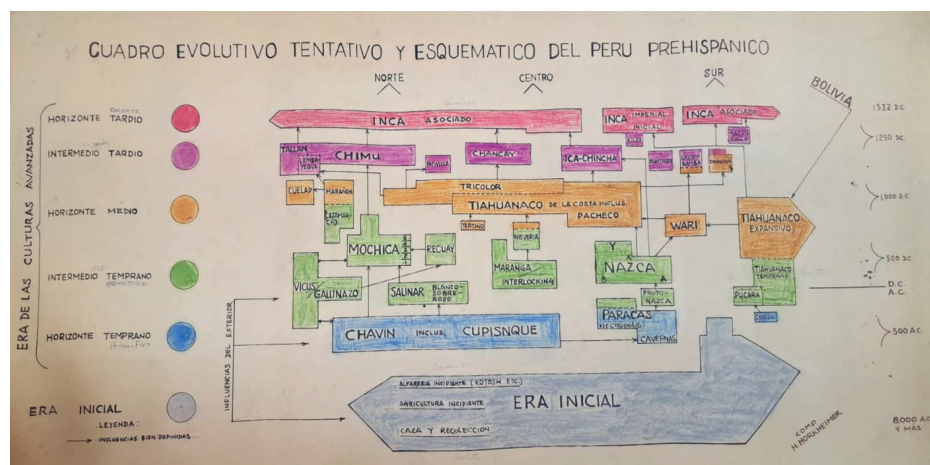


FIGURA 6. CUADRO EVOLUTIVO TENTATIVO Y ESQUEMATICO DEL PERU PREHISPANICO, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, S/D.

Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1957, p. 58. Lamentavelmente, estes textos não foram localizados.

4 Obtive estas informações no rol de textos que compõem a *Produção Intelectual no Arquivo de Eulália* preparado pelo professor Vitor Manoel Marques da Fonseca.

Detalha a partir de então explorações subsequentes à primeira fundação de Buenos Aires em 1536, fracassada, e a de Assunção no ano seguinte, que viria a ser o centro das explorações rumo ao planalto “alto-peruano”. A partir dela, diversas expedições foram levadas a cabo em 1540, 1542 e 1547, navegando pelo rio Paraguai a montante até o sul da província de Chiquitos. Na continuação destas marchas, os conquistadores alcançaram o território do Alto Peru, encontrando compatriotas que de lá faziam o caminho inverso, o que exigiu uma divisão das terras visitadas entre os dois grupos. Destas andanças resultou, em 1561, a fundação de Santa Cruz de la Sierra, mais tarde deslocada para as vizinhanças de Charcas, protegendo o altiplano e ao mesmo tempo permitindo às autoridades do Alto Peru maior controle sobre desmandos frequentes naquela cidade.

De outra parte, desde Assunção partiram expedições rumo ao Atlântico, e Buenos Aires foi novamente fundada em 1580. Desta época viriam as buscas por vias fluviais e terrestres rumo ao litoral brasileiro, mesmo com a oposição de autoridades de Espanha e de Portugal. Caminhos entre Guairá e São Paulo e São Vicente foram trilhados de ambos os espaços coloniais ibéricos. Uma empreitada inusitada, original e pouco conhecida, foi aquela do português Aleixo García que, saindo da atual Santa Catarina, se embrenhou no rio Paraguai, alcançou o Chaco e daí chegou ao altiplano onde, já próximo a Potosí, combateu algumas localidades incaicas. Mais tarde, outros exploradores e autoridades trilharam o caminho de Garcia, mas os relatos da época justificaram seu abandono como via comercial regular.

Por muitas razões, a escolha do chamado caminho de Tucumán suplantou o interesse pelas vias abertas entre o Paraguai e o Alto Peru. O caminho terrestre entre o altiplano e Buenos Aires via Tucumán resultaria no desenvolvimento de Córdoba, Salta e outros lugares em detrimento das vias fluviais de Assunção e Santa Cruz de la Sierra. A via terrestre também facilitava o contrabando, na medida em que comércio oficial se fazia pelo Pacífico, na costa peruana, vindas do istmo do Panamá, aonde chegavam pelo Atlântico trazidas

da metrópole. A rota mais curta e direta barateava o custo dos bens, ademais de evitar os impostos.

Quanto aos portugueses, suas incursões rumo ao Prata resultaram na tomada do Guairá e dos ataques a Itatim e o Tape pelos bandeirantes paulistas na busca de escravos indígenas. A conquista do Guairá se deu em 1629 e, desde 1637, o avanço se deu rumo ao Tape, no atual Rio Grande do Sul. Várias tentativas culminariam numa derrota dos paulistas para os indígenas liderados pelos jesuítas em 1641. Na sequência, a autora discorre sobre as distintas avançadas rumo ao Itatim. Cabe observar a noção dos invasores sobre o controle de comunicações entre as bacias do Paraguai e do Amazonas. Com a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, os portugueses se assenhoraram de ponto estratégico fundamental na bacia platina. No ano seguinte, novas expedições alcançavam regiões próximas a Santa Cruz. Ao final do XVII, portugueses controlavam lugares estratégicos em terras dos atuais Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Uruguai, quase cercando o Paraguai pelo Leste e, eventualmente, ameaçando até Potosi.

Esta é uma resenha decerto tacaña de um texto detalhado, que alinhava à perfeição as ações individuais daqueles pioneiros que desbravaram trilhas nunca antes caminhadas, estabelecendo povoações e redes de comunicação entre elas. As contradições internas de projetos de ocupação do lado espanhol se somavam às intrigas vindas de parte dos portugueses que pareciam mais cientes dos resultados de suas investidas em terras castelhanas. Eulália Lobo, nesta primeira parte de *“Caminho de Chiquitos”*, ao discorrer sobre os antecedentes, mapeia ao mesmo tempo questões de natureza político-estratégica, mas não descarta dos aspectos econômicos e sociais de tais empreendimentos e, por que não dizer, de uma cultura que permeava a conquista.

PROCESSO ADMINISTRATIVO IBERO-AMERICANO (ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS – PERÍODO COLONIAL)

Este livro se trata de um alentado volume de 570 páginas, sem dúvida o maior dos textos que ora examino. Ele está dividido em quatro capítulos: *Antecedentes de Portugal e Castela como Nações Colonizadoras* (pp. 13-87), *Administração Colonial de Transição Entre um Regime de Tipo Senhorial e Baseado na Iniciativa Privada a um Regime Capitalista e Estatal* (pp. 89-154), *Organização Administrativa de Tendência Teocrática e Centralizadora. Meados do Século XVI a Fins do Século XVII* (pp. 155-458) e *O Despotismo Esclarecido* (pp. 489-549). A própria autora esclarece no prefácio que o livro não se resumirá aos aspectos administrativos, e que estes estão entremeados pelas questões econômicas e sociais.

O primeiro capítulo tem uma característica comum aos trabalhos de Eulália Lobo; apresentar com cuidado os antecedentes daqueles temas que trata. No caso, ele inicia ainda antes do surgimento dos Estados ibéricos independentes, Castela e Portugal, com algumas páginas dedicadas à dominação romana da península, seguida da visigótica e daquela resultante da ocupação árabe. A evolução do reino castelhano segue até a conquista das Canárias, enquanto o lusitano prossegue até os contatos com o Oriente e na África. No capítulo, são ressaltadas as influências dos diferentes atores que se sucederam no controle dos espaços ibéricos. As peculiaridades do feudalismo na península e os mandatários senhoriais têm destaque no texto.

O segundo capítulo começa com a colonização espanhola, depois de discutir os primórdios da colonização, com o mando praticamente exclusivo de Colombo, que recebeu para tanto os títulos hereditários e sucessivos de almirante, governador, vice-rei e capitão-general. Na sequência, até o estabelecimento das instituições administrativas coloniais com as chamadas capitulações servindo de transição para o direto controle metropolitano. Os agentes privados recebiam concessões provisórias do reino para não comprometerem os ganhos pretendidos por este, assim como não exercerem o poder da forma que o havia feito o antigo capitão-general. Já o reino português tentou na América repetir o sistema de feitorias que usara noutras partes, com resultados precários.

Assim, Eulália Lobo interpretou o sistema das capitânias hereditárias como um retrocesso aos tempos senhoriais, na medida em que o reino não tinha como exercer controle sobre as terras conquistadas. Neste sentido, via semelhanças entre as capitulações espanholas e as capitânias portuguesas.

O terceiro capítulo mostra o reforço do poder centralizado na Espanha, que a autora chama de absolutismo monárquico. Para bem controlar as colônias, foram criados os Vice-Reinos e as Audiências. Estas instituições e seus responsáveis recebiam do reino poderes extraordinários, e foram responsáveis pela divisão do imenso e heterogêneo espaço colonial. Segundo Eulália Lobo, era uma prática a divisão do território para o melhor governo de poder real. As tentativas de imposição aos poderes locais oriundos do período anterior, no entanto, contrastavam com as relações servis estabelecidas pelos senhores em relação aos trabalhadores indígenas. Em relação ao reino português, a autora mostrou o confronto entre os governadores-gerais, representativos do poder centralizado que se organizava com dificuldades na metrópole, com os capitães-mores, resquícios que seriam do feudalismo em Portugal. Uma vez mais, o livro discute comparativamente estas fases do colonialismo de ambas as potências ibéricas, marcadas pelo próprio desenvolvimento do absolutismo, respectivamente. Há no caso da colônia portuguesa diferenças importantes entre o período do domínio espanhol, também presente na metrópole. A restauração de Portugal trouxe consigo um peso maior das questões europeias, com consequente afrouxamento da colônia americana.

O último capítulo traz, em relação à Espanha, a necessidade de atenção aos problemas metropolitanos, com intentos reais de reforçar a unificação do país, procurando ainda fomentar as atividades econômicas, tais como as manufaturas, e reorganização do comércio com as colônias. Foram implementadas as Intendências como forma de melhor controlar as atividades nos espaços americanos, com resultados precários, a começar pelo conflito com autoridades precedentes das Audiência e mesmo dos poderes locais.

Acrescenta a autora que foi a partir das Intendências que mais tarde inspirariam os futuros países independentes da América. Já Portugal vivia o absolutismo no seu auge, facilitado pelos recursos minerais recém achados no Brasil, o que também favoreceu a unificação desde espaço colonial. Importante para isto foi a mudança da capital para o Rio de Janeiro, adequada à exploração de ouro e diamantes nas Gerais, e a submissão do Rio Grande do Sul, antiga possessão do reino espanhol. Ao contrário da América espanhola, a colônia portuguesa não passou por conflitos maiores entre as autoridades centrais e as locais.

É neste livro onde mais se observa a erudição de Eulália Lobo e sua grande condição de pesquisadora, além de dominar a literatura histórica do seu tempo e de antes. O texto, cujo título destaca uma ênfase na administração colonial dos reinos ibéricos, na verdade avança muito em relação a isto, detalhando as questões econômicas, sociais e mesmo culturais que envolveram a implantação e do desenvolvimento das colônias americanas. Além destes aspectos, o livro pode ser considerado um primor de história comparada, certamente anterior à sua disseminação entre autores brasileiros.

ASPECTOS DA INFLUÊNCIA DOS HOMENS DE NEGÓCIO NA POLÍTICA COMERCIAL IBERO-AMERICANA – SÉCULO XVII

O livro em tela compreende 109 páginas, mais 17 de fontes e bibliografia. É um volume datilografado e encadernado como uma brochura muito simples, e nela consta a significativa frase: *“Tese para Concurso de Cátedra de Cadeira de História da América da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Universidade do Estado da Guanabara.”* Se trata, pois, da segunda tese que Eulália Lobo prestou, desta vez para obtenção de um cargo acadêmico.

A obra se divide em três capítulos: *O Renascimento Comercial na Península Ibérica* (pp. 1-6), *A ‘Universidad de*

Mercaderes' e o Consulado de Sevilha (pp. 7-34) e *A Mesa do Bem Comum ou Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio e o Consulado em Portugal* (pp. 35-105). Entre os reinos ibéricos, observa-se a tese e influência de seus comerciantes junto às instâncias oficiais.

O primeiro capítulo, que a autora também refere como “Introdução”, remete ao livro *Processo Administrativo Ibero-Americano* no que se refere às peculiaridades do feudalismo na Península Ibérica. Trata-se de um texto teórico onde destaca inicialmente um sistema senhorial menos rígido que teria favorecido o renascimento comercial, condição ímpar para o ulterior desenvolvimento do capitalismo. O próprio excedente agrícola dos feudos teria facilitado a formação de centros urbanos, diversificação da produção e o comércio. Sustenta ainda que, a par destas condições, fatores externos foram importantes, favorecidos pela situação geográfica da Península Ibérica, de forma que o comércio com distintos lugares propiciava a geração de valor econômico aos bens que circulavam. Assim, além dos comerciantes vinculados aos mercados locais, crescia um setor voltado para o intercâmbio a longas distâncias. Ao contrário dos primeiros, estes livravam-se das amarras corporativas medievais e se lançaram às rotas marítimas numa busca ilimitada de lucros.

No capítulo seguinte, Eulália Lobo destaca o fortalecimento da monarquia na Espanha pelos comerciantes. No entanto, a Casa de Contratação e o Conselho das Índias, órgãos centrais na organização das atividades coloniais, transferiram aos negociantes o encargo das atividades comerciais em troca dos privilégios e exclusividade que detinham. A crescente presença do Estado interferindo nas questões privadas resultaria em prejuízo do monopólio metropolitano-colonial pois motivou o aumento do contrabando em elevada escala. Depois, a riqueza oriunda das minas de Potosi traria a proibição dos negócios com o exterior, debilitando o processo de inversão dos ganhos em processos produtivos na Espanha, tornando-a refém de outros centros europeus. Até o final do século XVII, o reino perderia a exclusividade dos mercados coloniais e grande parte do abastecimento das Índias.

As coisas se deram de maneira bem distinta em relação a Portugal. Sem terem obtido reconhecimento oficial para seus negócios, os comerciantes tiveram ocasião para o desenvolvimento empresarial e de investimento nas suas atividades mercantis. Sem as travas à liberdade do comércio, foram reduzidos os problemas relativos a portos que recebessem privilégios. Em comparação à Espanha, o comércio ultramarino português oferecia maiores ofertas e menores preços, com vantagens em relação à concorrência com potências estrangeiras. A autora chama atenção à possibilidade garantida a negociantes menos aquinhoados de participar destes empreendimentos, o que pode ser atestado pela presença ainda das caravelas nas viagens transoceânicas. Quando da União Ibérica, os portugueses se introduziram muito no comércio com as Índias e mesmo em Sevilha. Com a Restauração, em que pese a ocupação holandesa da região açucareira do Brasil e concessões feitas à Inglaterra para o enfrentamento militar com a Espanha, os comerciantes portugueses mantiveram o abastecimento da colônia, bem como parte dos artigos tropicais de alto valor. Depois viria a recuperação do tráfico negreiro com Angola. Com a fundação da Colônia do Sacramento, Portugal faria, na América espanhola, um grande centro do contrabando no continente.

Esta tese de Eulália Lobo resulta de uma pesquisa em fontes primárias em boa parte inéditas e um grande domínio da História Econômica, aqui muito centrada nos agentes do comércio colonial. O conhecimento que mostra em relação a um sempre intrincado manancial de dados numéricos destas atividades já fazia dela uma experimentada estudiosa dos empresários (LOBO, 1997), mais uma das especialidades que desenvolveu com maestria. Também aqui relevo a ênfase num estudo comparativo dos países ibéricos, ressaltando que quando foi publicado o livro, isto era incomum. Como de hábito, bibliografia muito profusa.

ASPECTOS DA ATUAÇÃO DOS CONSULADOS DE SEVILHA, CÁDIZ E DA AMÉRICA HISPÂNICA NA EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO SÉCULO XVIII

À semelhança do anterior, este livro se constitui numa publicação em brochura, com encadernação muito simples, num total de 112 páginas. Também refere tratar-se de uma “*Tese apresentada à Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Concurso para preenchimento da Cadeira de História da América*”, aos moldes do outro. O trabalho mostra um fôlego imenso, na medida em que estabelece não apenas um levantamento das instituições metropolitanas de Sevilha e Cádiz, mas um apanhado geral dos Consulados abertos nos portos dos diversos domínios coloniais na América.

O texto traz considerações sobre o início do século XVIII, situando o reinado de Felipe V numa transição entre uma fase recessiva do século XVII e um novo movimento de expansão econômica no século XVIII. A autora atribui ao soberano medidas para centralização administrativa, assim como medidas relativas à produção do país. Medidas protecionistas, tais como tarifas alfandegárias e subsídios, visaram fortalecer o mercado interno e um processo incipiente de industrialização, buscando também estabilidade monetária. Em relação às colônias, mesmo oscilando por influências da fisiocracia que vinham da França, manteve aquelas heranças mercantilistas mais evidentes, como o monopólio dos portos de Cádiz e Sevilha. Neste sentido, também persistiu o sistema de frotas e galeões entre a metrópole e os Vice-Reinos da Nova Espanha e do Peru.

Nota ainda a autora que nesta fase, o Consulado de Cádiz não responde à altura as medidas favoráveis à iniciante industrialização do país, mormente na região da Catalunha onde era mais significativa. Na verdade, Cádiz tratava de assegurar o controle do comércio colonial, ao qual abastecia com bens manufaturados de fora do país. Desta maneira, em relação aos dois vice-reinos americanos, aconteceria um

afrouxamento de seus laços com a metrópole, propiciando transações mais diretas com pequenos negociantes.

Na medida em que o monopólio nas colônias dos Consulados de México e de Lima se tornavam acanhados para a ampliação dos negócios, foram abertos novos consulados na América alentados por uma recuperação econômica das colônias, tanto em produtividade na mineração e na agricultura, quanto no aparecimento de novos mercados, como a Inglaterra e suas próprias áreas coloniais. Fugindo do caráter exclusivista dos Consulados de México e Lima, os novos que se abriam aderiram mais às atividades produtivas americanas, tratando de ampliar a margem de negócios com os empresários locais. Neste sentido, o grupo social alvo dos interesses nos novos consulados foram os *hacendados*, os grandes produtores de artigos tropicais exportáveis. Este movimento era favorecido pela elevação do preço destes bens, a liberação para o comércio entre as colônias e com os países com os quais a Espanha não tivesse litígios.

Segue uma sequência das principais iniciativas dos novos consulados. Na Nova Espanha, o Consulado de Vera Cruz diferia daquele do México por privilegiar o comércio entre as colônias. Uma de suas medidas foi importar o açúcar produzido em Cuba, intermediando sua exportação para a Espanha, mesmo que mais tarde aderisse aos interesses de Cádiz e restringisse a exportação do açúcar para as colônias e francesas. Pese esta circunstância, Vera Cruz e também o Consulado de Guadalajara foram importantes no prestígio e apoio aos pequenos comerciantes.

Quanto ao Consulado de Havana, este também aderiu aos interesses dos *hacendados* da ilha, expandindo a produção canavieira e modernizando os métodos da fabricação do açúcar. Participou também do aumento do tráfico de escravos para Cuba. A ilha foi dominada por uma monocultura açucareira, mas também regia a distribuição de bens por outras regiões caribenhas. Houve momentos em que, quando o reino de Espanha se envolvia em guerras, o Consulado de Havana assumiu funções daquele de Cádiz, importando gêneros alimentícios de outras colônias e abastecendo-as com açúcar.

A tese de Eulália Lobo, a exemplo dos textos já apresentados, mostra um raro domínio das muitas e intrincadas questões que apresenta o tema. Além da atuação dos homens de negócios numa fase já tardia da exploração colonial feita por Portugal e Espanha nos seus domínios americanos, a professora discorre sobre as instituições de ambas as coroas ibéricas no cumprimento das relações delas com as respectivas metrópoles. Também aqui a bibliografia é adequada e profusa; no entanto, o que mais chama a atenção é a enorme quantidade de documentos primários que embasaram a tese em tela, detalhados e organizados em doze páginas; estas fontes buscadas em muitos acervos, tanto naqueles de Portugal e Espanha quanto nos países americanos.

AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA. MODERNIZAÇÃO – DESENVOLVIMENTO – DEPENDÊNCIA

Este livro se difere dos demais trabalhos de Eulália Lobo quanto à sua periodização. Se aqueles desenvolvem temas relativos às colônias americanas de Espanha e Portugal, este se volta para os países que se construíram ao longo dos séculos XIX e XX. Sua abrangência do trabalho diz respeito a toda extensão da América Latina, desde o México até as nações platinas. A obra é dividida em 205 páginas, divididas em quatro capítulos: *Problemas da Periodização: A Conjuntura e a Tendência Secular da Economia como Critério de Periodização para a da América Latina no Século XIX* (pp. 11-42); *Problemas da Periodização: A Conjuntura e a Tendência Secular da Economia como Critério de Periodização para a da América Latina no Século XX* (pp. 43-65); *A América Latina Contemporânea* (pp. 66-170); *Análise das Tipologias da América Latina* (pp. 171-205).

No primeiro capítulo, Eulália Lobo aborda os países americanos partindo da importância que teve para todos os

respectivos setores exportadores, que davam nexos dos Estados nacionais que se construíam com o capitalismo internacional. É neste sentido que ela propõe as tendências das economias centrais como balizadores da periodização da América Latina. Ao longo do século XIX, fracassaram os intentos em prol do capitalismo, predominando as relações de poder de base caudilhesca, apoiados em relações familiares muitas vezes estendidas, eventualmente traços religiosos ou mesmo raciais. A grande característica destes mandos era a capacidade de formação de milícias que eram “exércitos privados”, que atuaram muitas vezes como chefes políticos importantes mesmo nas guerras de independência.

Por outro lado, as relações de trabalho, em que pese as abolições da escravidão de africanos e das diferentes formas de servidão indígena, havidas por quase todos os lugares, permaneceram formas mais disfarçadas de exploração compulsória da mão-de-obra nas unidades produtivas. A partir da terceira década do século XIX, também ocorreram cismas entre os Estados nacionais e a Igreja Católica, com paulatina supressão dos ganhos e confisco das grandes propriedades que o clero mantinha no continente. É importante observar que tais mudanças não eram hegemônicas dos diferentes lugares, e menos ainda universais.

Ao longo do capítulo, Eulália Lobo aborda regionalmente todos os países americanos, trazendo à baila também a América anglo-saxônica, recuperando a história dos Estados Unidos da América e do Canadá. Ressalto aqui que isto é muito raro entre os historiadores que têm como objeto a América Latina e que desconhecem a importância que têm os Estados Unidos que, ao final do século, já se projetavam como potência mundial em condições de progressivamente dominarem os demais países.

O capítulo seguinte tem o título quase idêntico ao primeiro, mudando apenas de século XIX para século XX. A autora continua afirmando que a dependência do capitalismo externo segue preponderante, mas assume características mais complexas. Quando ocorrem crises econômicas nos países centrais com repercussões negativas nas economias

exportadoras, a resposta costuma ser a industrialização de substituição das importações, o que dá um certo fôlego para as economias dependentes. No entanto, na sequência, estes mesmos países serão dependentes de maquinários e capitais externos, de maneira que a relação de dependência não se extingue. A ampliação dos mercados internos ou a busca de outros externos para os bens industrializados produzidos não ocorreu de forma consistente.

Na sequência, Eulália Lobo faz uma história detalhada da economia dos Estados Unidos e de como as mudanças lá havidas interferiam nos projetos dos países latino-americanos. No final do capítulo, ela tece considerações sobre como o capital externo poderia beneficiar os países, preferentemente em atividades econômicas que necessitem de aperfeiçoamentos tecnológicos rapidamente renováveis. Também seriam desejáveis se aplicados em empresas médias ou pequenas por gerarem mais empregos. Já investimentos em grandes conglomerados poderiam trazer problemas eventualmente até sobre questões de estado.

O capítulo terceiro é o mais alentado, e inicia por uma discussão teórica bastante instigante sobre as classes sociais na América Latina. Discorre desde aquelas definições de classes sociais pelas mentalidades, pelo gênero de trabalho que exercem os indivíduos, pelos direitos políticos que reivindicam, até o critério mais em voga que identifica os níveis de renda dos integrantes. Partindo daí, a autora busca no Marxismo a definição das classes sociais a partir das relações de produção das sociedades em questão. Neste sentido, o grande antagonismo social é a luta de classes, de um lado os donos dos meios de produção, os burgueses, e de outro, aqueles que dispõem apenas de suas forças de trabalho, o proletariado. Esta caracterização exclui da burguesia os latifundiários que vivem das rendas da terra, portanto mantém relações não assalariadas com seus trabalhadores. Também aqueles grupos sociais que se relacionam com os grandes proprietários não fazem parte da burguesia.

Após tais digressões, Eulália Lobo trata de explicar a trajetória de todos os países do continente, elencando pro-

cessos históricos do início do século até os anos 1960. Não se tratam de histórias factuais estanques, mas das intrincadas relações entre eles, e deles com o capitalismo internacional.

O último capítulo parte do carácter mais genérico da análise feita em relação ao subcontinente no seu todo, mas a autora reservou esta parte do livro para tratar das diferenças regionais de uma forma mais detalhada. Em outras palavras, dela própria, as tipologias trariam uma discussão intermediária entre o que é abstrato por ser global e o que é empirista por ser muito particularista. Faz então referências a distintos modelos propostos por estudiosos da América Latina. Cito aqui as tipologias apresentadas por Eulália Lobo: 1) Roger Vakeman e J. J. Segundo, baseada em critérios de desenvolvimento social, identificando seis grupos de países; 2) Jacques Lambert, não muito diferente da anterior, leva em conta a estrutura social dos países; 3) Gino Germani, avaliando a presença de setores médios na população, homogeneidade étnica e participação política; 4) Oscar Delgado, baseado em um modelo desenvolvido nos Estados Unidos e que se volta ao exame das distintas oligarquias. Ao cabo da apresentação destas tipologias, todas elas confluem para alguns pontos comuns, ou se completam. Até o final do texto, a autora se move entre tais categorias, contrapondo as características que ela atribui a cada país dentro do espectro daquelas tipologias trabalhadas.

Este livro é uma produção ímpar dentre os textos de Eulália Lobo sobre a América Latina. Por um lado, persiste a pesquisa e a bibliografia muito acuradas, além do já proverbial domínio dos dados estatísticos, sem deixar que o texto se resuma a dados econométricos soltos. Também há a preocupação de tratar do continente como um todo, visto também em suas partes, como já era presente noutros textos. Aqui, uma peculiaridade é a inclusão dos países anglo-saxônicos, de tal sorte que ultrapassa os limites dados pelo próprio título do livro! Mas a grande novidade aqui é justamente o recorte temporal que muda do mundo colonial para os Estados nacionais em construção no XIX e suas caninhadas ao longo dos tempos mais contemporâneos (observo

que um livro publicado em 1970 traz dados e avaliações da década imediatamente anterior, mostrando uma capacidade enorme de atualização bibliográfica).

EL PAPEL COMERCIAL Y FINANCIERO DE LAS CIUDADES EN LA AMÉRICA DE LOS SIGLOS XVIII Y XIX

O texto é um capítulo do livro *Ensayos histórico-sociales sobre la urbanización en América Latina*, editado em 1978 pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), sediado em Buenos Aires. Dentre os quatorze capítulos que compõem o livro, Eulália Lobo é a única autora brasileira.⁵ Os organizadores do livro informam que o presente capítulo faz parte daqueles que tratam de aspectos históricos da América Latina. Na *Presentación*, também advertem que o texto faz um estudo comparativo entre as cidades de Portugal e de Espanha, ou seja, mantém a perspectiva comparativa que já mencionei em relação aos outros trabalhos.

Na *Introducción* do capítulo, a autora faz uma discussão sobre a definição de cidade a partir das considerações feitas a respeito por diversos estudiosos, que se valem da população, das condições de socialização dos habitantes, como o modo de vida urbano transforma a vida destes. Neste sentido, Eulália Lobo salienta que estas tentativas não são excludentes, mas que as diferenças entre aldeia, povoado e cidade se diferenciam basicamente pelo tamanho, medido desde o centro até a periferia dos centros urbanos.

O ponto seguinte se intitula *El papel comercial y financiero de las ciudades de la América Latina*, iniciando com as cidades brasileiras. Depois de uma incursão no histórico das cidades portuguesas, a autora delas desde a política de povoamento realizada a partir de 1530, com a doação das capita-

⁵ No final do capítulo há uma observação dos editores: “Traducción de ‘O Papel comercial e financeiro das cidades na América Latina do século XVIII ao século XIX’ realizado por Daniel N. dos Santos.”

nias, cujos donatários tinham a prerrogativa de doar sesmarias e fundar cidades. A expansão açucareira e sua rentabilidade criou condições para o grande comércio, cujos atores eram portugueses e holandeses. Os negociantes locais se estabeleciam em pequenos armazéns onde praticavam o comércio varejistas, além daquele ambulante a cargo de escravos. Ao longo do século XVI, as cidades eram escassas e dispersas, as mais importantes sempre associadas às atividades voltadas ao grande comércio. Durante o século XVII, em função da fragilidade da coroa durante a Restauração, as câmaras locais apenas aderiram à dinastia Bragança a troco de liberdade de comércio, que incluía afrouxamento no controle do contrabando, além de uma Casa da Moeda na colônia.

O século XVIII assistiu a grande exploração mineira. Esta, ao contrário daquela monocultura açucareira, exigia mais centros urbanos além daqueles já existentes e voltados para a exportação. A necessidade de abastecimento das regiões mineradoras estimulou a formação de cidades em função de um mercado interno, onde se afirmavam as feiras. É um período de grande expansão populacional no Brasil, que passou de 350.000 habitantes em 1700 para 3.300.000 em 1800.

No século XIX, houve um declínio inicial do comércio internacional, causando uma crise econômica na economia de exportação. A vinda da Corte portuguesa, com seus funcionários e militares, trouxe de volta uma expansão econômica agora associada ao café no Sul da colônia, além de modernizar a cultura da cana-de-açúcar no Nordeste da colônia. O comércio de escravos ainda se fazia presente nas grandes empresas comerciais. A partir de fins da centúria, o mercado ligado ao café fazia dos comerciantes e plantadores os atores da política brasileira.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, a exportação do café drenava os investimentos e descurava as atividades industriais. A Revolução de 1930 modificou o alvo dos investimentos, agora estimulando as indústrias, mesmo que a cultura cafeeira se mantivesse prioritária. Mais tarde, a escalada da produção industrial modificou o padrão das cidades brasileiras. Mesmo com a criação de distintos pólos

industriais, as grandes cidades cresceram exponencialmente, atraindo migrações de todo o país.

Na sequência, quando Eulália Lobo aborda *El papel comercial y financiero de la América hispana*, esclarece que tratará de comparar suas cidades com as já tratadas da América portuguesa. Chama de início a atenção para a existência prévia à colonização de concentrações populacionais tanto no México quanto na América Central e no Peru. Assim, México e Lima exerceram desde pronto papéis centrais na administração das colônias. Na periferia dos domínios espanhóis, as cidades tomaram o caráter mais defensivo e estratégico. Se os indígenas foram exterminados nas ilhas caribenhas, no continente foram incorporados às reduções religiosas ou distribuídos em comunidades agrupadas especialmente em regiões fronteiriças, para ocupá-las e defendê-las. A partir das reformas borbônicas, adotou-se uma política econômica mais liberal que abalou a hegemonia de México e Lima, com a criação de consulados em Vera Cruz, Guayaquil, Guadalajara, Cartagena, Habana, Guatemala, Caracas, Buenos Aires e Santiago, que favoreceram os pequenos comerciantes e os produtores rurais.

No século XIX, os movimentos de independência resultaram em Estados nacionais que retomaram na segunda metade da centúria as atividades agrícolas e mineiras, além de desenvolverem meios de transporte. A abolição da servidão indígena e da escravidão criaram condições para a evolução de um mercado interno. Também a vinda de imigrantes vindos como trabalhadores livres se associou a este incremento do mercado interno, mas favoreceu ainda mais as atividades exportadoras. Assim, as cidades litorâneas se beneficiaram mais do que as interioranas, e tiveram crescimento sustentado, atraindo moradores do interior dos países. A industrialização dos países americanos foi significativamente importante para o crescimento das cidades que centralizavam estas novas relações econômicas, mesmo que não se possa desprezar o crescimento vegetativo delas.

Numa coletânea de textos de autores de fala espanhola, a presença de Eulália Lobo se afirma no domínio de mais

um campo que diz respeito à urbanização. Sempre detalhista e articulada em relação a semelhanças e diferenças, história comparativa de que não abre mão, certamente a diferencia entre os historiadores nacionais que raramente se atrevem discutir temas de outros países americanos. A autora em questão trata dos temas “castelhanos” em pé de igualdade com os colegas de outros países.

BARTOLOMÉ DE LAS CASAS E A LENDA NEGRA

Este texto é um dos capítulos do livro *América em tempo de conquista*, organizado pelo professor Ronaldo Vainfas em 1992, no ensejo dos quinhentos anos do “descobrimento” do continente. Tem 15 páginas e trata do Frei Bartolomé de Las Casas, provavelmente o mais conhecido daqueles que descreveram o processo da conquista como uma “lenda negra”, ou seja, uma apreciação muito negativa e contrária ao que seria a “lenda dourada” decantada pelos vencedores. Las Casas se opunha firmemente contra aqueles que afirmavam a inferioridade dos indígenas ao mesmo tempo em que elencava a inocência e bondade naturais deles. A autora aqui pondera se esta defesa não seria uma confirmação da necessidade de tutela dos nativos.

É importante a observação de Eulália Lobo quando discorre sobre uma aparente contradição entre a condenação à violência dos conquistadores e a aceitação da escravidão. Neste caso, a diferença estaria na forma como se daria a dominação dos brancos pelo uso da força bruta, contrária à ideia da catequese. Neste sentido, a fé cristã traria aos gentios da terra a salvação almejada por Las Casas e outros.

Bartolomé de Las Casas, em *La brevísima relación de la destrucción de las Indias*, denuncia um genocídio que não se limitava ao uso de armas, mas a exploração e o desespero daqueles que viam todos seus anseios jogados por terra. As novidades trazidas pelos invasores eram incompatíveis com os hábitos anteriores dos nativos, cujas práticas econômicas

tradicionais deram lugar às pautas voltadas para o enriquecimento da coroa e dos seus prepostos. Também estava atento às doenças trazidas pelos conquistadores e que dizimaram populações inteiras.

Na sequência, a autora discorre sobre as discussões em torno da população indígena no continente. Os dados das diferentes regiões colonizadas são muito díspares, variando entre os diferentes estudiosos, e mesmo imprecisos nos cálculos de um mesmo pesquisador. Por exemplo, a população do império incaico seria da ordem de 3-4 milhões, ou 16 milhões, ou mesmo 37 milhões de indivíduos. Neste sentido, o cálculo do morticínio advindo da brutalidade da conquista também traz cálculos inconfiáveis (neste sentido, o texto de Eulália Lobo é ilustrado com muitas tabelas que norteiam sobre as principais estatísticas realizadas). Não perdendo sua preferência pelas comparações entre as colonizações portuguesas e espanholas, a autora trata da conquista na região costeira do Brasil, onde os números também são duvidosos.

Nas considerações finais do texto, Eulália Lobo volta às considerações de Las Casas e sua condenação a todos os conquistadores e sua pretensão em mudar-lhes o comportamento genocida pela fé e pelo exemplo, sem descuidar das denúncias dos abusos às autoridades religiosas ou estatais.

Em relação aos demais trabalhos de Eulália Lobo sobre História da América Latina, mesmo neste capítulo mais sintético, são perceptíveis os cuidados acadêmicos na articulação das informações retiradas de muitos autores e sua capacidade em sintetizar as informações obtidas de uma forma coerente e ordenada.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DECERTO NÃO FINAIS!

Creio que as leituras e comentários que fiz sobre sete textos de Eulália Lobo estão longe de revelar o significado da professora para a historiografia brasileira e para a própria história da Educação em nosso país. Ressalte-se que em seu

currículo “não Lattes”, muito mais extenso que este, há uma enormidade de eventos aos quais compareceu, cursos e conferências por muitos países, muitas publicações, algumas delas já de difícil acesso.

Fui aluno de Dona Eulália – assim a chamavam na época em que fiz doutorado – já na minha maturidade. Era então professor de uma universidade pública federal, tinha sido chefe de Departamento, pesquisara em arquivos nacionais e estrangeiros. Também já passara dos quarenta e dois anos, portanto acreditava que teria poucas surpresas na minha estadia no Rio de Janeiro para Pós-Graduação em História da UFRJ, mesmo sendo o primeiro sul-rio-grandense a fazê-lo.

Mas Dona Eulália como orientadora, como mentora intelectual e com sua amizade sincera foi uma experiência muito marcante. A casa da professora esteve sempre aberta para mim, e ela sempre pronta para as minhas demandas,

desde uma banca de qualificação em que as coisas não correram exatamente como pensávamos até a paciente correção dos capítulos rascunhados da futura tese que eu enviava desde Porto Alegre pelos Correios, e depois esperava seu telefonema corrigindo linha por linha o texto enviado (Falo aqui de tempos em que ainda usávamos telegramas, postávamos cartas, e os telefones celulares eram apenas telefones móveis!)

Saudades da professora...

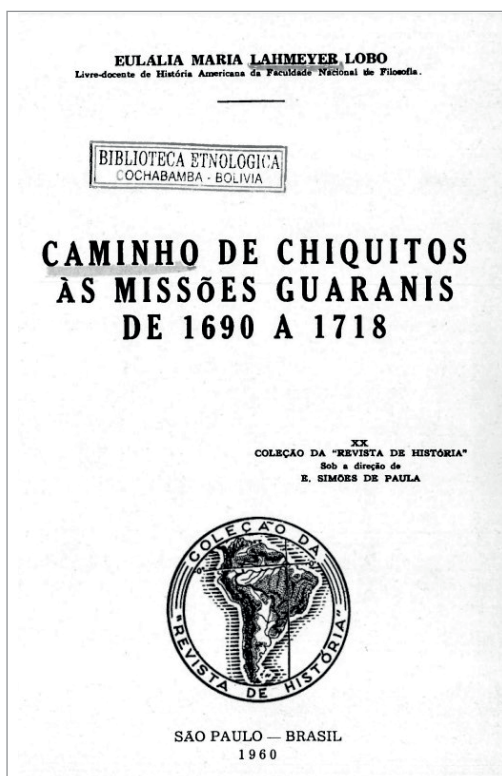


FIGURA 7. SEPARATA “CAMINHOS DE CHIQUITOS ÀS MISSÕES GUARANIS DE 1690 A 1718”, 1960.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- GUZZAZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social (Tese de Doutorado), 1998.
- _____. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.
- _____. *Caudilhos e Montoneros de La Rioja: Sociedade e Discurso (1862-1867)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 1990.
- HARDOY, Jorge E.; MORSE, Richard M.; SCHAEDE, Richard P. (Compiladores). *Ensayos histórico-sociales sobre la urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Siap CLACSO, 1978.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718. Ensaio interpretativo I. *Revista de História*, vol. 19, n. 39, pp. 67-79. São Paulo: USP, 1959.
- _____. Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718. Ensaio interpretativo II (Padres Jesuítas). *Revista de História*, vol. 19, n. 40. São Paulo: USP, 1959, p. 353-384.
- _____. Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718. Ensaio interpretativo IV (Conclusão). *Revista de História*, vol. 19, n. 42. São Paulo: USP, 1962 (mimeo, pp. 413-33).
- _____. *Proceso Administrativo Ibero-Americano (Aspectos Socioeconômicos – Período Colonial)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.
- _____. *Aspectos da Influência dos Homens de Negócio na Política Comercial Ibero-Americana – Século XVII*. Rio de Janeiro (GB): mimeo, 1963.
- _____. *Aspectos da Atuação dos Consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica na Evolução Econômica do Século XVIII*. Rio de Janeiro (GB): mimeo, 1965.
- _____. *América Latina Contemporânea. Modernização – Desenvolvimento – Dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. Bartolomé de Las Casas e a lenda negra. In: VAINFAS, Ronaldo (organizador). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, pp. 102-17.
- _____. El papel comercial y financiero de las ciudades en la América de los siglos XVIII i XIX. In: HARDOY, Jorge E.; MORSE, Richard M.; SCHAEDE, Richard P. (Compiladores). *Ensayos histórico-sociales sobre la urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Siap CLACSO, 1978, pp. 219-48.
- _____. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, pp. 217-39.

O TERCEIRO MUNDO E A CONSTRUÇÃO ANALÍTICA DA ÁSIA, ÁFRICA E AMÉRICA LATINA NA OBRA DE EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO

BERNARDO KOCHER¹

¹ Prof. História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense.

Estes ensaios suscitam em mim o pensamento de que, apesar das profundas mudanças na economia – em particular no papel desempenhado pela indústria – que reduziram o poder de pressão social do proletariado, perdura a possibilidade de luta com vistas à redistribuição equitativa dos recursos, mediante a aliança do proletariado com outras forças sociais que apenas começam a se esboçar.

Eulália Lobo pertenceu a uma geração que, a partir da década de 1950, presenciou o nascimento de cerca de uma centena de novos países, fruto da descolonização da Ásia e África. Dentro desta verdadeira revolução – equivalente a Revolução Francesa ou a Revolução Russa, tal como definiu René Remond (1976, p. 12) –, foi criada a perspectiva da política internacional estar vinculada a uma agenda de valores sociais e de gestão da economia. Esta ótica procurava atender as necessidades de transformação da realidade agrária e subdesenvolvida nas quais estes novos Estados Nacionais passaram a ter vida.

A libertação da Ásia e da África muito influenciou a forma de pensamento de toda uma geração, que passou a tomar como modelo o padrão de vida e as conquistas da Europa ocidental ou as do bloco comunista da Europa Oriental no pós-guerra. Estas foram alcançadas com grande sucesso e rapidez; as duas regiões foram reconstruídas em curto período da incomensurável destruição da 2ª Guerra Mundial por dois sistemas econômicos diferentes. Daí uma certa analogia da realidade pós-colonial com estes dois grupos de países vizinhos. Ambicionava-se replicar os meios pelos quais verdadeiros milagres econômicos se sucederam nos dois blocos com o sentido de “reconstruir” o mundo pós-colonial. O objetivo era compensar o tempo perdido pela exploração do colonialismo europeu, que não promoveu a industrialização das suas colônias.

Podemos tomar como ponto de partida para o surgimento desta preocupação a histórica Conferência de Ban-

dung, em abril de 1955.² Ali foi consagrada uma agenda para caminhos políticos (independência, convivência pacífica e soberania dos Estados Nacionais), orientações econômicas (desenvolvimento, leia-se industrialização) e sociais (melhoria das condições de vida das populações que ganharam a liberdade). Esta agenda terá a sua personalidade coletiva incorporada na categoria “Terceiro Mundo”.

Campo de estudos por excelência de Eulália Lobo, a América Latina – que era vista como participante deste gigantesco grupamento, que também pode ser conhecido como o triplo “A” (junto com África e Ásia) – ocupou um papel ímpar neste contexto. Tendo se libertado do jugo colonial havia mais de um século, não se tratava no continente de construir estruturas estatais e erigir políticas públicas, mas de reformá-las. Aqui foi estabelecido, por uma jovem intelectualidade – que alcançava a liberdade de pensamento após as derrotas do nazi-fascismo e de governos ditatoriais –, um processo de renovação do pensamento social. Neste momento ocorreu a ruptura com a utilização exclusiva das teorias sociais oriundas da Europa e Estados Unidos da América, visando criar uma forma adequada para pensar e intervir na realidade local. Esta meta foi implementada no interior de uma significativa transformação: a explosiva migração campo-cidade, produzindo a erupção de grande contingente populacional na vida pública nas cidades e na política nacional, ambas situações inseridas ainda numa alta da taxa de natalidade.

Eulália Lobo participou em diversos estágios da formulação deste campo teórico que podemos denominar genericamente de “novo pensamento social latino-americano”.

2A Conferência de Bandung, Indonésia, ocorreu entre 18 e 24 de abril de 1955. Nela, reuniram-se 29 países e movimentos de libertação colonial. Discutiu-se no encontro os rumos da Descolonização de parte da Ásia e da maioria das colônias na África, uma vez que somente Gana e a Etiópia eram independentes no continente. No encontro, foram estabelecidos princípios básicos de atuação dos países ázio-africanos, entre eles o neutralismo (em função da Guerra Fria), o pacifismo (após a dramática destruição da península coreana entre 1949 e 1953) e a soberania dos países (o princípio da não-intervenção em assuntos internos de qualquer nação). A resolução final continha ainda a preocupação de uma autêntica independência dos novos países, agora sob a ótica da economia, defendendo o desenvolvimento econômico (leia-se, industrialização) como forma de diminuir o eventual retorno dos laços coloniais através da dependência econômica. Esta situação foi chamada de Neo-colonialismo.

Este tinha como propósito não só a análise mas também a perspectiva de tomar partido na intervenção na realidade. O cenário em que tais ambições se desenvolveram era condicionado à perspectiva de alteração do itinerário já estabelecido pela industrialização e surgimento de novas classes sociais que estavam em curso desde início do século XX (ou mesmo desde meados do século XIX). Industrialização mais urbanização até então produziam imensas quantidades de riquezas que não eram drenadas satisfatoriamente para as necessidades básicas do mercado interno, tais como emprego e consumo de bens e serviços para a crescente classe trabalhadora. Foi então diagnosticado e consagrado que os obstáculos a serem enfrentados pela nova consciência histórica e social eram o “modelo agro-exportador”, as deficiências do regime democrático (falta de legítima representatividade da população no sistema político) e a industrialização altamente monopolizada.

Sendo assim, na perspectiva das nascentes reflexões sociológicas e históricas daquele momento, o desenvolvimento do capitalismo já havia iniciado sua metamorfose: a mudança do controle estatal e de predomínio das atividades econômicas da classe proprietária do campo para as novas classes proprietárias na cidade, sem com isto ter sido cancelado o poder e os interesses materiais do que era comum à época chamar de “latifúndio”. Tratava-se, para esta nova perspectiva social que se criava vinculada a uma *intelligentsia* oriunda dos setores médios urbanos, alterar um rumo que até então parecia “natural”. Pensavam os autores vinculados a esta corrente de pensamento que seria necessário derrubar o paradigma de orientação das políticas públicas vinculados à economia exportadora e enriquecedora das classes dominantes agrárias e comerciais locais que tinham profundas raízes no período colonial.

O novo campo de reflexão se pautou: a) pela busca de políticas públicas capazes de dar melhores condições de vida e trabalho para a crescente classe trabalhadora; b) em não deixar perecer a industrialização em virtude de injunções políticas internas que poderiam levar ao desinteresse dos

agentes econômicos (apoiados no ideário liberal) por este caminho; c) em superar as eventuais crises econômicas estruturais paralisantes que poderiam dar fim a continuidade da industrialização, criadas por obstáculos oriundos do exterior (notadamente a balança comercial); e d) em conjugar estes elementos, a partir da chegada do capital estrangeiro nas economias latino-americanas, o que é conhecido na literatura econômica de “tripé” (capital nacional, Estado e capital estrangeiro).³ Este seria o caminho para alcançar o “desenvolvimento econômico” almejado como objetivo final para quebrar a inércia da manutenção de estruturas sociais anacrônicas baseadas no poder político do patriarcado rural (por vezes transpostas quase intactas para o ambiente urbano), sem transformações substantivas na vida política e na ampliação da participação democrática nas decisões nacionais pelas classes menos favorecidas.

A problemática chave que a intelectualidade da época atribuiu a si como tarefa, para fins de enfrentamento deste entrave ao desenvolvimento econômico e/ou aos problemas sociais gravíssimos surgidos com o avanço do capitalismo na cidade e no campo, era a realização de um amplíssimo conjunto de reformas: a agrária, da saúde pública, a educacional, de organização do espaço urbano, de direitos sociais, das estruturas do poder militar, do sistema político, as reformas tributária, monetária, fiscal e da propriedade territorial urbana, etc. Estas procurariam tanto equacionar a necessidade de ampliar a base social do poder político dos Estados Nacionais, que deveria fazer representar efetivamente os interesses materiais do mundo do trabalho na vida do país. Ou seja, um projeto econômico já idealizado e implementado na América Latina (e que depois foi universalizado pela Comissão Econômica da América Latina (CEPAL)) ainda deveria necessariamente conter a busca de políticas públicas que viabilizassem a industrialização e produzir efeitos benéficos para as condições de vida da população. Tal ideário já estava sendo aplicado, ainda que com limites, uma vez que o

3Cf. EVANS, Peter. *A Trílice Aliança. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

desenvolvimentismo que existia na prática foi pautado sobre pacto político conservador e excludente tanto na hora da tomada das principais decisões quanto na divisão dos benefícios da riqueza produzida pelo processo industrial.⁴ Tendo se tornado um paradigma teórico universal, o desenvolvimentismo foi criado “na” e “para” a América Latina, tornando-se em seguida uma orientação válida para todos as ex-colônias.

Um sem número de eventos na vida política internacional impactaram este novo e instigante pensamento social, gerando agendas de pesquisas científicas organicamente vinculadas ao tempestuoso contexto pelo qual o continente latino-americano passava em meio à conjugação da descolonização com a Guerra Fria. Muitos destes episódios – que eram perigosamente intensos e quase sempre gerando crises políticas contínuas, além de profundas e recorrentes convulsões sociais – merecem destaque para a consideração. Dentre estes, a título de exemplo da realidade que impactou o pensamento de Eulália Lobo e sua geração, indicamos a seguir três. O primeiro é a Revolução Cubana, responsável pela rotação radical e intensa da vida política de todo o continente em direção à Guerra Fria. Nesta, a polarização político-ideológica tornou-se a tônica, obrigando o pensamento social e reformista a encontrar um caminho de passagem muito estreito, pois estava pressionado entre a revolução socialista e a reforma do capitalismo. O enredo desta escolha possuía uma drástica limitação: a perene aversão das forças políticas pertencentes ao *status quo* (que eram o alvo da pretendida intervenção da intelectualidade) à execução de qualquer tipo de reforma. Estas eram vistas não como um processo em si mas um passo em direção da construção do comunismo. Uma “falsa questão” que transformava os diversos conflitos de distribuição de poder e riqueza típicos de uma sociedade urbana e industrializada numa paralisante disputa ideológica.

O segundo foi a já referida Teoria do Desenvolvimento da Cepal, responsável por uma adaptação do pensamento econômico *mainstream* europeu e norte-americano, predom-

⁴Cf. FIORI, José Luis. *O Vão da Coruja. Para reler o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

minante na elaboração do *Welfare-State*, a um cenário que buscava uma nova forma de abordagem dos problemas econômicos sem a orientação liberal na economia. Ou seja, entre nós, a teoria keynesiana de administração macroeconômica da economia foi transformada em uma teoria de administração macroeconômica de indução da atividade econômica, já que o continente vivia a escassez (e não a abundância) de capitais disponíveis ao risco. Aqui também encontraremos, por parte do poder político dominante, a distorção da orientação desenvolvimentista. Esta foi ideologicamente vista como um pináculo de um pretenso processo de estruturação do comunismo, agora tomando a intervenção estatal na economia pela ótica do planejamento econômico, suposto como planificação, que demandaria em seguir a expropriação da propriedade privada. Ou seja, mais uma vez, foi utilizado o paradigma do comunismo (que assaltou o imaginário da classe dominante latino-americana) como argumento para a limitação dos direitos das classes desfavorecidas, malgrado excelentes resultados da aplicação das políticas de indução da demanda dirigidas pelo Estado. Neste caso, o olhar limitante visava frear a incorporação da classe trabalhadora num mercado de trabalho robusto que a tornaria capaz (pela redução do desemprego) de propor e obter normas de regulação da força de trabalho através dos sindicatos e partidos políticos. Mais uma vez a temática do comunismo se sobrepunha às propostas reformistas como, por exemplo, na tese elaborada entre nós pela direita da programada “república sindicalista”, categoria tosca que havia sido atribuída ao projeto de Reformas de Base do presidente João Goulart.

Em terceiro, enfatizamos, temos a elaboração e implementação da Política Externa Independente no Brasil. Junto com diversas outras orientações similares de vários países do continente nesta mesma orientação, a PEI negava o monopólio analítico e propositivo do paradigma realista de condução da política externa, que era o *mainstream* do monopólio anglo-saxão de formulação teórica nesta área. Na nova orientação de política externa, era perceptível a consideração

com as potencialidades da Ásia e da África como elementos fundantes de uma realidade internacional que confrontava dois vetores cruzados: o multilateralismo e a bi-polarização. Novamente o anti-comunismo da classe dominante se fez manifestar, indicando que se alguns dos países libertos do domínio colonial europeu fossem em direção ao comunismo o Brasil, ao estabelecer relações diplomáticas normais com estes, viabilizaria a incorporação desta orientação de política exterior na sua política interna. A cassação do registro do Partido Comunista do Brasil e a ruptura de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1947 (medidas que nem mesmo os Estados Unidos da América tomaram) bem demonstram as dificuldades que foram interpostas para a gestão da política externa por uma burocracia de Estado autônoma para formular a defesa dos interesses nacionais. Quatorze anos depois, o presidente Jânio Quadros e o ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, inauguram a nova abordagem de política externa, buscando alcançar dentro do “espírito de Bandung” uma correlação de forças formadas com a ascensão no cenário internacional de verdadeiros (ou potenciais) gigantes econômicos, como a URSS (e o bloco comunista da Europa Oriental), a China, o Egito (e o mundo árabe), a Indonésia e a Índia.

Assim, entre avanços e recuos, a nova agenda de reflexão (como toda a agitada vida política da época) buscava transformar todo recuo (em momentos de crise) em avanço político e social no intuito de facilitar a execução de uma vitoriosa transformação da sociedade latino-americana. Inúmeras crises econômicas e políticas foram enfrentadas e analisadas ao longo deste processo de elaboração teórica, sempre com o intento de superar as dificuldades conjunturais na expectativa de que o desenvolvimentismo retornasse a funcionar plenamente, agora com a (ou por causa da) incorporação dos elementos propostos pelo reformismo que se estava a formular.

Nossa autora vivenciou sensivelmente todo este quadro de instalação de realidades políticas e projetos ideoló-

gicos com a incorporação deste novo *ethos* em sua forma de analisar a(s) sociedade(s) que a cercava(m). Eulália Lobo passou a abrigar desde os anos cinquenta em sua produção acadêmica – e, inclusive, em atividades profissionais fora da vida acadêmica –, uma perspectiva que atribuímos ser “terceiro mundista”. Sua reflexão como historiadora e também como observadora de viajante coeva incorporou com precisão e erudição um novo caminho para pensar a História dos vários países por onde passou. Ela desenvolveu sensíveis análises em novas problemáticas de pesquisa e reflexão sobre o mundo colonial e pós-colonial do Terceiro Mundo. Para ela e sua geração, se antes o mundo colonial era exclusivamente o latino-americano, agora havia uma realidade nova e ampliada com a pós-colonização asiática e africana.

É neste mix de temporalidades e espacialidades sobre a herança colonial de cada Estado-Nação que residiram muitos dos pilares da construção de um novo saber social na América Latina.

O surgimento de tão grande número de Estados Nacionais soberanos trouxe consigo a necessária revisão/criação de uma perspectiva de análise histórica que alcançasse o que o mundo colonial europeu formado desde o século XVI (e até meados do século XX) não permitia antecipar. O que estava em tela nesta necessária e ambicionada construção de uma nova visão de como pensar e escrever a História era a modificação de regras de funcionamento das estruturas internacionais para incorporar a renovação trazida por movimentos sociais e políticos, responsáveis pelo fim do colonialismo europeu, agora ansiosos pela construção de novos caminhos que elevasse os jovens países à condição de iguais no conjunto das nações livres. Ressaltamos a congruência da autora com esta perspectiva, que ao estabelecer em seus trabalhos acadêmicos uma rica agenda de pesquisa, introduzia um universo amplo de elementos que convergiram para esta ansiedade conceitual do que chamaríamos de “pensar e transformar”. Nossa autora abordou com maestria e extrema precisão a História tanto da classe trabalhadora quanto da empresarial, os problemas sociais, de conformação do espaço

urbano, de questões econômicas, de política internacional, além de temas culturais, religiosos e políticos do seu tempo. Esta agenda passou a frequentar os escritos, aulas e reflexões de Eulália Lobo, cuja produção intelectual aprofundou sua perspectiva em favor das classes desfavorecidas, derivada dos desafios de inovação da reflexão social que se disseminava no seu entorno.

Mesmo não se auto-definindo como “terceiro mundista”, Eulália Lobo guarda, em vários de seus escritos (e também nos relatos de viagens, que ela registrou e publicou), uma filiação ao menos compatível e, certamente, afetiva com este campo. Ela aplicou com elegância na sua reflexão, e também na sua militância acadêmica, todo o novo conjunto de necessidade de transformação social, bem como uma nova orientação metodológica para superar pesadas heranças paralisantes da produção do bem-estar que foram geradas no passado. Ela participou de uma torrente de novas ideias que visava repensar o passado e a forma de escrever a sua História para justamente procurar superá-lo.

Este capítulo visa compreender a perspectiva social, política e ideológica desenvolvida, analisada e elaborada pela ilustre professora, pesquisadora e amiga de inúmeros colegas, alunos e ex-alunos. Em meio à reviravolta veloz do fim do eurocentrismo, era preciso elaborar, e rápido, um olhar próximo daquilo que Boaventura de Sousa Santos chamou de “epistemologias do sul” (SANTOS; MENESES, 2009). Era urgente romper com a dominação das cognoscibilidades presentes nas matrizes europeias de produção de saber sobre a vida social e sobre o Terceiro Mundo de forma particular. Eulália Lobo se aproximou desta tendência com firmeza, compreendendo como poucos a necessidade de sobrepujar esta dominação subjetiva que poderia perdurar ao término da dominação digamos “física” das antigas metrópoles sobre as antigas colônias. Ela acompanhou integralmente o ponto de vista desta nova proposta de produção de conhecimentos, assim definida por Boaventura de Sousa Santos:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para o espaço de subalternidade (Idem, p. 7).

Faremos, nesta pequena reflexão de parte de sua obra, uma segmentação das análises de Eulália Lobo em grandes áreas geográficas de atuação. Analisaremos seus valores terceiro-mundistas em relação à América Latina e Brasil (seus campos de trabalho por excelência), África e Ásia. Em cada um destes continentes por onde Eulália Lobo visitou, pesquisou, escreveu ou simplesmente refletiu, veremos a manifestação de profunda erudição sobre a História dos povos. Dentro deste corpo de conhecimentos é que procuraremos perceber a formatação de uma nova agenda ampla de pesquisa, tanto de objetos quanto de sujeitos sociais.

O CONTEXTO INTERNACIONAL

A década de sessenta corresponde a um retorno da influência indiana, caracterizada pela não-violência, pelo pacifismo de Gandhi, pelo movimento hippie, pela luta pelos direitos civis, pela política de aliança dos países não-alinhados, pela oposição à guerra do Vietnam, pela meditação, pelo yoga e pelas músicas e coreografias de Maurice Béjart, dos Beatles, de Phil Glass. Em 1968 estudantes universitários, em Paris manifestaram-se contra a violência, e a autoridade, defenderam o primado do pessoal sobre o coletivo, do espiritual sobre o material, defenderam o ambientalismo e o feminismo (LOBO, 2006a, p. 27).

Como se pode perceber, a construção das imagens do Oriente e do Ocidente faz parte do processo em que diferentes povos, culturas e nações entram em contato e conflito, criam laços ou rompem nos e, deste modo, constituem o mundo em que vivemos (Idem, p. 29).

Para a História das Relações Internacionais, Terceiro Mundo é uma expressão intensa. Possui ampla difusão em estudos internacionais ou está inserida em análises de diversos campos das Ciências Sociais que partem do pressuposto da sua validade. O termo Terceiro Mundo não alcançou, no entanto, mesmo no auge da sua difusão enquanto uma realidade socialmente válida nas décadas de 1960 e 1970, um significado sociológico, histórico ou econômico coerente ou totalmente elucidado. Isto porque ele está vinculado a um grande grupo de Estados Nacionais em torno de um projeto político para alterar o funcionamento do sistema internacional, não se constituindo exclusivamente numa elaboração científica. As nações que se incorporaram nesta percepção deste ente coletivo têm origens sociais, políticas e ideológicas diversas, sendo reconhecidas como parte deste agregado a partir de algumas características que lhes são comuns: passado colonial, pobreza, desigualdades sociais, instabilidade política, ditaduras, violência social e política, analfabetismo, exploração neocolonial, etc.

A expressão Terceiro Mundo surgiu na interconexão da Guerra Fria com a descolonização. Ela tem tido ampla utilização nos meios de comunicação e no senso comum através de vivos debates sobre a política internacional há mais de cinquenta anos. Os Estados Nacionais da Ásia, África e América Latina foram agrupados no interior de uma pretendida identidade coletiva, alterando as premissas da bipolaridade, colocando a discussão internacional da sua existência “(n)o acesso ao desenvolvimento como prioridade da política mundial no lugar das questões político-militares, que dominavam até então” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 5).

Da forma mais geral como o conhecemos, este paradigma de funcionamento do sistema internacional foi elaborado pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952, que assim se referiu à sua construção teórica:

“En 1951, en una revista brasileña, yo había ya hablado de “tres mundos” sin emplear, sin embargo, la expresión “tercer mundo”.

“Creé y utilicé por primera vez esa expresión en el semanario francés “l’Observateur” del 14 de agosto de 1952. El artículo terminaba así: “...pues, finalmente, este Tercer Mundo ignorado, explotado, despreciado como el Tercer Estado, quiere, él también, ser algo”.

“Parafraseaba así la famosa frase de Sieyes sobre el Tercer Estado durante la Revolución francesa. No añadí (aunque a veces lo he dicho como *boutade*) que se podría asimilar el mundo capitalista a la nobleza y el mundo comunista a los clérigos” (SAUVY, s/a).

A partir desta colocação, ficou claro que houve uma avalanche política que ajudou a construir e qualificar a compreensão da desmontagem do processo colonial capitalista. Sauvy caracterizou sociologicamente o que Richard Wright (1994) chamou de “cortina colorida”, ao constatar o potencial explosivamente transformador das nações presentes na Conferência de Bandung.

O “Terceiro Mundo” enquanto um projeto político não buscou se transformar num “bloco”, como os congêneres capitalista e comunista. Isto porque ele guarda dentro de si uma incoerência: são enormes e incontornáveis as diferenças existentes entre os seus participantes. Níveis de industrialização variados, tamanho físico dos seus territórios, contextos políticos regionais próprios a serem enfrentados, entre outras características, apontam para a heterogeneidade dos países membros deste grupamento, certamente muito

maior do que vigia tanto na Europa Ocidental (capitalista) quanto na Europa Oriental (comunista). Para compensar esta deficiência, ao longo do tempo foram associadas às nações classificadas como pertencendo a ele expressões também generalizantes, tais como: “países do sul”, “países subdesenvolvidos”, “países em desenvolvimento”, “países pobres”, “países em desenvolvimento” e, mais recentemente, “sul global”. Mas tais especificações não obtiveram êxito em conceder à expressão correção nas imperfeições teóricas que o termo carrega, pois ele seria, nas palavras de B. R. Tomlinson, uma categoria normativa, e não analítica (TOMLINSON, 2003, pp. 307-21).

A ideia inicial de divisão dos países em três grupos difundiu-se, ganhando musculatura, com as vitórias contra diversas frentes do colonialismo ocidental, tais como: a Guerra da Argélia, a derrota francesa na Indochina (principalmente na batalha de Dien Bien Phu, em 1954), a mal sucedida invasão do Canal do Suez (1956) e a vitória da Revolução Cubana (1959). Frantz Fanon, Mao Tsetung, Gamal Abdel Nasser, Ho Chi Min, Ernesto Che Guevara, Malcom X, Leopold Seghor, Agostinho Neto, Fidel Castro, entre outros tantos, tornaram-se símbolos da possibilidade de se vergar o processo político internacional, superando a bipolaridade da Guerra Fria após a vitória sobre o imperialismo europeu. Esta era a perspectiva das ex-colônias, onde a maioria da população era camponesa e, portanto, não seria viável uma transformação social calcada na classe operária.

Uma instrumentalização da teoria de Sauvy, mais do que uma teoria propriamente dita, foi realizada pelo Partido Comunista da URSS para dar vida à sua política externa face à expansão soberana de novos países afro-asiáticos no sistema internacional. No XX Congresso do Partido Comunista da URSS, em 1956, ficou definida que – mantida a teoria de existência de três mundos de Alfred Sauvy – não seria mais considerada como central nas relações internacionais a contradição entre capital e trabalho, mas sim a desigualdade entre os países que seguiam o sistema capitalista e aqueles que seguiam o bloco socialista. As consequências práticas desta

orientação foram a de conter as transformações sociais e políticas dos novos países surgidos da descolonização em favor de um confronto estabilizado, a Guerra Fria, tido como suficiente para formar uma associação de interesses entre o Segundo e o Terceiro Mundos contra o Primeiro. As classes operárias dos países do Terceiro Mundo deveriam, pela ótica soviética de então, pressionar as burguesias dos seus Estados Nacionais a se associarem com o bloco socialista, e não fazer uma revolução proletária.

O Terceiro Mundo, como afirmamos acima, não é uma realidade totalmente palpável, mas também um projeto político. Ele não existiu em si, apesar de territorialmente podemos notar uma espécie de identidade dos países localizados ao “sul do Equador”. O que importa é que tal projeto se corporificou em instituições multilaterais que os países deste grupamento participaram ou criaram. A primeira delas é a Organização das Nações Unidas, embrião de uma democracia nas relações internacionais a ser composta por todos os Estados Nacionais. Como sua existência não negava a realidade material da força (ou fraqueza) dos Estados Nacionais, o poder de alguns – corporificado no Conselho de Segurança – acabou por limitar a extensão da proposta democrática. Isto fez a ONU ter visíveis limites no seu protagonismo e legitimidade, principalmente depois do fim da Guerra Fria. De qualquer forma, nas décadas de 1950 e na seguinte, a ONU (principalmente na Assembléia Geral) viveu seu auge, participando pró-ativamente para o fim do processo colonial europeu; a instituição declarou a década de 1960 como “década da descolonização”, tornando-se um fórum para questionamento perpétuo da dominação colonial até o seu final. Mesmo neste período de força, a ONU claudicou em tratar com eficiência os problemas concretos da nova realidade internacional trazida com o fim da dominação europeia. Em 1964, por exemplo, criou a UNCTAD (Conferência Internacional sobre Comércio e Desenvolvimento), que se transformou em órgão permanente. Mesmo tendo realizado com vivo interesse mundial a primeira reunião naquele ano, demarcando com precisão vários problemas que

o comércio internacional colocava como entrave para o desenvolvimento, as soluções para viabilizar uma liberalização comercial justa, pautada em normas jurídicas, teve inúmeras dificuldades de ser implementada. Dentro da UNCTAD, vários países do Terceiro Mundo sentiram a necessidade de criar um grupo de pressão, uma espécie de “sindicato”, para defender as suas demandas econômicas. Este grupamento, denominado de G77, teve grande impacto na percepção de como as economias dos menos desenvolvidos eram prejudicadas por mecanismos discriminatórios existentes no comércio internacional, mesmo que estes não fossem de cunho colonial. O Brasil, por exemplo, possuiu uma brilhante atuação nestes dois órgãos, sendo inclusive indicado para ser líder do G77 através do embaixador Azeredo da Silveira. Apesar de alguns avanços, a iniquidade presente nas trocas internacionais permanece até os dias atuais, demonstrando que a ONU não possui em si poder de ser um instrumento de compensação desta situação.

Outro organismo multilateral de relevo, do qual o Brasil não foi participante, foi o Movimento de Países Não-Alinhados. Criado após a crise dos mísseis (1962), este “partido político” do Terceiro Mundo foi responsável por gerir sensíveis crises decorrentes basicamente da Guerra Fria. Para o seu interior foram drenados, em suas reuniões tri-anuais, todas as agendas típicas das preocupações dos países do Terceiro Mundo. Como produto desta forma de organização política, foi criado, nos anos 1970, um novo olhar sobre a correlação de forças da Guerra Fria e do Terceiro Mundo: o “conflito Norte x Sul”. Esta releitura da correlação de forças visava claramente contestar (e até cancelar) o “conflito Leste X Oeste”. Este novo direcionamento da política internacional dos países do Terceiro Mundo ocorria em meio ao abalo político e econômico balizados pelas crises de convergência macroeconômica (inflação e recessão causadas pela perda da capacidade de controle coordenado destas políticas públicas) e pela derrota norte-americana na Guerra do Vietnã.

Tais fatos obrigaram a agenda política internacional a incorporar uma necessária pauta de reformas, assumindo

temas que os países do Terceiro Mundo apontavam como diagnóstico da crise. Neste cenário, basilarmente ancorado na “crise de hegemonia norte-americana”, os não alinhados se propuseram a enfrentar vários princípios e práticas discriminatórias e de favorecimento dos países desenvolvidos nas relações comerciais e políticas. Esta mudança no cenário internacional fez surgir, em 1974, uma agenda propositora da transformação da economia mundial, uma espécie de “Constituição do Terceiro Mundo”: a proposta de formulação da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

No final dos anos 1970, após anos de impasse político e conceitual, onde não ocorriam avanços substantivos na pretendida reforma da política e economia internacionais almejada pela NOEI, a plataforma de reformas foi finalmente executada. As medidas implementadas então foram oriundas do primeiro e não do Terceiro Mundo. Iniciada com a subida inicial da taxa de juros dos títulos da dívida pública mobiliária federal norte-americana, foi complementada com várias outras políticas: liberalização do sistema financeiro, corte de gastos públicos, diminuição da dívida primária dos Estados, diminuição dos gastos da previdência social, privatizações, entre outras. Foi criado, então, o universo do “neo-liberalismo”, que incidiu com intensidade no projeto político do Terceiro Mundo. Ao longo da década de 1980, este último foi vencido pela percepção da agenda da “Globalização” da economia mundial.

Entre 1955 e 1979, o terceiro-mundismo surgiu, se desenvolveu e conseguiu um status analítico e propositivo. Daí em diante, até o surgimento do grupamento BRICS, sua existência tornou-se apenas referencial, sem a capacidade de interferir efetivamente na vida política internacional.

Eulália Lobo vivenciou de perto (estudando e visitando) inúmeros países do Terceiro Mundo em meio ao cenário político descrito acima. Foi, inclusive, prestadora de serviços da Embaixada da Indonésia no Brasil, país estruturante deste processo, sendo a sede da histórica conferência de 1955. Nesta função, conheceu por dentro alguns dos mecanismos de busca da redefinição do poder mundial, tornando-se um

testemunho altamente qualificado das perspectivas dos governantes em buscar caminhos de desenvolvimento e melhorias sociais que eram também os seus.

EULÁLIA LOBO, O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

A justificativa para considerar o hemisfério como área de estudos reside nas relações de dependência, criadas pela expansão do mercado mundial. A noção de dependência é entendida dentro do conceito exposto por Fernando Henrique Cardoso de que as estruturas dependentes são diversas das estruturas dominantes e que as primeiras não devem ser concebidas como meramente reflexas, tendo uma dinâmica própria dentro dos limites definidos pelas relações de dominação-subordinação entre países (LOBO, 1970, p. 9)

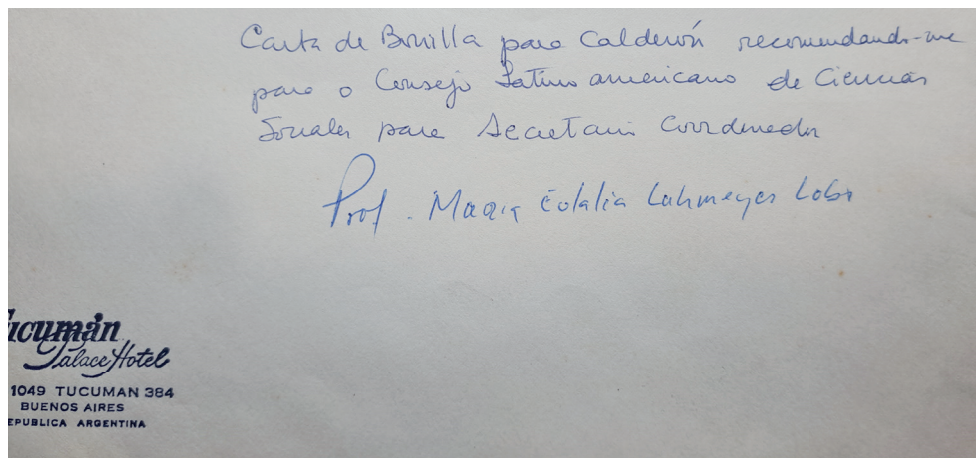


FIGURA 8. ANOTAÇÕES DE EULÁLIA NO ENVELOPE QUE A CONVIDOU PARA INGRESSAR NO CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 1987.

Em sua obra *América Latina Contemporânea. Modernização, Desenvolvimento, Dependência*, é apresentado ao leitor a problemática da construção do objeto “América Latina” numa ótica renovada, como temática de estudo legítima. A

preocupação inicial da obra foi a de demonstrar que o continente possuía uma identidade coletiva, e não uma somatória de Histórias de países individualizados. Esta busca de identidade comum está envolvida numa disputa política de maior envergadura: a consagrada des-historicização do continente, tornando-o refém das várias Histórias individuais de cada país ou região que os colonizadores europeus exploraram. A nova forma de entender a História da América Latina se constituiria num projeto nítido de quebrar a vinculação colonial e pós-colonial da História das colônias e ex-colônias do continente à exclusividade da História das metrópoles. A partir de então, o novo foco queria permitir a percepção de uma identidade histórica comum, capaz de gerar unidade política. Podemos notar, a título de comparação, que a expressão “Oriente Médio”⁵ é prova de um mesmo intento, só que de forma contrária. Neste caso, a unidade forjada de fora para dentro foi o mote para produzir uma eterna divisão entre estes países.

A tarefa inicial enfrentada pela autora foi desconstruir versões de que haveria uma América inglesa, outra lusa e uma terceira espanhola. Nesta perspectiva, dentro destas áreas coloniais conviviam vários países sem conexão uns com os outros. Sendo assim, haveria uma “História europeia” para cada um deles. Além disso, as várias fases desta História colonial também não haviam sido constituídas como um “processo” pela versão até então dominante, mas como experiências sociais temporalmente estanques. A autora se

⁵“Oriente Médio” não é, por definição, uma expressão exclusiva da Geografia Física. Trata-se de uma “região” que foi conceituada como sendo um ambiente único num contexto histórico internacional preciso: a expansão colonial europeia na Ásia e África a partir do século XIX. Sua origem parece ser a diplomacia inglesa, que produziu esta denominação ainda na década de 1850. A expressão só tornou conhecida do público no início do século seguinte, quando uma concepção de que uma parte do oriente era distinta dos usos tradicionais que se tinham até então – que o dividiam em “próximo” e “extremo” –, e que se localizava no “meio”, foi elaborada pelo historiador naval e militar norte-americano Alfred Thayer Mahan, em 1902. (MAHAN, 1902. O autor não definiu com precisão o espaço físico ocupado por esta “região”. Sua definição ganhou repercussão quando foi citado dois meses após a publicação do seu texto no jornal *The Times*. A referência se consolidou como categoria analítica em meio a vinte artigos escritos por Ignatius Valentine Chirol, que foram reunidos e publicados em livro com o título de *The Middle Eastern Questions: or, Some Political Problems of Indian Defence*” (MURRAY, London, J., 1903). Este trabalho pode ser consultado em: <https://archive.org/details/middleeasternqu01chirgoog>. Na administração do presidente Dwight Eisenhower (1953-1961) foi feita pela primeira vez a citação da expressão “Oriente Médio” num documento oficial.

contrapõe a esta ausência de evolução histórica atribuída até então afirmando: “há uma continuidade entre os períodos pré-colombiano, colonial e independente e [...] (a partir desta constatação) é válido considerar o hemisfério como uma área de estudos própria” (LOBO, 1970, pp. 8-9).

Indicamos que esta reflexão inicial presente na obra ora em análise é fruto tanto do avanço das preocupações desenvolvimentistas que predominaram nas ex-colônias e na América Latina após 1955 quanto das dificuldades internacionais pautadas na Guerra Fria. Nesta conjuntura, surge uma nova problemática de tipo colonial: a interferência política nos países latino-americanos por parte dos Estados Unidos da América, substituindo a intrusão de países europeus. Daí, para os propositores de uma História coletiva do continente, ser mandatário para as nações do Terceiro Mundo estabelecer uma nova dimensão no pensar histórico do continente para “transformar e continuar transformando” e para dar vida a uma História da América Latina como ator político coletivo.

Esta proposta de renovação estava também calcada, como em nossa suposição da perspectiva terceiro-mundista da autora, num contexto que era vivido na época: a constatação de que, dentro do contexto de formulação de uma nova teoria explicativa para transformação da realidade que a cercava, havia um processo calcado na “dependência” das colônias em relação às metrópoles, e que esta continuou a existir após as independências (Idem, p. 9). Esta foi construída historicamente no interior do “processo de expansão europeia numa etapa da acumulação capitalista que precede o modo de produção capitalista do século XIX” (Idem). Esta dependência apontava que este estado de coisas não surgiu repentinamente, mas, antes, possuía sua própria História. A preocupação da autora em construir uma especificidade para o seu objeto é baseada no que havia de mais expressivo na análise sociológica daquela época: a Teoria do Desenvolvimento (já vista acima) e a Teoria da Dependência,⁶ explicitadora das limita-

6Cf. SANTOS, Theotonio dos. *Teoria da Dependência. Balanço e perspectivas*. São Paulo, Insular, 2024, 2ª. ed.

ções conceituais da sua antecessora e indicadora de um padrão de análise ainda mais preciso. Ainda podemos indicar sua incorporação das análises oriundas do marxismo, de forma a embasar a dependência como um sistema de exploração, não de convivência neutra em relação a este tema, como na Teoria da Dependência na versão de Fernando Henrique Cardoso. Nesta mescla de influências teóricas, ficou estabelecido que as diferentes realidades nacionais compunham um quadro único de inserção destas na economia mundial.

Há de se considerar que Eulália Lobo possuía preocupações políticas mais gerais e também perspectivas críticas acadêmicas relevantíssimas, que procuravam tornar o “hemisfério” (como ela se referia à América Latina) um ente coletivo composto por dinâmicas nacionais próprias. Esta é uma preocupação que tipicamente caracterizou o “espírito de Bandung”, agora numa versão acadêmica. Mas o que é necessário realmente enfatizar na análise da autora é o estudo meticuloso e empiricamente embasado em que ela expõe estas dinâmicas nacionais. Sua pesquisa é sempre composta de grande quantidade de dados precisos, robustos, relevantes e reveladores das teses por ela adotadas, não se transformando num estudo quantitativo. O grande volume de dados oferecidos ao leitor embasam uma sólida argumentação para compreender toda a dinâmica da vida material e imaterial dos países estudados que ganham maior sentido com sua preocupação de entendê-los no interior de uma dinâmica micro, regional e internacional. Esta qualidade é apontada pelos estudiosos que têm seus trabalhos como referências para estudos posteriores e também por pesquisadores que vivenciaram seu processo de produção intelectual, testemunhando seu afinho em destrinchar os arquivos públicos e privados que contivessem informações relevantes. Em muitos casos, temos depoimentos neste sentido; era o seu trabalho de pesquisa empírica que colocava “ordem na casa” de arquivos mal organizados ou sem conservação adequada. Destas fontes documentais, Eulália Lobo extraía o máximo de dados possíveis de serem processados, surpreendendo a todos com sua imensa capacidade e habilidade de lidar com

números mas não se render a eles. Ela deve ter sido uma das pioneiras nas Ciências Humanas no uso de computação eletrônica para processar a imensa base de dados que coletava manualmente. Sempre fornecia aos números brutos ou tabulados um significado maior, imerso em conjunturas e ciclos econômicos, fatos políticos (locais, regionais, nacionais ou internacionais), estruturas produtivas, tipos de propriedade fundiária, cultura popular, teorias explicativas geradoras de tipologias, guerras, mudanças de governo e/ou de regimes políticos, entre tantos e variados elementos que poderiam interferir no seu objeto de estudo.

Não é nosso intento realizar neste capítulo uma análise bibliográfica da autora. Apenas nos propomos realçar sua adesão a uma forma de entender a realidade que a cercava e os meios pelos quais ela propunha caminhos, tanto para sua interpretação quanto para sua modificação. Assim, nossas reflexões que se seguem lidam apenas com uma das partes da sua vasta análise: a industrialização da América Latina e seus impasses. Nesta parte de seus estudos é que encontramos a sua vinculação com o nosso tema. No capítulo 2 da obra citada acima, intitulado *A Conjuntura e a Tendência Secular da Economia da América Latina no Século XX* (LOBO, 1970, pp. 42-65), há uma nítida preocupação em analisar o impasse de todo continente face às dificuldades de manutenção da industrialização. Esta foi, em nosso entender, a motivação maior de busca de uma compreensão histórica dela e da sua geração, já que a crise das políticas de desenvolvimento econômico no início dos anos sessenta instigaram a sua superação a partir de uma análise histórica que demonstrasse suas causas. Naquele contexto, a nova crise não parecia ser apenas mais um obstáculo conjuntural, mas, ao contrário, apontava para a existência de causas estruturais e, talvez, levasse à estagnação econômica de longa duração do continente.

Notamos que, pela análise lógica de seus argumentos, a autora incorporou uma dinâmica intrínseca no seu raciocínio: a) absorveu a pauta do desenvolvimento econômico; b) elaborou a compreensão da crise através da Teoria da Dependência – na versão desenvolvida por Fernando Henri-

que Cardoso –; e, c) sustentou a perspectiva de se retomar o desenvolvimento novamente utilizando a concepção estruturalista da Cepal, tendo como perspectiva uma reforma social que compensasse os problemas estruturais do desenvolvimento econômico.

O pressuposto inicial do capítulo é de que:

A partir do fim da década dos cinquenta manifesta-se uma crise do setor exportador da economia da América Latina ligada à *deterioração dos termos de intercâmbio* (Idem, p. 45).

Esta situação é uma surpresa, e é o problema a ser enfrentado, já que:

Em termos gerais e esquemáticos, o século XX (na América Latina) apresenta uma tendência à expansão econômica (Idem).

A causa para que isto ocorra é apontada da seguinte forma:

Na América Latina os efeitos dinâmicos sobre a economia do setor externo vão gradualmente crescendo no pós-guerra (Idem, p. 53).

Vista a crise como sendo explicada pelas teses da “substituição de importações”⁷ e da “deterioração dos termos de troca”.⁸ Ambas derivavam das novas condições econômicas trazidas pela recuperação da economia europeia e, fundamentalmente, pela dinâmica econômica norte-americana. A crise que a autora analisa é localizada após o fim de dois ciclos, de 1935 a 1952 e de 1953 a 1959. Neste longo período, encontramos a superação da Grande Depressão nor-

7Cf. TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capital Financeiro. Ensaio sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, 4ª. ed.

8Cf. PREBISCH, Raul. “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas”. IN: *Revista Brasileira de Economia*, 54-9, set. 1949. e DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986). A construção da América La-*

te-americana em 1937, o crescimento contínuo e robusto de 1938 a 1947, uma nova crise em 1948-1949, a retomada que durou até 1952. Depois destas ondulações, surgiu uma nova recessão entre 1953 e 1954, um novo ciclo de expansão em 1955 até 1957 e outra recessão entre junho de 1957 e fevereiro de 1959 (LOBO, 1970, p. 54). Diríamos que neste percurso de mini-ciclos econômicos, a economia norte-americana se transformou o suficiente para “exportar” a crise interna americana para a América Latina. No final dos anos cinquenta, a debilidade econômica continental já era estrutural, já que “a deterioração dos termos de intercâmbio tornou-se mais acentuada e a taxa de crescimento da produção declinou” (Idem).

Sendo assim, esmiuçando a natureza da estagnação econômica, os problemas elencados acima foram localizados não apenas na estrutura latifundiária, mas na própria industrialização que já havia avançado muito no interior dos dois ciclos de expansão da economia norte-americana. Segundo a autora:

A lentidão do crescimento da procura das matérias-primas, a substituição de artigos de exportação dos países subdesenvolvidos por produtos químicos ou congêneres, a taxa moderada de expansão econômica dos Estados Unidos, principal importador de produtos básicos do hemisfério, a política de restrições a importação desse país afetaram negativamente os preços dos produtos de exportação da América Latina (Idem).

Por este caminho Eulália Lobo, amparada por bibliografia que suportou sua análise presente no texto, indicou que a natureza do problema que sua geração decidiu enfrentar ganhava um novo contorno: o próprio sucesso da industrialização induzia a novos problemas sem que os antigos estivessem totalmente superados.

Toda a análise do capítulo é uma vasta exposição de indicadores e fatos sobre este grave impasse, demonstrando que as estruturas analíticas de avaliação do contexto avançavam no encalço do diagnóstico e proposição de soluções. Entre estas, a autora aponta a proposta da Comissão Econômica da América Latina (Cepal) de formação de uma zona de comércio regional liberada de tarifas. Esta é uma forma que avaliamos ser uma tentativa de mimetização da robusta e vencedora evolução da Comunidade Econômica Europeia. A intenção da proposta de implementação de um bloco regional visava, segundo a autora, “(ser) uma fórmula de estimular as exportações, a produção agrícola e industrial” (Idem, p. 56).

Os elementos que levavam à crise estrutural eram, sem sombra de dúvidas, muito graves e profundos. Depois de décadas de evolução econômica, o continente se defrontava com desafios gigantescos para aprofundar e dar continuidade à industrialização, avançando para os setores produtivos que ainda precisavam ser implementados com o fito de tornar a manufatura regional independente. Assim:

A fase mais fácil do processo de substituição de importações pela produção nacional de bens de consumo já foi em larga medida ultrapassada para um certo número de países da região. A substituição de bens intermediários, de bens de consumo duráveis, e de bens de capital requerem grandes disponibilidades de capitais de investimento e mercados consumidores maiores do que os dos países da América Latina (Idem).

O capítulo indica uma severa rotação de orientação das reconstruídas economias europeias em relação a produtos que adquiriam da América Latina. Aquelas passaram a adotar restrições às importações de produtos agrícolas. Tanto a Comunidade Econômica Europeia quanto a Comunidade Britânica adotaram, junto com os Estados Unidos, medidas protecionistas. Já o comércio com o bloco comunista “não

se expandiu na medida das expectativas” (Idem, p. 55). Isto aprofundava a crise da balança comercial, *alma mater* da crise latino-americana.

Dada a insuficiência de capitais internos necessários à superação deste impasse, mesmo o recurso à utilização de capitais externos também se transformou, tornando-se mais um fator da equação crise que a autora buscava entender. A metamorfose destes investimentos, antes dirigidos ao setor produtivo, agora migravam para o setor financeiro.

A tendência do pós-guerra tem sido do investimento direto estrangeiro desviar-se do setor tradicional de exportação para as indústrias e principalmente do capital estrangeiro entrar na América Latina, de preferência sob a forma de empréstimos (Idem, p. 61).

Ou ainda, constatando o desvio do investimento estrangeiro em setores não produtivos:

Outro aspecto ainda a considerar é que a ajuda externa e mesmo os empréstimos destinam-se em parte à aquisição de material bélico sem impacto sobre o sistema produtivo (Idem, p. 63).

Várias fórmulas e soluções estiveram em tela para tentar superar as limitações macroeconômicas derivadas de um tipo específico de inserção da economia latino-americana na economia mundial. Naquele momento, este problema apenas dava seus primeiros passos, num longo percurso de intensos, recorrentes e extensos períodos de crises que perduraram até os anos 1990. Um deles foi a já citada integração econômica latino-americana. De variados caminhos foram elaboradas propostas e implementadas políticas para tentar compensar um problema que se manifestava como financeiro mas que, como Eulália Lobo demonstrará, possuía profundas raízes no interior das sociedades latino-americanas. O êxito destas, quando existia, era limitado:

Recentemente o BID estabeleceu um fundo para promover as exportações inter-regionais, e a ALALC celebrou acordos de complementaridade para evitar a competição dentro da zona de livre comércio e outorgou tratamento preferencial para compensar os fretes altos dentro da região.

De qualquer forma, as estatísticas demonstram que a ALALC, apesar do seu sucesso relativo, não é solução a curto prazo para resolver os problemas da América Latina decorrentes da deterioração dos termos de intercâmbio (Idem, p. 58).

Ao final do capítulo, encontramos como conclusão o limite estrutural da economia latino-americana que é, afinal, a expressão do sentido da investigação que nos propomos. Nos parágrafos citados abaixo, encontramos a compreensão de uma problemática típica da percepção “terceiro-mundista” da realidade econômica e social que estava provocando a crise. Aí também encontraremos a elaboração pela autora de uma forma propositiva de enfrentar este impasse:

[...] o problema fundamental que se coloca para a América Latina na atualidade é o da incapacidade do capital externo de cobrir do déficit da balança de comércio ou de suprir a capacidade de poupança e de formação de capital de investimento dessa região. Portanto, as soluções para se alcançar o desenvolvimento da América Latina devem ser procuradas primordialmente no setor interno da economia (Idem, p. 65).

Em seu último capítulo da obra citada (Idem, pp. 171-205), a autora resgata um dos pressupostos da crise que estamos analisando, agora vista pela diversidade de realidades nacionais que possuíam distintos níveis de industrialização mas que eram afetadas igualmente pelos problemas estruturais do continente. Seu prognóstico indica algumas

possibilidades para os LLDC (*low low development countries*) mas no geral é pessimista.

Nos países menos industrializados ou predominantemente agrícolas ainda há margem para prosseguir na política de substituição de importações e promover a industrialização por meio da integração regional, da maior participação do Estado no lucro das empresas estrangeiras, da inversão dessa renda na diversificação da produção, ou mesmo na reforma agrária, da nacionalização das empresas estrangeiras, da democratização do capital e da administração dos trustes, das reformas fiscais, da melhoria do sistema bancário e da bolsa de valores ou através de maior participação do capital estrangeiro. Na maioria dos países, a modernização associada a uma dependência crescente, que se reveste de características cada vez mais complexas, tende a prevalecer sobre o desenvolvimento na ampla acepção da palavra (Idem, p. 205).

EULÁLIA LOBO, A ÁFRICA E A ÁSIA

Na minha primeira viagem ao Egito, na década de cinquenta, o nacionalismo dominava o cenário político mundial e era apresentado como uma solução para os problemas do Terceiro Mundo, fortalecer o Estado. Acreditava-se que o Estado podia desempenhar um papel positivo no crescimento econômico das nações do Terceiro Mundo. E havia uma preocupação de transformar, de ganhar tempo, de recuperar a perda de tempo desses países, em relação aos países de economia avançada. A preocupação em estabelecer um Estado nacionalista forte estendia-se ao Iraque, ao Irã, à penín-

sula arábica, ao Norte da África, à Indonésia e à América Latina (LOBO, 2009, p. 42).

Eulália Lobo era uma viajante nata. Em sua passagem por inúmeros países, sempre demonstrou sua perene visão sensível da sociedade que visitava, projetando com realismo e sensibilidade uma percepção comparativa com a sua realidade nacional. Ela não se comportava nestes momentos como uma típica turista ocidental, que se sentia superior aos países que ela visitava. Não portava, assim, uma conduta arrogante, comum em muitos turistas dos países desenvolvidos. Ela até poderia ter se considerado um membro desta comunidade, devido sua ascensão familiar europeia e seu extraordinário conhecimento da cultura do velho continente. Não é necessário frisar, mas o faremos por dever de ofício, que ela respeitava, amava e procurava compreender as diferenças e a História milenar e peculiaridades dos povos que passava a conhecer. Nossa autora não foi, no entanto, o que podemos chamar atualmente, com a consolidação do campo de estudos das Relações Internacionais entre nós, uma “internacionalista”. Ela procurou entender esta dimensão através da sua análise histórica da vida nacional e social concreta, que entusiasticamente vivenciava nos países em que passou.

Suas análises das várias sociedades que visitou foram expostas em publicação que relata suas viagens através de entrevistas e de textos que ela preparou para suportar a compreensão das suas palavras gravadas. Nestas, encontram-se suas percepções sensoriais, a elaboração de uma análise histórica contendo a imensa erudição da autora, o que produziu saborosas colocações nos textos elaborados e na transcrição de seu depoimento oral. Além disso, presenciamos várias vezes seus relatos de viva voz (com grande senso de humor) narrando experiências junto aos povos visitados, encantando os que tiveram o privilégio de ouvir suas verdadeiras aventuras.

Sua capacidade analítica em interpretar “mapas sociais” plasmados nas condutas mínimas dos habitantes visitados, nas instituições e na cultura destes, além da arquitetura dos locais em que passou, eram realmente impressionantes. Ela

era capaz de interpretar “na pedra” a influência de diversas culturas presentes em uma gigantesca construção:

O império mogol é considerado o auge da Índia e talvez o símbolo mais famoso do império mogol ou mogol sejam Agra e o Taj-Mahal. O Taj-Mahal é considerado um símbolo dessa fusão. No Taj-Mahal o uso das incrustações persas, dos paravans vazados persas, do mármore, da escultura mogol, da arquitetura maometana, poderia simbolizar a Índia (LOBO, 2006b, p. 14).

Não obstante, mesmo nestes momentos, digamos, lúdicos, ela manteve seu profissionalismo intacto. Suas observações sempre e sempre pareciam induzir a metodologia de pesquisa aplicada na América Latina, que pode ser assim compreendida: as partes explicam o todo e o todo explica as partes. Ela definitivamente rompeu com a tradição de interpretação da História pela ótica europeia, onde seria o “continente mãe” a produzir a História dos povos colonizados. Por esta narrativa, todos estariam vinculados diretamente ao útero da criadora metrópole e não à sua própria realidade, a dos vizinhos locais ou os continentais. Esta posição foi transposta *ipsis literis* para a realidade do Terceiro Mundo, que seria conceitualmente para a autora, em nossa visão, uma “América Latina ampliada”.

Encontraremos nos textos por ela escritos e nos seus depoimentos transcritos elementos que corroboram nossa análise. Inicialmente, atestado pela própria autora, sua visão especialíssima do Oriente é exposta, se afastando da preconceituosa percepção que o imperialismo europeu criou como instrumento analítico necessário à dominação do mundo extra europeu. Eulália Lobo inicia sua análise das viagens que realizou refletindo sobre o papel social dos viajantes ao longo de milênios e, em seguida, indica que se afastava daquilo que Edward Said (citado pela autora) chamou de “orientalismo”. Segundo ela, há uma fratura estruturante entre oriente e ocidente que deve ser reconsiderada. Ela afirma:

Os termos de Oriente e de orientalismo têm várias acepções. Teoricamente seriam ligados a uma região geográfica, mas na prática a referência geográfica diluiu-se. Edward W. Said considerava o conceito de Oriente quase uma invenção da Europa (LOBO, 2006a, p. 23).⁹

A solução da autora para este verdadeiro impasse foi dada com elegância e, insistimos, pautada na nova visão social que ela procurava se alinhar:

Como se pode perceber, a construção das imagens do Oriente e do Ocidente faz parte do processo em que diferentes povos, culturas e nações entram em contato e conflito, criam laços ou rompem-nos e, deste modo, constituem o mundo em que vivemos (Idem, p. 29).

Em sua primeira viagem internacional de seu relato de viagens, nossa “viajante terceiro-mundista” logo percebeu características típicas da sua amada América Latina na composição (e dinâmica de transformação) de Pequim, capital da República Popular da China. Sua análise sobre a capital do gigantesco país asiático é esclarecedora da sua visão de mundo e sociedade, sempre respeitando a percepção histórica da sociedade que visitava. A citação abaixo, e ao longo do restante da entrevista, informará o leitor a mudança (acelerada) convivendo com as tradições.

Pequim era muito diferente das cidades ocidentais, parecia um conglomerado de aldeinhas. Não tinha uma configuração de uma cidade do tipo moderno, mas uma aparência de um conglomerado de aldeinhas, com os traços da origem rural marcantes, com autonomia local, de organização, de trabalhos comunitários, de relações de vizinhança, etc. Numa avenida central dessa grande

⁹A obra de Edward Said citada é o livro *Orientalismo e Oriente como invenção do Ocidente* (Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1990).

metrópole encontrei uma casa de camponês. O primeiro impacto é um de diferença fundamental com o ocidente, aquela permanência da cultura camponesa, rural, no meio urbano. Havia, na época, uma migração forte rural-urbana. Mas essa migração, pelo menos até aquele momento, permanecera profundamente imbuída da cultura de uma comunidade rural agregada a uma capital política e administrativa (Idem, p. 38).

Além da consagração da tradição, Eulália Lobo percebeu que a busca do equilíbrio (estético e social) era produto das geológicas crises políticas típicas das tensões políticas e sociais da China. Analisando a arquitetura e a vida no interior da Cidade Proibida, a autora constata:

É interessante essa busca de equilíbrio, de estabilidade que resulta, certamente, da forte instabilidade que domina a história chinesa. Uma instabilidade enorme, mas com algumas correntes permanentes, fundamentais (Idem, p. 49).

Analisando a longa história do país, Eulália Lobo procura explicações para caracterizar os vários tipos de organização política calcada numa sociedade agrária. Este tipo predominante de atividade econômica, modeladora da sociedade chinesa até a vitória da revolução em 1949, possui uma resiliência ante a uma necessária industrialização. A vida agrária do país foi assim analisada:

A exposição do museu histórico de Pequim segue uma linha clara e cobre um período que se estende de 1,7 milhões de anos atrás até o movimento de 04 de maio de 1919. É dividida em quatro partes: sociedade primitiva, sociedade escravista, sociedade feudal, sociedade semicolonial e sociedade semifeudal (o período da velha revolução democrática).

Essa periodização pressupõe a existência de hordas, o que não foi confirmado pela vasta pesquisa arqueológica realizada até o presente, e a sucessão

obrigatória de modos de produção correspondentes a essas formas de organização social, num processo evolutivo que seria comum a todos os povos. Marx negou esse modelo evolutivo aplicado à toda a humanidade e inclusive propôs um modo de produção - o modo de produção asiático - que conduziria a uma quase estagnação, contrária, por conseguinte, à evolução (Idem, pp. 56-7).

Ante o impacto da industrialização que vinha sendo vitoriosa, a Revolução Chinesa padecia de dificuldades para enfrentar a desmontagem do predomínio do rural sobre o urbano. O depoimento da autora indica este problema:

A transição para o capitalismo provavelmente alterou essa filosofia. Mao Tse-Tung disse que a revolução tinha passado por duas etapas: uma de transformação do Estado, outra de transformação da economia. A terceira etapa, a da revolução cultural, não conseguiu transformar as mentes. A economia mudou, o Estado mudou, mas não mudou a mente das pessoas. A revolução cultural não conseguiu abalar muito profundamente essa estrutura. O que veio abalar de fato é o que se seguiu (Idem, p. 66).

Atualmente, Nanquim é um importante centro industrial, terra de aço, metalurgia, petroquímica, automóveis, maquinaria, fibras sintéticas, produção petroquímica. A produção agrícola ficou a cargo das comunidades, dentro da cidade e em algumas comunidades nas proximidades de Nanquim. Não é uma cidade tão original nem tão bonita esteticamente quanto Pequim, mas tem uma história interessante. Ela foi cenário de episódios importantes na história da China, dos conflitos entre os camponeses e a aristocracia, da ascensão dos operários e dos comerciantes e da queda do império, da reação contra o imperialismo. Sofreu

várias invasões de potências estrangeiras nas guerras do ópio e conflitos decorrentes da revolução operária camponesa que estabeleceu o Reino Celestial Taiping e modificou o sistema de propriedades de terra e provocou a queda do poder político dos grandes proprietários de terra (Idem, p. 72).

Constatando, ao final da análise sobre a China, a vitória da transformação, Eulália Lobo não perde a oportunidade de oferecer formas de compreensão da realidade.

Passaram-se mais de duas décadas desde essa viagem, durante os quais o isolamento da China dissolveu-se e sua produção e seu mercado integraram-se aos globais. Um romance chinês recentemente premiado, “La petite Tailleuse Chinoise”, de Dai Sijie, conta uma parábola do pequeno alfaiate de uma comunidade rural que se deixa seduzir por Balzac e parte em busca da sociedade consumista (Idem, p. 86).

A Índia, baluarte do movimento pacifista que notabilizou o início do grupamento de países descolonizados caracterizados como Terceiro Mundo, foi um país que chamou vivamente a atenção de Eulália Lobo. Tendo aí se organizado um Estado Nacional num subcontinente contendo milhares de elementos que foram amalgamados (pequenas cidades-estado, Estados, tribos, idiomas e dialetos, nacionalidades e identidades tribais, religiões e castas, etc), somente uma incrível engenharia política foi capaz de erigir um ente estatal nacional sobre a realidade viva desta miríade de instituições materiais e imateriais. Seu arquiteto maior, Jawaharlal Nehru, realizou, como político, por duas vezes, o mesmo movimento conceitual defendido por Eulália Lobo, como intelectual. Na primeira vez, unificou diversidades, criando um gigantesco Estado nacional que sustentou intacta a estrutura das diversas regiões que passaram a compor o novo país. Na segunda vez, foi com sua liderança no interior da Conferência de Bandung que ele demonstrou sua capacida-

de política e analítica de perceber o potencial de agregação para formar um todo, forte o suficiente para impor o poder dos povos colonizados e desunidos pela metrópole. Neste histórico encontro, ele foi um líder pró-ativo, formulando uma agenda de atuação dos países baseada exclusivamente na negociação, o que foi uma indicação de prática política que denominamos de “doutrina Nehru”. Aí também encontramos Nehru “juntando os cacos” de realidades nacionais distintas num todo, inorgânico (pois não construiu nenhuma instituição deste grupamento de países) mas simbólica e politicamente articulados.

De forma pacífica, mas confrontadora, a descolonização da Índia foi obtida sob sua liderança, tornando-se caso único em que nem se viu guerra contra a metrópole nem libertação promulgada pelo colonizador. Seus únicos problemas (não um fracasso pessoal, devido à ação intensa da Inglaterra em criar uma dissensão com os muçulmanos da Índia para enfraquecer a proposta de independência) foram a formação do Paquistão e a não incorporação da província de Cashemira ao território indiano. Da mesma forma que na independência indiana, na Conferência de Bandung ele agiu baseado nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (o Pan Shila) para buscar a neutralidade dos países do Terceiro Mundo, tendo em mente o catastrófico resultado para o Terceiro Mundo da Guerra da Coreia. Esta orientação de política internacional constituiu-se num símbolo de unidade em meio à diversidade. Um ingrediente novo desta proposta foi calcar o encontro da unidade com a pacificação no interior do conceito de “soberania dos povos”. Ao final dos dez pontos do programa elaborado em abril de 1955 na cidade indonésia, estão incluídos, mais uma vez, a confluência de interesses entre o Terceiro Mundo e as posições intelectuais e políticas de Eulália Lobo: a busca do desenvolvimento econômico, forma de assegurar a soberania política dos Estados Nacionais do Triplo A frente ao imperialismo europeu.

Eulália Lobo constata este papel da Índia liderando a organização política em sua primeira fase, quando os jovens

países saídos da dominação imperialista buscavam escapar do neo-colonialismo:

Na década de 1970 a Índia aumentou a produção, a exportação, ampliou suas forças militares, desenvolveu a tecnologia. Nas décadas de 1950 e 1960 a Índia lançou a política de não alinhamento dos países neutros. Realizou-se a conferência dos não alinhados em Bandung – Indonésia, área de influência da Índia (LOBO, 2006b, p. 115).

O desafio intelectual foi lançado pela nossa autora da seguinte forma:

Questões que valem a pena formular para si próprio antes de partir para a Índia são, a meu ver: O que é a Índia? Por que as tribos, as comunidades, as cidades, permanecem unidas? As culturas desses grupos sociais divergem profundamente, o estado é de formação tardia, o separatismo das províncias é intenso, o poder do estado é limitado, a manutenção da democracia é um desafio numa sociedade cuja tradição é de desigualdade das pessoas (Idem, p. 8).

Da mesma forma, a compreensão da situação do país em termos de desenvolvimento também foi detectado pela pesquisadora, que elucidou o que consideramos resultado da própria intervenção da Índia no sistema internacional a partir da década de 1950: a superação das tensões com a China, a aproximação com a URSS, o expressivo aumento de sua participação no comércio internacional, etc. Para isso, o sistema político indiano, articulando unidade (nacional) com diversidade (regional e local) foi capaz de sustentar a inserção da Índia na economia mundial, apesar de todos os fatores internos indicarem dificuldades no alcance deste intento.

A manutenção da democracia na Índia considerada problemática devido à profunda heterogeneidade

de sua sociedade, tem sido atribuída a permanência das numerosas comunidades cuja autonomia em relação aos assuntos locais e a forma de governo é respeitada pelo Estado Central. As comunidades asseguram a irrigação e adotam técnicas modernas preservando o espírito igualitário. Aos poucos vão se desenvolvendo laços políticos entre as comunidades, as tribos e a superestrutura com a eleição dos excluídos e o abandono das práticas tradicionais de discriminação das castas, das mulheres (Idem, p. 116).

A percepção da autora deste virtuosismo do proceder específico indiano em meio à predominância universal de uma fórmula de apenas respeitar o mercado livre ou as políticas macroeconômicas de manejo de rendas como indutoras da atividade econômica não encontravam na Índia respaldo. Nela deve-se contar que nem todos os problemas que são encarados como tais são realmente percebidos desta forma pela população, porque a natureza da soberania microscópica das comunidades e sua imensa diversidade cultural subsiste desconhecendo o sentimento (tipicamente ocidental) de restrição de convívio com as dificuldades. Sendo assim, como ressalta Eulália Lobo:

Um dos fios condutores que me ajudaram a compreender a Índia foi o conceito de tempo hindu que só considera o presente. Tal modo de pensar restaura a liberdade do indivíduo que não tem de carregar o peso da responsabilidade pelo passado. O hinduísmo desencoraja o sentimento de culpa, exalta o sexo como uma virtude, oferece a possibilidade de resgatar qualquer pecado pela ressurreição que pode ser repetida e atende a qualquer desejo por meio da prece, tendo centenas de deuses a quem apelar. A crença na alma dos vegetais, minerais e animais estimula o respeito e a preservação da natureza e desestimula a arrogância dos

seres humanos. Segundo alguns textos sagrados hinduístas o homem e a mulher surgem simultaneamente na superfície da terra, usufruindo do mesmo status. A mulher não é vista como a sedutora pérfida que induz ao pecado e a perda do paraíso, como no cristianismo nem como objeto de sexo subalterno como no islamismo, aparecendo no mundo num segundo plano, ou fabricada de uma parte do corpo de Adão, como no cristianismo. O trabalho não é apresentado como punição pelo pecado (Idem, p. 118).

No caso da continuidade do sistema de castas – proibido pelo Estado mas mantido na prática –, a Índia aponta para um tipo todo próprio de busca do desenvolvimento.

É importante assinalar que há oportunidade de mobilidade social. As relações entre a cúpula do Estado e a base das comunidades é muito complexa, estas culturas usufruíam de grande autonomia, mas o Estado central abriu a possibilidade de uma política democratizante (Idem, p. 119).

Com a mesma sensibilidade que Eulália Lobo tratou o universo cultural asiático e latino-americano, veremos um tratamento específico aplicado para o mundo islâmico, coerente com seu pensamento mais geral sobre a vida em sociedade e sua história milenar. Em volume próprio de seus relatos de viagem (LOBO, 2009), a autora aborda este tema tão sensível após o fim da Guerra Fria – devido aos atentados às Torres Gêmeas em 2001 e, mais contemporaneamente, à crise envolvendo o sionismo e a Palestina –, nos informando a dimensão holística da origem e desenvolvimento dos impérios islâmicos: o Mar Mediterrâneo. Este foi o responsável tanto pela expansão quanto pela crise existencial de várias organizações estatais muçulmanas. Ela indica a expressiva “influência islâmica no mundo mediterrâneo” (Idem, p. 7) e também aponta várias características desta cultura (em contraposição aos valores ocidentais) que são, talvez, expressivos

marcos do seu patrimônio intelectual. A autora demonstra que existem diferenças entre estes dois campos numa forma “terceiro-mundista” de compreensão da sociabilidade que se sobressai: no primeiro existe um viés de tratar a vida social como “linear (ocidente) [distinguindo-se] d(o) conceito circular, cíclico (no oriente) do tempo” (Idem, p. 10).

Eulália Lobo visitou o Egito por duas vezes. Sua descrição pormenorizada da sua primeira visita ao país oferece, na sua entrevista gravada relatando esta viagem, quase que um filme pronto que é rodado no interior da mente do leitor da transcrição deste relato, tamanha a extensão dos detalhes em que ela interpreta a história e os personagens do país. No texto aparecem escravos, múmias, trabalhadores assalariados, sepultamentos (visitados por engano!), religiões, rios, cemitérios, a posição da mulher na sociedade (superior, se comparada com outras sociedades do Terceiro Mundo da época), a família, o escriba, o pescador, o calor intenso, as cores das paredes, faraós, as pirâmides, o caos urbano, os camelos (chorando copiosamente!), etc. Enfim, o relato é uma riquíssima descrição de toda a gama de possibilidades de ver o Egito como o Egito se apresenta sem uma visão piegas que o turismo industrial ocidental insiste em produzir.

Sua capacidade analítica em detectar o conhecimento já consagrado e o que estava sendo revisto no momento da sua visita ao país aparece, como insistimos, numa interpretação típica do “terceiro-mundismo” conceitual que acreditamos que a pesquisadora esposava. Vejamos o texto abaixo:

O dia-a-dia a gente encontra refletido nos objetos que acompanham os faraós nos túmulos, que têm reproduções, miniaturas, de casas, de atividades produtivas, agricultores, camponeses, artesãos, todos eles são representados nas imagens, nas esculturas de madeira policromadas, em cerâmica que figuram nos túmulos dos reis. Eles recebem companhia dos militares, dos nobres. É quase que uma reprodução da hierarquia social. Tem uma elite

que acompanha o rei na morte... E tem também os homens da base, da produção. A gente nota que quanto mais se estuda o Egito ultimamente, apesar de ter havido escravidão, a base toda não é tão escravista como se pensava antigamente. O número de atividades dos trabalhadores é muito extenso. E isso se reflete, por exemplo, na descoberta de escavações que foram feitas mostrando cidadezinhas de operários.

Como eu não cheguei a ver múmias de camponeses pode-se deduzir que... os camponeses nunca chegaram à eternidade! (Idem, pp. 30-1).¹⁰

Analisando o papel do Estado no Egito pré-islâmico, é apontado no texto uma característica muito peculiar: a necessidade deste ser forte e centralizado para, entre outros motivos, racionalizar o uso da água, evitando desperdícios. Em contraste com o mundo islâmico como um todo, que à época do esplendor da cultura egípcia possuíam estruturas estatais sumárias e sem uma coordenação para a sucessão dos califas, o Estado egípcio sempre foi centralizado, organizado e eficiente. O texto inicia com uma análise preciosa do papel do Egito dentro do corte cronológico deste capítulo. Ela aponta a influência do país dentro do mundo islâmico como uma forma de impulsionamento do desenvolvimento econômico. Assim ela se refere ao assunto:

Os maometanos atuais têm muita ligação com os povos do deserto. Os egípcios não eram povos do deserto, eram povos do oásis. Eram agricultores fixados a terra. Na década de cinquenta, Nasser estava desempenhando um papel muito importante, estimulando o desenvolvimento do espírito nacional e a promoção de uma política comum ao mundo muçulmano (Idem, p. 41).

10 Neste ponto da entrevista, Eulália Lobo analisa o processo de inserção contínua dos setores menos favorecidos da população em rituais da morte (muito valorizados no país), indicando a capacidade da sociedade egípcia em ampliar direitos em direção à parte inferior da sua pirâmide social.

Dentro deste processo de construção de um ideário pró-Terceiro Mundo de Gamal Abdel Nasser – segundo líder mundial deste grupamento, substituindo o histórico papel de Nehru – e seu nacionalismo árabe – por vezes também chamado de socialismo árabe –, surgiu uma manipulação historicamente imprecisa por parte desta política estatal, instrumentalizando o islamismo como uma continuidade do esplendor dos impérios faraônicos. Esta distorção temporal do processo de assimilação do islã no Egito era tensionado ao máximo e visava instrumentalizar o combate ao inimigo sionista. Eulália Lobo percebeu a intensidade desta situação em um comício onde assistiu um discurso do dirigente egípcio, mesmo não compreendendo o árabe. Assim ela se referiu ao assunto:

Eu acho que em Istambul, as contradições tendiam a se harmonizar, enquanto no Egito, elas eram usadas e acirradas com um propósito político atual de uma união muçulmana com base numa falsa história em comum, com o propósito de destruir Israel. Foi o que eu senti no discurso do Nasser. Na minha interpretação, ele era um grande líder (Idem, p. 44).

No Egito, como na América Latina, as peças do tabuleiro que movem a industrialização são praticamente as mesmas. É o que podemos concluir com a análise abaixo:

Todas as lideranças nacionalistas tinham em comum a idéia de que poderiam obter o apoio nas forças agrárias. Para a conquista do poder propunham reformas agrárias que tentaram realizar e procuraram promover a industrialização e mobilizar a mão-de-obra operária. No Egito, a reforma agrária estava associada à Represa de Assuá, que permitiria revolucionar o processo econômico, através da industrialização, devido ao aumento da produção da energia elétrica para a indústria, do suprimento de água para as cidades e para o campo. Houve também alguns pontos negativos

resultantes da barragem e da Reserva de Assuá que acabou com as enchentes do Nilo e o depósito dos fertilizantes nas terras marginais, que tiveram de receber fertilizantes. Veio a Irrigação, o desenvolvimento da agricultura. Uma revolução industrial, uma revolução agrária (Idem).

A especificidade desta construção institucional foi, no entanto, diversa do que ocorria na América Latina, pois a religião no Egito e em grande parte do mundo muçulmano era um fator de amalgamamento social relevante. É o que vemos na citação abaixo:

Há uma diferença fundamental, a meu ver, entre essa política nacionalista, desenvolvimentista, que acredita que o crescimento da indústria acarretará as transformações necessárias, políticas, sociais, que prevaleceu entre os países do terceiro mundo, muçulmanos e não muçulmanos e a questão da constituição de um Estado moderno muçulmano que era em geral teocrático. Enquanto que na América Latina, na Indonésia e na Turquia não parece ser uma questão fundamental, separando-se o Estado da religião. No Egito não foi assim, nem no norte da África, em geral. Não havia a possibilidade de separar sem provocar uma rebelião. Na América Latina, o conflito entre o Estado e a igreja tinha sido anterior, logo depois da independência, no século XIX, e teve menos repercussão (Idem, p. 46).

Enfim, o desenvolvimento econômico no mundo muçulmano percorre caminhos muito próprios, mas que não nega as premissas dos impasses estruturais de todo o Terceiro Mundo:

Naquela época o nacionalismo e o não alinhamento pareciam uma possibilidade de o mundo mudar, de haver melhor distribuição da renda,

melhor distribuição da riqueza. Parecia uma alternativa possível. Não por caminhos xiitas, mas por caminhos sunitas. Nasser, Burguiba, o próprio rei do Marrocos, eles apontavam para o ideal de estabelecer uma terceira força, pacífica, que iria influir nas relações internacionais, no desequilíbrio econômico. Porque hoje em dia, em comparação com àquela época, há uma desigualdade maior entre os povos. Se é preciso, não idealizar aqueles líderes populistas, deve-se, apesar de seus defeitos, entender que ao menos eles procuravam encontrar caminhos, soluções. Em alguns aspectos, sua política foi válida, sem dúvida” (Idem, pp. 48-9).

Logo em seguida, Eulália Lobo aponta uma limitação estrutural da vida política egípcia, que muito vai influenciar os destinos do país a partir da década de 1980: o islã político. Se por um lado, como visto, o islã produziu unidade, por outro ele estimulou um profundo dissenso na sociedade civil do país. Isto ocorreu porque a religião “autônoma”, longe do controle estatal, acabou por se impor como um fator limitante do poder político de Nasser e do Estado egípcio. O constante e expressivo aumento do número de mesquitas privadas em detrimento das estatais, estimamos, denota um interessante aspecto da crise do imaginário desenvolvimentista no país: a perda de controle de fatores cognitivos da religião sobre a legitimidade do Estado laico. O papel da religião na política pública no Egito pós-Nasser indica esta ruptura entre religião e política laica, como indicado abaixo:

Na ocasião da minha segunda visita ao Egito, Sadat procurava liberar todos os xiitas que Nasser tinha posto na prisão numa tentativa de apaziguamento que exacerbou o conflito culminando com o assassinato do presidente (Idem, p. 51).

Enfrentando desde o começo do seu governo o poder do islã político, Nasser, e depois Anwar Sadat, ficaram imersos num universo de recriação de valores religiosos como

fundantes da vida social. Quando da crise econômica dos anos 1970, e mesmo as transformações típicas do sucesso econômico do capitalismo egípcio controlado do Estado que ocorreu no período anterior (como a imensa urbanização da população rural), produziu-se a ruptura indicada acima que se tornou de difícil controle pelo poder estatal. A partir daqui, somente a repressão política tornou-se alternativa para o controle da contestação. Nossa autora indicou o pivô da crise, apontando que Nasser e Sadat enfrentaram o mesmo problema, mas com ênfases distintas:

Nasser não se declarou secularista, como Atatürk, mas apenas reformador do Islam, inclusive o Islam popular. Desde 1967 a repolitização do Islam com Sadat visava se defender do populismo do marxismo. Além das confrarias, havia outros grupos radicais como Takfir na Higia, baseado na Scharia (Idem, p. 51).

Eulália Lobo visitou a Indonésia em 1972, constatando uma realidade distinta da Índia: a unidade nacional não obteve sucesso em superar a diversidade de realidades regionais. Aqui, a religião é menos intensa em termos de perspectiva de participação na vida política, apesar do país possuir a maior população muçulmana do mundo. O grande problema local é o da diversidade étnica, social e cultural. Tal como a Índia, a Indonésia buscava a unidade na diversidade, tanto em termos de política nacional quanto internacional. Os dois países foram os organizadores maiores da Conferência de Bandung, o que exprime a forte influência das questões nacionais na formulação de política externa no Terceiro Mundo. Sua opinião sobre este assunto é clara, como denotada na entrevista em que analisou sua viagem ao país.

Eulália - Sukarno queria consolidar uma nação, fundir os vários povos que compõem a Indonésia, ampliar os contatos entre as inúmeras ilhas, criar uma língua comum a todo o arquipélago, libertar

da Holanda e da Indonésia os papuas, da Nova Guiné. [...]. Um dos ideais de Sukarno era conseguir transformar aquela multiplicidade, aquelas ilhas culturais e geográficas num todo como se fosse uma nação, fortalecer o estado moderno (LOBO, 2006b, p. 9).

Foi na Indonésia que encontraremos a mais substantiva inserção de Eulália Lobo na problemática do Terceiro Mundo: sua atividade profissional extra-muros acadêmicos, mas sem esquecer do seu ideário de pesquisa e análise. Nossa autora demonstra que todo o seu conhecimento não estava arquivado numa redoma de vidro, já que ela procurou interagir com a realidade que a cercava. Seu apoio profissional a este processo foi prático, no sentido de instituir meios de unificar um país multiplamente segmentado. Ela descreveu abaixo sua segunda inserção no mercado de trabalho da seguinte forma:

Quando eu trabalhei para Sukarno nos anos 50, ele queria conseguir maioria de votos nas Nações Unidas a favor da soberania da Indonésia na terra dos Papuas. Era essa a intenção inicial. Mas ele chegou a conclusão, que era absolutamente certa, de que jamais conseguiria porque as nações do mundo ocidental achavam que Sukarno era possivelmente um socialista, ou comunista e queriam ter a Holanda nesse ponto estratégico tão importante. Não adiantava que ele tivesse todas as razões do mundo, o que importava, no fundo, ao mundo ocidental, era ter um ponto de apoio confiável na Nova Guiné ou Irian ocidental (Idem, pp. 10-1).

A função (exercida na embaixada da Indonésia) era a de ajudar a obter votos da América Latina na votação das Nações Unidas favoráveis à jurisdição da Indonésia sobre a região da Irian Ocidental

(Nova Guiné). Era um tipo de emprego muito fora do comum [...] (Idem, p. 13).

Sua atividade profissional prática era voltada para auxiliar este processo de construção de uma identidade da nacionalidade indonésia, embebida entre tantas outras formas de identidade coletiva presente no arquipélago com 17.508 ilhas:

Eulália - A idéia de criar uma língua comum data da independência, da necessidade de expandir o ensino e promover a unificação. A embaixada da Indonésia me pediu para ajudar a fazer um dicionário dessa língua estranhíssima para o português mas depois eu desisti (Idem, p. 12).¹¹

Eulália Lobo analisa preciosamente as dificuldades do país face à quase infinita diversidade social e nacional, a ausência de um idioma comum, a manutenção de privilégios de setores rurais e da tentativa de implementar o neo-colonialismo pela Holanda. Além disso, surge a forte pressão dos Estados Unidos da América sobre o país em função da sua posição neutralista em meio a Guerra Fria, quando o governo era apoiado pelo terceiro maior partido comunista do mundo. Enfim, a inviabilidade de conjugar tantos fatores atuando de forma ponderada afastaram o país da busca de um caminho autônomo e soberano na busca de seu desenvolvimento após o golpe de Estado de 1965. A expressão “*Jakarta viene*” aparecia nos muros de Santiago do Chile antes do golpe de 1973, insuflando o ambiente de desestabilização do governo de Salvador Allende ao lembrar o verdadeiro genocídio do Partido Comunista Indonésia. A partir de então o desenvolvimento econômico indonésio se fará sob a ótica de uma ditadura de direita, comandada pelo general Hadji Mohamed Suharto. A crise do governo de Su-

¹¹ Eulália Lobo se refere aqui à tentativa do governo indonésio em literalmente criar um idioma novo, de disseminação entre todas as culturas do país, composto por palavras de um ou outro idioma já existente e com regras gramaticais não ortodoxas.

karno é demarcada por Eulália Lobo como produto de todas estas gritantes tensões presentes na sociedade indonésia. Sua índole democrática e reformadora é atestada pelas inúmeras e expressivas políticas sociais:



FIGURA 9. EULÁLIA LOBO E BRUNO LOBO NA EMBAIXADA DA INDONÉSIA, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 1956.

Eulália - [...]. eu acho que ele adotou várias posições autênticas, que não era um populista. Na questão nacionalista, na questão da política independente em nível internacional, na política de promoção e participação da mulher no mercado de trabalho, no ensino, na política educacional de massa e na adoção de uma língua geral acessível a todos (Idem, p. 15).

Encoberto por um rol extenso de golpes de Estado de direita, as décadas de 1960 e 1970 contribuíram para explicitar uma situação típica dos limites do desenvolvimentismo, que foi perfeitamente percebida pela autora: o sucesso na economia e as melhorias sociais não atenuam a oposição política por parte de setores vinculados ao passado ou ao grande capital, já que leva tempo para as mudanças sociais produzirem efeitos sobre a consciência política da população como um todo. Quando surge a crise econômica (já em meados da década de 1960 a instabilidade macroeconômica

se manifestou), o que era insatisfação em tempos de prosperidade se transforma em crise política aberta e contestatória. A reviravolta produzida por uma série de golpes de Estado no Terceiro Mundo fez com que as mesmas políticas de indução pública do investimento privado (nacional e estrangeiro) do período de auge do desenvolvimentismo passassem a ser executadas agora sob o controle estrito de governos ditatoriais dispostos a favorecer o capital estrangeiro com taxas de lucro elevadíssimas, sem intermediação direta dos direitos sociais, dos sindicatos, dos partidos trabalhistas e da sociedade civil como um todo.

Eulália Lobo analisou a queda de Sukarno, indicando como causa central o poder da aristocracia rural e dos militares, já que “a implementação da reforma agrária, a expropriação de terras, provocaram o antagonismo ao regime do setor da aristocracia rural, que tinha muitas ligações com os militares. Na ocasião do golpe, Sukarno estava procurando coibir o poder dos militares” (Idem, p. 16).

Um outro ponto sensível das políticas adotadas pelo governo de Sukarno, que desgastou o seu governo, foi a expulsão da população chinesa, que detinha o monopólio do comércio do país. O papel da antiga metrópole, a Holanda, também é apontado como componente do golpe, já que o país europeu queria retomar privilégios perdidos quando foi derrotado numa sangrenta guerra (1945-1949) contra as forças nacionalistas indonésias que conquistaram a independência. A compreensão precisa dos problemas e contradições encontradas na Indonésia fez Eulália Lobo se remeter ao golpe de Estado no Brasil: “O golpe no Brasil também aconteceu por causa de uma síntese de contradições” (Idem).

REFERÊNCIAS

DOSMAN, Edgar J. Raúl Prebisch (1901-1986). *A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado/Contraponto Editora, 2011.

- EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- FIORI, José Luis. *O Vão da Coruja. Para reler o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Viagens da Eulália. China*. Rio de Janeiro: Double M Multimeios Ltda, vol. 1, 2006a.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *América Latina Contemporânea. Modernização, desenvolvimento, dependência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Viagens da Eulália. Vol. II. Mediterrâneo – Conflitos entre o Oriente e o Ocidente*. Rio de Janeiro: Double M Multimeios Ltda., 2009.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Viagens da Eulália. Livro II. A Índia e sua Vocação Mundial*. Rio de Janeiro: Double M Multimeios Ltda., 2006b.
- MAHAN, Alfred Thayer. *The Persian Gulf and International Relations*. National Review, 1902.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais. Correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.
- PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. *Revista Brasileira de Economia*, 54-9, set. 1949.
- REMOND, Rene. *O Século XX. De 1914 a nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 12.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina S/A, 2009.
- SANTOS, Theotonio dos. *Teoria da Dependência. Balanço e perspectivas*. 2 ed. São Paulo: Insular, 2024.
- SAUVY, Alfred. *Descrevendo a criação da expressão Terceiro Mundo*. Disponível em: <http://www.eumed.net/coursecon/economistas/sauvy.htm>.
- STOTZ, Eduardo Navarro. *Eulália Lobo. (1924-2011): uma vida nos combates pela História*. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/eulalia-lobo-uma-vida-nos-combates-pela-historia/>.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capital Financeiro. Ensaio sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 4a ed., 1975.
- TOMLINSON, B. R. *What was the Third World? In: Journal of Contemporary History*. Loindres, Thousand Oaks e Nova Déli: Sage Publications, vol. 38(2), 2003, pp. 307-21.
- WRIGHT, Richard. *The Color Curtain. A report on the Bandung Conference*. NovaYork: Banner Books, 1994.

**EULÁLIA LOBO:
DA FACULDADE
NACIONAL DE
FILOSOFIA DA
UNIVERSIDADE DO
BRASIL (FNF/UB)
AO INSTITUTO DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS
SOCIAIS (IFCS) UFRJ**

ANDRÉA CRISTINA DE BARROS QUEIROZ¹

MARIETA DE MORAES FERREIRA²

1 Historiadora e diretora da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio Janeiro. E-mail: andreaqueiroz@sibi.ufrj.br

2 Professora Emérita da UFRJ. E-mail: marieta.moraes@fgv.br

O objetivo deste texto é apresentar a trajetória de Eulália Lobo, tendo como eixo central sua atuação como professora do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) da Universidade do Brasil (UB). A recuperação da sua atividade docente prende-se a um duplo objetivo: homenagear a professora Eulália Lobo e contribuir para o conhecimento de experiências do ensino e pesquisa de história no país.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo nasceu em 17 de julho de 1924, no Rio de Janeiro, na rua Visconde de Ouro Preto, no número 36, em Botafogo. Lobo se sentia uma pessoa privilegiada, tendo nascido numa família que a apoiava, numa casa que, naquele tempo, era bonita, e ainda é até hoje, ampla, espaçosa (LOBO, 2003, p. 234).

A sua mãe, Georgette Furquim Lahmeyer Leite, era de uma família tradicional cafeeira do interior do estado do Rio de Janeiro, os Teixeira Leite, da cidade de Vassouras. Seu pai, Antônio Dias Leite, era de uma família de imigrantes portugueses. Eulália Lobo foi casada com o professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil e posteriormente UFRJ, Bruno Alípio Lobo, com quem teve duas filhas, Luiza e Lucia.

Sobre o comércio de seu pai que ficava no centro do Rio de Janeiro, Eulália Lobo rememorou:

Meu pai teve uma casa na rua Primeiro de Março. Primeiro, ele foi para uma casa comercial que não era dele, trabalhava como empregado, chegando a ser sócio. A primeira casa foi a Costa Pacheco, na rua do Rosário. Depois, ele montou a casa dele com o sócio, a Siqueira Leite. Na região em torno da rua Primeiro de Março as casas ainda estão de pé, sempre com aquelas características muito parecidas com as da burguesia comercial de Lisboa (LOBO, 2003, p. 242).

Eulália Lobo aprendeu a ler em casa com a professora particular Nair Lopes, que também lecionava para os seus

primos, por meio de uma metodologia em que o conhecimento e os saberes sobre o mundo eram explorados de forma vivencial, coletiva e construtivamente. Ou seja, a professora estimulava a menina Eulália na companhia de seus primos a explorarem novos conhecimentos e leituras sobre o mundo a partir das vivências compartilhadas e narradas como viagens. Demorou um tempo até a jovem frequentar uma escola formalmente. É importante ressaltar que desde muito pequena, era incentivada, especialmente pelo seu pai, a continuar os seus estudos até o ensino superior.

Para cumprir esse objetivo, Eulália, ao terminar o quinto ano ginasial, ingressou no curso de História, em 1941, na recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Seu interesse pela história foi estimulado desde a infância com os ensinamentos de dona Nair Lopes e foi amadurecendo quando no Colégio Jacobina conheceu o professor Américo Jacobina Lacombe, “um homem de grande conhecimento, muita cultura, de atitudes elegantes, pessoa discreta, com uma cultura ampla, um historiador que se preocupava com as relações internacionais, com a colocação do Brasil no mundo e que desempenhou papéis relevantes no exterior” (LOBO, 2003, p. 243). Em uma entrevista para a *Revista Rio de Janeiro*, em 2003, na edição comemorativa ela reafirmou essa ideia.

A vontade de ser historiadora surgiu muito cedo, porque meu pai tinha muita preocupação de que eu não fosse para uma escola convencional. Ele achava que o ensino era muito rotineiro, baseado na memorização de informação, não despertando espírito criativo. Então, ele teve a preocupação de promover em casa um ensino diferente. Quem o ajudou foi a professora Nair Lopes, uma pessoa fora do comum, inteligente, com muita imaginação. De modo que eu cursei o primário e princípio do ginásio em casa, com os primos e meu irmão. Era um cursinho à parte, algo completamente diferente do programa oficial. O ensino era feito da se-

guinte maneira, os alunos imaginavam que iam fazer uma viagem; então, teríamos de escrever cartas dos vários lugares onde supostamente estaríamos, contar as aventuras que quiséssemos, contanto que dêssemos informações sobre a extensão do estado, a população, a vegetação, integrando tudo, geografia, história, economia (LOBO, 2003, pp. 242-3).

Na FNFi, Eulália Lobo não encontrou um curso especialmente estimulante. A Faculdade Nacional de Filosofia tinha sido criada em 1939 sobre os escombros da Universidade do Distrito Federal (UDF), iniciativa de Anísio Teixeira, fechada por ordem do Ministério da Educação e pressão de setores católicos que viam o projeto, pautado na defesa de ensino público, laico e gratuito, contrário aos seus interesses. O novo curso, fortemente influenciado por Alceu de Amoroso Lima, selecionou professores alinhados com o pensamento católico e posicionamentos políticos conservadores. Foram seus professores na parte de história os franceses Antoine Bonn (História Antiga), Victor Tapie (História Moderna), Delgado de Carvalho (História Contemporânea), Helio Vianna (História do Brasil), Silvio Julio (História da América) e Francis Ruelan (Geografia). Na avaliação da própria Eulália, o curso apresentava muitas limitações, marcado por ensino muito descritivo e factual sem nenhuma preocupação metodológica e nenhum estímulo para a pesquisa.

Acho que escolhi estudar história, afinal, para poder entender a evolução do Brasil, compreender a formação da cultura brasileira e da América Latina em geral. Entrei para a faculdade com a ideia de que queria fazer pesquisa. Nunca pensei em ser professora, mas acabei sendo. [...] No começo éramos só quatro alunos, e depois entrou a Maria Yedda Linhares, vinda dos Estados Unidos (LOBO, 1992, p. 85).

Interessada em ser pesquisadora e não professora secundária, destino de grande parte de seus colegas, Eulália,

após se formar pela FNFfi, complementou os estudos nos Estados Unidos com especializações nas Universidades de Columbia e da Carolina do Norte.

Quando retornou ao Brasil, começou a lecionar no Colégio Pedro II e na Universidade do Brasil concomitantemente. Tornou-se auxiliar de ensino do professor Sílvio Júlio de Albuquerque Lima na cadeira de História da América. O professor Sílvio Júlio “possuía uma erudição enorme, uma biblioteca fantástica..., mas suas aulas não tinham metodologia alguma” (LOBO, 1992, p. 87).

Logo em seguida, Eulália Lobo iniciou o seu doutorado, realizando suas primeiras pesquisas. A existência do regime do doutorado na época era bastante específica. O candidato escolhia um orientador que era aprovado pelo departamento e acompanhava o que era pesquisado e lido até a conclusão da tese. Era um trabalho completamente solitário, especialmente no caso de Eulália, que tinha como orientador o catedrático de História da América Sílvio Julio. Ele tinha um temperamento difícil e uma visão de história equivocada e parcial, cujo objetivo maior era desqualificar a colonização portuguesa em favor da espanhola, além de defender uma história dos grandes heróis, de paradigmas, uma história exemplar. Apesar das dificuldades, a tese dedicada à “Administração colonial luso-espanhola nas Américas”, apoiada em farta documentação primária, foi defendida com sucesso. Com esse trabalho, a jovem doutora definiu sua área de pesquisa para os próximos anos, a América Latina. De acordo com suas palavras “a América Latina era uma região rica de possibilidades de transformar o mundo, que teria um papel na formação de um mundo diferente” (LOBO, 1992).

Marcada por uma visão autoritária e identificada com concepções que defendiam uma história política nacional de exaltação dos grandes personagens, uma história como mestra da vida, grande parte das disciplinas do curso da FNFfi apresentavam um perfil muito conservador, em que não havia lugar para a pesquisa. É nesse contexto que Eulália desenvolve sua carreira, enfrentando os desafios de estar subordinada à cátedra de Sílvio Julio.



FIGURA 10. FORMATURA DE EULÁLIA LOBO (ASSINALADA), ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 1946.

Os anos 1950 trouxeram novas perspectivas para o curso de história. Já nos anos 1940, discutia-se intensamente entre a comunidade geográfica brasileira, a separação dos cursos de História e Geografia nas Faculdades de Filosofia.³ Finalmente, a partir de 1955, transformações expressivas marcaram a trajetória do curso de história e geografia com a separação em departamentos distintos.

Essa alteração abriu espaços para uma maior oxigenação do curso de História com uma mudança curricular e a introdução de novas disciplinas. A cadeira de introdução metodológica à história foi incorporada à grade do primeiro semestre, e inúmeras disciplinas eletivas foram também disponibilizadas para os alunos. Paralelamente, uma geração mais nova de professores começou a ocupar posições. Maria Yedda Linhares fez concurso para ocupar a cátedra de História Moderna e Contemporânea. Em 1958, Eulália Lobo assumiu o posto de regente da cadeira de História da América, cujo titular ainda era Sílvio Julio de Albuquerque. Novos assistentes também passaram a ser incorporados em várias disciplinas. Outro elemento relevante que promoveu

³ Em carta datada de 20 de abril de 1944, o presidente do IBGE informava ao ministro sobre as resoluções do IX Congresso Brasileiro de Geografia, em 1940, e reivindica a separação dos cursos. Ver: Fundo Gustavo Capanema, GC g 1935.08.05, CPDOC-FGV.

alterações no âmbito do curso de História e da própria FNFi foi a criação, em agosto de 1958, do Centro de Estudos de História e, posteriormente, do Boletim de História (1958-1963). Fundado por iniciativa dos alunos, o Centro passou a ser um foco de contestação e críticas ao formato do curso e de suas limitações na formação do profissional de História.

Essa nova conjuntura, alinhada às tentativas de desenvolver atividades de pesquisa implementadas a partir da entrada de novos professores na FNFi, contribuíram para que diferentes concepções de História, visões divergentes sobre o formato dos cursos e as relações entre ensino e pesquisa se acentuassem. Junta-se a isso os debates sobre o lugar da Universidade, do movimento estudantil e o uso do ensino de História como instrumento de transformação social, o que acabou provocando uma cisão entre alunos e professores, e entre os próprios professores no Departamento de História (FERREIRA, 2013, p. 65).

Nesse contexto, Eulália buscou incrementar suas pesquisas iniciando um novo estudo sobre a Coleção De Angelis, acervo dividido entre a Biblioteca Nacional e o Itamaraty. A conclusão de sua pesquisa deu origem a sua tese de livre docência defendida em 1958, intitulada *Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis*. Nela, Lobo (1992, p. 89) destacou como a documentação sobre a referida estrada revelou novos aspectos sobre a Guerra do Paraguai que até aquele momento não haviam sido pesquisados, analisando como o caminho de Chiquitos era uma tentativa de romper o bloqueio e abastecer o Paraguai via Bolívia e Peru. Vale ressaltar que Lobo conseguiu finalizar esta pesquisa graças ao fomento que recebeu da CAPES (LOBO, 1992, p. 89).

Como reconhecimento pela qualidade das suas pesquisas, em 1960 recebeu o convite para lecionar na Universidade do Texas e na Occidental College para ministrar cursos de formação, realizar conferências e analisar os problemas da América Latina nos Estados Unidos, além de pesquisar em arquivos estadunidenses e participar de uma reunião em Nova Iorque sobre os problemas da educação superior.

Eulália Lobo sempre participou ativamente da vida universitária, não apenas como docente e pesquisadora, mas também interagindo em comissões e grupos de trabalho para debater o cotidiano acadêmico e a função da universidade. Ela foi Secretária Executiva do Escritório Técnico de Planejamento que propôs a Reforma da Universidade do Brasil, participando dos Grupos de Trabalho desde o início dos anos 1960. O grupo era composto por docentes, técnicos, estudantes e pesquisadores da educação e fora presidido pelo reitor Pedro Calmon, tendo como base a elaboração de um documento que tinha como prerrogativa a autonomia universitária (CORREIO DA MANHÃ, 1963, p. 7).

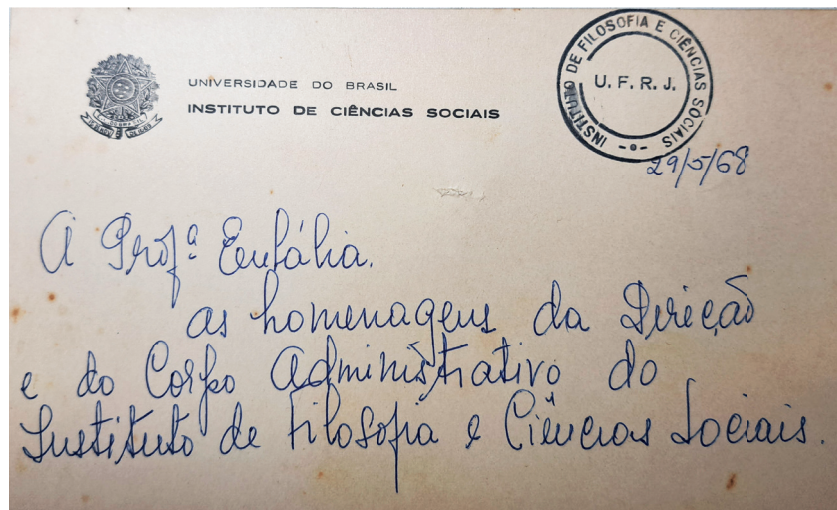


FIGURA 11. CARTÃO (MANUSCRITO) EM HOMENAGEM À PROFESSORA EULÁLIA LOBO, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 1968.

Como desdobramento de suas atividades, Eulália Lobo recebeu a honraria do jornal *Correio da Manhã* (1963, p. 4) como uma das professoras destacadas do ano de 1963. Somava-se a esta notável lista do periódico nomes bastante diversos, mas sobretudo homens, como os professores Anísio Teixeira, Athos da Silveira Ramos, Alceu Amoroso Lima, Júlio Barata, Djacir Menezes, entre outros. Muitos destes nomes posteriormente figuraram em outro tipo de listagem, a de professores cassados, como Anísio Teixeira e a própria Eulália Lobo. E foi exatamente o professor Djacir Menezes,

um dos homenageados, que, como reitor da UFRJ, assinou em 1969 o termo de aposentadoria compulsória deles.

É importante destacar não apenas a trajetória docente de Lobo, mas a importância de sua pesquisa para o ensino de História, rompendo com o conservadorismo dos antigos catedráticos da FNFfi, em sua maioria homens. Ao lado de Maria Yedda Linhares, ela propôs em suas aulas temáticas do presente, com novas fontes documentais e conjugadas à criação de grupos de pesquisas, rompendo com a metodologia e a prática de ensino que se fazia no curso de História até então.

Não podemos deixar de mencionar que o processo de associar o ensino de história à pesquisa e aos grupos de pesquisa foi intensificado, em 1961, com a criação da Associação Nacional de Professores Universitários de História, a ANPUH. Lobo (1992) destacou em entrevista essa importância para a transformação do ensino de história tanto na FNFfi e depois no IFCS e ressaltou que, com a criação da ANPUH, ampliou-se a possibilidade de debater as pesquisas entre os historiadores de outras universidades, mesmo que de forma incipiente, quebrando o paradigma inclusive das cátedras.

A postura inovadora e questionadora de antigas práticas fez com que Eulália Lobo e Maria Yedda Linhares ficassem bastante visadas e investigadas pelos grupos conservadores da Universidade, especialmente, pelo diretor da FNFfi e posteriormente do IFCS, o professor de História Antiga e Medieval Eremildo Luiz Viana.

DITADURA MILITAR E REPRESSÃO POLÍTICA

Com o golpe civil-militar de 1964, as universidades brasileiras tornaram-se foco de atuação do regime autoritário por serem consideradas locais onde as ideias comunistas se propagariam mais facilmente entre os estudantes e os professores, e com essa justificativa o governo manteve um controle

intensivo no interior das instituições, contando com a colaboração dos servidores que estavam alinhados com a ditadura. Há evidências de que a vigilância e a perseguição política sofridas pela comunidade acadêmica da Universidade do Brasil ocorreram antes mesmo do golpe, com a perseguição sofrida pelos membros da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e a existência de vários dossiês e inquéritos contra o seu corpo social.

Logo nos primeiros momentos após o golpe, foram intensificadas as investigações e perseguições em várias universidades pelo país, que ficaram conhecidas como “Operação Limpeza”. (MOTTA, 2014, p. 25). Esse tipo de operação era utilizado pelos agentes do Estado e seus apoiadores para expressar também a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados: comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda. Para a manutenção desse aparato de controle do governo ditatorial sobre a universidade, foi importante o apoio de parcela da comunidade acadêmica que não somente colaborou com o regime autoritário, mas se beneficiou com cargos de gestão na administração pública.

Já nas primeiras semanas do novo regime, foi instalada a Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB) para apurar a infiltração comunista na FNFfi, conduzida pelo então general Arcy da Rocha Nóbrega. A despeito das denúncias de subversão e da suposta existência de uma célula comunista na universidade, denominada Anchieta, a referida Comissão não encontrou elementos importantes para a comprovação das acusações, não avançando o processo de punição dos docentes (FERREIRA, 2013).

Se nesse primeiro momento a repressão foi parcialmente contida, com a consolidação do regime militar nos anos seguintes esse processo iria se intensificar, agravando os conflitos entre os professores da FNFfi, em especial os de História. A repressão que se abateu sobre a Faculdade Nacional de Filosofia após a chegada dos militares ao poder provocou o desmonte físico da instituição, desmembrando e deslocando os cursos da sua sede, desde o início dos anos 1940, no

prédio de oito andares da avenida Antonio Carlos, no centro do Rio, para diversos pontos da cidade. Também sua denominação foi alterada por conta dos preparativos para a reforma universitária que estava em curso.

Em novembro de 1965, uma lei federal definiu que a Universidade do Brasil passaria a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro e, a seguir, suas escolas passariam a integrar ou a se constituir em Institutos. O curso de História passaria, a partir de março de 1967, a fazer parte do recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e teria sua sede na rua Marques de Olinda, onde já funcionava o Instituto de Ciências Sociais.

A despeito das ações repressoras, o crescimento do movimento estudantil, a partir de 1966, e a mobilização dos professores funcionaram no curso de História da FNF/IFCS como um estímulo ao debate, com a criação de grupos de estudos, seminários e palestras e o envolvimento em leituras que levavam a uma interpretação da história na perspectiva do materialismo histórico, intensificando críticas crescentes ao regime militar (FERREIRA, 2014, p. 4).

Essa retomada das atividades acadêmicas mesmo em um clima de grande agitação política permitiu que Eulália Lobo finalmente pudesse fazer seu concurso para catedrática de História da América. Com o afastamento do catedrático Silvio Julio, abria-se a possibilidade da renovação da cátedra e Eulália, com a tese *Aspectos de atuação dos consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica na evolução econômica do século XVIII*, saiu vencedora na disputa com o outro candidato, Guy de Hollanda, apoiado por Eremildo Viana.

Após sua aprovação como professora catedrática interina, Eulália continuou engajada em suas atividades à frente da cadeira de História da América e tornou-se professora titular da disciplina no departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, recém desmembrado da FNF, naquele mesmo ano. Nessa nova fase, optou pelo campo da História Econômica como foco de suas atividades de pesqui-

sa, temática que ocuparia a sua atenção nos próximos anos⁴ (STOTZ; MARTINS e NASCIMENTO, 2003, p. 30). Cabe destacar a palestra da professora Eulália Lobo sobre “Problemas atuais da América Latina”, que trouxe a imersão analítica do historiador na realidade social de seu tempo.

A sensação de possível normalidade não foi duradoura, e logo novas ondas de repressão se abateriam sobre o país. O processo de truculência e de radicalização atingiu o seu auge com a realização, por órgãos de repressão, de um atentado a bomba ao prédio da rua Marquês de Olinda, onde funcionava o recém-criado IFCS. A expansão do movimento estudantil deflagrou uma onda de greves que paralisaram parcialmente as atividades universitárias. Como destacou o *Jornal do Brasil*, de 4 de outubro de 1968: “Bomba caseira explode de madrugada no jardim do Instituto de Filosofia”. Em dezembro de 1969, com grande parte do corpo docente cassado, o IFCS foi transferido para o Largo de São Francisco para ocupar o prédio da antiga Escola Politécnica, que havia migrado para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão.⁵

Em entrevista, Lobo narrou, sob sua perspectiva diante do golpe militar e os anos iniciais da ditadura, o acirramento e o aumento das ações de truculência das forças policiais na universidade, e mais precisamente sobre o atentado à bomba no IFCS até o seu expurgo:

aparentemente, num primeiro momento, ainda com o Castelo Branco; as intenções de quem não pareciam tão radicais; pensava-se ser possível voltar rapidamente a democracia. O Brasil manteve a tradição de golpe de Estado, na qual se suspende temporariamente a democracia, para depois recolá-la no cenário político. Ninguém imaginou, a não ser os próprios militares e seus aliados, que a ditadura militar pudesse demorar tantos anos.

4 O seu último livro publicado foi em parceria com a historiadora Bárbara Levy, em que coordenaram o relatório de pesquisa dos estudos sobre a Rio Light em 2008.

5 Sobre o debate dos usos políticos da ditadura civil-militar em relação às obras para a reinauguração da Cidade Universitária, sobretudo, no final dos anos 1960 e início dos 1970 ver QUEIROZ, 2021.

Pensava-se que seria um golpe de quatro ou cinco anos no máximo, depois se voltaria ao normal. Seria possível resistir dentro da universidade. Castelo Branco, então, se instalou no poder e houve uma perseguição aos professores e alunos, um controle, uma censura, uma pressão. Não fomos expulsos logo da universidade, nem aqui, nem em São Paulo, nem no país inteiro. Colocaram-se bombas no IFCS, em Botafogo... Uma bomba explodiu à noite no jardim do IFCS. Eu, Bruno Alípio Lobo e Gilberto Velho fomos tentar impedir, mas somente nós e o porteiro estávamos lá no meio da noite, alertados por Marina São Paulo Vasconcelos.... Houve uma tentativa de impedir a invasão da polícia, do Exército, da Aeronáutica; fez-se um programa permanente de aula, sem cessar, para impedir que os militares dominassem a universidade. Depois a situação agravou-se ainda mais e, então, veio a expulsão. Uma medida arbitrária tomada sem processo, sem defesa, porque não havia acusação (LOBO, 2003, p. 246).

OS IMPACTOS DO AI5

O IFCS, de modo geral, sofreu diversos ataques do governo militar, além do próprio mecanismo de opressão e patrulhamento sobre estudantes, professores e técnicos. Havia uma ameaça direta de invasão pelas forças policiais nas dependências do instituto, como já havia ocorrido em 23 de setembro de 1966, no antigo prédio da Faculdade Nacional de Medicina, e em 21 de junho de 1968, no Teatro de Arena Carvalho Netto, no *campus* da Praia Vermelha, na Urca.

A Reforma Universitária foi implantada pelo MEC pelo Decreto-Lei n. 62.937 de 2 de julho de 1968, caracterizado por uma modernização conservadora e autoritária,

que na prática significou a valorização do ideal de eficiência e racionalidade de recursos; o aumento do número de vagas; a reorganização da carreira docente; a criação dos departamentos e o fim das cátedras; o incentivo à pós-graduação e à pesquisa; como também a censura às ideias de esquerda; a repressão e o afastamento dos meios acadêmicos dos defensores dos ideais comunistas; o cerceamento do movimento estudantil; a criação de Agências Especiais de Informação (AESIS) para controlar o corpo social da Universidade; a censura ao que se pesquisava, à publicação e à circulação de livros, sobretudo aqueles ligados aos temas da esquerda; e a criação e a valorização de disciplinas que atrelavam educação ao civismo (MOTTA, 2014, p. 15).



FIGURA 12. HOMENAGEM DE UM ESTUDANTE A EULALIA LOBO, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, DÉCADA DE 1960.

Com a decretação do Ato Institucional n. 5 em 13 de dezembro de 1968, que promoveu um acirramento do

regime autoritário, fechando o Congresso e cassando direitos civis e políticos, 45 professores da UFRJ foram expulsos da Universidade, aposentados de forma compulsória, e nessa lista estava o nome de Eulália Lobo. Isso impactou diretamente a UFRJ com o chamado esvaziamento científico, intelectual, cultural, social e político, já que muitas pesquisas e projetos foram interrompidos.

Eulália Lobo foi aposentada compulsoriamente em 1969, um eufemismo da instituição para não declarar publicamente que estava expulsando-a.⁶ Contribuiu para a sua cassação ter sido considerada subversiva por gestores da UFRJ e pelo governo ditatorial, em virtude seu posicionamento contrariando o *status quo*, e tentando reformular o modelo tradicional de ensino de história implementando a pesquisa e o debate de temas do presente em suas aulas, o que também ocasionou a sua prisão. Sobre esse episódio, lembrou Eulália Lobo (1992),

Fui presa por ocasião da visita do Rockefeller ao Brasil em [19]69. Foi uma “operação gaiola”, como eles chamaram. Prenderam todo mundo que não queriam que falasse com o Rockefeller. E contrataram pessoas para fazer manifestação a favor, mediante pagamento. Entre os que reivindicaram minha soltura estavam justamente os adidos cultural e militar dos Estados Unidos, porque eles tinham convidado várias pessoas para ir conversar com o Rockefeller, e eu estava entre os convidados. Fiquei presa uma semana. [...] Foi nessa época que eu comecei a escrever a minha história da América Latina. Porque é horrível ficar presa, principalmente numa situação de arbitrariedade total, desconhecendo o seu destino. Eu ia ficar uma semana, um mês, um ano, três anos? (LOBO, 1992, p. 92).

⁶ A sua aposentadoria compulsória foi publicada no Diário Oficial n.º 98, de 27 de maio de 1969, fls. 4492. (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.82002319 - Dossiê)

Ao narrar sobre a prisão e soltura da amiga Eulália Lobo durante a ditadura, Ismênia Martins (2011) destacou:

Chegaram à sua casa, de madrugada, três pessoas armadas. Vinham prendê-la, mas não sabiam quem era ela. E ela lhes disse: “não digo quem sou enquanto vocês não me disserem quem são! Vocês estão uniformizados, mas podem ter assaltado um quartel e roubado as fardas. Não têm um documento, uma ordem de vistoria ou de prisão, nada. Quero saber quem são vocês!” Seu marido, dr. Bruno Lobo ligou para seu cunhado, que era almirante, na época cogitado para ministro, e os homens acabaram se identificando, eram da 8ª Artilharia da Costa, no Leblon, e Eulália Lobo foi levada ao gabinete do comandante, que se mostrava pouco à vontade, e lhe disse: “o Exército que combateu a caça aos escravos, que proclamou a República, vem agora prender os cidadãos que não estão armados... não estão alterando a ordem pública. O Exército, que tem tantas tradições gloriosas, está reduzido a isso?” O comandante, constrangido, dizia: “não somos policiais”. E a ordem se inverteu: o comandante se defendendo e Eulália atacando. Mesmo não havendo acusação formal, ficou presa. Diariamente ela perguntava ao comandante: “qual é a acusação contra mim?” Ele não tinha o que responder, e dizia: “você teve muita sorte, porque se morasse mais perto do Humaitá teria tido um destino terrível, pois teria ido para uma unidade muito pior”. Sob o arbítrio, entre a jurisdição de uma unidade e outra, vencendo seus medos, Eulália começou, na prisão, a escrever sua História sobre a América Latina (MARTINS, 2011, pp. 22-23).

Eulália Lobo, que neste período já era uma grande referência historiográfica no Brasil e nos Estados Unidos, sempre

manteve estreitas relações com a Embaixada daquele país e as universidades estadunidenses. Pouco antes de sua expulsão da UFRJ, foi convidada pelo Instituto Brasil–Estados Unidos, em 1968, para promover uma conferência sobre as relações econômicas entre os dois países (Relações Estados Unidos-Brasil, CORREIO DA MANHÃ, 1968, p. 10).

Depois da prisão e expulsão da UFRJ, Eulália Lobo permaneceu no país, pesquisando com verbas de instituições de fomento internacionais e, anualmente, durante 12 anos, viajava aos Estados Unidos a convite para lecionar em diversas instituições como na Universidade da Califórnia e na Universidade da Carolina do Sul, mas sempre voltava, pois continuou a sua pesquisa no Brasil com a ajuda de colegas pesquisadores em instituições privadas e, com alunos de seu grupo de pesquisa, publicou o livro *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, em 1978.

O grupo que trabalhava comigo era muito dedicado e fiquei contente de poder pagá-los em dólar; a cada mês o valor aumentava [risos]. A *Ford Foundation* foi a instituição que abriu mão do seu estatuto que não permitia concessão de verbas a pessoas que não estivessem vinculadas a algum órgão para financiar essa pesquisa. Eu não pertencia a nenhuma instituição, era autônoma. Os seis meses que ficava aqui, trabalhava com o grupo e quando partia, deixava tarefas. O Rio de Janeiro era muito pouco estudado, sobretudo do ponto de vista econômico. Tinham várias pesquisas coletivas, uma dirigida por mim, sobre o aspecto econômico, e outra pela Yedda [Maria Yedda Leite Linhares] sobre a demografia do Rio de Janeiro. A minha pesquisa era sobre a história econômica dessa cidade. A Bárbara Levy trabalhou numa pesquisa no IFCS. Quando acabaram esses auxílios, continuei trabalhando graças à Bárbara Levy, que

tinha criado um centro de pesquisa no IBMEC e me levou para lá (LOBO, 1992, p. 92).

As pesquisas de Eulália sobre História Econômica do Rio de Janeiro tornaram-se valiosas e abrangentes, especialmente sobre a dinâmica populacional e as condições habitacionais, abordando temas como padrões de migração, distribuição populacional e qualidade das moradias. Como ressaltaram Guilherme Giesta e Matheus Sinder (2024, p. 56A) ao explorar essas questões, a pesquisa de Lobo não apenas enriqueceu o entendimento acadêmico sobre os fenômenos demográficos, mas também forneceu subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas públicas e programas de intervenção voltados para a melhoria das condições de moradia e qualidade de vida das populações estudadas.

NOVOS TEMPOS: ABERTURA POLÍTICA E REDEMOCRATIZAÇÃO

O processo de abertura política, iniciado com o governo Geisel (1974-1979), e o avanço das lutas pela anistia inauguraram novos tempos para o IFCS e para o curso de História. Em 1979, a Associação dos Docentes da UFRJ (ADUFRJ) promoveu manifestação pela reintegração dos docentes cassados. Entre os professores de História nessa situação estavam Eulália Lobo, Hugo Weiss, já falecido na ocasião, Manoel Maurício de Albuquerque e Maria Yedda Linhares. O depoimento de alguns professores pode nos ajudar a recuperar alguns eventos importantes daquele momento.

A professora Philomena Gebran fornece um quadro interessante do novo contexto do Departamento de História nos anos 1970/1980. Oriunda do estado do Paraná e com parentesco com o então ministro da Educação Ney Braga, Philomena ingressou no Departamento de História do IFCS como auxiliar de ensino em 1972 para lecionar na cadeira de

História da América. Em sua fala, a professora busca sempre retratar o enorme poder do professor Eremildo Viana no comando do curso, e os altos níveis de repressão vigentes. Mas o foco do seu relato diz respeito ao processo de redemocratização a partir do Departamento de História, em particular, e na UFRJ, de maneira mais geral. No início dos anos 1980, Gebran afirma que são articuladas várias ações para reivindicar a reintegração dos professores cassados e, por fim, para promover sua eleição para a chefia do Departamento de História em 1980, o que foi conseguido graças à derrota das forças comprometidas com o regime militar, especialmente Eremildo Viana, que dominou o curso por 12 anos seguidos. Referindo-se a esse processo, declarou:

Em 1980 [...] eu fiz uma reunião na minha casa, no Cosme Velho. Convidei Manoel Maurício, a Eulália, a Yedda, o Darcy Ribeiro. [...] Eu disse: “olha, essa reunião [...], tem um motivo específico: eu quero que saia daqui o candidato, o futuro chefe do Departamento de História, porque vai ter uma assembleia, eu já comuniquei o Eremildo que *tem* que fazer uma assembleia [...]. Porque eu cheguei para ele e disse assim: “olha, esse é um documento da Associação dos Cientistas Sociais pedindo que a eleição do departamento seja aberta. Seja aberta para o IFCS todo e para os alunos”.

Naquela reunião, então, foi indicado o nome da professora Philomena Gebran como candidata da oposição à chefia do Departamento de História para a disputa das eleições. De acordo ainda com seu depoimento, o professor Eremildo tentou impedir sua eleição e indicou outro nome que acabou não aceitando a candidatura.

Eu ganhei pelo voto dos estudantes. Dos estudantes da pós-graduação e da graduação [...]. E eu saí chefe do departamento. Os alunos gritaram, soltaram foguetes. Olha, foi uma coisa muito linda. Aliás, do IFCS foi a mais bonita que vivi.

Os anos 1980 trouxeram novas perspectivas, não só com a incorporação dos cassados como também com o retorno daqueles que foram obrigados a se afastar em função da repressão. Foi nessa década que os programas de pós-graduação se expandiram de forma expressiva no país, e as atividades de pesquisa ganharam um novo impulso, graças ao apoio das agências de financiamento governamentais.

Na pós-graduação, algumas mudanças foram de grande relevância, como a reincorporação da professora Eulália Lobo e sua eleição para a coordenação do curso. Nesse contexto, o mestrado em História Social da UFRJ foi, depois de vários anos, reconhecido, e as atividades de pesquisa tornaram-se objeto de maior preocupação. O relato da professora Eulália acerca de sua volta ao IFCS é esclarecedor ao recuperar alguns eventos que tiveram lugar no Departamento de História da UFRJ, transmitindo-nos uma visão sobre as perdas sofridas depois do afastamento obrigatório de professores.

Ficou bastante enfraquecido, não só o Departamento de História, mas os departamentos de Antropologia, de Filosofia. O que aconteceu foi que não havia pessoas disponíveis para substituir os que saíram. Houve um declínio de qualidade, que se reflete inclusive num catálogo publicado pela universidade. Lá você vê que durante todo o período da ditadura foram feitas três pesquisas no Departamento de História. Três pesquisas mínimas, monográficas. Se você compara essa produção com o período anterior, com Luciano Martins trabalhando, Stella Amorim, Maurício Vinhas de Queiroz, Yedda, eu e muitos outros, fica claro que a atividade era muito maior. O obscurantismo foi tal que a biblioteca foi fechada!

Dando continuidade ao seu relato, Eulália recupera as memórias do que significou a volta à universidade, o seu desalento com a situação encontrada:

Minha volta foi constrangedora, aflitiva. Não houve uma satisfação, uma euforia. Entramos lá, eu, Darcy Ribeiro, mais um grupo, e aquilo era tão triste, cadeiras quebradas, tudo sujo. Aquele prédio do Largo de São Francisco é bonito, mas estava sinistro, sujo de pombo, maltratado, esfacelado. Foi muito triste. O diretor queria que a seção da congregação fosse fechada, estava com medo de manifestações. Os alunos forçaram, entraram na sala...

Quando voltei para o IFCS, com a Anistia, a primeira coisa que fiz foi lutar pela biblioteca. Abrimos uma câmara escura no quarto andar, onde estavam os livros empacotados, e trouxemos tudo para fora em carrinhos de mão emprestados da seção de obras do prédio.

Depois consegui uns caminhões do Fundão para levar os móveis velhos para consertar no Centro das Ciências de Saúde. Ninguém queria dar um tostão de verba para o IFCS, de modo que mandei arrumar o que tinha, de quatro cadeiras fazia-se uma. Depois conseguimos tinta, pintamos as paredes. No princípio foi um trabalho braçal. [...] Hoje a biblioteca está de bom nível.

A atuação da Eulália em seu retorno ao departamento de História foi de grande relevância, não só na participação e apoio às novas forças políticas que articulavam a reestruturação do curso, mas no credenciamento do mestrado. Nessa nova fase, Eulália também retomou suas atividades docentes. Em suas palavras: “voltei a dar aula, não mais especificamente sobre História da América, mas sobre vários assuntos: operariado, história das cidades, vários temas que abrangiam o Brasil e a América Latina”. (LOBO, 1992, p. 94).

Francisco Falcon, em seu depoimento, reafirma a importância do trabalho de Eulália. Segundo o historiador:

Eulália L. Lobo assumiu a coordenação da pós-graduação e deu início ao processo de seu creden-

ciamento, cuidando também, com muita dedicação e competência, da biblioteca setorial. Após uma visita realizada por uma comissão da Capes, o Curso de Mestrado foi finalmente reconhecido e credenciado em 1982 (FALCON, 2012, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paralelamente ao seu retorno para a UFRJ, Eulália Lobo passou a lecionar como professora convidada no Programa de Pós-graduação em História da UFF, a convite da coordenadora, a professora Adyl Carvalho Preis. Na UFF, Lobo trabalhou ao lado de Maria Yedda Linhares, que havia sido cassada juntamente com ela na UFRJ, e com a professora Ismênia Martins, e juntas coordenaram o primeiro projeto da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) na área de História (MARTINS, 2003, p. 4).

Eulália Lobo tornou-se professora emérita da UFRJ, em 1985, e da UFF, em 1998. Entre as inúmeras honrarias e homenagens que recebeu, destaca-se a de Sócia Honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1998. No dia de sua posse, o historiador Arno Wehling discursou:

O norte para o qual apontavam e apontam os interesses intelectuais de Eulália Lahmeyer Lobo é o da interpretação do Brasil para melhor compreensão e atuações no presente. Seu saber não é uma torre de marfim, elaborar uma ciência pela ciência, semelhante ao ideal parnasiano da arte pela arte. Vivendo num país subdesenvolvido, preocupada ao longo de toda a sua vida com os angustiantes indicadores sociais que oprimem nossa sensibilidade, sua obra voltou-se para interpretações do Brasil e das outras experiências coloniais na América, como forma de melhor contribuir para que entendamos

nossos erros, nossos obstáculos e nossas potencialidades. Soube, entretanto, em suas valorações preservar a seriedade da pesquisa e das interpretações, mostrando-se capaz, como poucos grandes historiadores, de compatibilizar rigor investigativo e compromisso social (WEHLING, 2011).

Lobo também foi agraciada como Sócia Emérita da Associação Nacional de Professores Universitários de História, sessão Rio de Janeiro (ANPUH-RIO), em 2000; recebeu a Medalha Carlos Chagas Filho por sua contribuição ao desenvolvimento científico nacional, em 2005. Como resultado de suas pesquisas ao longo de sua trajetória acadêmica, possui uma vasta produção historiográfica, com a publicação de cerca de 200 títulos sob a forma de livros, artigos e conferências em revistas especializadas no Brasil, Argentina, Peru, Costa Rica, Estados Unidos, Portugal, França e Alemanha, tornando-se uma grande referência na historiografia brasileira.

Nossos amigos comuns da Universidade de São Paulo deram-lhe o título de grande dama da historiografia brasileira. Ela sempre ria quando comentávamos este título, afinal Eulália não era dada a “damices” e muito pouco convencional! Quebrava o protocolo em qualquer cerimônia quando considerava os encaminhamentos autoritários ou injustos. Foi assim, por exemplo, na reunião da Capes, quando iniciávamos nossos trabalhos como coordenadoras de pós-graduação, ela, da UFRJ e eu da UFF (MARTINS, 2011, p. 24).

Ela foi uma das fundadoras da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), em 10 de setembro de 1993, tendo participado da organização do II Congresso Brasileiro de História Econômica e da III Conferência Internacional de História de Empresas, realizada no Rio de Janeiro, em 1996. Além disso, teve atuação destacada em pesquisas sobre o Rio de Janeiro, tendo participado no

seminário “História do estado do Rio de Janeiro”, promovido pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, realizado em maio de 1984, que contou com o apoio de outras instituições. Esse evento foi especialmente importante pois na ocasião foi deliberada a criação da *Revista do Rio de Janeiro*, uma publicação interinstitucional que teve no seu conselho pesquisadores como Ismênia Martins, Eduardo Stoz, Sergio Lamarão, Antonio Edmilson, entre outros, assim como a própria Eulália. Lançada em dezembro de 1985, no contexto da abertura política, tornou-se referência importante

para os pesquisadores sobre o Rio de Janeiro (*Revista do Rio de Janeiro*, n. 1, 1985).

Eulália Lobo faleceu em 1 de junho de 2011, deixando um grande legado historiográfico sobre a História do Brasil, do Rio de Janeiro, sobre os operários, sobre a História Econômica. Como definiu Ismênia Martins sobre sua grande amiga e companheira de trabalho, “a maior importância da obra de Eulália Lobo é sua dimensão de humanidade. [...] O amor lhe deu forças para vencer os preconceitos e resistências, enfrentar o arbítrio e o autoritarismo, atender as exigências da vida familiar, resignar-se diante das per-

das” (MARTINS, 2011, p. 24).

Segundo o historiador Ronaldo Vainfas (apud PELLI, 2011), Eulália Lobo não restringiu seus estudos sobre as diferentes colonizações da América. Após a Anistia, no final de 1979, organizou o curso de História Urbana, concentrando



FIGURA 13. EULÁLIA LOBO, PROFESSORA EMÉRITA DA UFF, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 2003.

as pesquisas sobre o Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, retratando a classe operária e os imigrantes.

Portanto, Eulália Lobo deixou a sua marca na historiografia brasileira e internacional, imprimindo temáticas sempre atuais aos seus estudos com intensa pesquisa e método. Ela é igualmente rememorada pelos afetos permanentes que criou com colegas de trabalho e orientandos, também é lembrada pelas suas incursões pela cidade e nas sociabilidades criadas com os moradores dos bairros operários, que se dedicou a estudar.

Retomar a trajetória de Eulália Lobo neste momento de comemoração do centenário de seu nascimento é uma oportunidade para revisitar os embates, debates e as consequências dos eventos que tiveram lugar nas décadas de 1960 e 1970, fundamentais para compreender o desenvolvimento dos cursos universitários de história. O papel de Eulália quando do seu retorno e reintegração à vida acadêmica foram importantes para a definição dos novos caminhos e percursos e para a recuperação acadêmica do IFCS.

Nos anos seguintes, o Departamento de História começou a incorporar uma nova geração de professores, que ingressava mediante concurso público, possibilitando a renovação da graduação e associando numa única carreira o professor e o pesquisador: uma nova identidade para o profissional de história estava em constituição. Cabe destacar, por fim, que os debates e os desdobramentos dos eventos ocorridos no período aqui enfocado (1963-1980) revelam-se fundamentais para a compreensão do desenvolvimento dos cursos universitários de história.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA (ABPHE). *Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011): uma história nova, diferente, original*. Curitiba: ABPHE, 2011.
- CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Histórias do Jardim Botânico: um recanto proletário na zona sul carioca*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

- CORREIO DA MANHÃ. *Professora brasileira lecionará nos Estados Unidos*. Edição 20675, 1.º caderno, 19 ago. 1960, p.10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_07/8777. Acessado em: 13 ago. 2024.
- CORREIO DA MANHÃ. *Ensino. Reforma Universitária*. Edição 21524, 2.º caderno, 6 jun. 1963, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_07/40451. Acessado em: 13 ago. 2024.
- CORREIO DA MANHÃ. *Professores destacados de 1963*. Edição 21688, 2.º caderno, 15 dez. 1963, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_07/46954. Acessado em: 13 ago. 2024.
- CORREIO DA MANHÃ. *Relações Estados Unidos-Brasil*. Edição 23142, 18 set. 1968, 1.º caderno, p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_07/95631. Acessado em: 13 ago. 2024.
- FALCON, Francisco J. C.; CARVALHO, José M.; FERREIRA, Marieta M. *Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social: trinta anos. Topoi*. n. 25, vol. 13, Rio de Janeiro, pp. 6-24, jul. /dez. 2012.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Ditadura Militar, Universidade e Ensino de História: da Universidade do Brasil à UFRJ. Ciência e Cultura*, n. 4, vol. 66, São Paulo, out. /dez. 2014, pp. 32-7.
- GIESTA, Guilherme; SINDER, Matheus. História do Rio de Janeiro e as transformações no mundo do trabalho: reflexões e perspectivas a partir de Eulália Lobo. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro e as transformações no mundo do trabalho*. 2ª ed. Edição fac-similada. São Paulo: HUCITEC, 2024, pp. 40A-64A.
- JORNAL DO BRASIL. *Eremildo Viana nega que tenha cometido crime em sua carreira*. 1º Caderno, 6 abr. 1978, p. 17.
- JORNAL DO BRASIL. *UFRJ quer reintegração em bloco*. Edição 205, 1º caderno, 30 out. 1979, p.18. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/167304. Acessado em: 12 ago. 2024.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Entrevista concedida à Ângela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas. *Estudos Históricos*. n. 9, vol. 5, Rio de Janeiro: FGV, 1992, pp. 84-96.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Entrevista concedida a Cezar Honorato e Lana Lage. *Revista Rio de Janeiro*. n. 10, Rio de Janeiro: UERJ, maio-ago. 2003, pp. 234-50.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e LEVY, Maria Barbara (Coord.). *Estudos sobre a Rio Light: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: Instituto Light; Centro de Memória da Eletricidade, 2008.

- MARTINS, Ismênia de Lima. Conferência em Homenagem a Eulália Lobo. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, Rio de Janeiro: UERJ, maio/ago. 2003.
- MARTINS, Ismênia de Lima. Eulália Maria Lahmeyer Lobo: trajetória. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA (ABPHE). *Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011): uma história nova, diferente, original*. Curitiba: ABPHE, 2011, pp. 15-25.
- MATOS, Sheila Cristina Monteiro. *Memórias e diálogos com a educação integral: o legado de Maria Yedda Leite Linhares (1983-1986)*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Entrevista em homenagem a Eulália Maria Lahmeyer Lobo. História econômica do Rio de Janeiro. Revista Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 37, n. 2, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/2346/2051?inline=1>. Acessado em: 21 ago. 2024.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PELLI, Ronaldo. *Historiadora pioneira. Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. 1.º jun. 2011. Disponível em: https://xn--histria-o0a.uerj.br/images/Emeritos/SAIBA_MAIS_Eulalia_Lobo_-_Revista_de_Hist%C3%B3ria.pdf. Acessado em: 29 jul. 2024.
- PEREIRA, Ludmila Gama. *O historiador e o agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2010.
- QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. *As memórias em disputa sobre a ditadura civil-militar na UFRJ: lugares de memória, sujeitos e comemorações. Tempo*. Niterói: PPGH/UFF, vol. 27 n. 1, pp. 184-203, jan. /abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/4C4LQnGsWBPdGtfBSt6GfNg/?lang=pt>. Acessado em: 29 jul. 2024.
- QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. Linhares e Lobo: trajetórias, memórias e resistências. In: *Anais do 31.º Simpósio Nacional de História* [livro eletrônico]: *história, verdade e tecnologia*. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaid-nbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628545339_ARQUIVO_ddea-274f9a6255146fb54530bcb7145f.pdf. Acessado em: 29 jul. 2024.
- STOTZ, Eduardo; MARTINS, Margareth; e NASCIMENTO Mariluci. Eulália Lobo: amiga, historiadora comprometida e viajante observadora. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA (ABPHE). *Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011): uma história nova, diferente, original*. Curitiba: ABPHE, 2011, pp. 27-34.
- WEHLING, Arno. *Discurso de recepção a Eulália Maria Lobo. Revista do IHGB*. n. 453, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	
Processo: 1530	Data: 9/12/68
SECTOR DE COMUNICAÇÕES	

[REDACTED] licenciando pelo 4º ano do Curso de História deste Instituto vem pela presente pronunciar a SUSPEIÇÃO de Eulália Maria Lehmeyer Lobo, catedrática da Cadeira de História da América por incorrer, em prejuízo do peticionário, em infração do artigo 2º, parágrafo único do Título II do Código Disciplinar da Universidade Federal do Rio de Janeiro e em discriminação ideológica, solicitando como LIMINAR ao exame do pedido que seja susgado o exame que se realiza nesta data, com relação ao peticionário, como decorrência da arguição de SUSPEIÇÃO da examinadora. Fundamenta o presente com as razões abaixo:

- 1 - O requerente é pessoa de economia própria, portador de diploma de bacharel em Direito, com suficiente maturidade para ter plena consciência de suas convicções intelectuais que não admite ver sacrificadas a qualquer discriminação ideológica.
- 2 - Em todo o curso, até a presente data o requerente obteve bom aproveitamento, tendo passado por média em várias matérias, algumas vezes o primeiro da turma, e nunca foi obrigado a qualquer prova escrita-oral por carência de pontos nas anteriores, parciais ou de estágio, nem sequer prestou exame de 2ª. época nas diversas matérias já finalizadas.
- 3 - No entanto, no tocante aos critérios aplicados por d. Eulália Lobo, embora o peticionário tivesse obtido sempre boas notas de História da América enquanto a cadeira foi regida por outro professor, começou a sentir a depreciação de seu esforço em virtude de

FIGURA 14. DETALHE DA DENÚNCIA CONTRA EULÁLIA LOBO PROFERIDA POR UM ESTUDANTE, UFRJ, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 1968.

HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO: DO CAPITAL COMERCIAL AO CAPITAL FINANCEIRO — UMA OBRA SEMINAL

LUIZ CARLOS SOARES

CEZAR HONORATO

Em meados dos anos 1970, a historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro passou por um processo de revigoramento. Na realidade, havia fortes motivos para que a história da cidade fosse novamente problematizada e reinterpretada. No início da década de 1970, o Rio de Janeiro começou a sentir mais fortemente os efeitos da transferência da capital da república para Brasília, com a

perda da sua antiga influência política e também econômica, em virtude da posição que São Paulo desfrutava como a “grande locomotiva” do desenvolvimento industrial brasileiro, sobretudo na fase do chamado “milagre econômico” na pior fase da ditadura militar, que foi o governo do General Emílio Garrastazu Médici.

Mesmo depois da transferência da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro ainda manteve por algum tempo um certo status de “capital real” do país devido ao estado de insuficiência da nova capital em termos de infraestrutura de serviços urbanos, e também pelo fato de que a transferência de muitos órgãos públicos acabou sendo um processo paulatino e vagaroso. Em sua grande maioria, as representações diplomáticas estrangeiras mantiveram suas embaixadas funcionando no Rio de Janeiro e só efetuaram a transferência delas a partir do início dos anos 1970, em virtude das facilidades dadas pelo governo federal – como a doação de terrenos – e também de uma certa pressão deste governo para que as representações estrangeiras assumissem a realidade da nova capital no planalto central brasileiro.

Em meados dos anos 1970, passou a ser muito comum se falar em “esvaziamento econômico” do Rio de Janeiro, o que levou a cidade e seu entorno à perda de espaços políticos no âmbito da federação. Na tentativa de barrar o aprofundamento deste processo e também estabelecer uma alternativa que limitasse ou pelo menos reduzisse o poderio quase absoluto do estado de São Paulo, o governo do general Ernesto Geisel determinou, em 1975, a fusão entre o Estado da Guanabara (criado em 1960, com a transferência da capital para Brasília, e abarcava todo o espaço do município do Rio de Janeiro) e o antigo estado do Rio de Janeiro, que tinha como capital Niterói. O brigadeiro Faria Lima foi nomeado como governador do novo estado do Rio de Janeiro, que passou a ter a cidade do Rio de Janeiro como sua capital. Viviam-se, aí, o início da “abertura lenta e gradual”, iniciada no governo do general Geisel e prosseguida com o governo do general João Baptista Figueiredo.

De certo modo, a perda de prestígio econômico e político do Rio de Janeiro esteve na base das preocupações manifestadas por grupos políticos, empresariais e intelectuais com relação ao presente e ao futuro desta cidade, que ainda continuava a ser considerada como um importante polo de produção cultural e também referência em termos comportamentais e artísticos para o restante do país. Obviamente, uma reflexão sobre o presente e o futuro do Rio de Janeiro não podia prescindir de uma imersão em seu passado, em sua história, o que possibilitou a abertura de um generoso espaço para os historiadores de formação acadêmica na tarefa de estudar e reinterpretar a trajetória histórica da antiga capital brasileira e de sua importância econômica, política e cultural.

Foi neste contexto que duas grandes e minuciosas pesquisas foram realizadas nos arquivos da cidade e, logo depois, publicadas com o apoio do IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais). O primeiro deles (originariamente uma tese de doutorado defendida na França) foi elaborado pela saudosa prof^a Maria Bárbara Levy, publicado em 1977 com o título *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, IBMEC, 1977). O segundo deles, resultante de uma longa pesquisa independente, foi elaborado pela prof^a Eulália Maria Lahmeyer Lobo e publicado em 1978, em dois grandes volumes, abrangendo o período 1760-1945, com o título *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)* (Rio de Janeiro, IBMEC, 1978).

Somente agora, depois de 46 anos de sua publicação, esta importante obra, que representou um marco na historiografia do Rio de Janeiro e, por que não, do Brasil, ganhou uma segunda edição fac-similada, graças à parceria estabelecida entre a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), o Programa de Pós Graduação em História da UFF e a Editora HUCITEC. Deve-se ressaltar o fato de que esta nova edição fac-similada é precedida de uma apresentação e três artigos que apontam a grande relevância historiográfica da obra da prof^a Eulália Lobo.¹

¹ Sobre isso, ver: TESSARI, Cláudia Alessandra. Apresentação; MARTINS, Ismênia de Lima. A obra e a historiadora; SARAIVA, Luiz Fernando; GUIMA-

Pode-se dizer que *História do Rio de Janeiro* causou polêmica. Seus críticos diziam que se tratava apenas de uma imensa compilação de dados sem a perspectiva de desenvolvimento de uma reflexão ou análise teórica mais aprofundada. Seus admiradores reconheciam que o propósito maior do livro não era a apresentação de um longo e exaustivo exercício analítico e interpretativo, mas a realização de um trabalho de síntese histórica, fortemente baseada nas informações qualitativas e quantitativas oriundas de pesquisas em fontes primárias nos diversos arquivos do Rio de Janeiro, focalizando o desenvolvimento e as transformações na cidade desde seus primórdios coloniais até a segunda metade do século XX.

O fato de *História do Rio de Janeiro* não desenvolver uma análise teórica mais aprofundada, em sua totalidade, não significa que a prof^a Eulália Lobo não tenha preocupações desta natureza. O subtítulo da sua obra – *do capital comercial ao capital industrial e financeiro* – já indica claramente seu objetivo em termos de uma linha interpretativa estrutural do desenvolvimento da cidade e sua clara vinculação a uma perspectiva analítica global. Embora não se possa atribuir à autora uma vinculação mais clara em termos do marxismo, o subtítulo acima mencionado aponta seu conhecimento desta corrente teórica e a assimilação do próprio conceito de capital e das suas modalidades históricas, nas suas formas comercial, industrial e financeira.

Apresentada de modo mais sintético em algumas passagens de certos capítulos, esta perspectiva atravessa toda a obra e se manifesta na forma da prof^a Eulália Lobo elaborar analiticamente as informações históricas e mesmo os dados quantitativos, que são abundantes e apresentados nos apêndices estatísticos existentes ao fim de cada capítulo.

Na realidade, a prof^a Eulália Lobo procurou associar a trajetória do Rio de Janeiro ao movimento histórico do

RÃES, Carlos Gabriel. A História do Rio de Janeiro e a revolução historiográfica de Eulalia Maria Lahmeyer Lobo; GUESTA, Guilherme; SINDER, Matheus. História do Rio de Janeiro e as transformações no mundo do trabalho: reflexões e perspectivas a partir de Eulália Lobo; em LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Edição Fac-similada. São Paulo, Editora HUCITEC – ABPHE – PPGH-UFF, 2024.

capital, desde a época colonial, enfatizando o século XVIII; passando pela suplantação daquela forma de bens pelo capital industrial e produtivo, a partir da emergência de processo de industrialização, que se iniciou nos anos 1880; até chegar à consolidação do capital financeiro, resultante da fusão do capital industrial com o bancário, que se verificou no decorrer da primeira metade do século XX. Trata-se da adoção de uma perspectiva analítico-interpretativa amparada nos ensinamentos dos teóricos clássicos do marxismo, como Lênin e Hilferding, que foram estudiosos profundos do movimento histórico do capital, além da obra de Fernand Braudel e, obviamente, da historiografia serial francesa.

A linha interpretativa estrutural de *História do Rio de Janeiro* se manifesta na sua vinculação com a Escola dos *Annales* no sentido de que a prof^a Eulália Lobo procura estabelecer uma ampla abordagem relacional de diversos fenômenos relativos à História Econômica, à História Demográfica e à História Social e das Hierarquias socioprofissionais. A análise dos fenômenos demográficos e das hierarquias socioprofissionais, assim como os estudos da evolução dos preços, constituem-se em aspectos inovadores da obra, sobretudo no que se refere ao seu método de abordagem fortemente amparado no estudo de séries quantitativas que, na obra, não se constitui num fim em si mesmo, como preconizavam os arautos de uma corrente que (nos anos 1960 e 1970) se autodenominava “História Quantitativa”, mas num importante elemento de fundamentação da reflexão do historiador no enfrentamento de certas temáticas dos estudos históricos.

Esta característica de *História do Rio de Janeiro* foi imediatamente percebida pelo importante historiador e “brasilianista” norte-americano prof. Richard M. Morse, em sua resenha de 1979, apresentada no prestigioso periódico *The Hispanic American Historical Review*. Apesar do prof. Morse constatar que, “na verdade, [havia] mais tabelas do que prosa” em *História do Rio de Janeiro*, o que certamente podia incomodar a certos historiadores, ele apresentava um balanço bastante positivo da publicação dos dois volumes deste livro, logo no início de sua resenha: “A professora Eulália

Lobo nos fornece uma história econômica do Rio de Janeiro substancial e massivamente documentada. [...] As estatísticas são uma característica marcante e fazem do livro um *vade mecum* para pesquisadores sociais e econômicos” (MORSE, 1979, pp. 763-4).

Para assinalar esta característica da obra – que a coloca, assim, como o maior “banco de dados” relativos à história da cidade a partir de fontes diversas –, cabe aqui lembrar a situação precária dos principais arquivos de fontes históricas existentes no Rio de Janeiro nos anos 1970. A falta de recursos para a preservação e recuperação dos acervos documentais do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro era um fato de todos conhecido. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se destacava pela sua organização e a melhor conservação do seu acervo, mas este nem de longe se aproximava, em termos de volume dos acervos dos arquivos públicos supra-mencionados.

No caso do Arquivo Nacional, que funcionava no velho e secular prédio da Praça da República, a situação era desesperadora. Nele, era muito comum os pesquisadores fazerem o levantamento da referência de uma determinada documentação e, ao solicitá-la, serem informados de que esta não estava disponível pelo motivo de seu extravio ou sua não-localização nas galerias onde ela estava depositada. Havia também muito desencontro de referências documentais: às vezes, a documentação existia e estava disponível para consulta, mas sua referência real não correspondia àquela que estava indicada no fichário ou nos códices do acervo. Sem esquecer que um enorme volume de documentos sem catalogação esparramava-se por salas úmidas e sem as condições apropriadas para recebê-los, o que deve ter levado à perda definitiva de boa parte deste acervo.

Para ilustrar esta situação e a importância de *História do Rio de Janeiro* como um importante “banco de dados”, pode-se relembrar aqui o testemunho da professora norte-americana Elizabeth Kusneszoff, quando professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, no

início dos anos 1980, que dizia para os alunos do mestrado que quanto mais frequentava e trabalhava no Arquivo Nacional, mais ela dava valor e importância ao livro da prof^a Eulália Lobo, que explorou uma grande quantidade de fontes daquela instituição, localizando-as e indicando-as corretamente, além de fornecer, para muitas delas, informações factuais e séries quantitativas que muito facilitam o trabalho dos estudiosos da história da cidade.

No presente momento, os historiadores Luiz Fernando Saraiva e Carlos Gabriel Guimarães estão retomando a perspectiva de considerar *História do Rio de Janeiro* como um grande “banco de dados” em seu artigo na nova edição fac-similizada desta obra. Neste artigo, os dois historiadores não apenas procuram analisar o impacto de *História do Rio de Janeiro* desde 1978, inclusive com um detalhado estudo quantitativo, como também constata a sua grande atualidade nas décadas iniciais do século XXI, atribuindo-lhe a característica de um livro “clássico”. Além disso, para estes historiadores, os dois volumes deste livro devem continuar a ser vistos como “uma poderosa base de dados que permite e estimula reflexões muito mais sofisticadas sobre vários períodos da nossa história” (SARAIVA; GUIMARÃES, In. LOBO, 2024).

Ressalve-se que, à época de seu lançamento, *História do Rio de Janeiro* recebeu três tipos de críticas: 1) não era um livro marxista; 2) baseava-se numa perspectiva de “história puramente quantitativa”; 3) tratava-se de uma obra “desequilibrada” por explorar vários temas e dados. Todavia, deve-se rebater estas críticas apressadas, esclarecendo que a obra, na realidade, apresenta uma metodologia baseada na história serial – e não “puramente quantitativa” –, buscando explorar ao máximo as fontes disponíveis à época para a construção de séries que serviam de base para a análise realizada. Por outro lado, deve-se enfatizar que, ao abrir cada seção, a prof^a Eulália Lobo apresenta uma refinada reflexão teórica com referência nos dados indicados, embora de maneira sintética ou compacta.

O PRIMEIRO VOLUME DA “HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO”

Quanto ao conteúdo de *História do Rio de Janeiro*, pode-se dizer que seus dois grandes volumes apresentam cinco capítulos, além de uma ampla introdução, uma parte conclusiva, uma análise das fontes primárias consultadas e uma bibliografia geral. O primeiro volume, organizado em três capítulos, procura estudar o período de 1760, quando se intensificam as relações da cidade com o mercado mundial, até 1888, quando se verifica o fim da escravidão no país e o aceleração de uma série de mudanças que resultam na generalização do trabalho livre e na adoção de relações capitalistas, principalmente nos ambientes urbanos.

Já na Introdução, a autora explicita algo que nos parece que passou despercebido de seus críticos:

[...] Acreditamos que não se justifica considerarmos a quantificação como um método ou uma nova forma de fazer História. É apenas uma técnica. Discordamos dos que estabelecem uma oposição entre história qualitativa dos fatos singulares e quantitativas dos fatos repetitivos. Os dois aspectos se interpenetram; os fatos singulares explicam transformações conjunturais nas tendências das séries estudadas (LOBO, 1978, p. 4).

Após essas observações, a autora faz uma grande apresentação de suas fontes e sua importância, além de seus métodos de análise, incluindo a forma de elaborar os índices de preços e as ponderações do custo de alimentos e salários e composição da força de trabalho, considerando as profissões.

O primeiro capítulo aborda a problemática da “formação da burguesia mercantil” da cidade, sobretudo no período 1760-1800. Nele, são focalizados: 1) os elementos da administração colonial portuguesa, sobretudo seu caráter centralizador, e as reações a ela; 2) a atuação da burguesia

mercantil da cidade nas diversas esferas do comércio com a metrópole, a África e o Oriente; 3) o declínio da mineração aurífera; e 4) a recuperação das atividades agrícolas, também chamadas, pela autora, de “economia de plantação”.

Merece destaque apontar o quanto tal capítulo é inovador para a época por demonstrar a capacidade de acumulação interna e a formação de um grupo de comerciantes – especialmente os de escravos e os de exportação/importação –, especialmente do Rio de Janeiro, conformando um grupo por ela identificada como burguesia mercantil e que, além do mais, tinha alguma capacidade de ascendência junto à Coroa, rompendo a lógica de total dependência aos ditames da metrópole, como ficou marcado na historiografia de então.

Dentre as várias contribuições destes dois primeiros capítulos, convém destacar a reafirmação da formação de um grupo mercantil (que a autora chama de “burguesia mercantil”) baseado no Rio de Janeiro e que acumulou muito capital nos “interstícios” do sistema colonial, comprovando empiricamente que a visão de domínio total da metrópole sobre as atividades coloniais não se sustentava – pelo menos para o caso do RJ –, onde um grupo forte, inclusive politicamente, se firmou no comércio de escravos, de abastecimento, etc.

Ao concluir o primeiro capítulo, a autora aponta claramente a singularidade e a força político-social desta “burguesia mercantil”:

Apesar das condições desfavoráveis para o desenvolvimento de uma burguesia mercantil numa sociedade de plantação tropical, os negociantes do Rio de Janeiro tinham constituído em fins do século XVIII um forte grupo de pressão, individualizado e independente dos grandes fazendeiros, capaz de fornecer crédito ao Rei e aos proprietários rurais e que se fazia representar na Câmara Municipal e diretamente junto ao Rei e aos órgãos de cúpula da administração da metrópole (Idem, p. 56).

O segundo capítulo cobre o período 1800-1840 e trata da organização econômica das articulações comerciais da cidade na “etapa de formação do Estado Nacional”. Neste capítulo, merece destaque não só a formação do Estado Nacional, como também à manutenção do modelo econômico primário exportador e a constituição uma tácita dependência de novo tipo, através da participação no sistema capitalista mundial.

Convém reproduzir este trecho do livro:

Tendo o Rio de Janeiro se tornado o centro das atividades mercantis, essa hipertrofia comercial deu à burguesia um caráter mais complexo. [...] a estrutura do modo de produção capitalista então implantado alcança e envolve a estrutura da produção escravista, projetam-se na ideologia livre cambista e assentam as bases de um jogo comercial que se explicita numa divisão internacional do trabalho (Idem, p. 75).

Neste capítulo, são estudadas: 1) as novas relações da cidade com o mercado mundial, a partir da abertura dos portos e da consolidação da Independência brasileira; 2) o estabelecimento de uma nova estrutura financeira articulada às atividades comerciais e às atividades agroexportadoras, sobretudo à cafeicultura em expansão; 3) as diversas modalidades da atividade comercial da cidade; 4) as atividades artesanais e manufatureiras; 5) o desenvolvimento populacional da cidade; e 6) as problemáticas dos preços e dos salários percebidos pelos diversos segmentos socioprofissionais.

Ainda de acordo com a autora,

[...] A formação social brasileira estará a partir do século XIX subordinada ao modo de produção capitalista através do mercado mundial. Apenas através, porque as relações de dominação não podem se constituir ao nível das trocas, mas estão enraizadas ao nível da produção, subordinada aos interesses dominantes ingleses [...] [e que]

aparentemente sublinhada pelo tipo de relações de troca que apenas oculta o fato importante de penetração do modo de produção capitalista na economia brasileira e das mudanças de estrutura que o movimento mercantil provoca na economia mundial capitalista (Idem, p. 76).

Aqui, é importante salientar que a prof^a Eulália Lobo já percebia em sua análise a inserção cada vez maior do Brasil numa economia capitalista mundializada e, por que não, imperialista, levantando algumas importantes questões que são atualmente retomadas pelos debates referentes a uma “segunda escravidão”, que buscam melhor enquadramento teórico e empírico para a “sobrevivência” e a “longevidade” das relações escravistas de produção no país.

Tal questão fica mais nítida ao adentrarmos o capítulo 3, que abarca o período 1840-1888 e que focaliza a predominância da “economia de planta-

ção do café” na cidade e no Vale do Paraíba até o seu esgotamento nos anos 1880, culminando com a abolição da escravidão, além do surgimento de fábricas e demais atividades produtivas, comerciais e bancárias.

Considerado por todos os estudiosos da história econômica do Brasil, o Segundo Reinado tem uma complexidade enorme pois que, além de manter muitas das características da economia colonial, como o latifúndio, a monocultura e a escravidão, ao mesmo tempo apresenta um grande desenvolvimento urbano, modernização da infraestrutura (transportes, portos e comunicações) e marca também o desen-

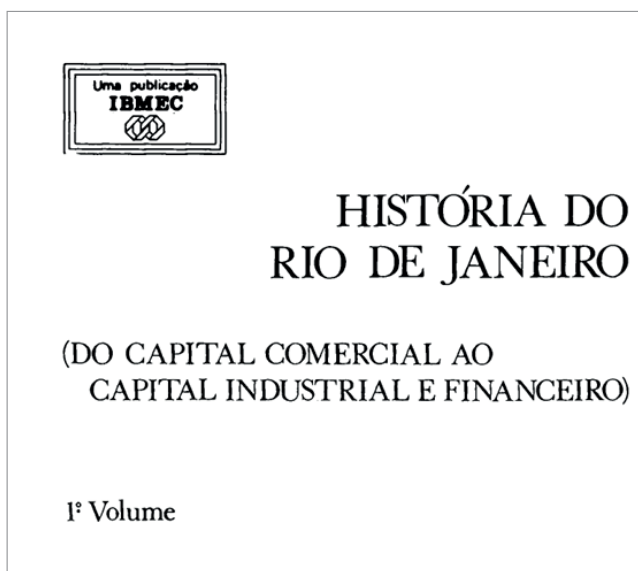


FIGURA 15. FRONTISPÍCIO DO PRIMEIRO VOLUME DE HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO..

volvimento manufatureiro e industrial, em grande parte na Corte.

A autora inicia o capítulo com uma afirmação assaz importante:

Na década de 50 do século XIX, a abolição do tráfico negreiro liberou capitais que em parte se dirigiram ao setor secundário da economia [...]. No final da década de 1840 e durante a década de 50 do século XIX, o sistema bancário moderno se estabeleceu no Rio de Janeiro e nas províncias (Idem, p. 171).

Ela continua a sua análise ressaltando como o porto do Rio de Janeiro assumiu a centralidade como porto de exportação de produtos primários, sobretudo o café, e importador de produtos oriundos de outros países. Como centro das empresas de importação e exportação, de navegação e bancos, o Rio de Janeiro será também a base para a cabotagem para os demais portos do país

Vale apontar, de acordo com a prof^a Eulália Lobo, que em 1859, havia 241 firmas comerciais por atacado, de importação, 192 de exportação e 51 companhias. Mais ainda, que no decorrer da segunda metade do século XIX, a participação das casas estrangeiras de exportação de café foi aumentando consideravelmente (Idem, p. 160).

De forma inédita, a autora aponta que tanto a Província quanto a cidade do Rio de Janeiro sofriam as consequências do mesmo tipo de problema: escassez de mão-de-obra absorvida pela economia de plantação de café. As epidemias de febre amarela e cólera-morbus (1855-1856) tinham provocado um declínio da população entre 1849-1856, agravando ainda mais a queda na produção de gêneros alimentícios. Neste contexto, é apontado também o déficit do Rio de Janeiro no comércio de cabotagem devido a importação de gêneros alimentícios (Idem p. 164).

Considerando a tese de que o fim do tráfico teria desviado capital para as atividades manufatureiras e industriais, dela diverge em parte ao afirmar que

[...] a abolição do tráfico negreiro liberou capitais que em parte se dirigiram ao setor secundário da economia, [fortalecido pela criação do Código Comercial] que gerou a organização de sociedades anônimas e Comanditas de tipo comercial, de crédito e fabril, além de um sistema bancário moderno (Idem, p. 171).

Isto porque, se a relação direta do fim do tráfico teria canalizado capitais para vários empreendimentos produtivos e comerciais, pode-se dizer também que existia, na década de 1850, capital acumulado suficiente e não necessariamente oriundo do tráfico ou da comercialização de escravizados tanto no setor comercial – incluindo o de importação e exportação – quanto nos bancos.

Avançando neste capítulo, chama a atenção a profusão de dados sobre a população em geral, além de dados sobre trabalho, emprego e custo de vida, inclusive – isto é inédito – considerando as várias paróquias/freguesias (bairros) da cidade no final do século XIX. Tais informações são fundamentais para qualquer estudo em História Social. O mesmo, com relação às atividades econômicas de cada bairro, com destaque para as freguesias de Candelária, Santa Rita e Sacramento.

As reflexões acerca do período de desenvolvimento e predominância da economia de plantação do café (1849-1888) mostram a analista arguta acerca das contradições do período, no qual o abandono do escravismo em algumas regiões e atividades produtivas ocorreu com a expansão da escravidão no Vale do Paraíba, já articulado ao mercado capitalista.

A prof^a Eulália Lobo avança bastante na demonstração de uma tese tão clara de que o desenvolvimento das atividades manufatureiras e, principalmente industriais, ocorreu

paralelamente e não necessariamente de forma dependente do desenvolvimento da cafeicultura. Isto porque eram exatamente estes negociantes (burguesia mercantil para a autora) que vão diversificar os seus negócios investindo tanto na cafeicultura quanto nos bancos e na atividade industrial.

A análise da estrutura financeira, do sistema de créditos e da movimentação da Bolsa de Valores nos permite perceber a complexidade da economia do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, para além da dualidade café-escravo, tão ao gosto de uma historiografia reducionista. Ademais, o capítulo 3 apresenta dados e reflexões referentes à demografia histórica, aos salários e aos preços. Vale ressaltar a utilização primeira de arquivos oriundos de empresas como a Brahma ou a Companhia América Fabril, o que transforma o livro em referência em história empresarial (sem ter esta pretensão) e, principalmente, na utilização de arquivos empresariais.

Este capítulo, finalmente, aborda além das questões anteriormente elencadas, as atividades agrícolas e a criação do gado; as atividades artesanais e manufatureiras; o comércio de cabotagem e de longo curso (quer dizer, comércio internacional); a atividade comercial interna da cidade; a “estrutura financeira” e o “sistema de crédito” existente articulado à cafeicultura e sua rede comercial.

O SEGUNDO VOLUME DA “HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO”

O segundo volume inicia com o capítulo 4, intitulado “O Processo de Transição da Manufatura para a Indústria, de 1888 à Década de 20 do Século XX”, talvez um dos períodos mais complexos não só em termos da História Econômica como da própria História Econômica do Rio de Janeiro, visto que compreende o que seria a constituição do auge industrial até a sua desaceleração na década de 1920.

A primeira parte do artigo considera a questão do impacto do Encilhamento na economia brasileira e, especificamente, no caso do Rio de Janeiro. Assunto complexo que mobilizou/mobiliza uma grande parcela dos historiadores econômicos, mas a prof^a Eulália Lobo, utilizando fontes primárias, busca perceber, para além da “jogatina dos papéis”, se tal política econômica iniciada pelo Visconde de Ouro Preto e amplificada no início da República foi benéfica para o desenvolvimento industrial.²

A própria autora nos alerta, baseada nas fontes:

As incorporações, no início da República foram usadas inúmeras vezes para encobrir a especulação e a má fé. Entretanto, o legado da política financeira destes primeiros anos republicanos foi o de iniciar a ruptura entre a manufatura e a indústria como processos produtivos distintos (LOBO, 1978, vol. II, p. 463).

Seguindo muito de perto esta senda, Marcos Croce, tanto em sua dissertação de mestrado quanto em sua tese doutoral, demonstra que, assim como no caso do Rio de Janeiro, a zona da mata mineira, com destaque para Juiz de Fora, também terá um desenvolvimento industrial derivado do “Encilhamento” (CROCE, 2008).

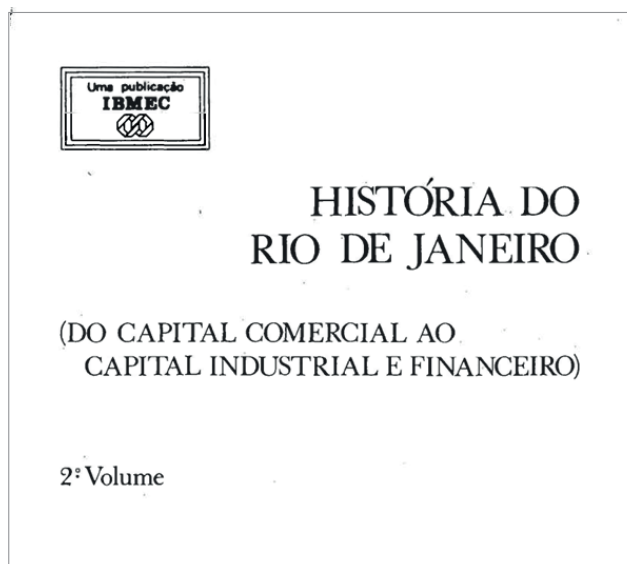


FIGURA 16. FRONTISPÍCIO DO SEGUNDO VOLUME DE HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

2 A este respeito, ver: CROCE, Marcos. *O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: O balanço de uma conjuntura*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008; e FONSECA, Thiago Vinícius Mantuano. *A construção do porto do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Niterói, PPGH-UFF, Tese de Doutorado, Mimeografada, 2022.

Mapa dos generos de importações despachadas para consumo no Alandega do Rio de Janeiro no anno financeiro de 1842-1843		Mapa dos generos de importações despachadas para consumo no Alandega do Rio de Janeiro, no anno financeiro de 1810-1812.	
Alimentos e Bebidas		Fubros	
Arroz	7.636.959	Arroz	55.718.290
Arroz de primeira	147.513.515	Arroz de primeira	10.738.210
Arroz de segunda	529.935.058	Arroz de segunda	10.852.200
Arroz de terceira	95.280.813	Arroz de terceira	18.360.650
Arroz de quarta	115.639.782	Arroz de quarta	1.142.130
Arroz de quinta	121.130.597	Arroz de quinta	1.578.240
Arroz de sexta	26.538.527	Arroz de sexta	1.625.000
Arroz de sétima	3.228.400	Arroz de sétima	1.283.210
Arroz de oitava	206.288.870	Arroz de oitava	7.665.250
Arroz de nona	37.024.589	Arroz de nona	11.082.130
Arroz de décima	10.646.517	Arroz de décima	1.852.150
Arroz de undécima	3.855.236	Arroz de undécima	1.578.240
Arroz de duodécima	310.149.150	Arroz de duodécima	1.625.000
Arroz de treze	21.621.520	Arroz de treze	1.283.210
Arroz de catorze	17.505.500	Arroz de catorze	7.665.250
Arroz de quinze		Arroz de quinze	11.082.130
Arroz de dezesseis		Arroz de dezesseis	1.852.150
Arroz de dezessete		Arroz de dezessete	1.578.240
Arroz de dezoito		Arroz de dezoito	1.625.000
Arroz de dezenove		Arroz de dezenove	1.283.210
Arroz de vinte		Arroz de vinte	7.665.250
Arroz de vinte e uma		Arroz de vinte e uma	11.082.130
Arroz de vinte e duas		Arroz de vinte e duas	1.852.150
Arroz de vinte e três		Arroz de vinte e três	1.578.240
Arroz de vinte e quatro		Arroz de vinte e quatro	1.625.000
Arroz de vinte e cinco		Arroz de vinte e cinco	1.283.210
Arroz de vinte e seis		Arroz de vinte e seis	7.665.250
Arroz de vinte e sete		Arroz de vinte e sete	11.082.130
Arroz de vinte e oito		Arroz de vinte e oito	1.852.150
Arroz de vinte e nove		Arroz de vinte e nove	1.578.240
Arroz de trinta		Arroz de trinta	1.625.000
Arroz de trinta e uma		Arroz de trinta e uma	1.283.210
Arroz de trinta e duas		Arroz de trinta e duas	7.665.250
Arroz de trinta e três		Arroz de trinta e três	11.082.130
Arroz de trinta e quatro		Arroz de trinta e quatro	1.852.150
Arroz de trinta e cinco		Arroz de trinta e cinco	1.578.240
Arroz de trinta e seis		Arroz de trinta e seis	1.625.000
Arroz de trinta e sete		Arroz de trinta e sete	1.283.210
Arroz de trinta e oito		Arroz de trinta e oito	7.665.250
Arroz de trinta e nove		Arroz de trinta e nove	11.082.130
Arroz de quarenta		Arroz de quarenta	1.852.150
Arroz de quarenta e uma		Arroz de quarenta e uma	1.578.240
Arroz de quarenta e duas		Arroz de quarenta e duas	1.625.000
Arroz de quarenta e três		Arroz de quarenta e três	1.283.210
Arroz de quarenta e quatro		Arroz de quarenta e quatro	7.665.250
Arroz de quarenta e cinco		Arroz de quarenta e cinco	11.082.130
Arroz de quarenta e seis		Arroz de quarenta e seis	1.852.150
Arroz de quarenta e sete		Arroz de quarenta e sete	1.578.240
Arroz de quarenta e oito		Arroz de quarenta e oito	1.625.000
Arroz de quarenta e nove		Arroz de quarenta e nove	1.283.210
Arroz de cinquenta		Arroz de cinquenta	7.665.250
Arroz de cinquenta e uma		Arroz de cinquenta e uma	11.082.130
Arroz de cinquenta e duas		Arroz de cinquenta e duas	1.852.150
Arroz de cinquenta e três		Arroz de cinquenta e três	1.578.240
Arroz de cinquenta e quatro		Arroz de cinquenta e quatro	1.625.000
Arroz de cinquenta e cinco		Arroz de cinquenta e cinco	1.283.210
Arroz de cinquenta e seis		Arroz de cinquenta e seis	7.665.250
Arroz de cinquenta e sete		Arroz de cinquenta e sete	11.082.130
Arroz de cinquenta e oito		Arroz de cinquenta e oito	1.852.150
Arroz de cinquenta e nove		Arroz de cinquenta e nove	1.578.240
Arroz de sessenta		Arroz de sessenta	1.625.000
Arroz de sessenta e uma		Arroz de sessenta e uma	1.283.210
Arroz de sessenta e duas		Arroz de sessenta e duas	7.665.250
Arroz de sessenta e três		Arroz de sessenta e três	11.082.130
Arroz de sessenta e quatro		Arroz de sessenta e quatro	1.852.150
Arroz de sessenta e cinco		Arroz de sessenta e cinco	1.578.240
Arroz de sessenta e seis		Arroz de sessenta e seis	1.625.000
Arroz de sessenta e sete		Arroz de sessenta e sete	1.283.210
Arroz de sessenta e oito		Arroz de sessenta e oito	7.665.250
Arroz de sessenta e nove		Arroz de sessenta e nove	11.082.130
Arroz de setenta		Arroz de setenta	1.852.150
Arroz de setenta e uma		Arroz de setenta e uma	1.578.240
Arroz de setenta e duas		Arroz de setenta e duas	1.625.000
Arroz de setenta e três		Arroz de setenta e três	1.283.210
Arroz de setenta e quatro		Arroz de setenta e quatro	7.665.250
Arroz de setenta e cinco		Arroz de setenta e cinco	11.082.130
Arroz de setenta e seis		Arroz de setenta e seis	1.852.150
Arroz de setenta e sete		Arroz de setenta e sete	1.578.240
Arroz de setenta e oito		Arroz de setenta e oito	1.625.000
Arroz de setenta e nove			

Devido à crise advinda da especulação de títulos e do câmbio, como bem aponta a prof^a Eulália Lobo, e já no governo Campos Sales, temos o “*funding loan*” ou negociação internacional da dívida brasileira e uma brutal política contracionista. Sobre tal fato, ela afirma:

Ao adentrar à questão da demografia histórica, a prof^a Eulália Lobo considera que o crescimento populacional do

Distrito Federal teria uma ligação direta com a migração de escravos libertos da zona rural para a urbana – ponto ainda controverso –, a intensificação da imigração, o saneamento da cidade e o controle das doenças. Por outro lado, este crescimento populacional favorecia a expansão industrial ao aumentar a oferta de mão-de-obra e do mercado consumidor (Idem, p. 469). Contudo, consideramos que este ponto mereceria novos e aprofundados estudos.

A prof^a Eulália Lobo, ao apontar a expansão da horticultura nos primeiros anos do século XX, enfatiza que o barateamento da alimentação teve um grande impacto na reprodução da força de trabalho e constituiu-se num dos fatores do crescimento industrial no Rio de Janeiro. Este é outro aspecto bastante original levantado pela autora, que também mereceria novos e aprofundados estudos.

Entretanto, temos uma contradição quando a prof^a Eulália Lobo indica que, entre 1905 e 1906, o índice de preços da cesta de alimentos dos operários teve uma alta de 54,89 % para 74,87 %, considerando como base para o índice de preços a ponderação utilizada para o ano de 1858 (Idem, p. 504).

Avançando no tempo, temos que:

Com a recuperação do crédito, a elevação dos preços dos artigos manufaturados, e a dificuldade de importação [devido à Grande Guerra], a indústria do Rio de Janeiro experimentou um novo surto, a partir de 1916, inclusive a de tecidos que conquistou mercado externo, antes suprido pela Inglaterra. Também se expandiu a produção no Brasil de gêneros alimentícios e matérias-primas para atender a demanda crescente europeia (Idem, p. 515).

Um dos temas pouco estudados, especialmente com o suporte de séries estatísticas, a questão do choque adverso oriundo da Primeira Guerra Mundial merece nossa atenção porque, inclusive, podemos ver a consolidação do Rio de Janeiro como principal polo industrial do país.

Paralelamente ao desenvolvimento industrial da cidade, temos o surgimento do movimento sindical, inclusive com várias greves no período 1908-1927, quando se aponta a ocorrência de 41 manifestações operárias, entre as quais 13 greves. As análises da situação do operariado, inclusive destas greves, das suas condições de vida e, mesmo, do sindicalismo, especialmente o de influência anarquista, serão posteriormente objetos de outros trabalhos da profª Eulália Lobo.

Para os leitores que reclamaram à época da pouca atenção dada a fontes não seriais, merece destaque a análise realizada utilizando a documentação do Centro Industrial do Brasil acerca das demandas apresentadas ao Governo Federal, nas quais esta entidade reivindicava mudanças da política tributária interestadual e mesmo municipal, como forma de debelar a desaceleração advinda do pós-guerra.

Uma questão controversa aparece quando a profª Eulália Lobo apresenta a seguinte assertiva acerca da elevação de salários:

A partir de 1918 os salários tenderam a elevar-se, tendência que se manteve até 1930. De um modo geral o aumento foi superior ao do custo da alimentação, exceto para os operários de construção que apenas não perderam poder aquisitivo. No nível político a melhoria salarial enfraquecia o espírito de luta da mão-de-obra industrial (Idem, p. 548).

Se a primeira parte da afirmativa estava baseada nos dados de salário e custo de vida e, exatamente por isso, pode ser considerada procedente, o mesmo não deve ser dito em relação à consideração final do parágrafo acima reproduzido. A relação direta da diminuição da ação política operária à melhoria de salários nos parece equivocada. Isto porque a década de 1920 é uma das mais tumultuadas sob o ponto de vista da política, na qual verificaram-se diversos acontecimentos, desde a revolta dos 18 do Forte, o Estado de Sítio, o surgimento do Partido Comunista, a formação do Bloco

Operário-Camponês (BOC) e outras manifestações políticas já bastante estudadas.

De forma sintética, pode-se indicar que o quarto capítulo procura enfatizar aquilo que a autora denomina de “processo de transição da manufatura para a indústria” e cobre o período 1888-1930, focalizando as atividades econômicas do Rio de Janeiro desde o fim da escravidão e do regime imperial até o colapso da “República Velha”. Neste capítulo, são estudados mais detalhadamente os seguintes assuntos: 1) o impacto do “Encilhamento” na economia da cidade; 2) as alterações nas relações comerciais externas e internas; 3) as alterações na “política financeira” e no “sistema de crédito”; 4) as transformações da produção industrial até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, com a expansão da grande indústria fabril; 5) os efeitos desta em relação ao sistema financeiro e ao crédito; 6) o “desaceleramento industrial” da cidade nos anos 1920 e as transformações da produção industrial nesta década; 7) a produção agropecuária das áreas próximas do Rio de Janeiro também nos anos 1920; e 8) os preços, os salários e a mobilidade na cidade entre 1914 e 1930.

O quinto e último capítulo do *História do Rio de Janeiro* apresenta como temática o período de depressão industrial no Rio de Janeiro e os impactos da Segunda Guerra Mundial (1930-1945). Trata-se do capítulo menos alentado da obra, mas, por outro lado, este apresenta inúmeros dados seriais.

Dentre outros méritos deste quinto capítulo, que tentaremos apontar, há primeiramente a comprovação, através da utilização de dados empíricos e seriais relacionados ao Rio de Janeiro, dos paradigmas então dominantes acerca do impacto da Crise de 1929 e da Grande Depressão sobre a economia brasileira, a questão dos “choques adversos” e as decisões políticas relacionadas ao câmbio, moeda e crédito – embora neste particular, a prof^a Eulália Lobo se distancie da ideia de que o primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945) tivesse um projeto keynesiano ou mesmo, industrializante.

Se, de acordo com a autora, a taxa de crescimento industrial foi de 1% ao ano entre 1929 a 1932, de 1933 a 1939 a taxa se elevou para 11,2% e as importações de maté-

rias-primas e equipamentos tiveram uma grande expansão. Já considerando o período seguinte (1940/45), ela assinala:

O conflito mundial criou sérios problemas à importação, reorientou as exportações, tornando importantes as de minerais estratégicos e as de tecidos, que chegaram a representar quase 20% do total, provocando a recuperação das exportações de produtos tropicais (Idem, p. 831).

Embora sem polemizar acerca da existência de um “projeto Varguista industrializante” e, sim, percebendo que se tratava da implementação de medidas anticíclicas visando valorizar o café e superar a depressão, o governo Vargas tomou várias decisões, entre 1930 e 1937, relacionadas à política fiscal, ao câmbio, à moeda, e ao crédito. Já no período 1937-1945, visando o financiamento da expansão da capacidade produtiva industrial, este governo estimulou o direcionamento dos setores econômicos superavitários, utilizando mecanismos financeiros e institucionais para tal, especialmente o câmbio (Idem, p. 839).

Uma das questões apontadas pela prof^a Eulália em seu livro, e que merece ser questionada, ou, pelo menos, observada com atenção, refere-se à perda da velocidade industrial do Rio de Janeiro em relação a São Paulo. Vamos ao texto:

Os fatores que contribuíram para essa taxa reduzida de crescimento da indústria no Rio de Janeiro foram a retomada da valorização do café, polarizando recursos para São Paulo e dando mais peso político a esse Estado dentro do sistema brasileiro; a expansão da burocracia e correspondente crescimento dos impostos. Para sustentá-la; a alta do custo de mão-de-obra; o declínio do Estado do Rio de Janeiro, e a perda da hegemonia da capital sobre regiões antes dependentes, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que passaram a ter centros industriais próprios e dinâmicos (Idem, p. 857).

Embora tais argumentos devam ser destacados, estes não dão conta de que o capitalismo apresentava uma nova forma desde o final dos anos 1920, e que esta forma se aprofundará nas décadas seguintes, com a concentração do capital, manifesta nas elevadas taxas de crescimento industrial de São Paulo em comparação com as taxas do Rio de Janeiro.

Passo seguinte, o livro busca apontar o descolamento entre o custo de vida no período 1930-1945, em relação aos salários do operariado na cidade do Rio de Janeiro, mesmo quando considerada criação do salário-mínimo (1943), que ficaria fixo até o final da guerra.

Pode-se dizer que, de forma resumida, o quinto e último capítulo focaliza o desenvolvimento econômico industrial do Rio de Janeiro no período 1930-1945, que corresponde à “Era Vargas”, ou, nas palavras da autora o “período de depressão e da segunda Guerra Mundial”. Nele, são estudados: 1) o comércio interno e externo, com ênfase para os anos da Segunda Guerra Mundial; 2) a situação do crédito e a política monetária, cambial e fiscal; 3) as transformações verificadas na produção agropecuária das áreas próximas da cidade; 4) os efeitos da “grande depressão” que se seguiu à crise de 1929, para os diversos setores econômicos; 5) o processo de industrialização, principalmente no que se relaciona ao crescimento de diversos setores da indústria fabril, articulado às políticas do Governo Vargas para o setor, com a ênfase para os anos da Segunda Guerra; e 6) a mão de obra, os salários e o custo de vida (preços) na cidade e seus arredores.

Chama a atenção ao final do quinto capítulo a quantidade de dados estatísticos em tabelas acerca do período 1930-1945, sendo a maioria destas tabelas criada pela própria prof^a Eulália Lobo. Estas tabelas estatísticas se relacionam ao movimento das importações e exportações, à produção industrial, à produção e ao consumo de energia elétrica, aos índices de custo de vida e salários, etc., tornando-se fundamentais como fontes para os pesquisadores de História Econômica e Social do Rio de Janeiro.

Entretanto, é importante assinalar que, após cada capítulo, há apêndices estatísticos compostos por tabelas de diver-

sas naturezas, indicadas pela prof^a Eulália Lobo numa “Lista Geral de Tabelas”. Ao todo, são 250 tabelas, distribuídas da seguinte maneira: 11 para o primeiro capítulo; 15 para o segundo capítulo; 140 para o terceiro capítulo; 46 para o quarto capítulo; e 38 para o quinto capítulo. Este apêndice estatístico se constitui numa fonte de consulta fundamental para os pesquisadores, sistematizando dados quantitativos diversos a partir de uma metodologia rigorosa, o que muito facilita o trabalho dos estudiosos da história do Rio de Janeiro.

Finalmente, nas 14 páginas finais do livro *História do Rio de Janeiro*, nas quais a prof^a Eulália Lobo apresenta suas conclusões, recuperamos aquela afirmativa que nos parece ser a síntese de sua fundamental constatação acerca da perda da vitalidade da industrialização do Rio de Janeiro:

O principal problema da manufatura e indústria do Rio de Janeiro, nesses anos [pós década de 1920], residia na perda do mercado interno. O Rio Grande do Sul e outros Estados criaram impostos que tornaram proibitiva a exportação de manufaturas do Rio de Janeiro para esses mercados. São Paulo fazia uma concorrência crescente ao Rio de Janeiro e as tarifas ferroviárias eram discriminatórias, prejudicando os produtos da capital no mercado do Estado (Idem, p. 941).

Não podemos esquecer de mencionar que a excelente conclusão da obra, acima mencionada, poderia ser lida como artigo independente, para aqueles mais apressados ou mais interessados numa síntese explicativa do desenvolvimento histórico do Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII até meados do século XX (Idem, pp. 933-46).

Cabe ainda mencionar a inovadora “análise das fontes primárias”, onde a prof^a. Eulália Lobo discorre sobre o conteúdo do amplíssimo conjunto das fontes primárias pesquisadas e o método utilizado para a obtenção das informações qualitativas e quantitativas que elas possibilitam, o que muito auxilia os futuros pesquisadores (Idem, pp. 949-61).

Realmente, não poderíamos deixar passar esta oportunidade para celebrar o centenário da prof^a. Eulália Lobo e falar, com bastante entusiasmo, de uma de suas obras mais importantes e que muito influenciou a renovação dos estudos históricos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Talvez alguns possam considerar como exageros o que estamos falando sobre a trajetória intelectual da nossa querida amiga e mestra. Entretanto, isso pode se originar do desconhecimento do caráter do seu trabalho e da sua seriedade profissional nas áreas da pesquisa e do ensino universitário.

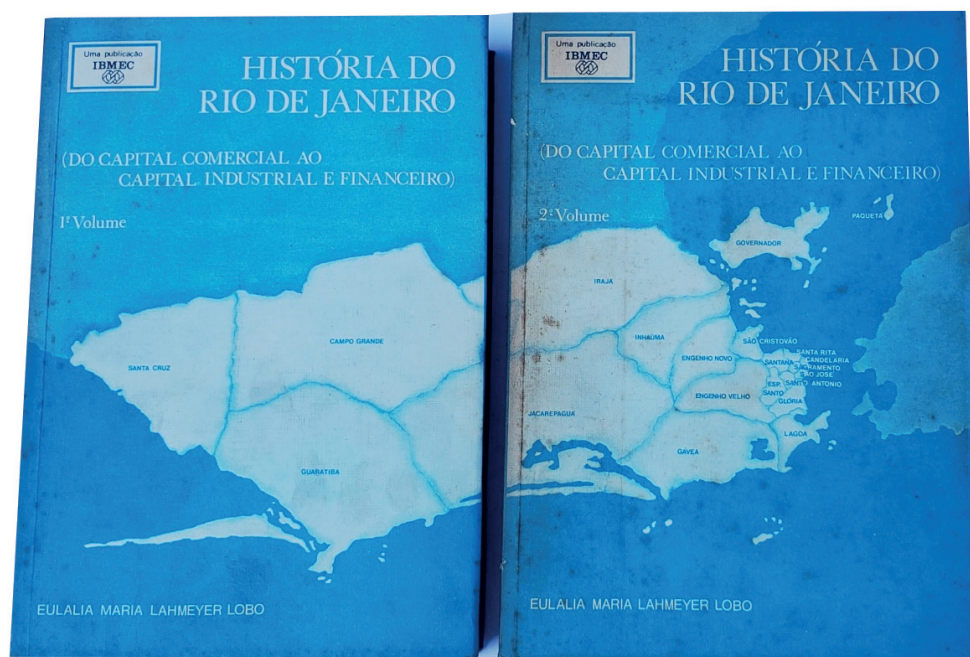


FIGURA 18. DOIS VOLUMES DE HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO DO CAPITAL COMERCIAL AO CAPITAL INDUSTRIAL E FINANCEIRO. RIO DE JANEIRO: IBMEC, 1978, DISPONÍVEL NA INTERNET.

Aqui, escolhemos seu livro *História do Rio de Janeiro* para falar da sua importância enquanto historiadora e na renovação dos estudos históricos, em virtude da relação direta que esta obra tem com os trabalhos de pesquisa que anteriormente desenvolvemos sobre diversos aspectos da História Econômica e Social da cidade. Todavia, temos certeza de que outros colegas historiadores poderão fazer um exercício semelhante ao nosso e escolher outros livros de sua autoria e também focalizar sua importância historiográfica ou seu

caráter renovador nas diversas temáticas por ela trabalhadas (o processo administrativo ibero-americano no período colonial, o movimento operário no Rio de Janeiro, a imigração portuguesa para a cidade, entre tantos outros).

REFERÊNCIAS

- CROCE, Marcos. O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: O balanço de uma conjuntura. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.
- FONSECA, Thiago Vinicius Mantuano. A construção do porto do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Niterói, PPGH-UFF, Tese de Doutorado, Mimeografada, 2022.
- LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Edição Fac-similada. São Paulo, Editora HUCITEC – ABPHE – PPGH-UFF, 2024.
- MORSE, Richard M. Book review – História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. 2 Vols.” In. The Hispanic American Historical Review. Los Angeles, University of California, vol. 59, n. 4, nov.-1979.

**CONJUNTURA
E MOVIMENTO
OPERÁRIO:
ESTUDOS NA
OFICINA DA
HISTORIADORA
(NOTAS DE PESQUISA ACERCA
DAS CONTRIBUIÇÕES DE
EULÁLIA LOBO À HISTÓRIA
SOCIAL DO RIO DE JANEIRO)**

EDUARDO STOTZ

Nos perfis biográficos de Eulália Maria Lahmeyer Lobo destacam-se, entre as pesquisas por ela desenvolvidas nos anos 1970-1980, aquelas relativas à História Econômica e à História Urbana, assim

como alguns estudos sobre o movimento operário. Neste pequeno ensaio, procuramos analisar a contribuição historiográfica de Eulália Lobo a respeito desses estudos, com ênfase no tema da correlação entre conjuntura e movimento operário.

Ao examinar algumas comunicações, artigos e livros, ressaltamos o uso do método quantitativista, a influência da *École des Annales* e do marxismo, por meio de Eric Hobsbawm, e a convergência dessas abordagens no estudo da História Conjuntural. Na medida em que fomos bem sucedidos na tarefa, esperamos auxiliar a nova geração dos historiadores a encontrar pontos de identificação com as preocupações da professora.

Em retrospecto sobre a historiografia do trabalho no Brasil, Ismênia de Lima Martins observa, de acordo com Eric Hobsbawm, o caráter marcadamente político desse tipo de estudos que, ao adentrar no campo acadêmico universitário nos anos da década de 1970, passou a ser assumido como parte da História Social. Porém, ao contrário da Sociologia, impulsionada pelo ressurgimento do movimento sindical operário na cena pública desde o final dos anos 1970, a História do Trabalho tomou seus contornos tardiamente e pouco vinculada ao movimento operário (MARTINS, 1995). Esse contexto releva o ineditismo de Eulália Lobo em seus estudos que remontam, como veremos adiante, ao final dos anos 1960.

UMA BREVE NOTA BIBLIOGRÁFICA

Marieta de Moraes Ferreira afirma que Maria Yedda Linhares e Eulália Maria Lahmeyer Lobo representaram uma nova geração de professores, com graduação e livre-docência nos anos 1940-1950, o que lhes permitiu ocupar as cadeiras do ensino de história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Contavam com novos assistentes, dentre os quais Eugênia Prado, Francisco Falcon, Manoel

Maurício Albuquerque, Hugo Weiss e José Luiz Werneck da Silva (FERREIRA, 2021, pp. 618).

Dentre os formandos, vale destacar Ciro Flamarion Santana Cardoso, graduado em História pela UFRJ em 1965 que ingressou, em seguida, no curso de doutorado em História na Universidade de Paris X, Nanterre (1967-1971).

As injunções da situação política do Brasil sob a ditadura militar obrigaram Eulália Lobo e Maria Yedda Linhares a sair da universidade e do país. Considerados representantes da corrente marxista no meio acadêmico da História no Rio de Janeiro, reencontraram-se na Universidade Federal Fluminense em 1980, ao lado de Ciro Flamarion Cardoso.

O marxismo de Eulália Lobo, ressalva-se, nunca foi es-
trito, quer dizer, militante, mas sim uma abordagem teórica no campo da pesquisa historiográfica. Era, por outro lado, um marxismo em diálogo com a perspectiva interdisciplinar da *École des Annales*. O enfoque marxista da professora-pesquisadora identifica-se com os estudos sobre padrões de vida e lutas operárias realizados por Eric Hobsbawm nos anos 1950-1960. Estava, portanto, também fora do campo do marxismo acadêmico influenciado por uma perspectiva filosófica, no qual Györg Lukács representava uma liderança incontestada. Talvez ela se aproximasse mais de *A situação da classe operária na Inglaterra*, obra de juventude de Engels, este “trabalho inicial da maior importância, inclusive na gênese da temática do ‘marxismo’”, como afirma José Sérgio Leite Lopes (LOPES, 1984).

A influência do marxismo decorreu provavelmente do seu interesse no movimento operário que reaparecia após a violenta repressão que se seguiu ao golpe militar de 1964, nas greves de Contagem e Osasco, em maio, julho e outubro de 1968.

Na apresentação da entrevista concedida por Eulália Lobo, em abril de 1992 a Angela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas, a revista *Estudos Históricos* traça em um parágrafo a trajetória da professora, fazendo a seguinte menção: “A ampliação de seus interesses levou-a nos últimos anos a realizar

estudos sobre industrialização e movimento operário, sobretudo no Rio de Janeiro” (GOMES; VAINFAS, 1992, p. 84).

Quando situamos a trajetória acadêmica de Eulália Lobo na linha temporal do Currículo Lattes, constatamos, porém, o interesse sobre o movimento operário vir de um período bastante anterior.¹

Na “Formação Complementar” para o ano de 1968 constam, no CV Lattes, “História Quantitativa”, tendo o Colégio do Brasil como instituição de vínculo, e um curso de Introdução à Ciência da Computação, na Universidade de Carolina do Sul.

Apesar da breve menção contida na obra *Manoel Maurício, o historiador e o cientista*, da qual foi uma das coordenadoras, Eulália assinala o clima existente no Rio de Janeiro em fins de 1968 e início de 1969:

Imediatamente após a expulsão dos professores do IFCS pelo AI-5 houve várias tentativas de preservar o ensino livre de História tais como a fundação do Colégio do Brasil pela professora Maria Yedda Linhares e a organização de cursos noturnos pelo Professor Manoel Maurício (LOBO *et al*, 1987).²

A propósito, a historiadora Ludmila Gama Pereira transcreve as seguintes informações extraídas do prontuário político de Eulália no DOPS do Rio de Janeiro: “Professora do Colégio Brasil Rua Gago Coutinho/entidade que procura rearticular o ex-ISEB congregando professores de ideais marxistas-leninistas, segundo dados revelados em 22/10/68” (PEREIRA, 2010, p. 118).

1 O Currículo Lattes registrado na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), constitui uma expressão auto-declarada da formação do pesquisador. Utilizamos aqui para a análise da trajetória da professora, sendo a última atualização do currículo datada de 15 de maio de 2003. Sabemos, contudo, que a obra da professora ultrapassa em muito o que consta nas referências curriculares acadêmicas. Infelizmente, o vasto material da documentação pessoal doado pela família ao Arquivo Nacional ainda não passou por tratamento arquivístico capaz de viabilizar uma pesquisa bibliográfica.

2 No Currículo Lattes de Maria Yedda Linhares, consta a informação de que ela esteve à frente do Departamento de História do Colégio Brasil entre 1967 e 1969.

Nos anos subsequentes, no período em que foi professora de História da América Latina na Universidade de Carolina do Sul (1967-1973), os estudos sobre padrão de vida e salários tomaram forma e densidade. No tópico relativo aos eventos do CV Lattes, consta a seguinte informação: *192. Conferencia: History of prices in Rio de Janeiro - 1800-1930 – debate on the method used. 1970 (Oficina).*

De acordo com Dióres Santos Abreu, Eulália participou, ao lado de vários historiadores brasileiros importantes, do Colóquio sobre História Quantitativa do Brasil no período de 1800 a 1930. Organizado pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), sob a coordenação de Frédéric Mauro, aconteceu em Paris no Instituto de Altos Estudos da América Latina, entre 11 e 15 de outubro de 1971. Eulália apresentou o tema “Evolução dos preços e do custo de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930” (ABREU, 1975).

Os estudos sobre preços, padrão de vida e salários no Brasil publicados em 1971 e 1973 constituem, pelo caminho de construção e crítica das fontes primárias adotadas, aquele seguido por Eric Hobsbawm nos debates sobre o padrão de vida da classe operária na Inglaterra relativamente ao início do capitalismo, dando continuidade a uma polêmica desenvolvida desde os anos 1930.³

³ Os estudos de Hobsbawm tornaram-se conhecidos por meio da coletânea *Labouring Men – Studies in the History of Labour*, publicada em 1964 e tradu-

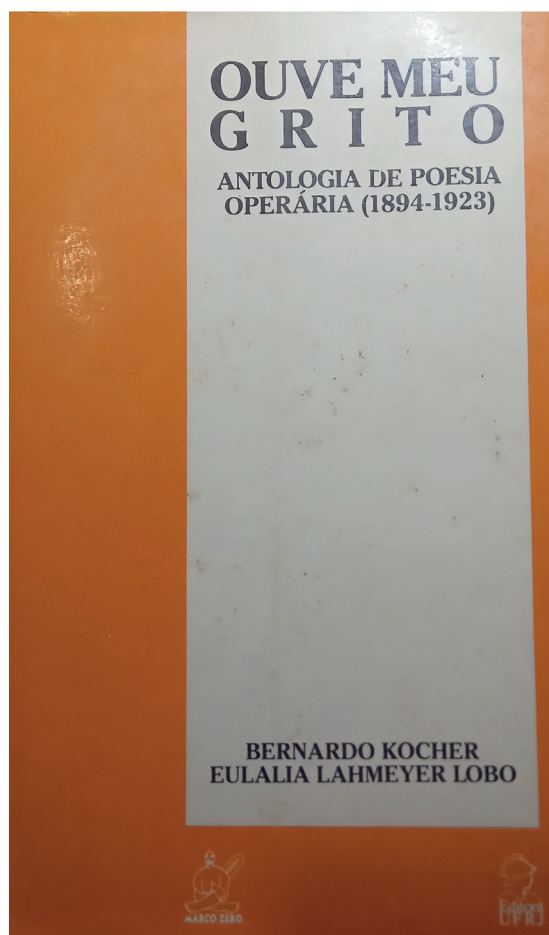


FIGURA 19. CAPA DA OBRA Ouve Meu Grito: Antologia de Poesia Operária (1894-1923), de Bernardo Kocher e Eulália Lobo, Acervo Pessoal, Arquivo Nacional, 1969.

Em relação ao comportamento operário, especialmente das greves, há que se registrar a referência ao que nos parece ser a primeira comunicação sistemática sobre o tema, o trabalho *O problema da deflagração da greve no Rio de Janeiro entre 1889 e 1964*, apresentado pela professora no II Seminário do CEDEC sobre Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, em 1979.⁴

O caráter sistemático dos estudos sobre a relação entre as condições de vida e o movimento operário começa alguns anos depois, no âmbito do projeto “Cidade e campo no complexo regional”, por meio da pesquisa *Condições de vida do operariado e o movimento operário no Rio de Janeiro (1889-1930)*, desenvolvida dentro do programa de mestrado de História da UFF nos anos 1982-1986 com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (2021). Os avanços, expressos na publicação de artigos, dissertações e teses,⁵ permitiram Eulália Lobo tomar a ousadia iniciativa de propor (e ser aceita) a realização de pesquisa nos arquivos do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Ela ofereceu aos dirigentes sindicais e membros do

zida no Brasil como “Os trabalhadores: estudos sobre história do operariado”, em sucessivas edições desde 1980 (referência bibliográfica utilizada). Para uma compreensão do debate, ver a comunicação Historiadores otimistas versus historiadores pessimistas: as condições de vida dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial melhoraram?, apresentada por Glaudionor Gomes Barbosa no VIII Congresso Brasileiro de História Econômica, Campinas, 6 a 8 de setembro de 2009, disponível em: <<https://www.abphe.org.br/arquivos/glaudionor-gomes-barbosa.pdf>>

4 De acordo com o registro do II Seminário, participaram do evento com apresentação de trabalhos, entre 26 e 28 de abril de 1979: LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa; LOBO, Eulália M. L. O problema da deflagração da greve no Rio de Janeiro 1889-1964; SILVA, Moacyr Pinto da. Relações de trabalho na moderna empresa brasileira; VIANNA, Luiz Werneck. Apontamentos sobre a questão operária e sindical; RODRIGUES, Leôncio Martins. As bases sociais do PCB 1930-1964; MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. Aspectos do anarquismo em São Paulo, 1906-1917; MORAES FILHO, Evaristo de. Projeto de lei sindical; CANÊDO, Letícia Bicalho. O Sindicalismo bancário em São paulo, 1945-1978 (resumo de uma pesquisa); LEITE, Márcia de Paula. A greve dos 700.000.; GOMES, Ângela de C. O problema de “liberdade de trabalho” no debate patronal (2); PEREIRA, Vera. O coração da fábrica: estudo de caso entre trabalhadores têxteis; HALL, Michael; ALIER, Verena Martinez. Greves de colonos na Primeira República; MOISES, José Alvaro. O ciclo de greves do final dos anos 70; RODRIGUES, José Albertino. O sindicato pós-64; BODEA, Miguel. O Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul: notas de pesquisa; e FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. Movimentos sociais no campo: o sindicalismo rural.

5 Vale citar, a respeito do tema, a tese de doutorado *Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)*, História UFF, 1989, de Carlos Fico, orientada por Eulália Lobo, com a ressalva do autor não ter sido membro da equipe do projeto.

Grêmio dos Veteranos o retorno de seu trabalho na forma da organização do acervo arquivístico da entidade sindical. Dessa iniciativa nasceu o livro *Rio de Janeiro Operário*.

OS ESTUDOS NA OFICINA DA HISTORIADORA

Ciro Flamarion Santana Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, em obra de sistematização,⁶ [15] situam o motor da evolução da História no contato com as demais ciências humanas, principalmente porque, menos estruturada, apresenta-se mais aberta à mudança que as outras disciplinas científicas.

A nova problemática adotada pela História até aquele momento foi resumida nos termos “quantificação, conjuntura, estrutura, modelo”. Pôs abaixo o “fato singular”, uma vez que o horizonte estava voltado para “captar as pulsações, os ciclos de longa ou curta duração da vida econômica, seus efeitos sociais ou outros”. Com a superação do acontecimento (mas não seu desprezo) e o interesse pelas “flutuações conjunturais de duração variável”, aos historiadores foi possível estabelecer níveis de estudo no plano dos acontecimentos, de curta duração, o da História Conjuntural, “de ritmos mais lentos embora muito variáveis” e o da História Estrutural de maior duração. De modo que, sem deixar de ter em mente a mudança, a ciência histórica soube “fazer-se consciente, também, das persistências, das sobrevivências, das resistências à mudança.”

Os autores ainda observam a existência, no campo de estudos históricos na época da publicação de sua obra (1979), de duas tendências contraditórias: a da totalização e a da atomização, a primeira impulsionada pela *École des Annales*, a última pela tendência a especialização crescente que o refinamento técnico do ponto de vista metodológico

⁶ Ao longo de mais de uma década, Ciro debruçou-se e publicou vários artigos e livros sobre as questões epistemológicas da história enquanto disciplina científica. Em 1998, fez uma espécie de avaliação pública sobre teoria e metodologia da história no artigo Conversações sobre história, publicada na Folha de São Paulo, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs14119815.htm>>.

agudiza. Certamente foi esta última que se impôs no espaço acadêmico e prevalece mundialmente.

As pesquisas de Eulália Lobo analisadas a seguir situam-se na primeira vertente, tendo em vista o desenvolvimento da história social com seu caráter de síntese, como pontuam ainda Cardoso e Brignoli (1983, pp. 51-2).

Contudo, a consciência de se defrontar com um horizonte epistemológico que aparentemente se fechava ao marxismo e tendia a expulsar até mesmo o objeto de estudo, Eulália, num evidente desafio às limitações ideológicas da época, em artigo escrito com Pedro Tórtima, inicia o texto com a invectiva irônica de Boris Fausto: “O tema da classe operária sob a sua forma clássica saiu de moda”. Quer dizer, enquanto estudo dos processos da luta de classes.

Importa fazer aqui referência às análises críticas em circulação no meio acadêmico, a exemplo do artigo *Estruturas versus experiência*, de Emilia Viotti da Costa, datado de 1988, ou da contribuição de José Sérgio Leite Lopes e outros sobre cultura e identidade operária.

Um aspecto central da crítica aos que querem se desvincular das estruturas em nome da experiência social é mencionado por Emilia Viotti na posição de cientistas sociais e historiadores como Erickson, Peppe e Spalding, num evidente eco da posição de Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*: os trabalhadores são autores de sua própria história, mas não segundo condições de sua própria escolha.

A autora, por outro lado, alerta para a suposição de que o conflito entre “estruturalistas” e “culturalistas” expressasse a divisão entre marxistas e não marxistas: “Na realidade, o debate contemporâneo que parece estar dividindo os historiadores procede em grande parte de conflitos dentro das próprias esquerdas.” A nova historiografia do trabalho de Raymond Williams (1977) assumiu aberta e claramente o deslocamento da dimensão “objetiva” (das condições de luta) para a “subjéctiva” que a historiadora critica, mas incorpora os avanços.

Contudo, mesmo sem esta compreensão da problemática da historiografia do trabalho nos termos formulada por Emilia Viotti, os estudos desenvolvidos por Eulália Lobo

revelam a tomada de consciência do desafio. É o que analisaremos a seguir, debruçando-nos nas pesquisas conduzidas na oficina da historiadora.⁷

FORMAÇÃO DO OPERARIADO E MOVIMENTO OPERÁRIO

O artigo *Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894*, a par de questionar a pretensão dos pesquisadores paulistas de generalizar seus resultados de âmbito local para o Brasil, coloca em discussão a tese do atraso operário, da dificuldade de adquirir uma consciência de classe devido a sua proveniência rural. E, com o questionamento, o que foi a sua contrapartida, ou seja, as teses do “capitalismo tardio e da cidade patrimonialista”. Importante transcrever aqui a intenção: “Não se trata de rejeitar as teses tradicionais em bloco, mas de reavaliá-las através do estudo das condições de vida do operariado” (LOBO, STOTZ, 1985, p. 50).

O alentado estudo é dividido em dois períodos: de 1870 a 1888, no qual é marcante a influência da Guerra do Paraguai e a “questão escravista”, e de 1889 a 1893-94, ressaltando-se a crise do café e a primeira crise financeira do nascente capitalismo, conhecida por Encilhamento.

A análise desses períodos é precedida por uma reflexão historiográfica. Esta toma a forma de uma síntese da periodização das lutas operárias baseada em Hobsbawm no capítulo “Flutuações econômicas e alguns movimentos sociais desde 1800”, da coletânea *Os trabalhadores* (1981). Mas a análise teria de considerar, no caso do Brasil, para o período global em

⁷ Os estudos foram realizados em grande parte na oficina de Eulália, situado na cobertura do prédio onde residia, na Rua Senador Simonsen: escritório com biblioteca, sala de documentação e quarto de dormir, muitas vezes ocupado por visitantes e netos. Orientado por ela no mestrado em História da Universidade Federal Fluminense (1982-1986), fui convidado a fazer parte do grupo de pesquisa “Cidade e campo no complexo regional”, na linha da urbanização e movimento operário e participei, por extensão, da oficina, ao realizar levantamentos de informações em fontes primárias, principalmente de jornais, na Biblioteca Nacional. Nessa condição, participei na co-autoria da maior parte dos artigos aqui citados, cuja elaboração transcorria sempre em ambiente aprazível.

exame, a transição do escravismo para o trabalho assalariado e o predomínio da agricultura de exportação sobre a nascente indústria, mais significativa no setor de bens de produção leves.

Cada período é estudado do ponto de vista das formas de exploração da força de trabalho,⁸ das condições de vida do operariado e dos artesãos (processos de trabalho, formas de remuneração e jornada de trabalho, saúde e alimentação, educação) e da organização dos trabalhadores. No período de 1889 a 1894, acrescentam-se os aspectos da habitação operária e lazer e vida cultural. No tema da organização, há um destaque para a imprensa operária.

Os resultados da pesquisa com uso de fontes primárias são entendidos como preliminares de uma pesquisa em implementação: deterioração nas condições de vida dos trabalhadores e movimento dos mesmos, especialmente nos anos 1876-1877 e 1890-1892, com um dinamismo superior ao suposto, inclusive sob o escravismo. Contudo, dada a heterogeneidade da composição social, com o proletariado urbano dividido em vários segmentos e culturas distintas, ao lado do caráter dominante da escravidão e seus desdobramentos subsequentes após o decreto imperial de 1888, o movimento dos trabalhadores foi obstaculizado.

FLUTUAÇÕES CÍCLICAS DA ECONOMIA E MOVIMENTOS OPERÁRIOS

Diante desse último estudo, o trabalho seguinte, *Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimentos operários – 1880 a 1930*, mostra-se esquemático, com discussão sucinta, embora bastante pertinente. Constitui o que se poderia denominar de esboço para um projeto de pesquisa. Foi o resultado da demanda para a publicação de artigos inéditos no número inicial da Revista do Rio de Janeiro.⁹ Artigo de apenas 10 pá-

8 O termo "exploração" não é utilizado no texto e sim da minha exclusiva autoria.

9 A Revista do Rio de Janeiro tinha caráter multi-institucional e pluridisciplinar, estando vinculada ao mestrado de História sob a coordenação de Ismênia

ginas textuais frente a 15 de tabelas, uma parte extraída do livro *História do Rio de Janeiro*. O levantamento de greves do ponto de vista numérico (1890-1930) e dos motivos (1904, 1912 e 1918) e da imprensa operária foram resultados incorporados da pesquisa *Cidade e campo no complexo regional*.

As considerações acerca do movimento operário no período examinado, apesar de pouco desenvolvidas, identificam os momentos mais significativos e uma tendência à mudança qualitativa na década de 1920.

As manifestações grevistas de 1803, 1912 e 1918 ressaltaram a capacidade dos operários defenderem seus interesses específicos desde os primórdios da industrialização (redução da jornada e aumento real dos salários). O movimento é caracterizado por um “contínuo processo de organização e reorganização dos sindicatos, cuja trajetória acompanha a flutuação das greves” (LOBO; STOTZ, p. 66), traduzida na influência dominante da liderança anarquista.

Uma observação importante consiste em assinalar que nessa fase as greves ocorrem por ramos industriais e tendem a convergir em movimentos gerais, enquanto na fase seguinte, a partir de 1920, a diminuição do número de greves se faz acompanhar pela fragmentação em movimentos localizados por empresas. O aumento dos salários e as primeiras iniciativas de intervenção estatal sobre as relações entre capital e trabalho, em decorrência do Brasil passar a ser signatário do Tratado de Versalhes de 1919, são apontadas como razões para o recesso das lutas. Chama-se atenção para o fato de que em 1925, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos se apresente como reclamante em processo exigindo a aplicação da Lei de Férias aos operários da Fábrica de Tecidos Botafogo. Essa iniciativa corresponde, provavelmente, ao fato de que o governo de Arthur Bernardes (1922-1926) a par da violenta repressão político-policial, esboça a implementação de uma legislação social-trabalhista com a criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1925.

de Lima Martins. Contou com o apoio financeiro da IBM nos seus primeiros quatro números e foi publicada pela EDUFF.

Característica importante, como demonstrada no estudo de Maria Cecília Baeta Neves sobre os sapateiros, constitui a exigência aos patrões de admitirem apenas empregados com cadernetas do sindicato. Ou seja, o uso do recurso ao *closed shop*. Essa tendência *trade-unionista* que remonta na Inglaterra ao século XIX, tendo sido inclusive anotada por Karl Marx em *O Capital*, poderia ser uma fecunda hipótese de trabalho para compreender a passagem do sindicato livre ao sindical atrelado ao Estado instituído a partir da revolução de 1930, como tentamos realizar em nossa pesquisa de mestrado (STOTZ, 1986). Para entender as características do movimento operário até a sindicalização oficial de 1931 sob o Governo provisório de Getúlio Vargas, vale a leitura do testemunho de João Lopes de Souza, um importante “quadro sindical” dos metalúrgicos da época (GOMES; FLAKSMAN; STOTZ, 1988).

Quanto a relação entre movimento operário e flutuações cíclicas da economia capitalista, observa-se que no período até a I Guerra Mundial, as mobilizações coincidem com as baixas do ciclo; a partir da recuperação de 1915 tornam-se mais ativas na fase ascendente (1917-20 e 1927). Uma parte da explicação é atribuída ao novo impulso industrial do pós-guerra, mas ressalva-se que a correlação “constitui uma das variáveis para a compreensão do comportamento social desta classe”, tendo consciência de que o movimento se desenvolve “dentro de uma sociedade organizada, com suas instituições, leis e sistemas de arbitragem específicos.” Aponta, em decorrência, a necessidade de “realizar estudos monográficos sobre determinadas categorias de trabalhadores e ramos industriais, mas este objetivo escapa ao nosso trabalho.” (LOBO; STOTZ, 1985, p. 69)

A oportunidade surgiu alguns anos depois, quando a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro passou às mãos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), numa coalizão política de esquerda que abriu o acesso ao seu arquivo histórico, sob a guarda do Grêmio dos Veteranos Metalúrgicos.

RIO DE JANEIRO OPERÁRIO

Na apresentação do livro *Rio de Janeiro Operário* (1992), resultante daquela pesquisa, Eulália Lobo situa a necessidade de formular novas hipóteses para colocar em questão o papel da classe operária em decorrência da historiografia do trabalho sob o prisma das posições de esquerda:

Nossa pesquisa visa rever algumas interpretações sobre a situação do operariado no Rio de Janeiro, a partir da formulação de novas hipóteses, questionando o papel dessa classe, sobretudo duas posições frequentemente adotadas a priori: a do destino revolucionário do operariado e a de sua fraqueza e limitada consciência de classe (LOBO, 1992, p.1).¹⁰

A seguir, o texto justifica a escolha do objeto de estudo, sobretudo o foco no caso dos metalúrgicos, considerando-os representativos do universo operário no período entre 1930 e 1970.

Outro aspecto a chamar a atenção é a importância dada no texto a apresentação e debate em torno das teses da correlação positiva entre movimento operário e conjuntura econômica. Uma das teses, sustentada por Kondratieff em 1925, sugeriria a ocorrência de movimentos sociais na fase ascensional do ciclo de longa duração. Eulália Lobo comenta que Dunlop, Hobsbawm e Imbert colocariam em questão a tese pela dificuldade de levantar dados empíricos que a comprovassem ou invalidassem. Há também o problema do

10 A advertência dirigia-se, em nosso entendimento, aos estudantes universitários e professores do sindicato dos professores ou identificados com a CUT e o PT, influenciados pelo clima político nessa época. Merece destaque o fato de que a campanha eleitoral de Lula em 1989 levantou, pela primeira vez, a bandeira do socialismo na Frente Brasil Popular (PT, PSB e PCdoB). Apesar de vaga, genérica, a palavra de ordem esteve presente na campanha, sem ter sido propagandeada com muita convicção. Tanto é que foi abandonada tão rapidamente como levantada. Constituiu um breve ônus político para Lula, o preço que teve de pagar à radicalização operária e popular que tomou conta do país desde a greve geral de 1987 e a tragédia da invasão da Companhia Siderúrgica Nacional, então ocupada pelos grevistas, por forças do Exército, com disparos contra os operários, acarretando as mortes de Carlos Augusto Barroso (19 anos), Valmir Freitas Monteiro (27 anos) e William Fernandes Leite, (22 anos).

economicismo da ótica daquele autor e o abandono da luta de classes.¹¹ A menção a Trotsky merece um comentário: se é verdade que ele salientou o vínculo entre greves e ciclo conjuntural, advertindo contra a interpretação mecanicista dessa interrelação em 1930,¹² tinha uma visão contrária e se opôs a Kondratieff que, por sinal, assumira um papel no planejamento econômico da União Soviética na fase da Nova Política Econômica (NEP).¹³

Uma ampla e detalhada exposição dos trabalhos do II Fórum Internacional de história do movimento operário (Paris, 1985) constitui outra contribuição do texto.

A periodização adotada em *Rio de Janeiro Operário* foi baseada em critérios políticos, justificada pelas relações entre o operariado e o Estado. Ressalva-se que, em cada período, procura-se caracterizar “as flutuações cíclicas menores e a conjuntura econômica como um todo, que repercutem diretamente nas condições de vida e indiretamente no movimento operário. [...] A opção pelo ciclo menor deriva da pequena extensão no tempo da história operária e do capitalismo no Brasil” (Idem, p.12).

Na avaliação posterior de *O movimento operário do Rio de Janeiro* (1994), a hipótese da relação entre ciclo econômico e movimento operário é assim apresentada, de modo resolutivo:

Quanto à questão controvertida da correlação entre conjuntura econômica de curta duração e movimento operário, averigua-se que este se intensifica na fase de recuperação do ciclo, assumin-

11 Como afirma o autor: “...o motor da história passa a ser – declaradamente ou não – as forças produtivas, o “ciclo” ou qualquer categoria semelhante e perdem sua precedência as relações de produção, a luta de classes. O sujeito político encontra-se, neste caso, subordinado ou subalterno” (p. 23).

12 TROTSKY, Leon. The “Third Period of the Comintern’s Errors, escrito em 1929, foi publicado em 1930 pela revista *The Militant* em 1930. A citação em *Rio de Janeiro Operário* é de uma publicação de livro realizada em New York em 1930. Mas para ter acesso ao texto, ver *The Third Period of the Comintern’s Mistakes*, disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1929/12/mistakes.htm>>.

13 Ver, a respeito, o capítulo dedicado a Kondratieff por Antonio Gonçalves Rocha Junior na obra *Intelectuais dissidentes na revolução russa (1917-1938)*. Organização: João Alberto da Costa Pinto. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018. Ebook.

do caráter ofensivo, e declina na fase de depressão, revestindo-se de uma estratégia defensiva. O único período das décadas de 1910 à de 1970 em que essa correlação não se verifica é no final do Governo Goulart, quando fatores políticos estimularam o movimento operário em fase de depressão (LOBO; TORTIMA, 1994, p.8).

Contudo, vale argumentar hoje, a importância conferida aos fatores políticos daquele momento não podem obscurecer o problema da aceleração inflacionária decorrente do esgotamento dos investimentos sustentados à base da inflação pelo governo Kubistchek. Por outro lado, se o movimento sindical levantou na época o problema da perda do poder aquisitivo dos salários e propôs o salário móvel como resposta, estava a manifestar-se no contexto da crise econômica desencadeada em 1962, a primeira crise cíclica do capitalismo no Brasil, que não se resolveu politicamente senão após o golpe militar desfechado em 1964.

Há muito mais a ser dito aqui a respeito de *Rio de Janeiro Operário*, impossível nos limites deste capítulo. Porém, se faz indispensável registrar: cada capítulo constitui a história social de um momento entre 1930 e 1970, da situação de conjunto da luta social, da luta de classes necessariamente vinculada ao Estado, sob determinado governo.¹⁴ As condições dessa luta, relacionadas ao estágio do ciclo econômico, estão contidas nesses momentos, definem a sua estrutura enquanto limites e possibilidades.

CARTA DE ENGELS A MARX SOBRE A CRISE DE 1857: UM ADENDO INTERMEDIÁRIO

¹⁴ Eulália Lobo: Introdução geral; A situação do operariado no Rio de Janeiro em 1930; O Estado centralizado, a crise econômica e o operariado (1930-1936); Antonio de Oliveira e Eulália Lobo: O Estado Novo e o sindicato corporativista (1937-1945); Bernardo Kocher: A tentativa de democratização e a construção do corporativismo societário (1945-1950); Eduardo Stotz: Nacionalismo, intervencionismo estatal e expansão do movimento operário (1950-1955); Pedro Tórtima: A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista (1956-1960); Luiza Mara Braga Martins: O populismo, a crise do modelo exportador da economia

A origem da tese da correlação entre ciclo econômico e greves encontra-se nas reflexões e, pode-se dizer, no aprendizado teórico e político de Marx e de Engels a partir das revoluções europeias de 1848 e do desenvolvimento do capitalismo no mundo por eles observado.

Uma formulação sintética da tese encontra-se na correspondência mantida entre eles. A carta de Engels a Marx, escrita em 15 de novembro de 1857, cujos trechos mais significativos reproduzimos a seguir, apresenta informações e impressões sobre o desenvolvimento da crise de 1857 que teve início com um pânico financeiro nos Estados Unidos da América, dois meses antes.¹⁵ Em decorrência da interdependência, a crise financeira tornar-se-ia a primeira crise econômica mundial. O caráter crônico da crise, isto é, de uma fase de depressão, foi percebido por Engels. Sua expectativa de que sacudisse as massas operárias da letargia decorrente da fase de crescimento anterior não se concretizou. Esta crise fez com que Marx revisse a sua exposição dos resultados da pesquisa em economia política. O trabalho realizado entre fins de 1867 e maio de 1858 deu luz, para fins de auto-esclarecimento, dos Manuscritos Econômicos de 1857-1861 (primeira versão de O Capital).

A carta é uma contribuição para o entendimento da correlação entre ciclo econômico e luta de classes. Destacamos os seguintes trechos:

Até agora, nenhuma crise se instalou tão rapidamente e de uma só vez, e esta, que se segue a 10 anos de prosperidade vertiginosa, é a menos adequada para isso. Também não há novas Austrália e Califórnia para salvar, e a China está na lama há 20 anos. A severidade deste primeiro golpe mostra, no entanto, a dimensão colossal da questão. Após a enorme produção de ouro e a correspondente

e a liberdade sindical (1960-1964); Eulália Lobo, Fátima Sebastiana Gomes Lisboa e Mariza Simões: O regime militar e a reorganização sindical (1965-1970).
15 A carta consta de Coleção Marx-Engels Werke, Band 29, pp. 208-12, com a tradução de Sérgio Paiva.

expansão colossal da indústria, isto não é possível de outra maneira.

Seria desejável que essa “melhoria” da crise crônica ocorresse antes que um segundo e decisivo golpe de grande envergadura fosse desferido. A pressão crônica é necessária durante algum tempo para aquecer as populações. O proletariado ataca então melhor, com melhor *connaissance de cause*, e mais uníssonos; assim como uma carga de cavalaria torna-se muito melhor quando os cavalos precisam trotar 500 passos para chegar à distância de carreira do inimigo. Não quero que nada aconteça cedo demais: antes que toda a Europa esteja completamente tomada, a batalha seria mais difícil, mais aborrecida e cheia de idas e vindas. Maio ou junho seria cedo demais. As massas devem ter-se tornado muito letárgicas devido à longa prosperidade. Mas os nossos amigos Kinkel & Co. vão agora apresentar letras de câmbio por uma revolução na nossa casa, isso é de se esperar; *never mind*, vamos pagá-las aos cavalheiros em breve.

PÔE O RETRO DO VELHO, TIRA O RETRATO DO VELHO

O trabalho *Põe o retrato do velho, tira o retrato do velho* (LOBO; STOTZ, 2004),¹⁶ analisado a seguir, representa a implicação da historiadora no tempo presente, a incursão na chamada história do tempo presente. Esta consciência, que traz de volta as influências da formação como historiadora, assim se expressa no texto:

De Marc Bloch a André Burguière, tornou-se um “senso comum” entre os pesquisadores da École des Annales considerar que o ponto de partida e o objetivo dos historiadores é sempre avaliar sua

¹⁶ O título do artigo é uma inversão dos versos de Retrato do velho, marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto que alude à determinação de Getúlio Vargas

própria sociedade. Assim, um confronto entre o passado e o presente está pressuposto como leitmotiv de seus estudos. No presente trabalho pretendemos explorar essa idéia considerando que uma determinada forma de relação entre mercado e Estado, caracterizada pelo “modelo varguista de desenvolvimento”, é percebida por diferentes atores como historicamente esgotada em sua capacidade de propiciar crescimento e estabilidade (Idem, p. 114).

O artigo corresponde, de fato, à compreensão do movimento operário em determinada conjuntura, entendida como um processo de totalização, como correlação de forças entre as classes, deixando de lado o foco na correlação entre ciclo econômico e luta.

A conjuntura da época ficou bem demarcada pela greve dos petroleiros, a qual pôs em relevo, poderíamos dizer hoje, o começo do fim do varguismo. Esta longa paralisação¹⁷ enfrentou inicialmente o limite para as pretensões de aumento salarial, começando pela proibição governamental do reajuste com base na inflação passada. O impedimento de recompor as perdas do poder aquisitivo dos salários para eliminar a memória inflacionária constituiu uma justificativa técnica em defesa do Plano Real, ou seja, de que estabilização econômica requer o sacrifício dos interesses dos trabalhadores. E ainda mais, devemos acrescentar hoje, o aumento da exploração absoluta da força de trabalho no conjunto da economia do país, na medida em que os preços de todas as mercadorias e bens foram fixados no topo da desindexação monetária enquanto os salários ficaram congelados.

Mas a importância estratégica do setor petrolífero na economia, inclusive do ponto de vista de “segurança nacional”, conduziu à intervenção estatal para acabar com a paralisação. A repressão do Estado, com uso de tropas militares

de que as repartições públicas tivessem o retrato do presidente da República afixado na parede.

17 A greve se desdobrou em várias paralisações no período de setembro de 1994 à junho de 1995.

e ações da justiça, deixa entrever simbolicamente a brutalidade da vitória do capital sobre o trabalho nos marcos do neoliberalismo em evolução, assim como os limites da democracia realmente existente, isto é, burguesa. A derrota dos petroleiros que protagonizaram a resistência ao Plano Real, expressa no Brasil o que sofreram os aeroviários, nos EUA, por Reagan em 1981 e os mineiros de carvão na Inglaterra, por Margareth Thatcher, em 1985.

O bloqueio ao reajuste salarial baseado na inflação passada teria de ceder lugar a outro mecanismo. Este veio com a participação nos lucros e resultados (PLR) que tornava possível a “livre negociação” entre capital e trabalho.



FIGURA 20. PALESTRA DE EULÁLIA NA FAVELA DA MARÉ, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 2000.

No tópico “custo Brasil” e a flexibilização das leis trabalhistas, chama-se atenção para a importância da participação nos lucros e resultados, uma vez que permitiria aos empresários pagar melhor remuneração sem o custo dos encargos trabalhistas. Uma garantia da competitividade dos produtos brasileiros no mercado mundial, devida à “vantagem comparativa” dos salários baixos, ressaltada por Fernando Hen-

rique Cardoso no último dia de sua viagem à Índia, quando defendeu a “flexibilização das leis trabalhistas”.

No texto, observa-se que os sindicatos questionaram a constitucionalidade da Medida provisória da PLR sob o argumento de que a “aferição da produtividade por empresas contradizia a Constituição que previa a organização sindical por categoria.” (LOBO; STOTZ, 2004, p. 129) Os empresários a entenderam da forma correta: como participação nos resultados que cada empresa identificaria para fins de negociação.

A Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores aderiram à nova configuração em que os trabalhadores passaram a negociar com os patrões a partir de 1995.¹⁸ Esse foi o caminho para a generalização de um sindicalismo por empresa *sui generis*: os trabalhadores negociavam separadamente, mas representados por um sindicato organizado por categoria profissional.

Como observamos mais tarde:

O chamado “sindicalismo de resultados” ou da vigência do “sindicato-cidadão” afirmado pela Força Sindical no momento de sua fundação, em 1991, tornou-se hegemônico no movimento sindical, tendo influenciado o setor mais organizado do sindicalismo brasileiro que, estruturado na Central Única dos Trabalhadores (CUT), passa a defender o “sindicalismo propositivo”. A prioridade concedida à negociação coletiva, em clara prevalência sobre a lei, contribui para a fragmentação social dos trabalhadores. A conquista dos direitos sociais e, pois, o embate de classe, remetido ao Estado, insinuada pela CUT, desaparece do cenário sindical nessa virada (STOTZ, 2019).

18 Ver, a respeito da Força Sindical, o artigo A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: luta reivindicativa e conservadorismo político, de Patrícia Vieira Trópia. Revista ABET, vol. 8, n. 2, 2009, especialmente p. 123, tabela VIII; da CUT, o artigo Um laboratório das relações de trabalho o ABC paulista nos anos 90, de Iram Jácome Rodrigues. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): pp. 137-57, maio de 2002.

A previsão do fim da Era Vargas confirmou-se com a chamada reforma trabalhista de Michel Temer (Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017), que desconfigurou a consolidação das leis do trabalho. O fim da contribuição sindical (o antigo imposto sindical) parecia a última amarra a prender os sindicatos ao Estado. Contudo, os sindicatos aferram-se ao atrelamento estatal na defesa do monopólio da representação na base territorial de cada sindicato, garantida pelo Estado. Não se trata de uma concessão, mas apenas a contra-face da restrição imposta às atividades sindicais, limitadas às negociações por categorias, ao processo que instaura dissídio e ao julgamento pelos Tribunais Regionais do Trabalho sobre a legalidade das greves.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Assim como o trabalho não perdeu a centralidade na sociedade burguesa estruturada no capitalismo – embora sua forma de manifestação tenha se alterado ao longo do tempo –, tampouco eclipsou-se a historiografia vinculada à análise da natureza dinâmica e evolução das lutas entre trabalho e capital, dentre as quais se insere uma parte da obra de Eulália Lobo.

Acreditamos que a nova geração de historiadores localizada institucionalmente fora do eixo científico-acadêmico hegemônico no país tem encontrado, nos escritos de Eulália Lobo, pontos de identificação para persistir na história do trabalho/trabalhadores.

A propósito, vale mencionar os trabalhos de Nauber Gavski da Silva, Professor de História no Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Garopaba (IFSC). Desde seu mestrado e doutorado em História, titulações obtidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2010 e 2014, respectivamente, o historiador pesquisa, divulga e publica estudos na mesma linha de estudo da professora. Por outro lado, o professor participa da Associação Nacional de História do Trabalho (ANaHT) e o GT Mundos do Traba-

lho da Associação Nacional de História (ANPUH), que realizam neste ano o VIII Seminário Internacional Mundos do Trabalho e a XII Jornada Nacional de História do Trabalho.

Que mensagem de Eulália Lobo poderia ser usada para dirigir-se a essa nova geração de estudiosos dos trabalhadores e de seus movimentos? Penso que ela gostaria da referência ao discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proferido em 2 de dezembro de 1998, por situar as contradições e os desafios com os quais se defronta o (a) historiador(a), na perspectiva de uma história sempre inconclusa.

Após os agradecimentos ao presidente do IHGB pelo convite para ser sócia da instituição e a indicação do tema escolhido na palestra de posse, as Migrações portuguesas para o Brasil de fins do século XIX até a década de 1930, Eulália Lobo faz um “pausa” no discurso para situar a ciência da história no contexto epistemológico e ideológico:

Como estamos vivendo um momento de questionamento da história, antes propriamente de abordar o tema escolhido, sinto a necessidade de definir minha posição acerca de algumas questões. Ciro Flamarion Cardoso¹ colocou muito claramente a existência de dois paradigmas fundamentais, um que chamou de “iluminista” e outro de “Nova História” ou “pós-moderno”. Se o primeiro é partidário de uma história científica e racional e, portanto, está convencido da existência de uma realidade social global a ser historicamente explicada, o segundo é cético em relação às explicações globalizantes e tende a enfatizar, em maior ou menor grau, as representações construídas historicamente. No primeiro caso, prevaleceria a clara distinção entre sujeito e objeto da investigação, a explicação da sociedade a partir de modelos hipotético-dedutivos e uma visão holística e dinâmica

1 CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (coord.) Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997, pp. 1-26. A nota consta do original.

na análise do objeto. No segundo caso, observa-se uma menor distinção entre sujeito e objeto, sendo o investigador-pesquisador parte integrante do que estuda; a interpretação faz-se através de microcortes. Não existe um antagonismo absoluto e excludente entre ambos. Ciro Flamarion Cardoso menciona a ampliação dos objetos e estratégias de pesquisa, e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica. Segundo ele, “As ciências sociais, entre elas a história, não estão condenadas a escolher entre teorias deterministas da estrutura e e teorias voluntaristas da consciência...”² No momento, a humanidade enfrenta a necessidade de construir um novo paradigma.

Na sequencia desse parágrafo, extrai suas conclusões para o tema em pauta na conferência e define a sua posição:

A pesquisa das migrações pretende ter um sentido interpretativo holístico, englobando o subjetivo. Neste trabalho, as relações entre portugueses e brasileiros, bem como as relações entre cultura da elite e cultura popular, são interpretadas a partir do conceito de circularidade cultural, levando-se em conta as dificuldades de análise desta última apontadas por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes, o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*.³

2 Idem, p. 23. A nota consta do original.

3 LOBO, Eulália. Conferência de posse no IHGB em 2.12.1998. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 161 (406), pp. 109-118. A citação consta na página 111.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Dióres Santos. Resenha de “L’Histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930”. *Revista de História*, vol. 51, n. 102, 1975. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133091/129163>>.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp. 24-7, 49-50.
- COSTA, Emilia Viotti. Experiência versus estruturas – novas tendências na história do trabalho na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, número especial, 2001, pp.17-51.
- DANTAS, Gilson. O imperialismo e as teorias dos ‘ciclos longos’; um diálogo improvável. *História & Luta de Classes*, n. 6, 2008.
- FAUSTO, Boris. Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão. *Novos Estudos CEBRAP*
- FERREIRA, Marieta de Moares. O ensino de história na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 2, abr-jun, pp. 611-36, 2012.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *FHC discute as consequências da globalização*. Caderno 1, 28 de janeiro de 1996, p.8.
- GOMES, Angela de Castro; VAINFAS, Ronaldo. Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Revista Estudos Históricos*, vol. 5, n. 9, 1992, p. 84.
- GOMES, Angela de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo. *Velhos Militantes*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 1988.
- HONORATO, Cézar; LAGE, Lana. Eulália Lahmeyer Lobo (Entrevista). *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio/ago. 2003.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado a conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Editora Access, 1992.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. (orgs.). *Manoel Maurício de Albuquerque. Mestre-escola bem-amado, historiador maldito. Obra póstuma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1987.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 25, n. 4, out./dez. 1971.
- LOBO, Eulália et al. Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo de alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 27, n. 4, out./dez 1973.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; MARTINS, Ismênia de Lima. *Eulália Maria Lahmeyer Lobo – Trajetória*. Publicação do 1.º Congresso Fluminense de História Econômica. Niterói, 1992.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro

- ro, 1870-1894. *Estudos Econômicos*, vol. 15, número especial, 1985, pp. 49-88.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; TÓRTIMA, Pedro. O movimento operário do Rio de Janeiro. *Arquivo & História - Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói, n. 1, 1994, pp. 41-54.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; STOTZ, Eduardo Navarro. Põe o retrato do velho, tira o retrato do velho: o movimento sindical e o fim da Era Vargas: uma avaliação. *Maracanan*, vol. 2, n. 1, 2004, pp 114-52. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/70512/43600>>.
- LOPES, José Sérgio Leite. Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária. In: DA SILVA, Luiz Antonio Machado. *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- LOPES, José Sérgio Leite (coord.) et al. *Cultura e identidade operária; aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero/ Programa editorial SR-2 - UFRJ, 1987.
- MARTINS, Ismênia de Lima. *Conferência em homenagem a Eulália Lobo*, pronunciada em 15 de abril de 2004 por ocasião do lançamento da revista Rio de Janeiro, dedicada ao centenário da Reforma Pereira Passos (1903-2003).
- MARTINS, Ismênia de Lima. *Anotações sobre a História do trabalho no Brasil*. *Revista Brasileira de História*, vol. 15, n. 30, 1995.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I. 2.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 715-6.
- PEREIRA, Ludmila Gama. *O historiador e o agente da história*. UFE, 2010, p. 118.
- SILVA, Nauber Gavski da. O que é padrão de vida: definição de um objeto para a historiografia do trabalho. *Revista Latino-Americana de História*, vol. 1, n. 3, 2012. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/108/86>.
- STOTZ, Eduardo Navarro. *Eulália Lobo (1924-2011): uma vida nos combates pela História*. Rio de Janeiro, Centro de estudos Victor Meyer, 2011.
- STOTZ, Eduardo Navarro. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicato corporativista: 1932-1945*. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1986.
- STOTZ, Eduardo Navarro. *O sindicalismo burguês no Brasil*. Centro de Estudos Victor Meyer, 2019. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/o-sindicalismo-burgues-no-brasil/>>.
- Trajetória acadêmica, tempo presente e história oral: conversas com a historiadora Ismênia de Lima Martins. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 74, pp. 595-611, set./dez. 2021.

OS COMBATES PELA HISTÓRIA DE EULÁLIA LOBO

JOÃO ANTONIO DE PAULA⁴

Luiz Fernando Saraiva honrou-me com o convite para participar deste livro em homenagem à grande historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, por ocasião de seu centenário que se comemora em 2024. Há vários motivos para sentir-me privilegiado, a começar pelo fato de que conheci pessoalmente a homenageada por ocasião de um concurso para preencher vagas de professor de História promovido pela Universidade Federal de Ouro Preto, em Mariana, na década de 1980. Foram vários dias de trabalho intenso, eram muitos candidatos, mas que não pesaram muito – entre outros motivos, além da simpatia da cidade e dos colegas envolvidos – pela presença de Eulália, que trouxe para o ambiente da banca examinadora sua vivacidade, seu bom humor, seus vastos conhecimentos e sua poderosa integridade ética, que deu à banca a segurança da perfeita lisura do processo.

Aqueles longínquos dias, que já estão na casa dos 40 anos, o ambiente de camaradagem e cooperação que se es-

⁴ Professor do Cedeplar/FACE/UFMG.

tabeleceu, continuam vivos na memória como experiência, para mim, invulgar entre as inúmeras que a vida acadêmica proporciona. Infelizmente, não mais pude rever Eulália, nem registrar minha admiração pelo seu trabalho e por sua atuação como historiadora de primeira linha, como intelectual e como combatente pela história e pela plena emancipação humana e social.

Luiz Fernando Saraiva pediu-me que escrevesse sobre o decisivo papel de Eulália na criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, ABPHE. Contudo, esse tema já está superiormente tratado por Maria Alice Rosa Ribeiro em capítulo do livro *Rumos da História Econômica no Brasil, 25 Anos da ABPHE* (RIBEIRO, 2017). Esboços biográficos de Eulália também já existem, seja no capítulo de Maria Alice, seja no depoimento da professora Ismênia Martins, publicado pelos organizadores do 1.º Congresso Fluminense de História Econômica, organizado pela Universidade Federal Fluminense em 2011 (MARTINS, 2011).

Ocorreu-me, ao pensar no que escrever sobre Eulália, lembrar sua figura, de firme e calorosa combatente, e por imediata associação de ideias veio-me o livro de Lucien Febvre, *Combats pour l'Histoire*, de 1953, em que o grande historiador reuniu artigos escritos em várias épocas de sua intensa atividade historiográfica, que têm algo de balanço de uma vida dedicada ao estudo da história, uma vida dedicada a lutar o bom combate por uma história aberta, plural, sem preconceitos, sem medo de ousar, o que significa tanto afirmar certos valores, valorizar certas conquistas, como contestar, contraditar, militar, enfim – “o título que escolhi lembrará o que sempre houve de militante na minha vida. Os meus combates. Certamente que não: nunca me bati nem por mim nem contra este ou aquele, como pessoa. Combates pela História, sim. Foi bem por ela que lutei toda a minha vida.” (FEBVRE, 1977, p. 7, ol. 1.º).

Eulália Lobo certamente combateu pela História, mas as circunstâncias da vida de seu país levaram-na a combater, também, um regime ditatorial e seus servidores, fossem eles fardados, fossem eles profissionais da intolerância e do obscu-

rantismo nas universidades brasileiras. Por esses combates foi presa e aposentada discricionariamente em 1969, como vários professores de sua e de outras universidades.

O livro de Lucien Febvre está estruturado em quatro partes: uma primeira, que é de afirmação de sua visão da história e do tipo de historiografia que importava fazer; uma segunda parte explicita tanto as afinidades eletivas do historiador quanto as manifestações historiográficas que devem ser contraditadas; a terceira parte é um convite à interdisciplinaridade dirigida à linguística e à psicologia; a quarta parte, esperançosa e vibrante, é a renovação de uma aposta, iniciada em 1929 com a criação dos *Annales*, e que se relançava naquele momento, 1949, com a publicação do livro póstumo de Marc Bloch – *Apologia da História: ou o Ofício do Historiador*, e do livro de Fernand Braudel sobre *O Mediterrâneo e Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*; livros que confirmaram e enriqueceram a extraordinária potência do projeto dos *Annales*, isto é, da “história totalizante”, da história em interação com as Ciências Sociais, da história aberta e não conformista.

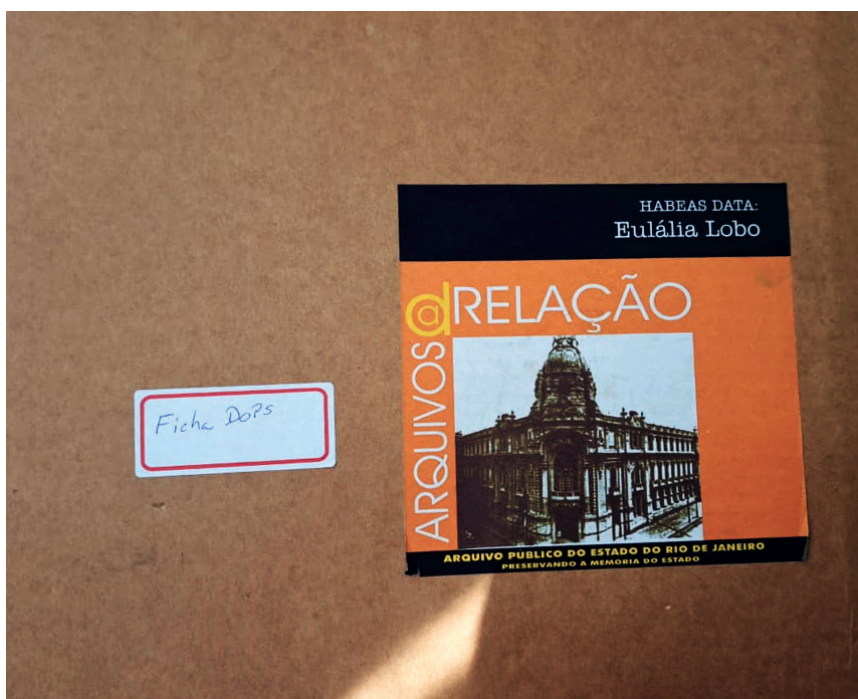


FIGURA 21. DETALHE DA PASTA CONTENDO RELATÓRIOS DO DOPS SOBRE EULÁLIA LOBO, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, S/D.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo combateu pela história em várias frentes, nunca cedeu ao “espírito de especialidade”, tão execrado por Febvre. Iniciou sua carreira como historiadora com um livro sobre as diferenças entre os modos de colonização de espanhóis e de portugueses nas Américas, de 1952 – *Administração Colonial Luso-Espanhola nas Américas* (LOBO, 1952). O tema foi tratado a partir de vastíssima pesquisa em fontes primárias, no Brasil e na Europa, sendo esse um dos traços fundamentais da personalidade intelectual de Eulália Lobo; sua extraordinária capacidade de encontrar, sistematizar e mergulhar nas fontes armada de metodologia segura e adequada, sem exageros teoricistas, sem medo de usar os métodos quantitativos para o bem do fazer historiográfico. Sobre isso, outro grande mestre, Ciro Flamarion Cardoso, em resenha sobre o livro *Portugueses em Brasil en el siglo XX*, publicado originalmente em Madri, destacou o pioneirismo historiográfico de Eulália Lobo em diferentes ocasiões:

primeiro quando empreendeu uma comparação sistemática dos sistemas administrativos espanhol e português na América; depois, ao interessar-se pelas questões de preços, salários e níveis de vida no Rio de Janeiro do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, elaborando uma vasta síntese em dois tomos da História Econômica da Cidade do Rio de Janeiro, e, finalmente, ao produzir o primeiro estudo detalhado de todos os aspectos pertinentes à imigração portuguesa no Brasil do final do século XIX e do século XX.” (CARDOSO apud MARTINS, 2011, pp. 22-3).

Um outro registro importante sobre a excelência de Eulália Lobo como pesquisadora é a de Maria Yedda Linhares, outro grande nome do fazer historiográfico no Brasil, que diz – “Quero deixar registrado aqui que a Eulália Lobo foi uma brava lutadora para desenvolver a pesquisa histórica na Faculdade de Filosofia. Ela tinha possibilidade de viajar

para o exterior, de modo que pesquisou lá fora, trouxe documentação, foi indiscutivelmente uma pesquisadora importante na fixação da ideia de pesquisa histórica aqui no Rio” (LINHARES, 1992, pp. 228-9).

O livro de Eulália sobre os processos de colonização conduzida por portugueses e espanhóis na América é um dos pioneiros trabalhos sobre uma temática que tem mobilizado vários historiadores, sociólogos, economistas que, desde há muito tempo, vêm discutindo os desdobramentos do processo de colonização das Américas por certos países europeus, sobre a trajetória histórica seja da América Anglo-Saxônica, seja da América Ibérica. Tema complexo e controverso pela pronunciada quantidade de equívocos, mal-entendidos, preconceitos e ignorância que têm mobilizado ao longo do tempo. Não é o caso de examinar em detalhe a vasta bibliografia sobre o tema que ganhou notoriedade com o livro de José Enrique Rodó, de 1900 (RODÓ, 1967) – *Ariel*, em que o ensaísta uruguaio retoma a última peça de Shakespeare, *A Tempestade*, para contestar a superioridade material dos Estados Unidos com relação à América Ibérica, afirmando que, de fato, o personagem que representa a América Ibérica não seria Caliban, cujo nome remete à canibal, mas Ariel, o espírito alado e espiritualmente livre, cooperativo e solidário em comparação com a mentalidade materialista e egoísta de Caliban, personificação do *ethos* individualista, competitivo e privatista típico do capitalismo triunfante. Antes de Eulália, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, de 1936, já havia apontado para certas diferenças entre a colonização portuguesa e espanhola que se traduziriam, por exemplo, no modo de criar cidades, “semeando-as”, como os portugueses, “ladrilhando-as”, como os espanhóis. A tipologia estabelecida por Sérgio Buarque de Holanda não deve ser tomada como regra absoluta porque houve cidades na América Portuguesa, além das capitais de capitanias, que nasceram de planejamento. Nos anos 1980, o tema reapareceu com força polêmica a partir do livro de um grande intelectual norte-americano, Richard Morse, *O Espelho de Próspero* (MORSE, 1988), que vai dizer, em chave descon-

certante, que apesar das mazelas que têm acompanhado a história da América Latina, o futuro, representado por uma humanidade capaz de solidariedade, empatia, compaixão, respeito às diferenças e valorização da natureza, pertence, de fato, ao povo latino-americano e suas raízes ético-culturais baseadas em uma racionalidade “não manipulatória”, como disse Gerd Bornheim, em perspectiva complementar à de Morse (BORNHEIN, 1993).

A ousadia de Morse rendeu acesa polêmica de que participaram vários nomes importantes da vida intelectual brasileira como: José Guilherme Merquior, Simon Schartzman, Lúcia Lipi Oliveira, Rubens Barboza Filho, o sociólogo uruguaio Felipe Arocena, o intelectual cubano Roberto Fernández Retamar, entre outros. A presença de Richard Morse na cultura latino-americana foi objeto do livro *O Código Morse. Ensaio sobre Richard Morse*, que buscou fixar-lhe a figura humana e intelectual (DOMINGUES; BLESENHEIM, 2010).

O tema das diferenças entre os processos de colonização nas Américas já havia sido tratado, entre nós, em trabalhos importantes de Oliveira Lima – *América Latina e América Inglesa* (LIMA, s.d.); e de Vianna Moog – *Bandeirantes e Pioneiros. América Latina e América Inglesa*, de 1954. O livro de Oliveira Lima reúne seis conferências pronunciadas pelo autor em 1912, em algumas cidades dos Estados Unidos, e repetidas no Rio de Janeiro em 1913. Vianna Moog, em 1954, traçou uma ampla comparação entre aspectos psicossociais de brasileiros e norte-americanos, que, reconhecendo a superioridade técnico-material dos americanos do norte, aponta características positivas dos brasileiros, que seriam a força e a plasticidade de sua cultura capazes de assimilar a cultura europeia transformando-a, resignificando-a, como se vê, por exemplo, na obra de Aleijadinho, diz ele:

“Quanto ao valor intrínseco das obras do Aleijadinho, esse é consabido. Por mais que se percorra o Brasil, e não apenas o Brasil, mas as duas Américas, inclusive o Peru e o México – em cujas igrejas se encontram prodígios de barroco – em busca de

obra de arte, para efeitos de contemplação, aferição e confronto dos valores artísticos, nada se encontrará comparável em matéria de escultura, à obra por ele realizada” (MOOG, 1964, p. 303).

Mais recentemente, o historiador francês, Frédéric Mauro, publicou o livro que no Brasil chamou-se *Origens da desigualdade entre os povos da América* (MAURO, 1986).

Maria Yedda Linhares refere-se à Eulália Lobo como “brava lutadora” para o desenvolvimento da pesquisa histórica. Além dos termos de pesquisa já listados por Ciro Flamarion Cardoso, destacam-se quatro para menção menos sumária, três outros combates pela história de Eulália Lobo, a saber: o tema da Independência do Brasil; o tema da história operária; o tema da história de empresas; o tema da história da agricultura brasileira.

Em 1992, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, organizou um Congresso, que levou o nome América: Descoberta ou Invenção, que foi a quarta edição dos *Colóquios UERJ*. O propósito do Congresso foi discutir, a partir do livro de Edmundo O’Gorman, uma alternativa ao lugar comum que fala de “descoberta” da América, propondo como alternativa ideias como “invenção”, “encontro de civilizações”, “conquista”. Convidada a participar do evento, Eulália Lobo apresentou comunicação – *Os Limites da Dependência* – que retoma a temática já trabalhada por ela – a história da América Latina – em perspectiva panorâmica e interdisciplinar, em que a reconstituição história da América Latina, do período colonial até as múltiplas independências que ocorreram no início do século XIX, aponta, também, os impasses para a plena emancipação do continente, do ponto de vista dos interesses democráticos e populares, decorrentes das manifestações de **dependência** econômica, política, cultural e tecnológica, num

quadro geral marcado por alternância de períodos de crescimento interrompidos pela interveniência de crises, de Balanço de Pagamentos, de Inflação, em que o processo de modernização experimentado pela região não significou efetiva superação do subdesenvolvimento, do caráter dependente do capitalismo latino-americano, que se reproduz em contínuas metamorfoses que repõem a velha máxima da dominação de que “é preciso mudar alguma coisa para não mudar nada”. Eulália Lobo sabia disso e disse: “O recente processo de privatização, o declínio das empresas estatais e a crescente participação do capital estrangeiro, são justificados como meio eficaz de modernização das empresas, melhor produtividade e retomada do crescimento da produção. Implicam uma perda de centros de decisão autônomas e uma tendência de formulação de mercado comum como o Mercosul, que representa a retomada de um velho ideal e a integração do mercado do México e dos Estados Unidos. Falta saber se aquelas medidas resultarão numa distribuição mais equitativa no mundo dos ganhos econômicos obtidos” (LOBO, 1992, p. 269).

Trinta e dois anos depois desta indagação, a resposta é, de novo, que a desigualdade, que a concentração da renda e da riqueza na América Latina, no Brasil em particular, só fizeram aumentar.

Também em 1992, Eulália Lobo coordenou a publicação de um livro – *Rio de Janeiro Operário. Natureza do Estado e Conjuntura Econômica, Condições de Vida e Consciência de Classe* – em que redigiu três dos oito capítulos do livro, mobilizando sua grande **expertise** em trabalho com vastas bases de dados quantitativos, mobilizados para a compreensão da situação da classe operária no Rio de Janeiro do ponto de vista de suas condições de vida, de suas experiências de mobilização e organização, de suas relações com o Estado, no período que vai de 1930 a 1945 (LOBO, 1992).

A história do movimento operário no Brasil vem sendo cultivada, ao longo do tempo, por autores a um tempo comprometidos com a perspectiva de classe, isto é, do ponto de vista da classe operária, sem que isso signifique desprezo pelos fatos, pela documentação, como é o caso dos trabalhos de Edgar Rodrigues, Azis Simão, Everardo Dias, Hermínio Linhares, Edgard Carone. *O Rio de Janeiro Operário*, que Eulália Lobo organizou, dá mostra da força de seu trabalho historiográfico que é a ampla e qualificada mobilização de dados quantitativos criteriosamente analisados com lucidez e sólidas referências teóricas.

Um outro combate pela história de Eulália Lobo é o que diz respeito a uma temática importante dentro do campo geral da história econômica, que é a História Empresarial. É exatamente este, *História Empresarial*, o título de seu capítulo no livro organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, de 1997. Trata-se de tema que ela cuidou em outros trabalhos, em particular com outro grande nome da historiografia econômica brasileira que é Maria Bárbara Levy. O tema história de empresas e empresários tem origem nos primórdios do pensamento econômico moderno, em autores como Richard Cantillon, na primeira metade do século XVIII, como Jean Baptista Say, no início do século XIX, como Alfred Marshall, no final do século XIX. No século XX, teorias sobre as empresas foram particularmente elaboradas por autores como Joseph Schumpeter, Thorstein Veblen, Werner Sombart. Na segunda metade do século XX, o tema ganhou grande força com o desenvolvimento de variadas contribuições de autores como Edith Penrose, Alfred Chandler, Paolo-Sylos Labini, que estudaram as grandes empresas oligopólicas transnacionais.

Eulália Lobo, em seu capítulo *História Empresarial*, traçou um vasto painel da “história dos negócios”, seja no âmbito mundial seja no Brasil. O artigo de Eulália é especialmente útil ao listar as principais fontes documentais para o estudo das atividades empresariais no Brasil e realizar um balanço da historiografia brasileira sobre o tema, destacando

alguns autores e obras referenciais, seja para o período pré-industrial, como a coletânea organizada por Frédéric Mauro, *La Préindustrialisation du Brésil*, de 1984; os trabalhos de Geraldo Beauclair Mendes de Oliveira sobre a região fluminense; e de Maria Bárbara Levy, sobre a cidade do Rio de Janeiro. Sobre o processo de industrialização no Brasil, há uma vasta bibliografia que se intensificou com a expansão da pós-graduação no Brasil a partir dos anos 1970. Eulália dá notícia dessa produção indicando seus momentos mais significativos, como é o caso de “José de Souza Martins, que publicou em 1967 uma monografia clássica, ‘*Conde Matarazzo, o Empresário e a Empresa*’, que foi pioneira quanto ao objetivo de inserir a biografia desse empresário no contexto socioeconômico, visando analisar a gênese do desenvolvimento industrial brasileiro” (LOBO, 1997, p. 227).

Eulália Lobo também dedicou-se aos estudos sobre a história da agricultura brasileira num momento em que o Centro de Pós-Graduação e Desenvolvimento Agrícola da Escola Interamericana de Administração Pública (CPDA), a partir do seu Departamento de História, dirigido pela professora Maria Yedda Linhares, desenvolvia importantes estudos para o Ministério da Agricultura. É neste ambiente que Eulália Lobo publicou *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira: 1808-1889*, em que o período é dividido em duas partes, 1808-1850 e 1850-1889. No primeiro período, os temas centrais discutidos são: a questão da terra, a questão do Crédito Rural e a questão da mão de obra. Para o período 1850-1889, novos temas são agregados à pesquisa como: a imigração e a colonização; o fomento à produção agrícola; a divulgação científica; a formação profissional; a promoção de tecnologias. O livro de Eulália Lobo é uma leitura sistemática, baseada em copiosa documentação de período chave da história econômica do Brasil, que marca a emergência do capitalismo no país;

O subperíodo que se iniciou em 1808, e se estendeu até cerca de meados do século, caracterizou-se pela liquidação gradual dos elementos essenciais

do regime colonial através de uma série de revoluções. Deu-se a extinção da corporação dos monopólios, permitindo-se a manufatura, a indústria, e qualquer tipo e agricultura bem como a promoção da liberdade comercial; iniciou-se o processo de abolição da escravatura e a introdução dos colonos, abolindo-se as sesmarias e acrescentando-se o regime de posse. No subperíodo 1850/1889 acelerou-se a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre ou semilivre de nativo e do imigrante, a terra foi convertida em mercadoria, objeto de compra e venda; procedeu-se à transformação da máquina burocrática e institucional do Estado (LOBO, S.D., p. 11).



FIGURA 22 . POSSE DE EULÁLIA LOBO NO IHGB, ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL, 1997.

Eulália Lobo pertence à geração marcada pela influência tanto dos grandes intérpretes do Brasil, que emergiram nos anos 1920/30, como Monteiro Lobato, Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Azevedo, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, quanto da contribuição do ensino e pesquisa universitárias, que estabeleceram no Brasil, no campo das Ciências Sociais, os procedimentos teóricos e metodológicos decorrentes, das obras da tríade Marx, Weber e Durkheim,

e no campo da história das correntes positivistas, do historicismo de Weber e Sombart, da École des Annales.

Toda essa rica, diversa e complexa trama teórica e metodológica informou o melhor do fazer historiográfico no Brasil a partir da instauração das universidades entre nós. Nomes como Alice Canabrava, como Eduardo d'Oliveira Vrança, como Francisco Falcon, como Maria Yedda Linhares, como Francisco Iglésias, como Eulália Lobo, são os primeiros e muito vigorosos frutos da decisiva contribuição da universidade no Brasil não só para a compreensão da realidade brasileira, como para a superação de suas iníquas desigualdades.

REFERÊNCIAS

- BORNHEM, Gerd. Reflexões sobre o meio ambiente – tecnologia e política. In: STEIN, Ernildo; BUNI, Luís A, de (Orgs.). *Dialética e Liberdade. Festschrift em homenagem a Carlos Roberto Cirne Lime*. Porto Alegre/Petrópolis, EWIRG/Vozes, 1993.
- DOMINGUES, Beatriz H.; BLASEHEIM, Peter L. *O Código Morse. Ensaio sobre Richard Morse*. Belo Horizonte, EUFMG, 2010.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Trad. port., Lisboa, Editorial Presença, vol. 1, 1977.
- LIMA, Oliveira. *América Latina e América Inglesa*. Rio de Janeiro/Paris, Livraria Garnier, S.D.
- LINHARES, Maria Yedda. Entrevista. In: *Estudos Históricos*, n. 10, Teoria e História, vol. 5, 1992.
- LOBO, Eulália M. Lahmeyer. *Administração Colonial Luso-espanhola na América*. Rio de Janeiro, Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1952.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Os Limites da Dependência. In: RIEDEL, Dirce (Org.). *4.º Colóquio UERJ. América: Descoberta ou Invenção*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1992.
- LOBO, Eulália Lahmeyer (Org.). *Rio de Janeiro operário. Natureza do Estado, Conjuntura econômica, Condições de vida e Consciência de classe*. Rio de Janeiro, Access Editora, 1992b.
- LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1967.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira. 1808-1889*. Rio de Janeiro, S.D.

- MARTINS, Ismênia. Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Trajetória. In: Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011), *Uma História Nova, Diferente, Original. 1.º Congresso Fluminense de História Econômica*, UFF, 2011.
- MAURO, Frédéric. *Origens da Desigualdade entre os Povos da América*. Trad. port., São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. 7ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964.
- MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero. Cultura e Ideias na América*. Trad. port., São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. A Presença de Eulália. In: SAES, Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa; SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Rumos da História Econômica no Brasil. 25 anos de ABPHE*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2017.
- RODÓ, José Enrique. Ariel. In: *Obras Completas*, Madrid, Aguilar, 1967.

A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO E A HISTÓRIA EMPRESARIAL BRASILEIRA

MAURÍCIO LUIZ BERTOLA

Esse pequeno artigo procura abordar a influência e o pioneirismo no campo da História Empresarial de uma das mais importantes historiadoras brasileiras, Professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, suas pesquisas, seus livros extremamente influentes e seu caráter formador de gerações de historiadores. Nada mais justo e significativo no ano em que comemoramos o centenário de seu nascimento.

Nome de primeira grandeza na historiografia brasileira e principalmente na História Econômica, a Professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, primeira mulher a conquistar o título de doutora em História do Brasil, foi uma das historiadoras pioneiras em trazer para nossa historiografia a corrente teórico-metodológica que primava pelo estudo da História Empresarial como um ramo específico da História Econômica e Social, isto desde o princípio dos anos 1970.

Mesmo em sua obra principal, *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*, que abordaremos um pouco mais detalhadamente abaixo, e publicada ainda na segunda metade da década de 1970, a Professora Eulália Lobo já havia pesquisado e publicado fontes de caráter empresarial, coisa que mais tarde irá aparecer também, e de forma bem sistemática em livro, por ela coordenado junto com a Professora Maria Bárbara Levy, sobre a Companhia Rio Light, também abaixo abordado. Esse pioneirismo foi deveras importante para a constituição da História Empresarial no Brasil e para a formação de gerações de historiadores, tanto os que com ela trabalharam nessas pesquisas específicas, quanto os vários influenciados por ela.

Em outros textos distintos das suas, digamos, obras principais, ela já trabalhava dados relacionados com a História Empresarial, como, por exemplo, em seu hoje raro livro *Questão habitacional e o movimento operário*, publicado em 1989 pela editora da UFRJ, no qual ela observa:

“[...] As companhias de construção como, por exemplo, a Evoneas Fluminense, a Saneamento do Rio de Janeiro, a Jannuzzi, também se ocuparam com a habitação popular urbana do ponto-de-vista empresarial; questões de custo, de rentabilidade do investimento, de apoio e subsídio direto e indireto do Estado, referindo-se apenas aos aspectos comerciais da habitação popular...” (LOBO, 1989, p. 9).

Em outro momento, neste mesmo texto, ela destaca a construção de habitações operárias pelas grandes companhias têxteis do Rio de Janeiro:

“[...] As quatro principais companhias de tecidos do Rio de Janeiro estavam entre as mais prósperas do parque industrial desta cidade. A Companhia de Fiação e Tecidos Aliança fez pedido de concessão, em 16 de abril de 1887, construindo casas para 420 operários na rua das Laranjeiras, números 151 a 155. A Companhia Fábrica de Tecidos de São João obteve uma concessão em maio de 1888; a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado já tinha planta aprovada, em 7 de dezembro de 1894, sendo o aluguel de 30\$, previsto por unidade, foi rejeitado pelo governo. A Companhia América Fabril já construía suas vilas à rua Visconde de São Vicente...” (LOBO, 1989, p. 39).

Neste mesmo livro, ela destaca a atuação nesse ramo habitacional das Companhias de Saneamento do Rio de Janeiro e Evoneas Fluminense, tendo a primeira construído vila operárias e casas para pessoas de mais baixa renda (essas não relacionadas às empresas), bem como para as fábricas de tecidos Carioca, Confiança e para o Instituto Industrial (LOBO, 1989, p. 40).

Em outro texto de grande importância, cuja confecção sob a coordenação da Professora Eulália contou com alguns pesquisadores que estariam presentes no livro *Estudos sobre a Rio Light*, denominado *Rio de Janeiro Operário*, publicado em 1992 pela Access Editora, ela vai analisar, buscando questionar as visões correntes sobre a luta operária vigentes àquela época, várias fontes empresariais relacionadas aos índices salariais dos trabalhadores industriais; fontes essas que incluem a documentação dos arquivos do Estaleiro Mauá, da Companhia de Fiação de Tecidos América Fabril, principalmente as fichas cadastrais dos operários da fábrica de Pau Grande em Magé, e as fichas dos operários da Companhia

Cervejaria Brahma. Todos esses dados foram devidamente compilados em tabelas⁵ no qual constam as várias profissões existentes nessas indústrias, a modalidade de pagamento exercida (se mensal ou por jornada), a média e a variação salarial e o número de operários (caso da documentação do Estaleiro Mauá em Niterói); salários médios por seção e especialidade (caso da documentação da América Fabril em Pau Grande, Magé); salários mensais médios por seção e especialidade (caso da Companhia Cervejaria Brahma, no Rio de Janeiro).

Em artigo publicado⁶ em 1973, ela explicita sua forma de trabalhar com as fontes, e que seria utilizado ao longo de sua trajetória acadêmica:

“[...] Verificamos a consistência interna dos dados comparando os preços das três fontes num período em que havia coexistência de informações [...] A seleção dos alimentos baseou-se numa pesquisa dos padrões alimentares de várias classes sociais e na verificação da persistência desses padrões no período estudado [...] Também tomamos em consideração a comparabilidade dos dados com os de pesquisa similar realizada por Katia Mattoso na Bahia. A composição da alimentação de família de rendas altas foi baseada no estudo de Leo Affonseca, cujo estudo foi comparado com os resultados de nossas pesquisas, principalmente dos relatos de viajantes. Para o operariado especializado e baixa burguesia usamos os dados da Fundação Getulio Vargas adaptados às informações dos viajantes. Para o operariado não especializado obtivemos informações nos livros de contabilidade da Fábrica Moinho da Luz e num levantamento sobre a alimentação da classe pobre do Rio de Janeiro feito por Antonio Correa de Souza Costa. As ponde-

5 Publicadas nas páginas 92 a 95 (o livro é composto por quase 100 tabelas, que são excelentes fontes para novos estudos!)

6 Na *Revista Brasileira de Economia*, denominado *Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930*

rações dos alimentos foram calculadas em função desses estudos sobre a composição do regime alimentar. Na programação para o computador foram estabelecidas as médias anuais, os índices e empregado o método do desvio-padrão. O estudo compreende os preços dos seguintes alimentos: feijão preto, arroz, carne seca do Prata, farinha de mandioca, farinha de trigo dos Estados Unidos, açúcar mascavinho, café, bacalhau, toucinho, carne fresca de vaca, manteiga [...] Não foi possível obter séries de preços de roupas, calçado e de aluguéis, porque não são acompanhadas de uma descrição do artigo ou do tipo de moradia. Alguns autores consideram válido usar como deflator a taxa de câmbio. Esse método oferece vários inconvenientes, em primeiro lugar devido à grande variação do câmbio à curto prazo, à existência de diversas taxas de câmbio, à forte especulação em torno do câmbio. Finalmente, alguns gêneros alimentares essenciais, tais como a farinha de mandioca, não eram objeto de intercâmbio internacional a não ser em pequena escala. As séries das 39 categorias socioprofissionais foram levantadas nos arquivos da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, na Santa Casa de Misericórdia, na Fábrica de Velas e Sabão Moinho da Luz. Tivemos a preocupação de selecionar profissões de nível de renda baixo, médio e alto. Incluímos o operário de construção ligado, inicialmente às corporações e irmandades e o operano fabril. Fizemos comparações com amostras de salários de fábricas de tecidos (Corcovado) e bebidas (Brahma) com as séries dos salários da Fábrica Moinho da Luz para se ter uma visão mais representativa do universo manufatureiro da época. Essas fontes também forneceram as séries de advogados, médicos, gerentes e diretores de empresa, empregados de escritório. Conseguimos obter nos arquivos das ordens religiosas já citadas todos os demais salários também

os de advogado e médico. Levantamos os seguintes salários no nível mais baixo de renda: a) operários de construção; servente de obra, pedreiro, mestre de carpinteiro, pintor; b) operários de manufatura e indústria, ferreiros, eletricitas, fabricantes de cartuchos (de velas), operários das máquinas. das prensas, dos alambiques, das caldeiras de velas e sabão, do entreposto, tarsoeiros, empacotadores e, finalmente, carregadores. No nível intermediário encontramos séries para as seguintes categorias: hortelão, cozinheiro, porteiro, ajudante de enfermeiro, enfermeira. No nível superior de renda temos: médico, médico aposentado, farmacêutico, barbeiro, andador, escriturário, advogado, capelão, professor de primeiras letras, administrador do hospital, contador, empregados de escritório das fábricas, diretores de fábrica”(LOBO, 1973, pp. 130-2).

A História Empresarial tem uma papel fundamental no âmbito da História Econômica, especialmente nas sociedades capitalistas contemporâneas, posto que a atuação do empresariado em suas relações entre si, com o Estado e com as classes trabalhadoras também assume fundamental importância para a compreensão destas sociedades em seus aspectos sociais e econômicos, pois essas (as empresas) são a forma e a base na qual a atividade empresarial se materializa, se desenvolve, em uma relação simbiótica de interesses que perpassam toda a economia nacional, todas as relações sociais em uma sociedade capitalista.

O professor Armando Dalla Costa afirma:

“[...] O objeto de estudo da história empresarial é justamente a análise das empresas e dos empresários em uma perspectiva histórica, desnudando suas estratégias de ação, os limites da sua intervenção e o meio institucional em que atuam ou atuaram...” (COSTA, 2017, p. 523).

Segundo este mesmo autor, a década de 1960 assiste a consolidação do escopo teórico-metodológico da História Empresarial a partir do prolífico trabalho do professor Alfred Chandler na mesma Universidade de Harvard.

Nesse mesmo livro, comemorativo dos 25 anos da ABPHE – da qual ela foi fundadora –, a professora Maria Alice Rosa Ribeiro, em artigo de sua lavra, analisa como nos anos 1990 a Professora Eulália observava como a História Econômica passava por um período “...de descenso e desprestígio diante de outras áreas da História...” (RIBEIRO, 2017, p. 286), destacando inclusive seu empenho, pois a autora estava “...preocupada com o declínio dos estudos na área [...]” (idem) e também “participou ativamente e sediou, inúmeras vezes, em sua residência no Rio de Janeiro, as primeiras reuniões de preparação, de seleção de temáticas, de distribuição de tarefas e divulgação do primeiro congresso daquela entidade...” (idem).

Segundo Rosa Ribeiro, o centro das preocupações metodológicas da Professora Eulália era – e sempre foi – o trabalho com as fontes. Não é à toa que, na entrevista de 1992, dada para os professores Ronaldo Vainfas e Angela de Castro Gomes e publicada na *Revista Estudos Históricos*, ela observa: “...E um dos elementos importantes para quem queria fazer uma pesquisa original era o acesso aos documentos [...] desejava trabalhar com fontes, tratando-as segundo um método...” (LOBO, 1992b *in*: SAES; RIBEIRO, 2017, p. 297).

Como desdobramento de tal protagonismo na criação da ABPHE, ela fez parte do primeiro Conselho Editorial da *Revista História Econômica & História de Empresas* (HE&HE), publicada semestralmente e criada pelo professor Tamás Szmrecsányi em 1998, conforme observa a professora Cláudia Alessandra Tessari (idem, p. 208).

Ciro Cardoso e Héctor Brignoli, discutindo sobre a caracterização de Witold Kula, afirmam que:

“[...] Poderemos falar de empresas, como unidades de produção, sob a condição de que isto não implique a generalização de um certo tipo de ra-

cionalidade econômica: a que está associada à empresa capitalista[...], é preciso estudar as relações internas do sistema econômico de uma sociedade com sua estrutura social, unico modo de evitar uma generalização da racionalidade capitalista...” (CARDOSO, 1979).

Em texto escrito sobre o tema para o livro de Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Domínios da História*, a Professora Eulália traçou um claro e objetivo histórico da constituição da História Empresarial onde observa, como visto acima, a Universidade de Harvard, em plena 2ª Guerra Mundial, como local da fundação de um primeiro centro especificamente voltado para esta disciplina, voltada para o estudo da capacidade gerencial e para o prestígio social do empresariado.

Nesse sentido, é necessário destacar a observação feita por Flávio Azevedo Marques de Saes, citando Carlos Mari-chal, de que a História Empresarial:

“[...] concentra sua atenção na análise histórica do desempenho e do efeito de certos empresários inovadores individuais ou de certos grupos de empresários de vanguarda, Em contraste, a “História de Empresas” [...] presta especial atenção à análise da mudança na organização econômica das companhias ou corporações, mudanças que são parte e reflexo das transformações econômicas e sociais em seu conjunto...” (GOULART; SAES, 2011, p. 24).

Eulália afirma que, na Inglaterra, a História Empresarial concentra-se nos fatores estruturais e conjunturais, enquanto a *École des Annales* enfatiza uma visão mais global deste campo da História Econômica. Mais à frente, ela observa:

“[...] Muitas pesquisas sobre história empresarial no Brasil apóiam-se na teoria marxista, procurando, através das empresas, compreender as

peculiaridades do modo de produção escravista, do modo de produção capitalista e da transição entre eles nas diversas regiões...” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 319).

Neste mesmo artigo, ela também afirma que a chegada ao Brasil da *Nouvelle Historie* teria prejudicado o desenvolvimento da História Empresarial, dada sua ênfase nas questões de mentalidades, sexualidades e estudo do cotidiano, que em dado momento tornaram-se hegemônicas no âmbito historiográfico brasileiro (hoje em dia temos a chegada das questões de gênero como objeto de estudo historiográfico).

Também observa, citando Almir Pitta (idem, p. 320), o desenvolvimento de um processo de questionamento acerca das origens do capital industrial no Brasil e do papel deste mesmo empresariado neste processo. Essa questão, seguindo os passos da professora Eulália Lobo, levou-me a buscar compreender inclusive o papel do grande empresariado financeiro brasileiro no processo de transição do estado imperial para o republicano em meu doutorado.

Ela também coloca a importante questão dos vários tipos de empresas distintas a serem estudadas, o que obviamente necessitaria de uma abordagem distinta para cada um desses tipos específicos.

Do ponto de vista metodológico, Eulália observa a notória negligência na preservação das fontes relacionadas às empresas, alvo ou de sistemática destruição pelas próprias empresas, ou por um total descaso por sua preservação de forma organizada e adequada segundo os mínimos critérios arquivísticos – coisa que pude observar “*in loco*” ao longo de meu trabalho neste campo de pesquisas, tanto em meu mestrado quanto no doutorado, onde venho trabalhando com este tema desde o final do século XX e início do XXI. Criar dificuldades e não facilidade de acesso por parte dos pesquisadores (ou de quaisquer outros consulentes), parece ser o *modus operandi* sistemático e generalizado na mentalidade empresarial brasileira, o que contrasta, segundo ela, com o observado na França, por exemplo.

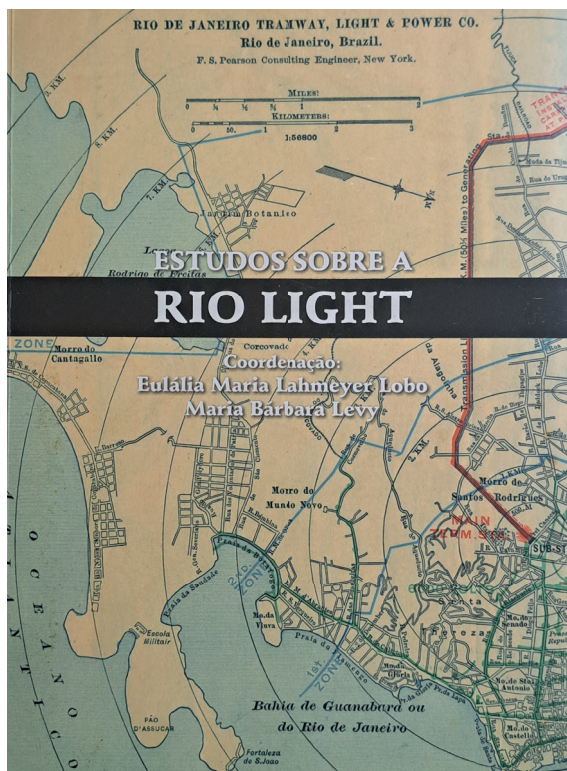


FIGURA 23 . CAPA DO LIVRO ESTUDOS SOBRE A RIO LIGHT: RELATÓRIO DE PESQUISA. RIO DE JANEIRO: MEMÓRIA DA ELETRICIDADE: INSTITUTO LIGHT, 2008

A partir daí, ela traça uma tipologia das fontes empresariais, privadas e públicas, tais quais atas de acionistas, de conselhos de diretoria, dos Conselhos Fiscais, relatórios anuais, correspondências, contabilidade e folha de pagamento, etc. No caso das públicas, a discussão sobre a natureza do Estado, legislação, debates legislativos, etc. Cada conjunto de fontes dessas requer uma abordagem diferenciada, metodologias diferenciadas.

Este texto (idem, pp. 317-49), presente no livro organizado pelos historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, sintetiza o aprendizado e a “expertise” ao longo do tempo que a professora Eulália Lobo adquiriu em suas pesquisas, notadamente na construção

de suas, ao meu ver, mais importantes obras: *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)* e *Estudos sobre a Rio Light*.

Outrossim, como observa Flavio Saes:

“[...] a história dessas empresas tem muito a revelar sobre os processos que se desenvolvem nesse período, tornando a exploração da documentação empresarial fundamental para o conhecimento da própria sociedade...” (SAES, 1986).

Assim, como elemento fundamental na atuação empresarial e nas relações entre grandes empresas, o Estado e a sociedade, a figura do empresário em si e de sua atuação dentro e fora da empresa, no âmbito social e político (visto aqui em todos os sentidos), torna-se muito importante para a compreensão dos processos econômicos, políticos e sociais

de um período estudado pelo historiador dedicado à História Econômica em geral e à História Empresarial em particular.

Essa análise da “vida empresarial” como um todo (incluindo seus aspectos ideológicos como expressão de classe na, e para a, sociedade), e da variada documentação empresarial que o pesquisador do ramo precisa abordar, deve ser minuciosa, crítica e criteriosa, (multidisciplinar inclusive, acrescento), tal qual observado em todos os trabalhos desenvolvidos pela professora Eulália, que consolidaram tais parâmetros qualitativos. História Econômica e História Empresarial não se podem fazer sem tais documentações, sem tais fontes, como aliás, sempre foi seu objetivo, e seu tratamento correto e sistemático constitui-se a base de tais disciplinas.

Desta forma, ela destaca, no primeiro prefácio do livro *Estudos sobre a Rio Light*, publicado em 2008 junto com a professora Maria Bárbara Levy, a colaboração na análise da vasta documentação coligida de caráter contábil da professora Araceli Cristina de S. Ferreira, chefe do Departamento de Contabilidade da UFRJ/FEA, demonstrando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar da documentação pesquisada.

Até porque, ao longo de sua trajetória acadêmica, ela (e sua parceira na *Efemérides...*, professora Maria Bárbara Levy), sempre primou por grande rigor, teórica e metodologicamente falando, principalmente os de História Econômica e Empresarial, que particularmente nos interessam aqui.

Estes parâmetros ficam ainda mais necessários, pois que (e com honrosas exceções), muito do que se produziu literariamente acerca das empresas, em particular brasileiras, foi escrito pelas próprias, ou à seu patrocínio, ou pelos próprios empresários ou seus familiares, sendo portanto, de caráter majoritariamente laudatório, representando pois a “imagem” que a empresa (e o empresariado) queriam difundir para a sociedade em geral; esse tipo de “historiografia” foi, por ela, criticada, amplamente superada.

Essa “superação” do mero panegírico em relação à História Empresarial tal qual é contemporaneamente praticada nos centros de pesquisas acadêmicas, desde cedo esteve presente no trabalho da professora Eulália, notadamente

quando funda a empresa Efemérides, Pesquisa Histórica e Documentação, em sociedade com a professora Maria Bárbara Levy, de fundamental importância, e que contava em seus quadros com vários pesquisadores, hoje nomes de peso na historiografia brasileira que, sob orientação das duas, e posteriormente em seus trabalhos acadêmicos particulares, pesquisaram e produziram textos fundamentais para a História Econômica brasileira.

Tal associação destas importantes historiadoras, Eulália e Bárbara Levy, consubstanciada na empresa *Efemérides...*, resultou no influente trabalho de História Empresarial sobre a história institucional da companhia de eletrificação e iluminação pública Light; *Estudos sobre a Rio Light* (LEVY; LOBO, 2008).

Escrito entre 1989 e 1990, mas só publicado em 2008 pelo Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, depois de uma trajetória complexa, conturbada (mas que foge ao escopo deste artigo), que abrangeu inclusive, e nesse espaço de tempo, a estatização e a privatização da companhia durante o desenvolvimento da pesquisa e mesmo após a mesma ter sido concluída (o que acabou por atrasar sobremaneira sua publicação final).

As professoras Eulália Lobo e Maria Bárbara Levy (autora do importante livro *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro* – sua tese de doutorado em Paris V, Nanterre, 1975, sob orientação de Frédéric Mauro, publicado pelo IBMEC em 1977), sua sócia na Efemérides, Pesquisa Histórica e Documentação, constituíram esta que foi a primeira empresa no Rio de Janeiro dedicada à História Empresarial. Elas empreenderam minuciosa pesquisa na documentação institucional e administrativa, interna portanto (e também na externa), sobre a Rio Light; isto incluiu as séries de relatórios da empresa, sua correspondência e os seus arquivos jurídicos, análise do histórico de concessões estatais, legislações várias, bem como matérias jornalísticas existentes na imprensa carioca e brasileira sobre a atuação da empresa, visando dar a maior profundidade e abrangência à visão que ambas buscavam descortinar da mesma.

Segundo a própria Professora Eulália Lobo:

“[...] A história institucional da Light estruturou-se numa periodização baseada nos critérios das relações entre a empresa e o Estado nos níveis federal, estadual e municipal [...]. O trabalho, portanto, extrapola a mera descrição estática das características institucionais. Procura dar conta de uma visão global da Rio Light com intuito de contribuir para a história empresarial, ainda pouco desenvolvida no Brasil, e a econômica do Rio de Janeiro...” (idem, p. 17).

Mais adiante, já no segundo prefácio, ela observa que “A coluna vertebral da história institucional da empresa é constituída pelos relatórios anuais da companhia...” (idem, p. 21).

Em anterior artigo publicado nos Anais da Conferência Internacional de História das Empresas, realizado em Niterói, na UFF, entre 22 e 24 de outubro de 1991, logo após a conclusão dos trabalhos de pesquisa, a Professora Eulália Lobo traça um sucinto histórico da Rio Light, que seria aprofundado no livro publicado em 2008, já com a colaboração de Elisabeth von der Weid e Deborah Maria Raison Alves Tavares, no primeiro e segundo capítulos respectivamente, observando seu contínuo crescimento até os anos 1970, em um mercado geralmente em contínua expansão, destacando seu virtual monopólio obtido na distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro, dada sua agilidade administrativa e atuação algo errática do Estado em relação à esta empresa em particular.

Em relação ao Estado, a obra coordenada pelas Professoras Eulália Lobo e Maria Bárbara Levy (e seus colaboradores e pesquisadores) traça um detalhado quadro das concessões estatais que foram abarcadas pela Rio Light no capítulo 1, observando a formação deste “...sistema de holdings nos níveis regional, nacional e internacional...” (idem, p. 98), onde a administração direta era feita no Rio de Janeiro, e a financeira, no Canadá, afirmando que:

“[...] Essa característica do poder decisório da empresa estar presente na “filial” foi um dos elementos chave na expansão da Rio Light [...] Foi também um dos motivos de sua forte influência no país onde atuava e das relações que conseguiu estabelecer com o poder político, em todos os níveis a que se propôs...” (idem, p. 99).

A rápida expansão da empresa é abordada no segundo capítulo, que também observa a conjuntura histórica da época, em particular o rápido crescimento urbano e industrial do Rio de Janeiro, e sua “ultrapassagem” por São Paulo ao longo da 1ª Guerra Mundial. O capítulo destaca a incorporação pelo grupo Light, das companhias Brazilian Hydro Electric Company, Société Anonyme du Gaz, Companhias de transportes urbanos (bondes), Vila Isabel, Carris Urbanos, São Cristóvão, Jardim Botânico (a qual pertencia 80% do capital à Rio Light) e Corcovado, entre 1906 e 1910. Em 1918, a Rio Light assume a concessão do serviço de auto-ônibus, bem como inicia sua expansão no ramo telefônico entre 1915 e 1923.

Neste capítulo, as professoras Eulália Lobo, Maria Bárbara Levy e sua equipe analisam detidamente os contratos firmados, os balanços, as emissões de debêntures, os dados do patrimônio líquido, e etc.; assim como as matéria jornalísticas presentes nos jornais e nos anais da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, buscando observar a imagem da empresa perante a sociedade em geral, contrabalançando assim com a documentação oficial da empresa e com os contratos.

No terceiro capítulo, a consolidação da Rio Light é abordada, observando o estabelecimento de uma virtual monopolização pela empresa dos vários serviços públicos por ela fornecidos. Aqui, os relatórios anuais, o jornal e a revista da própria companhia, fruto do então criado Departamento de publicidade, em 1927, as leis e decretos à ela relacionados, e também as críticas à mesma na imprensa. Destaca-se também as medidas e reações da empresa à crise de 1929-1930.

No quarto capítulo, que aborda o período entre os anos de 1934, escrito com a colaboração de Leila Hallac Dacorso

e Pedro Paulo Soares, observa a atuação da Rio Light dentro do novo modelo de Estado que se estruturava no Brasil após a Revolução de 1930 e a promulgação da segunda Constituição republicana. Destaca o decreto n.º 24.643 de 10 de julho de 1934, o Código de Águas, destinado à consolidação jurídica do setor elétrico, bem como o posterior Plano Nacional de Eletrificação de 1937. As fontes para a confecção deste capítulo vão da legislação e as obras de referência bibliográfica sobre a companhia aos já antes observados Relatórios Anuais do Grupo Light e as atas de reuniões da diretoria e documentos publicados pelo Departamento de Relações Públicas. O período marca também a expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro, notadamente o forte processo de “favelização”, impulsionado pelas migrações internas, bem como do início do crescimento urbano na Baixada Fluminense e a definição de uma zona industrial que excluía antigas áreas fabris como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras, e definia como tais São Cristóvão, Jacarezinho e Ramos, dentre outros.

Observa o crescimento do setor de recursos humanos da empresa, inclusive com um programa interno de treinamento, devidamente divulgados pelo Departamento de Publicidade da Light e o fomento pela empresa de várias atividades sociais, como times de futebol, escotismo e biblioteca circulante para funcionários, restaurante, etc.

O quinto capítulo, abordando o chamado período “desenvolvimentista”, entre 1950 e 1962 e escrito com a colaboração de Bernardo Kocher, Marcia Castañon e Flávia Giglio Barbosa, traz consigo uma ampliação da ação estatal para áreas antes deixadas à iniciativa privada, assim como da demanda por energia. Nisso se destaca a criação em 1962 da ELETROBRAS e da ação decisiva do BNDES, cuja documentação referente ao setor foi amplamente pesquisada, bem como a da própria empresa, incluindo suas próprias publicações (*Revista Light* e *Jornal A Turbina*). O Código de Águas teve sua lei complementar finalmente promulgada em 1957 e passou a haver a exigência, pelo decreto n.º 36.773 de 13 de janeiro de 1954, de que a contabilidade das em-

presas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil deveria ser feita em moeda nacional e não em moeda estrangeira. O capítulo observa e transcreve as alterações dos estatutos das várias empresas componentes do Grupo Light, assim como a alteração das bases de cálculo das tarifas e os empréstimos realizados pela companhia no estrangeiro e através do BNDE.

O sexto capítulo aborda o período entre 1962 e 1979, no qual a empresa tem seu período final como grupo privado transnacional, até ser comprada pelo governo brasileiro em 1979. Este período é marcado pela alteração do papel do Estado, de concessor para gerador de energia. Aqui, o grupo de pesquisa chefiados pela professoras Eulália Lobo e Maria Bárbara Levy pesquisam os relatórios da diretoria deste período, estatutos, leis e artigos escritos por seus diretores, que tiveram de ser analisados com mais atenção, dada a incorporação da Rio Light à São Paulo Light.

As autoras observam:

“[...] As companhias que integravam o Grupo Light no Brasil vinculavam-se à Brazilian Traction, Light and Power Company, empresa canadense com sede em Toronto. Operando exclusivamente no Brasil, não estava ligada a qualquer grupo internacional e, em 1962, possuía cerca de 52.000 acionistas, domiciliados em vários países, sendo que nenhum deles (pessoa física ou jurídica) tinha mais de 3% do total das ações. Com a encampação dos bondes pelo governo da Guanabara, em 1963, passou a se chamar Brazilian Light and Power Company, e em 1966, quando diversificou seus investimentos no Canadá, não se restringindo mais a uma empresa de serviços públicos, mudou seu nome para Brascan Ltda...” (idem, p. 451).

A seguir, ocorre a análise da alteração dos cálculos de tarifas, destacando a redução do imposto de renda das empresas após 1964, de 30 para 17%, o “... que marcou uma

nova etapa nos padrões de financiamento na área de energia elétrica...” (CALABI, 1983, p. 196).

A partir daí, são apresentados no livro, em sua segunda parte, alguns estudos monográficos, a saber: *O padrão tecnológico da Light*, de pesquisa e redação e levantamento de fontes pelos pesquisadores Elisa Müller e Virgílio Roma de Oliveira Filho (LEVY; LOBO, 2008, pp. 533-64), respectivamente. *Estrutura organizacional da Rio Light* (idem, pp. 565-610), de Almir Pita Freitas Filho, e, finalmente *Biografias de Pioneiros*, de Pedro Tórtima (idem, pp. 611-76).

Relatórios de empresas são fontes documentais importantíssimas para a História Empresarial, como observado acima, e sua análise demanda muita atenção, e muitas vezes uma análise contábil dos mesmos se faz necessária, pois, certos dados necessitam de confirmação através do recurso à outras fontes internas da empresa estudada, mas também de dados obtidos a partir de fontes internas e externas (e críticas) à esta mesma empresa. Tais relatórios são a base de muitos quadros e tabelas presentes no livro, o que ajuda sobremaneira a compreensão de tais dados.

Assim, as fontes primárias estudadas pelas professoras Eulália Lobo e Maria Bárbara Levy e sua equipe para o livro *Estudos sobre a Rio Light* abrangem: A Coleção de Arquivos Privados do Arquivo Nacional (Coleção Percival Farquhar); o Serviço de Documentação e Arquivo Geral do BNDE; Os Anais da Câmara dos Deputados, incluindo aí os documentos das Comissões e Conselhos, bem como a Coleção de Leis e Decretos e documentos diversos abrangendo temas como energia elétrica, problemáticas, impostos, balanço e etc.; Documentos dos Ministérios do Planejamento e Viação e Obras Públicas; da Prefeitura do Rio De Janeiro e os Anais da Câmara Municipal (Distrito Federal) e do Estado da Guanabara. Das companhias privadas, temos a documentação da Brazilian Hydro Electric Company Limited; da Brazilian Traction Light and Power Company (seus relatórios anuais); as atas e estatutos da Companhia Brasileira Administradora de Serviços Técnicos; os diversos documentos da Rio Light S.A. Serviços de Eletricidade e Carris, incluindo sua corres-

pondência geral e relatórios variados. os diversos documentos da Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company; os variados documentos da Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada; da Companhia de Carris Urbanos; da Companhia Ferro Carril Carioca; da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico; da Companhia Ferro Carril Vila Isabel; das Estradas de Ferro Tijuca e Corcovado; e da Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro.

A partir do exposto acima, e tendo como base de um escopo cronológico muito mais abrangente, posto abarcar uma extensa temporalidade, do século XVII ao XX, a professora Eulália Lobo havia, anos antes, empreendido um grande esforço de pesquisas para publicar seu grande estudo, *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*, publicado pelo IBMEC em 1978 e recentemente republicado pelo Programa de Pós Graduação da UFF e pela Editora HUCITEC.

Esta monumental obra tornou-se um clássico da historiografia econômica do Rio de Janeiro em particular e brasileira em geral, no qual a ela pesquisa e publica vasta documentação empresarial e governamental, trazida ao lume a partir de difíceis condições, dada a notória precariedade dos arquivos brasileiros àquela época, e que mesmo hoje teve relativamente lento avanço.

Tal obra acabou por constituir-se em valiosa fonte de pesquisa para os jovens historiadores que hoje se debruçam sobre a História Econômica, como constataram em artigo presente na 2ª edição deste livro, de 2024, os professores Carlos Gabriel Guimarães e Luiz Fernando Saraiva, notadamente a partir do início do século XXI. Eles observam:

“[...] Além da pesquisa coletiva, que será uma de suas marcas a partir de então, a obra também marca maior aproximação com a história econômica mais quantitativa e serial, que será um grande impulso para a formação de pesquisadores que trabalham como assistentes de pesquisa e tiveram seus primeiros contatos com fontes durante o

levantamento de dados...” (GUIMARÃES; SARAIVA in: LEVY; LOBO, 2024, p. 26A).

Prosseguem esses dois importantes historiadores (sendo o professor Carlos Gabriel Guimarães seu aluno de pós graduação e seu discípulo direto):

“[...] Assim, História do Rio de Janeiro é um manual e ainda um mapa, pode ser seguido à risca ou pode ser um roteiro de viagem, como foi e continua sendo para os pesquisadores da História Econômica do Brasil e, em particular, do Rio de Janeiro...” (idem, p. 39A).

Segundo a própria professora Eulália, em entrevista aos professores César Honorato e Lana Lage, da UFF, e publicada na *Revista Rio de Janeiro* n.º 10, em sua homenagem, quando de seu falecimento:

“[...] O grupo que trabalhava comigo era muito dedicado e fiquei contente de poder pagá-los em dólar; a cada mês o valor aumentava [risos]. A Ford Foundation foi a instituição que abriu mão do seu estatuto que não permitia concessão de verbas a pessoas que não estivessem vinculadas a algum órgão para financiar essa pesquisa. Eu não pertencia a nenhuma instituição, era autônoma. Os seis meses que ficava aqui, trabalhava com o grupo quando partia deixava tarefas. O Rio de Janeiro era muito pouco estudado, sobretudo do ponto de vista econômico...” (HONORATO; LAGE, 2003, p. 45).

Constituído por dois volumes e 225 tabelas com dados, que abrangem desde população até preços de alimentos, passando pelas atividades industriais, essa obra tem uma importância que excede os limites da História Econômica, face à amplitude dos dados coligidos.

Do ponto de vista especificamente da História Empresarial relacionados à esta gigantesca pesquisa, podemos citar que a professora Eulália Lobo e sua equipe levantaram os dados salariais e de admissão e demissão da Fábrica de tecidos Corcovado, da Companhia Cervejaria Brahma, da Fábrica Moinho da Luz, Fábrica Bangú e América Fabril, conforme ela mesma explicitou nas posteriores entrevistas dadas por ela aos professores César Honorato, Lana Lage (acima observada), e anteriormente para os professores Ronaldo Vainfas e Angela Castro Gomes, em 1992.

Em artigo publicado intitulado *A História Econômica nas Fontes do Arquivo Nacional*, por Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca e Marcos de Brito Monteiro Marinho, estes jovens pesquisadores observam:

“[...] O desejo de Eulália era o retorno de uma “história compiladora”, tal qual a que era praticada por seus mestres. Havia, ainda, uma preocupação: estava em voga um novo tipo historiográfico que ignorava processos como o da industrialização, que deixava de lado a formação mais geral e necessária para que os professores pudessem lecionar a história como síntese das sociedades. Como veremos, o campo da História Econômica foi o bastião contra esta tendência, e as fontes do Arquivo Nacional funcionaram como verdadeiro arsenal para os pesquisadores do campo. Tais dados, assim como outros, foram processados por via computacional, o que se constituiu em uma novidade metodológica na historiografia brasileira na década de 70 do século XX, algo que só se tornaria comum entre os historiadores vinte anos depois com o advento da moderna informática, dos computadores pessoais e portáteis, sendo hoje metodologia muito difundida entre os pesquisadores de história econômica em particular...”⁷

7 na InCID, Revista de Informação e Documentação, volume 9, n.º 2, 2018/19,

A professora Eulália Lobo utilizou-se de toda uma série de fontes, inclusive de memórias de época, como por exemplo a do Conde de Gestas, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria, escrita em 1836, assim como dados retirados do livro de John Luccock, publicado em 1820 em Londres, e obviamente do *Almanack dos Negociantes do Império do Brasil* de 1842. Eulália afirma:

“[...] As fontes estatísticas existentes sobre o setor secundário da economia no Rio de Janeiro no período de 1840 a 1888 se resumem fundamentalmente às listas de fábricas, oficinas, artesanatos e lojas registradas pelo Governo municipal e publicada anualmente pelo Almanack Laemmert ; aos quadros estatísticos publicados pelo Ministério da Fazenda para o Brasil e para o Município da Corte de 1856/57, 1858/59 e 1859; ao publicado pelo Ministério da Justiça relativo às sociedades anônimas e Comanditas (1851 a 1865) e aos dois levantamentos do Governo municipal (1852 e 1908). Os cinco quadros dos Ministérios contém dados sobre capital realizado das firmas ou valor locativo das empresas. Os do Ministério da Fazenda foram elaborados para satisfazer as necessidades de cobrança de Imposto de Renda sobre o capital ou sobre o valor locativo que foi estabelecido em 1844. Os almanaques e a estatística de 1852 do Município fornecem apenas informações sobre o número de unidades nos setores de fábricas, oficinas, lojas e artesãos ou oficiais. O levantamento de 1908 contém um estudo retrospectivo da indústria no Rio de Janeiro. Finalmente, os Relatórios das Exposições realizadas no Rio de Janeiro em 1861, 1866, 1873, 1875 e 1881 constituem fontes preciosas sobre a indústria e o artesanato do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX...” (LOBO, 1978, p. 171).

Ela utiliza como fonte um documento da Exposição Nacional de 1908, *Noticia sobre o desenvolvimento da Indústria Fabril no Distrito Federal e sua Situação Actual*, para observar a primazia dos setores industriais de bens de consumo duráveis e não duráveis, com a notável presença de um setor químico já naquela época, e outro de grande importância, o metalúrgico, com várias fundições e serralherias, produzindo para o mercado local, assim como o igualmente importante – se não mais – da construção civil, como fábricas de cal, por exemplo.

A professora Eulália faz uma arguta crítica aos dados constantes nos relatórios da prefeitura sobre as atividades manufatureiras e industriais no Rio de Janeiro, efetuados nos anos de 1852 e 1908, reputando o primeiro como mais completo que o segundo.

Ela observa também a importância das estatísticas fiscais do Ministério da Fazenda, relativos à todo o país, entre 1856-1857 e 1858-1859, que buscavam relacionar “...capital, o número e o tipo de empresas: fábricas, oficinas, casas de comércio e sobre o aluguel pago pelos imóveis usados como local de trabalho pelos estabelecimentos ou pelos oficiais ou artesãos autônomos desprovidos de capital...” (idem).

A interpretação feita por ela dos dados e estatísticas coligidos pode ser observada por esta parte do texto:

“[...] A crise de 1875 teve o efeito de fazer falir as empresas mais fracas e de provocar urna certa concentrado de capital e transformares do processo produtivo. O Almanack Laemmert nao indicava modificações substanciais na ordem dos ramos de atividade em cada setor, apenas na indústria; o couro e o fumo superavam o ramo de tecidos, roupas e armarinhos com 239 e 197 unidades respectivamente, em comparado com 151 deste último ramo. Só figuravam duas das quatro fábricas de tecidos de algodão no Almanack Laemmert de 1881. No ano seguinte, estavam registradas oito. O Almanack de 1881 também se apresentava falho

quanto às fábricas de móveis que não figuravam e às oficinas de marcenaria que se restringiam a 65 ao invés das 81 levantadas pela Comissão da Feira de Amostras de 1881. O crescimento do ramo de metal com 101 unidades confirmava os dados da Exposição. Também se notava a expansão de tipografias (31), meios de transporte (51) apesar do declínio do número dos estaleiros após a Guerra do Paraguai, e de vidros e louças (28). O Almanack também indicava o declínio das fábricas de velas, apenas seis, e a expansão de oficinas de aparelhos de gás, 27 em 1881, e duas de eletricidade. As primeiras apareceram nessa fonte em 1878 e em 1880. O setor de comércio guardava as mesmas proporções entre os diversos ramos, exceto no comércio de servidos em que o ramo de escritórios superou com 549 unidades o de alimentos com 517. Nota-se um declínio de toda a atividade comercial fabril e de oficinas nas paróquias suburbanas em 1881...” (idem, p. 205).

Segundo ela, ao fazer em seu texto uma interessante interpretação do ambiente sócio-econômico do século XIX presente em sua obra, e relacionado às atividades bancárias, observa:

“[...] A pacata vida urbana, ainda revelando hábitos coloniais, era periodicamente abalada por crises financeiras que acabaram por imprimir um caráter altamente especulativo a todas aquelas atividades que não estavam diretamente vinculadas à agricultura. As aplicações se faziam predominantemente a curto prazo e as elevadas taxas de juros que compensavam os riscos excessivos de um mercado que a todo momento se debatia em crises de liquidez...” (idem, p. 210).

Ela também observa mais adiante como “...A estrutura financeira notabiliza-se pela extrema sensibilidade às mani-

pulações de caráter político-jurídico...” (idem). Esta afirmação, que procurei examinar em minha tese de doutoramento, constituiu-se um dos pontos focais de minha pesquisa.

Outrossim, a professora Eulália busca observar em sua obra os movimentos dos salários e preços ao longo do período observado, destacando:

“[...] A tendencia geral de baixa do poder aquisitivo salarial manifestou-se na segunda metade do século XIX sendo mais sensível no período de 1853 a 1859, nas crises de 1857, de 1864, da Guerra do Paraguai e de 1875 em que a inflação elevou o custo dos alimentos, como se pode observar nas tabelas e gráficos de preços e salários...” (idem, p. 232).

Ao buscar analisar a própria questão demográfica e de ordenação urbana, relacionadas à História Econômica, ela faz uma análise crítica sobre o Censo de 1870, observando:

“[...] Torna se, então, imprescindível pesquisarmos em outras fontes, recorrendo sempre ao Censo de 1870 como único ponto de referência. Entretanto, podemos ter uma noção das proporções relativas à população distribuída quanto a condição, nacionalidade e sexo na cidade e paróquias rurais...” (idem, p. 237).

E continua:

“[...] A paróquia de Santana concentrava as atividades manufatureiras e artesanais da cidade, além de possuir um ativo comércio varejista. A população, na maioria de rendas baixas, se aglomerava em cortiços. Uma série de órgãos públicos tinham sua sede nesta paróquia: Ministério da Guerra, Casa da Moeda, Inspetoria de Obras Públicas, Quartel Central do Corpo de Bombeiros, o Senado Federal e a Estrada de Ferro Central do

Brasil. Situavam-se, também, 15 edifícios públicos, 3.339 edifícios particulares, urna igreja, urna prisca, quatro quartéis, dois hospitais e casas de saúde, e 5.461 fogos em 1870..." (idem).

Esses dados estatísticos relativos à composição e distribuição da população urbana são valiosos, inclusive qualitativamente falando, posto que incluem dados sobre a forma como cada paróquia da cidade muda sua composição nas estatísticas relativas a matrimônios, nascimentos e mortalidade, inclusive dentre os gêneros; sendo, por conseguinte, uma fonte de pesquisa fundamental para o estudo do desenvolvimento histórico da cidade.

Na segunda parte de seu livro, destaco o capítulo relacionado ao encilhamento. Este capítulo foi fundamental para a redação do capítulo análogo presente em minha tese de doutoramento. A Professora Eulália Lobo observa:

"[...] Os banqueiros e a associação comercial sugeriram ao Governo da República a substituição do lastro ouro por apólices para os 10 Bancos que obtiveram permissão para emitir. Acreditava-se que dessa forma o Governo conseguiria liquidar a dívida interna, reduzindo anualmente os juros dos títulos como reservas para emissão de notas de Banco e forçando os Bancos a separar uma quantia anual de pelo menos 10% de seus lucros, que substituiriam parte dos títulos do Governo com reservas bancárias..." (idem, p. 454).

Mais abaixo ela observa:

"[...] O sistema bancário vinculado ao comércio de exportação e à agricultura sofreu uma revolução, passando a abranger descontos, hipotecas, penhor agrícola, adiantamentos sobre meios de produção, empréstimos industriais para construção civil e de estradas de ferro, docas, portos.etc., compra e venda de terras para colonização, drena-

gem, irrigação do solo, exploração de minas. Os bancos emissores podiam conceder terras devolutas para colonização, indústria, construção de estradas; isenção de impostos, e de direitos alfandegários sobre importações para as empresas que fundassem...” (idem).

Assim, o universo de fontes primárias pesquisadas pela professora Eulália Lobo e sua equipe inclui principalmente: a documentação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal, onde se encontram dados sobre o comércio ultramarino, os registros de frotas e de marcos de navios; os balanços comerciais do final do século XVIII, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; os dados de entradas e saídas de navios do porto do Rio de Janeiro constam do Arquivo Histórico do Estado da Guanabara, atual Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde também existem os dados constantes dos códices de registro de ofícios e casas de comércio; os *Almanques Históricos* da cidade do Rio de Janeiro, obra elaborada no final do século XVIII por Antonio Duarte Nunes e os dados compilados pelo comerciante inglês John Luccock, assim como os dados constantes no *Almanack Laemmert* e *Almanack Imperial do Comércio e das Corporações*, de 1842, e o *Almanack dos Negociantes do Império do Brasil*, de 1827. No Ministério da Fazenda do Império, foram pesquisados os dados da balança comercial – esses dados eram publicados pelo Serviço de Estatística deste Ministério até 1908, quando passam a ser publicados no *Annuário Estatístico do Brasil*, da Diretoria de Estatística do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, retornando à responsabilidade do Ministério da Fazenda entre 1910 e 1928, sendo que em 1930 tal publicação passa a ser feita pela Diretoria de Estatística Económica e Financeira do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. O comércio naval de longo curso e cabotagem no século XIX foram responsabilidade da Comissão de Estatística do Ministério dos Negócios de Agricultura, nos Relatórios deste Ministério. No Relatório do Ministério dos

Negócios da Justiça de 1866, foi publicada uma tabela das sociedades anônimas registradas no Tribunal do Comércio da Corte, entre 1851-1865. Os dados sobre as Sociedades Anônimas constam no relatório do Tribunal do Comércio da Corte, 1851-1865, publicado no Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça de 1866, acima citado.

Os dados sobre fábricas encontram-se nos Relatórios do Ministério dos Negócios do Império e também constam nos relatórios do Ministério da Fazenda, e da Viação e Obras Públicas, assim como, posteriormente (1920), na documentação do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, por sua Diretoria Geral de Estatística. Completam esse quadro os dados do Imposto de Consumo, obtidos através do Anuário Estatístico do Brasil.

Completam esse quadro reportagens várias, publicadas nos jornais, hoje digitalizados, da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, tanto especializados, como: *Gazeta da Bolsa*, *Gazeta Commercial e Financeira*, *Conjuntura Económica*, *O Economista*, tanto de cunho jornalístico mais geral, como: *Jornal do Commercio*, *Gazetilha do Jornal do Commercio*, *Jornal do Brazil*, *Correio da Manhã*, *A Capital*, *Gazeta de Noticias*, *Diário da Noite*, *Diário Carioca*, *A Noite*, *O Globo*, *O Jornal*, *O País*. Nos jornais foram também obtidos dados sobre os preços dos gêneros alimentícios para o cálculo do custo de vida, *O Jornal do Commercio* publicou, a partir de 1840, uma lista semanal ou quinzenal de preços do mercado, intitulada de 1840 a 1870 *Preços correntes da Praça*, 1870 a 1900 *Revista do Mercado* e de 1900 a 1930 duas *Revista do Mercado e Gêneros de Consumo*. Essas fontes, hoje digitalizadas, constituíram a base de minha tese de doutoramento e são de suma importância em muitas pesquisas acadêmicas.

Vários outros tipos de fontes foram consultadas pela professora Eulália Lobo e sua equipe. Destaco os Arquivos da Companhia Cervejaria Brahma, Arquivo da Fábrica Moimho da Luz Antiga Indústria de Sabão e Velas e Luz Stearica, Arquivo da América Fabril Antiga Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande, Arquivo Histórico da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, etc.

Os Arquivos Eclesiásticos foram também consultados, e incluíram o Resumo Total da População que Existia no Ano de 1799, Mapa Mandado Organizar pelo Conde de Rezende, documento que foi feito por párocos de igrejas e que inclui dados sobre habitantes livres, escravos, cor, sexo, idade, estado civil e óbitos, destacam-se os Livros Paroquiais, que possuem registros completos contendo batismo, casamento e óbito de homens livres e escravos antes de 1838, também os Arquivos da Santa casa de Misericórdia e da Ordem Terceira da Penitência, ao que se segue um relatório arquivado no Arquivo Nacional intitulado População da Corte do Rio de Janeiro em 1821, com dados populacionais relativos ao Município do Rio de Janeiro neste período.

Essa grande massa de dados coligidos, e as fontes pesquisadas, bem como a metodologia empregada, muito sofisticada para a época, constituem-se ainda hoje uma importante referência para os historiadores econômicos e empresariais, não apenas em função da abordagem que a professora Eulália Lobo fez à época, mas também apontando para novas possibilidades de pesquisa na utilização destas mesmas fontes. Suas duas obras abordadas nesse artigo são hoje referência historiográfica e importantes fontes de pesquisa para quem se aventura na História Econômica do Brasil e da História Empresarial.

CONCLUSÃO

A atuação profissional da professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo transcende sua obra historiográfica. Esta obviamente é de importância maiúscula dentro da historiografia brasileira. Porém, não custa destacar sua influência, que se faz sentir fortemente nos dias de hoje, principalmente no seu legado relacionado à formação de novos pesquisadores, novos historiadores econômicos, inclusive os dedicados à História Empresarial.

A fundação, conjuntamente com a professora Maria Bárbara Levy, da Efemérides, Pesquisa Histórica e Documentação, empresa de pesquisas pioneira no Rio de Janeiro, formou uma geração de pesquisadores profissionais. Sua atuação no magistério superior, na graduação e na pós-graduação, formou e influenciou outros tantos, como, por exemplo, o professor Bernardo Kocher, Elizabeth von der Weid, Elisa Müller Pedro Tórtima, Leila Hallack, etc... .

Embora pessoalmente eu não tenha sido aluno da professora Eulália, posso afirmar que sou “fruto” da 3ª geração de pesquisadores que foram por ela, embora indiretamente, influenciados. Meus professores durante a graduação na Universidade Federal Fluminense foram diretamente fruto de sua atuação enquanto pesquisadora, se não diretamente alunos dela.

Nomes como o dos professores Cézar Honorato, Almir Chaiban, Geraldo Beauclair, etc. foram importantíssimos em minha formação. Muitos de meus colegas nos bancos universitários durante meados da década de 1980, quando fiz minha graduação, foram seus alunos de pós-graduação, tais como o professor Carlos Gabriel Guimarães, seu aluno de pós graduação e secretário na organização do 1.º Congresso Brasileiro de História em 1993, e um dos maiores especialistas em História Bancária do Brasil; também nosso saudoso colega, professor Newton Augusto Cardoso de Oliveira, seu aluno no mestrado na UFF, e igualmente o professor Marcelo Badaró, da UFF (quando do seu mestrado, feito na UFRJ). Jovens pesquisadores, com os quais convivi durante meu doutorado, como Thiago Mantuano da Fonseca, em cujo mestrado e doutoramento na UFF utilizou largamente os dados e fontes coligidas pela professora Eulália Lobo, e Raphael Castelo Branco da Silva, que em sua dissertação de mestrado utilizou de forma aprofundada os relatórios ministeriais que Eulália também investigou, reconstruindo o papel de uma estrada de ferro no abastecimento de água do Rio de Janeiro. Ambos são orientandos de Cezar Honorato e também são parte desse legado. Os parâmetros estabelecidos

pela professora Eulália Lobo são a base da atuação presente de muitos de nós.

Quando iniciei meu mestrado na Universidade de São Paulo nos anos 1990, em uma pesquisa que acabou por tornar-se especificamente de História Empresarial, foram tais parâmetros que, de uma forma ou de outra, acabaram por prevalecer na pesquisa (sob a orientação da professora Vera Lúcia do Amaral Ferlini e co-orientação do professor Wilson do Nascimento Barbosa).

Em minha tese de doutoramento, já de volta à Universidade Federal Fluminense, e sob a orientação do professor Cezar Honorato, direto discípulo dela, dados e capítulos inteiros dos trabalhos da professora Eulália Lobo, “sustentaram” minha pesquisa, assim como os de sua parceira, professora Maria Bárbara Levy (a quem também presto minhas singelas homenagens).

Ao longo de meu tempo de atuação no magistério superior, desde os anos 1990, utilizei largamente a historiografia produzida por ela na preparação de minhas aulas e na orientação de meus alunos; e continuarei fazendo no futuro.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsevier, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. Os Métodos da História. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979.
- COSTA, Armando Dalla. História de Empresas no Brasil: entre desafios teóricos e os estudos de caso. In: SAES Alexandre Machione; SAES, Flavio A. Marques; RIBEIRO, Maria Alice Rosa (orgs.). Rumos da História Econômica no Brasil – 25 anos da ABPHE. São Paulo, Alameda, 2017.
- HONORATO, Cezar. Entrevista com Eulália LahMeyer Lobo. Revista Rio de Janeiro n. 10, maio-ago., 2003.
- LOBO, Eulália Maria L. & LEVY, Maria Bárbara (Coords.). *Estudos sobre a Rio Light*. RJ, Instituto Light/Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2008.

- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 2ª ed. amp. – São Paulo: Hucitec, 2024.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Entrevista dada aos professores Angela Castro Gomes e Ronaldo Vainfas. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 1992, pp. 84-96.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia A.; STANLEY, Myriam. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1989.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coordn.). *Rio de Janeiro Operário – Natureza do Estado, conjuntura econômica e consciência de classe*. Rio de Janeiro, Editora Access, 1992.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer Lobo (*et al*). Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930. In: *Revista Brasileira de Economia*. vol. 4, 1973.
- MARTINS, Ismênia de Lima. História e vida. Homenagem a Eulália Maria Lahmeyer Lobo. XI Conferência Internacional de História de Empresas. Juiz de Fora, UFJF, 2013.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. A presença de Eulália. In: SAES Alexandre Machione; SAES, Flavio A. Marques; RIBEIRO, Maria Alice Rosa (orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil – 25 anos da ABPHE*. São Paulo, Alameda, 2017.
- SAES, Flávio A. M. De. História de Empresas e história econômica do Brasil. In: FILHO, Goularti; SAES, Alexandre Macchione(orgs.). *História de Empresas no Brasil*, ABPHE/Luiz Fernando Saraiva – Niterói, EDUFF; São Paulo HUCITEC. 2021.

EULÁLIA LOBO: VIDA, HISTÓRIA E ARQUIVO

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

O desenvolvimento deste artigo, sob uma ótica tanto histórica quanto arquivística, supõe o domínio de alguns conceitos fundamentais para a compreensão da pretendida análise do arquivo de Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Historiadora e professora, sua atuação profissional abrangeu inúmeras pesquisas em História da América, do Rio de Janeiro, dos trabalhadores urbanos, de empresas, da administração pública, da imigração, além de ter sido professora do ensino médio e universitário no Brasil e nos Estados Unidos da América, num período de cerca de 50 anos. Ao longo desse tempo, de grandes transformações na sociedade em geral, na brasileira em especial, e na própria historiografia, com o surgimento e crescimento da pós-graduação, ela acumulou um acervo significativo, em que essas mudanças se fazem presentes.

Em Arquivologia, o termo arquivo é polissêmico, mas na sua acepção principal, a definição clássica é “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas funções independentemente da natureza do suporte” (Arquivo Nacional, 2005). Os arquivos podem ser

públicos, produzidos e acumulados por organismos do Estado, ou privados. Se a entidade que produziu e acumulou os documentos (o produtor) é um indivíduo, o conjunto é classificado como arquivo privado (ou particular) pessoal, ou, como mais usado agora, arquivo pessoal.

Quando um arquivo, privado ou público, é custodiado por uma instituição arquivística, que tem sob sua responsabilidade diversos conjuntos, cada um deles é denominado fundo. Trata-se de conceito basilar da área, formulado publicamente pelo arquivista e historiador francês Natalis de Wailly ainda na primeira metade do século XIX, como base teórica para solução do problema prático das instituições arquivísticas francesas de lidarem com a enorme massa documental que passou a ser de responsabilidade delas após a Revolução de 1789. Natalis, em instruções impostas por uma circular do ministro do Interior francês, determinava que se deveria “*rassembler les différents documents par fonds, c’est-à-dire former collection de tous titres qui proviennent d’un corps, d’un établissement, d’une famille ou d’un individu [...]*”¹ (Silva et al., p. 107).

O termo fundo tem várias acepções nos dicionários de português, mas mesmo que a acepção em Arquivologia não seja normalmente registrada, aquelas de Economia e Contabilidade são bastante interessantes para os arquivistas e para quem quer que se dedique a analisar ou mesmo usar um arquivo. Nos dois casos, elas remetem para recursos/capital disponível para uso por uma sociedade, financeira ou não.² Esse caráter instrumental – de recursos disponíveis para uso, quando necessário – , característico de todo arquivo, deve ser entendido por quem mais tarde o compulsa e usa, até com objetivos inimagináveis para quem o originou (e usou)

1 Tradução do autor: “reunir os diferentes documentos por fundos, isto é, formar coleção de todos os documentos que são provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo”.

2 Por exemplo, “no Aulete digital, temos 10. Econ. Conjunto de recursos administrados por um banco de investimentos ou sociedade corretora, visando a determinado fim (fundo de pensão)” e “14. Cont. Capital financeiro ou outros valores que constituem o ativo de uma sociedade”.

que, de forma resumida, pode-se entender como uma função de prova, de evidência de algo.³

Natalis de Wally postula o *respect des fonds* (respeito aos fundos) por várias razões, uma delas porque percebe que os documentos que faziam parte de cada fundo ganhavam muito mais sentido e caráter probatório quando eram entendidos nas inter-relações que possuíam e que eram perdidas se o conjunto fosse conspurcado, por dissociação ou mescla com documentos de outras origens. O conceito de fundo é muito semelhante ao de proveniência, de origem alemã, que incorpora ao respeito ao fundo, francês, o princípio do respeito à ordem original (ou princípio da santidade), que afirma a relevância de se manter os documentos na ordem em que foram usados e guardados pelo produtor do fundo.⁴

Os dois conceitos fundamentam-se na importância do contexto. A ideia de contexto, fundamental para a Arquivologia, tem aí suas origens, sendo entendido mais comumente como as relações entre o produtor e seu arquivo e aquelas que existem entre os documentos do conjunto, tudo indicando também como a documentação foi usada. No entanto, a ideia de contexto foi se ampliando ao longo do tempo – hoje se pensa que o contexto compreende também a complexidade das relações estabelecidas do produtor com outros indivíduos e grupos sociais e o contexto social, econômico, político e cultural da formação social em que a entidade produtora estava inserida. Também se tem claro que essa complexidade do(s) contexto(s) impede a compreensão total do arquivo, que permanece como obra aberta, com muitas possíveis indagações e explicações.

O arquivo serve de testemunho das atividades do seu produtor e seu tempo, e essas ações são parte relevante de sua vida.⁵ No entanto, não consegue abranger todas as atividades,

3 Esse caráter de prova não deve ser entendido apenas como prova jurídica, que eventualmente pode ser, mas também como simples prova, registro, de que um determinado evento ocorreu.

4 Há grande discussão sobre a viabilidade prática desse princípio, tanto porque a ordem, num arquivo em produção, é muitas vezes alterada para responder novos interesses, quanto porque é comum que o acervo, ingressando num arquivo, esteja em situação de aparente ou real desordem.

5 “The rule of *Respect des fonds* recognizes that the records that one person or group accumulates over the course of his, her, their, or its existence reflect and

não dá conta da totalidade de sua vida nem de todo o seu tempo – ele o faz a partir do que foi guardado, dos documentos que a entidade coletiva, pessoa ou família criou e acumulou, com base em interesses de ordem coletiva (suas relações com outros e responsabilidades frente ao Estado) como também, no caso daqueles pessoais, de ordem privada (sentimentos, interesses, planos futuros). Além disso, a possibilidade da guarda também passa por fatores externos ao produtor, desde características físicas dos documentos, condições de guarda possíveis e, nos casos de arquivos pessoais, normalmente doados após a morte do titular, de decisões dos familiares sobre o que deve ser mantido e tornado público.

A proposta deste artigo é examinar o arquivo pessoal da historiadora Eulália Lobo, cuja obra foi elaborada com farto uso de fontes arquivísticas, no esforço de analisar o acervo, caracterizá-lo quanto às temáticas presentes, identificar traços da história de sua acumulação e uma possível lógica de sua constituição.

O FUNDO EULÁLIA LOBO – GÊNEROS DOCUMENTAIS E PRODUTORES

O arquivo de Eulália foi doado ao Arquivo Nacional pelos familiares após a morte da titular em 13/11/2012, ocorrendo a entrega de uma outra parcela, complementar, em 2019. Sua biblioteca foi doada à Universidade Federal Fluminense e constitui a Coleção Eulália Maria Lahmeyer Lobo, inaugurada em 7/12/2017.

O acervo arquivístico está descrito no SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) com informações sobre a titular, sobre o seu ingresso e sobre o conteúdo propriamente dito. Abaixo, temos parte da caracterização geral

document that existence, and that together they constitute an interrelated whole, a coherent body of evidence” (International Council on Archives, 2024).

desse acervo em termos de datas de produção, dos gêneros documentais e suas respectivas quantificações.

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO
Código de Referência BR RJANRIO GE
Título Indicação do Título Eulalia Maria Lahmeyer Lobo
Datas Data de Produção 1898 - 2005
Dimensão e suporte Cartográfico(s) -mapa(s) - 3 item(ns) Iconográfico(s) -cartão(ões)-postal(is) - 2182 item(ns) Iconográfico(s) -cartaz(es) - 3 item(ns) Iconográfico(s) -diapositivo(s) - 1520 item(ns) Iconográfico(s) -fotografia(s) - 4486 item(ns) Iconográfico(s) -gravura(s) - 3 item(ns) Iconográfico(s) -ilustração(ões) - 53 item(ns) Iconográfico(s) -negativo(s) fotográfico(s) - 760 item(ns) Sonoro(s) -disco(s) ótico(s) - cd(s) - 10 item(ns) Sonoro(s) -fita(s) audiomagnética(s) - 85 item(ns) Tridimensional(is) -sem especificação - 4 item(ns) Textual(is) -sem especificação - 15,82 m

FIGURA 24. FUNDO EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO
FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL, EM 18 SET. 2024

Trata-se de um arquivo pessoal de grandes dimensões, que compreende documentos textuais (manuscritos e impressos), iconográficos (principalmente fotografias), cartográficos e digitais (alguns documentos complementares, fotos e exemplares dos CDs de *Viagens da Eulália*) em um período grande de tempo, de 1827 a 2011,⁶ com predominância entre as décadas de 1950 e 1990, além de alguns tridimensionais. Infelizmente, por razões internas do Arquivo Nacional, não foi arranjado nem descrito, embora a parcela

⁶ No SIAN, o ano inicial diverge porque o conjunto documental ainda não foi tratado. O novo ano (1827) se refere ao passaporte de Frederico Rodolfo Lahmeyer, sua mulher Catharina Ladley e cunhada Maria Luiza para irem de Portugal ao Brasil (26/10/1827).

de documentos textuais possa ser acessada a partir de uma listagem que identifica muito brevemente o conteúdo das 112 caixas e material em mapoteca.⁷

Há indicações de que uma boa parte desse acervo estava sendo organizada (ou, mais provavelmente, reorganizada) ainda em vida pela titular, que contava com a colaboração de uma então estudante de História.⁸ Os documentos, muitas vezes reunidos em dossiês, apresentam-se em envelopes pardos ou pastas de elástico, novos ou reaproveitados, com etiquetas externas com um título. Na grande maioria das vezes, esse título foi escrito pela colaboradora, em maiúsculas, mas há ocasiões em que a letra é de Eulália, em diferentes momentos de vida, inclusive mais próximo de sua morte, resumindo o conteúdo do que vem a seguir. Dado o volume da documentação, essa providência pode ser creditada à prática metodológica habitual da titular, que para uso e fácil recuperação de fontes e dados já coletados, sabe da importância de uma organização sistemática, mesmo que sumária.

Além de sua preocupação com documentos e registros, fontes quase inesgotáveis e recorrentes para estudos distintos, ela sempre teve uma preocupação com arquivos. Eulália afirma que, nos primórdios de suas atividades como historiadora, não havia muita preocupação com a metodologia, excetuada a produção de José Honório Rodrigues.⁹ Trabalhando sob sua orientação no final da década de 1950, ela juntou sua experiência com a dele nos variados arquivos em que pesquisava, acabando por incorporar também algumas práticas arquivísticas.

Sobre sua ligação com arquivos, encontramos, em seu acervo, material de suas aulas em curso no Arquivo Nacional sobre fontes arquivísticas e bibliográficas para a história do Brasil em instituições cariocas, como por exemplo o

7 No processo de entrada do acervo, consta a observação: “A identificação foi feita a partir de listagem feita pela secretaria da titular”.

8 A colaboradora chama-se Mariluci Correia do Nascimento e participou também da elaboração das *Viagens de Eulália*, volumes *China*, *Índia* e sua vocação mundial e *Mediterrâneo: conflitos entre O Oriente e o Ocidente*.

9 “E este era o grande problema do curso de história: havia uma atitude anti-metodologia. Quem protestava, fazia campanha em prol da metodologia, era José Honório Rodrigues, mas de fora da universidade.” (Entrevista com Eulália Lobo, 1992, p. 87)

fato do projeto da Light, realizado em sociedade com Maria Bárbara Levy, compreender, além da elaboração da história da companhia, a organização da documentação da empresa, bem como ela, em troca de acesso ao acervo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (atual Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro), ter oferecido a organização do arquivo dessa instituição. Além disso, estava sempre disponível para participar de eventos em instituições arquivísticas, principalmente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Quanto às práticas arquivísticas adotadas, além da preocupação em fazer dossiês identificados com títulos curtos, nas pastas de correspondência, ela arquivava as missivas da forma mais comum em arquivos correntes, ou seja, com os documentos mais recentes na frente dos mais antigos.

O conjunto também sugere boas condições de guarda pela titular, estando limpo, sem evidências de danos físicos e bem acondicionado, se levarmos em conta que é uma guarda pela própria pessoa. Eulália tinha espaço em sua casa para seu arquivo e, evidentemente, o prezava como valioso, no mínimo, para ela mesma. Segundo relato de familiares, o acervo, à medida que crescia e o número de pessoas na casa diminuía, foi progressivamente ocupando diversas partes da residência, ultrapassando o que era o escritório e local de trabalho da historiadora.

Chama a atenção a grande variedade de gêneros documentais presentes no conjunto. Em sua maioria, são documentos textuais, manuscritos, datilografados ou impressos, vários fotocopiados. Há também um número significativo de fotografias e cartões postais (muitos de viagens, de uma época em que a fotografia, por causa da revelação, era cara). Quanto aos documentos cartográficos, apenas três, um deve ter sido acumulado inicialmente por seu marido, Bruno Lobo, que escreveu um livro sobre a Faculdade Nacional de Medicina (1994), um mapa provavelmente usado na pesquisa realizada por Eulália para sua tese de livre docência, em 1957,¹⁰ e um

10 *Caminhos de Chiquitos às missões Guaranis de 1690 a 1718*, tese apresentada à Faculdade Nacional de Filosofia a fim de obter o título de docente livre da XXVI

quadro cronológico de fundação dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Há também fitas cassetes, provavelmente das conversas com Pedro Tórtima e Eduardo Navarro Stotz, as quais, transcritas, deram origem aos CDs *Viagens de Eulália*.¹¹ Alguns documentos bibliográficos encontram-se sob a guarda da Biblioteca do Arquivo Nacional, outros estão dispersos nas caixas de documentos. Os tridimensionais são dois troféus concedidos a Bruno Alípio Lobo pela Fundação Cesgranrio e duas medalhas, provavelmente também a ele conferidas; a Medalha Cultural Prof. Dr. Acylino Leão, do Conselho Estadual de Cultura do Pará, e a Medalha de 50 anos de Serviço Público Civil.

A imensa maioria do acervo é de sua produção e acumulação, mas acham-se também, em diferentes proporções, documentos de outros produtores: seu sogro, Bruno Álvares da Silva Lobo (1884-1945),¹² de seu marido, Bruno Alípio Lobo (1913-1995),¹³ de seus pais Antônio Dias Leite (1870-1952) e Georgeta Dias Leite |(1881-1961),¹⁴ de sua filha Lúcia Lahmeyer Lobo, de sua irmã Laura Lahmeyer Leite Maia, de Lucia Furquim Lahmeyer (1864-1954),¹⁵ do historiador Manoel Maurício de Albuquerque (1927-1981), do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara (atual Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro), da União dos Operários Estivadores do Rio de Janeiro, da Companhia Luz Stearica, da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado¹⁶ e da Efemérides Pesquisa Histórica e Documentação, empresa da qual era uma das sócias.

Cadeira, História da América.

11 São quatro CDs; *A área de influência da Índia, China, A Índia e sua vocação mundial e Mediterrâneo: conflitos entre o Oriente e o Ocidente*, todos lançados entre 2006 e 2009.

12 Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, crítico de arte, entomologista e microbiologista, diretor do Museu Nacional entre 1915 e 1923, há um significativo número de fichas resumindo sua correspondência nesse cargo, além de documentos referentes ao leilão de seu acervo de arte.

13 Professor de histologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

14 De seu pai, comerciante português, e sua mãe, há documentos pessoais e até documentos de antepassados maternos, os Lahmeyer.

15 Tia materna, foi bibliotecária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

16 Os acervos dessas instituições foram usados como fontes em diferentes pesquisas realizadas por Eulália.

Durante muito tempo, os arquivistas consideraram que existia uma relação unívoca entre fundo e produtor, que a cada fundo correspondia apenas um produtor. Mais recentemente, essa certeza começou a esvanecer-se à medida que se percebeu que a questão não era assim tão simples e há discussões bastante acaloradas na área sobre a existência de múltiplas proveniências.¹⁷ Não nos deteremos nessa questão, já que defensores dessa perspectiva também exacerbam às vezes, confundindo autorias múltiplas com acumulações múltiplas, mas é fato que muitas vezes a existência de diferentes produtores é fruto de um processo normal de herança de fundos.¹⁸

Tal processo ocorre também com relação a fundos pessoais, envolvendo além de razões funcionais a simples herança familiar. Nos casos dos acervos de seus familiares (sogro, marido, tia, filha e irmã), a herança advém dos óbvios laços, de sangue e de afeto com Eulália, de seu interesse sobre a família de origem e, no caso dos documentos do esposo, do fato de serem, obviamente, mantidos no mesmo local que os seus, mesmo após a morte dele em 1995. Os poucos documentos originais de Manoel Maurício de Albuquerque¹⁹ (existem outros, mas cópias) foram usados para pensar a publicação do livro *Manuel Maurício de Albuquerque, mestre escola bem-amado. Historiador maldito*, organizado por ela, Maria Bárbara Levy e outros pesquisadores em homenagem póstuma ao colega.

Nos casos da Companhia Luz Stearica e da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado e dos sindicatos, tais fontes foram usadas por ela em pesquisas. As duas empresas faliram no século XX e é possível que seus documentos, referentes principalmente à venda de seus produtos e a salários de seus empregados, não tenham sido considerados relevantes para

17 Para maiores detalhes dessa questão, consultar, por exemplo, Cunningham, 2007.

18 Cf. Arquivo Nacional, 2005, p. 103: “Transmissão de um fundo a outra entidade produtora, a título de continuidade administrativa ou funcional” Uma boa análise da questão se encontra em Duchein, 1986.

19 Nascido em 1927 e falecido em 1981, era bacharel e licenciado em História e Geografia pela FNF. Cassado, preso e torturado na Ditadura, após seu afastamento da UB, trabalhou em cursos preparatórios para o vestibular. Era amigo pessoal de Eulália e de Maria Bárbara Levy.

seus proprietários. Quanto à documentação do Sindicato dos Metalúrgicos, foi fonte para estudos sobre movimento operário e Eulália e sua equipe, em retribuição ao acesso que gozaram, realizaram a organização do acervo. É possível que a parcela integrada a seu fundo tenha sido considerada por aqueles responsáveis pelo Sindicato como passível de eliminação, e assim guardada por ela, uma vez que é constituída majoritariamente por correspondência protocolar com autoridades do Ministério do Trabalho e da direção do Sindicato com seus afiliados sobre direitos previdenciários. A parcela da União dos Operários Estivadores do Rio de Janeiro deve ter sido também considerada desprovida de valor permanente para a instituição, sendo, fundamentalmente, requerimentos de associados pedindo auxílios mutuais por não poderem trabalhar e que foram, à época, resolvidos. Quanto à Efemérides Pesquisa Histórica e Documentação, ela era sócia com Maria Bárbara Levy, que faleceu antes de Eulália e, mesmo com o encerramento das atividades da empresa, por lei, sua documentação deve ser preservada por algumas décadas.

Em todos esses casos, além dos laços, do interesse profissional e da obrigação legal, com certeza teve importância o apreço que Eulália dava aos documentos como potenciais fontes para entender e analisar fenômenos sociais. Um exemplo disso é o fato dela se valer da correspondência trocada por seus genitores, e que ficou sob guarda de sua irmã, Laura Lahmeyer Leite Maia, para escrever um livro sobre seu pai, que “tinha traços típicos do imigrante padrão”, mas, ao mesmo tempo “não se reduzia a um padrão, destacava-se pela cultura, pelas qualidades literárias de seus textos, perspicácia e espírito crítico” (LOBO; MAIA, 2005, p. 12). Assim, a existência de outros produtores deve ser registrada e recuperada, mas isso não altera o fato de que, por herança, tais conjuntos, diferentes em tamanho e abrangência temática, integram o fundo Eulália e que ela, por tê-los acumulado e usado, é deles produtora superveniente.



FIGURA 25. EULÁLIA LOBO EM SEU ESCRITÓRIO
FONTE: DOAÇÃO DA FAMÍLIA

O FUNDO EULÁLIA LOBO — AS DIVERSAS TEMÁTICAS PRESENTES

As observações a seguir têm por base uma visão desigual do fundo: o material iconográfico foi visto muito rapidamente e na proporção de 50% de sua totalidade, o material sonoro não foi compulsado, o material cartográfico e tridimensional foram vistos integralmente e da documentação textual, 112 caixas, foram manuseadas e listadas sumariamente 76 caixas, cerca de 68% do total desse gênero documental.

A primeira questão a ressaltar é que o arquivo de Eulália parece ter sido produzido e acumulado a partir de uma perspectiva profissional, ou seja, como historiadora e professora. Isso não significa dizer que não haja documentos pessoais, que refletem suas relações com familiares e amigos, mas que predomina largamente uma visão de suas atividades como docente e pesquisadora. Até documentos identitários,

como são os passaportes encontrados,²⁰ funcionam também como elementos de prova de suas viagens para pesquisas e passeios, e devem ter sido compulsados para a elaboração dos volumes das *Viagens de Eulália*, obras finais de sua produção acadêmica.

O aspecto profissional do arquivo é marcado também pela própria documentação que o compõe – há diversos currículos de Eulália, feitos em diferentes épocas, às vezes com comprovação (inclusive fotografias dos eventos ou documentos referentes ao que é citado), como para concursos, bem como currículos resumidos, quando da apresentação de projetos. Mas o próprio arquivo é, de certa forma, um currículo comprovado. Ele evidencia também o valor que Eulália dava ao trabalho, tanto como fonte de prazer como também de renda. Transparece na documentação a ideia de um feminismo fundamentado na capacidade de produzir e de contribuir economicamente, tanto para o país quanto para a família, com fortes características de empreendedorismo.

A formação e titulação acham-se representadas não só nos diplomas de bacharelado em Geografia e História, de doutora (1953) e livre-docente em História da América (1958), de cursos que frequentou (como o *A verdade e as formas jurídicas*, dado por Michel Foucault na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1973) e de honorárias recebidas, por exemplo de presidente de honra do Núcleo do Rio de Janeiro da Associação Nacional de História (2004). No caso do doutorado, uma das primeiras mulheres brasileiras a alcançá-lo, o curso foi feito sob orientação de Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, e Eulália registrava em diários intelectuais as leituras e reflexões feitas. Esses diários, feitos em obediência à portaria da Universidade do Brasil (UB) de 7/4/1942, conforme registrado em seus termos de abertura, eram regularmente conferidos e rubricados por

20 1941-1943, 1945-1947, 27/3/1967-27/9/1967 (passaporte especial do Ministério das Relações Exteriores), 1969-1971, 1972-1974, [1976 -1981?], 1978-1984, 1983-1989, 1990-1996, 1996-2001, 2001-2006. Com certeza existiram outros passaportes, uma vez que se sabe que Eulália fez viagens em outras épocas.

Silvio, catedrático de História da América, e por Antônio Carneiro Leão, professores da mesma instituição.

A vida profissional também está representada por inúmeros documentos. Eulália foi, durante um tempo razoável, auxiliar de ensino (sem remuneração) em História da América na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da UB, depois auxiliar remunerada na mesma instituição (até 1960), esperando um concurso para catedrática que só seria realizado muito depois, cuja posse efetiva no cargo ocorreria em 1968, após contenda que chegou ao Judiciário. Foi também secretária executiva no Escritório de Planejamento de Reforma da UB. Há material relativo a todas essas funções, como programas de curso, bibliografias usadas nos cursos, documentos administrativos, o processo de seleção à cátedra e a discussão da reforma universitária. Cabe registrar que no início da década de 1960, ela consegue bolsa e produz o trabalho, também presente no acervo, *Pós-Graduação na Inglaterra e País de Gales*, aula inaugural que ministra na Pós-Graduação da UB em abril de 1964.

Já formada, e ainda trabalhando como auxiliar não remunerada, Eulália busca outras fontes de renda e trabalha para a Embaixada da Indonésia no Brasil (1955-1956) como assessora política para assuntos da América Latina,²¹ faz análises políticas de países da América Latina para a Escola Superior de Guerra (1956-1957), ingressa, por concurso, no Colégio Pedro II (1957-1968) e dá aulas (1959) no Arquivo Nacional (AN) de História, Metodologia, Bibliografia e Historiografia, provavelmente como atividade prevista pela bolsa da atual Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que era supervisionada por José Honório Rodrigues, então diretor-geral do AN.

Não foram encontrados documentos claramente relacionados ao trabalho na Embaixada, mas é possível que o

21 Uma interessante narração de suas experiências na função encontra-se em *Viagens de Eulália*: a área de influência da Índia, onde é sinalizado como ela valorizava a formação e a participação de mulheres no mercado de trabalho. Resumidamente, seu trabalho na Embaixada é também abordado em entrevista concedida à *Revista do Rio de Janeiro*, maio-ago. 2003, disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-Entrevista-Eulalia.pdf. Acessado em 24 ago. 2024.

trabalho *Hispanic South American Political Survey*, de 1956, que compreende análises referentes à Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, comissionado pela ESG, possa também ter sido resultado de suas atividades como assessora da Embaixada da Indonésia²²— uma característica marcante do trabalho de Eulália, e evidente em sua documentação, é o uso dos resultados de uma pesquisa em outra, ampliando as conclusões ou lhes dando novo enfoque. Quanto ao Colégio Pedro II, há documentos referentes a aulas, à participação em bancas para provas de Geografia, História Geral e do Brasil, sobre a legitimidade de sua acumulação com o trabalho na UB e, finalmente, depois de ter sido cassada pelo AI-5 (1968), sua aposentadoria. Sobre os cursos no Arquivo Nacional, encontram-se apostilas elaboradas por ela.

Em 1962, participa como discente do VI Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, programa de capacitação desenvolvido pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) em convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), mantendo vários dos textos então usados como material didático. A relação com a CEPAL vai estar presente em vários outros momentos de sua vida e, conseqüentemente, de seu arquivo, e o aprendizado de estatística e de economia será fundamental em vários trabalhos de pesquisa futuros. Certamente, os conhecimentos acumulados nesse curso reforçarão suas preocupações tanto com história econômica e financeira como também com a relevância de trabalhar com estatística, contribuindo para sua opção de estribar suas conclusões qualitativas em fatos dados quantitativos. Também é interessante perceber que além dos trabalhos sobre comerciantes, regulamentação comercial, questões mais ligadas a setores privilegiados da população e ao Estado, Eulália desperta muito cedo para questões relativas a salários e custo de vida dos trabalhadores urbanos, principalmente do Rio de Janeiro.

22 A versão encontrada no arquivo é em inglês, e o trabalho, em português, denominava-se *Análise do panorama político em 1956*.

Com o AI5, Eulália é aposentada compulsoriamente tanto na UFRJ como no Colégio Pedro II com vencimentos proporcionais que, por características do trabalho e pelo tempo de serviço que tinha nas duas instituições, deviam ser baixos. Em um primeiro momento, se valendo de sua fluência em diversas línguas (espanhol, francês, inglês e alemão), ela trabalha como tradutora-intérprete para eventos empresariais, depois é convidada a lecionar em universidades americanas.

Sua ligação com os Estados Unidos remonta a 1945, quando, acompanhando seu marido, que gozava de bolsa específica em sua área (Medicina), Eulália faz um curso de verão na University of North Carolina (História Colonial Norte-Americana) e, no inverno de 1946, outro na Columbia University (*Problems of the Western Hemisphere*), devidamente representados no conjunto documental. Entre setembro de 1960 e maio de 1961, com bolsa da Fulbright, dá cursos na University of Texas e no Occidental College (Los Angeles); entre setembro de 1964 a junho de 1965, Bruno Lobo consegue bolsa para Espanha do Instituto de Cultura Hispânica e Eulália o acompanha com bolsa do mesmo Instituto, da Organização dos Estados Americanos e da Comissão Ministério da Educação e Cultura (COMEC) a fim de identificar e trazer cópias de documentos na Espanha e em Portugal para a elaboração de *Aspectos da atuação dos Consulados de Sevilla, Cadiz e da América Hispânica na evolução econômica do século XVIII*.

Dados os contatos estabelecidos, e cultivados, porque ela costumava enviar cópias de seus trabalhos para estudiosos e bibliotecas estrangeiras,²³ Eulália, aposentada compulsoriamente no Brasil, vai, durante muitos anos, passar parte do ano nos Estados Unidos, lecionando em diferentes universidades e participando de eventos como conferencista. Essas atividades acham-se comprovadas por correspondência, listas de alunos por turmas, bibliografias utilizadas, recortes de jornais e cartazes de eventos. Além dos cursos regulares,

²³ Há muita correspondência acusando o recebimento desses trabalhos e enviando resenhas deles. É interessante observar que isso termina também por originar o recebimento de trabalhos de professores estrangeiros, que os enviam ao perceberem que podem ter em Eulália uma interlocutora interessante.

ela recebe e aceita convites para participar de eventos, conferências e inscreve-se em congressos pertinentes à sua área de atuação e isso encontra-se muito presente no acervo.

Nos Estados Unidos, em 1970, Eulália obtém financiamento do Social Science Research Council para um projeto²⁴ em co-autoria de Harold Johnson. A pesquisa, cuja coleta de dados ocorria no Rio de Janeiro, sendo supervisionada por ela quando aqui estava, teve como fontes documentos da Irmandade da Candelária, da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, Santa Casa da Misericórdia e do Moinho da Luz. Atividades para essa pesquisa parecem ter sido iniciadas antes, uma vez que o fato de bacharéis em História estarem pesquisando a documentação da Misericórdia é noticiado em 1969.²⁵

Uma característica interessante que aparece aqui, mas que se repete em outros trabalhos, é o fato de Eulália montar equipes para coleta de dados, em que ela participa como coletora mas também como gerenciadora intelectual. Em várias outras pesquisas, percebe-se que estudantes e profissionais coletavam dados e, pelos documentos, é possível a identificação de alguns desses colaboradores, entre os quais a filha Lúcia. Um caso excepcional é o de um documento, *Real Ordenanza para el Establecimiento e Instrucción de Intendentes de Ejército y Provincia en el Reino de Nueva España. De orden de Su Magestad, Madrid, año de 1786*, original custodiado em país não identificado (Argentina ou Espanha), que foi resumido e, em algumas partes, copiado integralmente por Valentina Bastos, sua irmã mais velha.

Há farta documentação sobre essa pesquisa referente a preços e salários (correspondência, comunicações realizadas, planilhas de dados coletados etc.), que depois deixa de ser um projeto a dois e passa a ser realizada apenas por Eulália. O fato de estar sendo financiada por uma prestigiosa agência de fomento estrangeira e de Eulália ser uma historiadora respei-

24 O projeto aparece com diversos nomes, entre eles, *The evolution of prices and salaries in Rio de Janeiro from 1800 to 1930* e *Rio de Janeiro - money, prices and wages (1763-1930)*.

25 A matéria é *Jovens estudantes utilizam o Arquivo Geral da S. Casa*, publicada na *Revista da Santa Casa*, ano 2, n. 14, jun. 1969

tada e conhecida²⁶ ajudou-a a obter, em 1971, a colaboração da Confederação Nacional da Indústria, para apresentação a diversas empresas a fim de acessar seus arquivos, como por exemplo a Cia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu) e a Cervejaria Brahma. O volume de dados é tão grande que ela negocia a participação da Fundação Getúlio Vargas para processamento por computador, questão que havia aventado com a University of South Carolina e dela recebeu explicações sobre como isso era realizado na instituição.

Essa pesquisa, se não é a origem, é um passo fundamental na elaboração da *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital financeiro*, considerada por muitos um marco na historiografia brasileira e, em especial, naquela sobre o Rio de Janeiro. Publicada em 1978 pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) com o apoio do governo do Estado do Rio de Janeiro, e com diversas colaborações, reconhecidas por ela no prefácio, entre as quais a de Maria Bárbara Levy,²⁷ então coordenadora de pesquisa do IBMEC, seu arquivo registra detalhadamente a coleta e processamento dos dados usados.

Tal trabalho pode servir para exemplificar, neste texto, duas características que dizem muito sobre Eulália como pesquisadora e como arquivista de sua própria documentação. A primeira delas é que Eulália guarda, como num dossiê, todo o material usado num dado trabalho, desde cópias de artigos compulsados, fichamentos de obras consultadas, listas de bibliografia utilizada, as fontes e os dados coletados e processados, além de, eventualmente, versões preliminares do texto. Com certeza, pode-se creditar isso a um rigor

26 São comprovações disso vários recortes de jornais relatando seus avanços na carreira, o fato de ter dado assessoria à Escola Superior de Guerra (ESG), ter seu livro *Processo administrativo ibero-americano: aspectos sócio-econômicos – período colonial* publicado pela Biblioteca do Exército (1962), ter sido indicada por Manoel Francisco de Nascimento Brito, em 1968, para participar do assembleia anual da Inter American Press Association em Buenos Aires, entre outros fatos registrados, de diferentes maneiras, em documentos do fundo.

27 Nascida em 1943, faleceu em 1992. Bacharel e licenciada em História e Geografia pela UFRJ, mestre pela Universidade de São Paulo e doutora pela Universidade Paris Nanterre, trabalhou no curso de Economia da UFRJ, nos departamentos de História da UFRJ e da UFF e no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Foi amiga pessoal de Eulália e sua sócia na empresa Efemérides Pesquisa Histórica e Documentação.

metodológico que garanta a possibilidade de auditoria, por ela e pelos pares, de seu processo intelectual de conclusões, mas, certamente, não é só isso – esse material permite a ela usar as mesmas fontes e os mesmos dados, reprocessados ou não, em outras pesquisas, fazendo parte de outros esquemas de estudo e explicação, ou mesmo abordando a mesma questão com novas ênfases. E isso é muito importante porque demonstra como ela cresce usando o que já possui.

No período em que, por força do AI 5, Eulália está afastada das universidades públicas brasileiras, além das aulas²⁸ e eventos em que participa nos Estados Unidos, no Brasil, realiza diversas pesquisas e leciona em cursos livres (Teatro Casa Grande – O Brasil atual; Univerta, Movimentos revolucionários na América Latina, de 22/11 a 13/12/1979), no Centro Unificado Profissional (Departamento de Turismo, 1975-1978) e na Escola Interamericana de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas (História Política da Agricultura, 1977-1978). Fica claro, portanto, que suas estadias no Brasil são períodos de intenso trabalho como pesquisadora e como professora.

A aposentadoria compulsória, em 1968, bem como seu retorno à UFRJ, acham-se bastante bem registradas no arquivo, mas, ao mesmo tempo, trazem indagações. Eulália tinha relações bastante fortes com setores militares e civis do governo federal antes e depois do golpe. Em 1956, havia prestado consultoria para a Escola Superior de Guerra sobre a situação política em vários países da América do Sul, em 1958 foi membro da banca do concurso para revisores dos anais da Câmara dos Deputados, teve livro editado pela Biblioteca do Exército (*Processo Administrativo Ibero-Americano: Aspectos Sócio-Econômicos - Período Colonial*, 1962), foi co-autora de artigo publicado em 1964 na Revista Marítima Brasileira, do Ministério da Marinha (*As experiências do Capitão James H. Tomb na Marinha Brasileira, 1865-1870*), foi da Comissão Julgadora dos Prêmios Culturais de História do Insti-

28 No período, além de conferências e cursos rápidos em diversas universidades norte-americanas, Eulália dá aulas em semestres regulares na University of South Carolina e na University of California.

tuto do Livro, do Ministério de Educação e Cultura (1968), e sua *História Político-Administrativa da Agricultura no Brasil 1808-1889* foi publicada pelo Ministério da Agricultura em 1980, logo após a anistia, sendo relacionada a seu trabalho na EIAP, em curso que tinha convênio com o mesmo ministério. É patente, portanto, que gozava de prestígio e reconhecimento por vários setores governamentais e se as razões para sua cassação não são claras no seu arquivo, é possível supor que sua atuação na reforma da universidade tenha sido fator relevante para isso. Ao mesmo tempo, é possível constatar que sua reação ao fato foi de luta, permanecendo como intelectual produtiva e influente. Em matéria publicada no *Jornal do Brasil* sobre sua volta à UFRJ, significativamente intitulada *Eulália Lobo retorna sem saudade e sem ilusões*, ela afirma que os anos afastados foram “excelentes”, de grande produção intelectual e intensa atividade docente, nos Estados Unidos e no Brasil. Ao mesmo tempo em que afirma que a situação do Departamento de História na UFRJ era uma incógnita, sendo muito menos produtiva intelectualmente que outros cursos congêneres, ela afirma que quer retornar “porque desistir de antemão é contra meu temperamento. Não tenho serventia para isso. Acho que vale a pena tentar, mas sem ilusões” (*Jornal do Brasil*, 1980, p. 4). E ela volta à UFRJ, já trabalhando como professora adjunta na Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, e na UFRJ assume, além das atividades letivas, diversas funções administrativas, e se torna professora emérita em 1985.

O FUNDO EULÁLIA LOBO – POSSÍVEIS USOS

Mesmo assim, reconhecendo que quaisquer conclusões devem ser relativizadas, acredito que o fundo Eulália, para além de estudos da biografia da titular, pode ser interessante para entender a área de História e suas relações com outras áreas das ciências humanas e sociais.

A parcela do arquivo compulsada (como já dito, cerca de 68% do acervo textual) traz material sobre a produção intelectual e a participação de Eulália em eventos. No levantamento realizado, foram considerados produção intelectual artigos em revista, capítulos de livros, obras completas, palestras ou conferências e entrevistas concedidas. Como eventos, foram considerados congressos, encontros, simpósios, conferências, cursos livres e eventos livres, tenha Eulália comparecido como debatedora, conferencista, palestrante ou participante.

Os eventos poderiam ser analisados tanto em termos de temas, participantes, abordagens teóricas e metodológicas e promotores, entre outros aspectos, podendo contribuir para análise da evolução do campo da História e outras ciências humanas e sociais tanto no Brasil como no mundo, numa época em que se consolida uma ciência mais global. O material guardado, em muitos casos, reúne todos os trabalhos apresentados que, algumas vezes, eram distribuídos previamente entre os participantes para aprofundamento das discussões e, com alguma frequência, tem notas, tomadas por Eulália na ocasião das apresentações e debates.

Além disso, há documentos sobre esforços internacionais para realização de projetos comuns, com abordagens nacionais ou regionais. Por falta de tempo, não nos detivemos nesses tipos de análise, restringindo-nos a computação numérica, por ano, sendo desprezados seis eventos para os quais não encontramos ano de realização, e identificação de eventos ocorridos no estrangeiro. Por abranger um largo período de tempo (46 anos, de 1959 a 2004), os eventos foram reunidos por intervalos.

QUADRO 1. EVENTOS NO FUNDO EULÁLIA

Intervalo	Eventos	N.º estrangeiro
1959-1963	2	
1954-1968	7	6
1969-1973	9	8
1974-1978	13	11
1979-1983	15	3
1984-1988	13	4
1989-1993	11	2
1994-1997	16	6
1998-2002	10	3
2003-2007	2	
Total	98	43

**FONTE: FUNDO EULÁLIA MARIA LAHYMEYER LOBO.
ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS PARCIAIS.**

É claro que no período em que trabalha nos EUA, Eulália participa de muitos eventos, principalmente nesse mesmo país, o que tanto pode estar relacionado à tradição norte-americana desse tipo de comunicação científica, como também do fato dela se aproveitar disso para divulgar seus trabalhos. Essa intensa participação vai continuar quando de sua reintegração à universidade brasileira, principalmente em eventos nacionais, e isso pode ter a ver tanto com sua percepção sobre a importância dessas ações como também ao crescimento da divulgação científica no Brasil, com uma pós-graduação muito mais consolidada do que na década de 1960.

Quanto às produções científicas, também não puderam ser datadas doze produções. As informações coletadas poderiam servir para análises sobre temas preferidos, metodologias, fontes usadas, trabalhos em coautoria, mudanças de versão e outras questões, mas foram somente coletados dados numéricos para quantificação. Em 58 anos foram levantadas 91 produções, reunidas em intervalos no quadro a seguir.

QUADRO 2. PRODUÇÃO INTELECTUAL NO FUNDO EULÁLIA

Intervalo	Quantidade
1952-1956	2
1957-1961	4
1962-1966	7
1967-1971	17
1972-1976	7
1977-1981	9
1982-1986	10
1987-1991	8
1992-1996	9
1997-2001	10
2002-2006	6
2007-2011	2
Total	91

**FONTE: FUNDO EULÁLIA MARIA LAHYMEYER LOBO.
ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS PARCIAIS.**

Fica evidente que, como Eulália mesma havia dito na matéria do *Jornal do Brasil* citada anteriormente, durante o período em que está fora da universidade pública brasileira, ela tem uma significativa produção – em quinze anos, alcança 31 produções, mais do que o dobro do elaborado nos 15 anos anteriores –, mas quando reintegrada, mantém uma produção alta até muito próximo de seu falecimento.

Um outro aspecto interessante sobre a área, mas que também diz muito sobre Eulália, é o material sobre a empresa Efemérides Pesquisa Histórica e Documentação, que ela cria em sociedade com Maria Bárbara Levy, em 1/6/1987, no Rio de Janeiro, mais tarde com sua sede social transferida para Cachoeiras de Macacu. Segundo seu contrato social, eram seus objetivos a organização de arquivos públicos e privados, pesquisas históricas, publicações de livros, relatórios, revistas

e folhetos, organização de cursos, conferências, simpósios, reuniões culturais, seminários e exposições, promoção e difusão de eventos nos meios de comunicação, gravações de disco e vídeos sobre temas históricos e culturais, realização de entrevistas para preservar depoimentos de história oral, dar pareceres sobre pesquisas e publicações ligadas à história.

A empresa é uma indicação do espírito empreendedor e moderno de Eulália, já que esse campo de atividades para historiadores era bastante recente no Brasil. Eulália, que na década de 1950 havia dado consultoria para a ESG e para a Embaixada da Indonésia e que duas décadas depois, quando aposentada compulsoriamente, havia feito traduções, dado cursos livres e assessorado profissionais de teatro, se junta à Bárbara Levy na criação da empresa. E a empresa é fértil em ideias, propondo projetos para diversas empresas (Mesbla, Instituto de Resseguros do Brasil etc.) e atividades como a elaboração de uma agenda ilustrada sobre portugueses no Brasil, em virtude da comemoração do quinto centenário da descoberta da América. Cabe ressaltar que o arquivo guarda abundante documentação sobre a história da Light, empresa que contratou a elaboração da sua história institucional e que, além dessa obra, rendeu para Eulália e a equipe vários artigos e apresentações em eventos.

A correspondência de Eulália, ainda que abundante, não foi por nós analisada, por exigir tempo e estudo em proporções que não podemos, neste momento, dedicar-lhe, embora reconheçamos que ela será muito útil para o estudo de suas relações pessoais e profissionais e, por extensão, da própria historiografia no período. Ela é composta, majoritariamente, de correspondência recebida (passiva), tendo, entre alguns dos missivistas, Frédéric Mauro, Charles Boxer, Thomas E. Skidmore, Marcelo Carmagnani, Peter Einseberg, Ciro Flamarion Santana Cardoso e Richard Graham, além de inúmeros pesquisadores estadunidenses, portugueses e latino-americanos.

ALGUMAS CONCLUSÕES DO PONTO DE VISTA ARQUIVÍSTICO

A primeira observação, um tanto quanto evidente, é que o arquivo de Eulália é uma prova da relevância de arquivos pessoais tanto para a construção e estudo de biografias quanto para o entendimento da sociedade num dado tempo e lugar. Seu acervo testemunha a profissionalização de uma mulher a partir da década de 1940 em uma carreira acadêmica, no início majoritariamente masculina e que foi progressivamente incorporando mulheres. Ao mesmo tempo, testemunha as transformações na sociedade brasileira, inclusive o período da Ditadura Militar, na universidade e na área, tanto no Brasil quanto no exterior (principalmente EUA, Argentina, França). Todo arquivo faz isso, inclusive os de origem pública, mas os arquivos pessoais o fazem a partir da vida e atividades das pessoas mesmas, ao mesmo tempo indivíduos e seres sociais, que se relacionam com outras pessoas e com o próprio Estado. Dessa forma, arquivos pessoais e públicos são, frequentemente, complementares – mesmo que antagônicos –, e o registro de um mesmo evento nos dois tipos de conjuntos documentais pode ser bastante diverso – pessoas e instituições não guardam exatamente as mesmas coisas.

O arquivo de Eulália também pode ser um exemplo interessante de conjuntos com múltiplos produtores, como visto anteriormente. A análise do papel de cada um deles no conjunto e o papel de Eulália como produtora maior, ou superveniente, pode contribuir para incrementar uma discussão importante e em pauta hoje, e como essa existência pode (ou não) ficar evidenciada no arranjo (alguns subconjuntos podem ser séries/subséries ou mesmo simples dossiês). Paralelamente a isso, dado o grande volume de cópias de documentos de diversos outros conjuntos e produtores, cabe uma discussão sobre cópias de documentos em fundos diferentes daqueles dos originais e como seu papel e utilidade mudam.

O fundo Eulália também evidencia outras questões caras aos arquivos, como o contato com instituições para obtenção de cópias, a própria evolução tecnológica na elaboração de cópias (há cópias manuscritas, fotográficas, eletrostáticas e outras), o papel que essas cópias passam a exercer nos arquivos que as contêm e o valor que adquirem quando os originais são perdidos. Além disso, a importância de instrumentos de pesquisa²⁹ para pesquisadores e a produção desses instrumentos pelos próprios usuários no decorrer de suas investigações são interessantes pontos de reflexão.

Reafirmamos aqui o caráter profissional deste arquivo, reconhecendo, entretanto, que na parcela fotográfica a vida pessoal, bem como amigos e familiares, estão muito mais presentes e que mesmo na parte textual infiltram-se, sub-repticiamente, evidências de afeto com amigos e familiares, como correspondência carinhosa, desenhos de netos, recortes de jornais e exemplares de trabalhos de familiares, entre outros. Mas é evidente que Eulália guarda maciçamente o que produz e documenta essa produção em diferentes estágios e momentos de elaboração. Isso tem a ver, claro, com a necessidade de provar sua produção para fins de carreira profissional, mas também demonstra sua capacidade de reusar dados e conclusões alcançadas em trabalhos posteriores. Assim, além de uma prova das atividades, é também uma prova de sua preocupação com a metodologia e de capacidade de reinquirir os documentos e transformá-los em fontes que frutificam de diferentes maneiras.

Uma outra vantagem deste fundo é a sua amplitude temporal, que mesmo relativizada quanto à atuação de Eulália, abrange mais de cinco décadas e sua dimensão. Se o primeiro atributo tem a ver com a longevidade e vida produtiva da titular, o segundo tem diferentes razões. A primeira delas é a sua “vontade de guardar”, que não tem a ver, pelo menos explicitamente, com o desejo de sua monumentalização,³⁰ e sim, principalmente, com a utilidade instrumental do arquivo, como elemento de prova da carreira, garantia de lisura nas conclusões alcançadas, como material para futuras pesquisas e como documentos, registros que prezava enquanto historiadora, e que ordenava centrifugamente,³¹ espelhando sua relação com o mundo. Uma outra razão tem a ver com o fato de que Eulália possuía espaço para a guarda, em boas condições, desse vasto material e o normal esvaziamento da residência permitiu a ampliação sucessiva da área de armazenamento. De fato, um acervo pessoal tão abrangente em tempo, dimensões, tipologia documental e temáticas acaba se tornando também um objeto de estudo interessante para a própria área de arquivos, a fim de estudar como os arquivos são criados e se desenvolvem.

29 “Meio que permite a identificação, a localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes. Ver também catálogo, guia, índice, inventário, listagem descritiva do acervo, repertório e tabela de equivalência” (Arquivo Nacional, 2005).

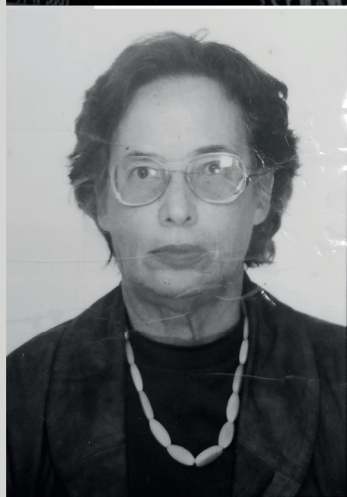
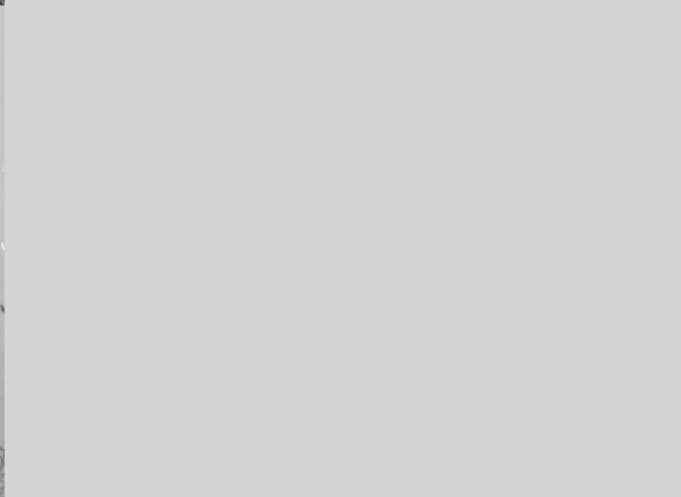
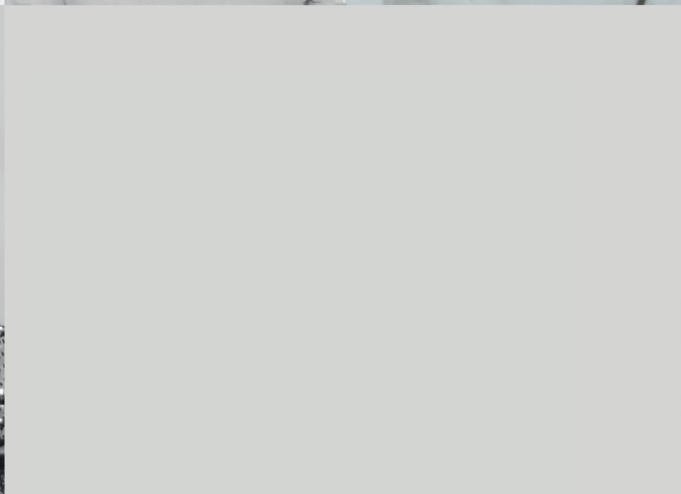
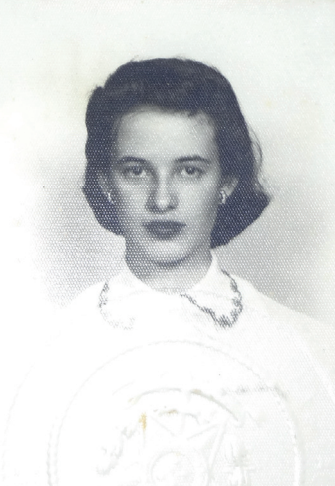
30 Nunca soube que ela tivesse o propósito de doar seu acervo a nenhuma instituição arquivística. Mesmo assim, é fato que, como qualquer arquivo publicizado, ele termina por ser também um monumento ao seu produtor.

31 Cf. Vianna et al. 1986.

Finalmente, ao mesmo tempo em que cabe registrar a importância da família doar o acervo de Eulália ao Arquivo Nacional e dessa instituição aceitá-lo e conservá-lo, é fundamental que ele seja arranjado e descrito com brevidade. O acesso a esses documentos, enquanto possibilidade de consulta, ainda que seja permitido pela Instituição, é restringido pela dificuldade de manusear um conjunto dessas proporções, bem como as referências dos documentos compulsados ficam extremamente provisórias, o que é um sério problema de ordem metodológica. E Eulália sempre fez questão de que suas fontes fossem facilmente recuperáveis...

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- AULETE DIGITAL. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/fundo>. Acessado em: 11 jul. 2024.
- LOBO, Bruno Alípio. *A faculdade dos meus dias*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- CUNNINGHAM, A. *O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF)*. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1-2, pp. 77-92, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/74/74>. Acessado em: 13 ago. 2024.
- DUCHEIN, Michel. *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, 10-14 (1): 14-33. abr. 1982/ago. 1986 Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/0a88c770-ab5f-481a-8000-2bde3817991/content>. Acessado em: 14 ago. 2024.
- ENTREVISTA COM EULÁLIA LOBO. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.. 5. n. 9, 1992, p. 87.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Records in contexts: foundations of archival description*. Version 1.0, p. 4. Disponível em: [file:///C:/Users/VSJ/Downloads/RiC-FAD-1.0%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/VSJ/Downloads/RiC-FAD-1.0%20(1).pdf). Acessado em: 21 ago. 2024.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; MAIA, Laura Lahmeyer Leite. *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952)*. Rio de Janeiro: Lidador, 2005.
- SILVA, Armando Malheiros da; RIBEIRO, Fernanda.; RAMOS, Júlio; REAL, Manoel Luís. *Arquivística: teoria e prática da uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 2002.
- VIANNA, Aurélio; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de; LISSOVSKY, Maurício. *A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados*. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, vol. 10-14 n. 2, jul./dez. 1986.



PASSAPORTES DE EULÁLIA LOBO, DÉCADAS DE 1930 A 2010,
ACERVO PESSOAL, ARQUIVO NACIONAL.

